

ANNI VI. FASC. I.

IAN. - IUN. 1937

ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU

PERIODICUM SEMESTRE
AB INSTITUTO HISTORICO S. I.
IN URBE EDITUM



ROMA (113)
BORGO SANTO SPIRITO, 5

INDEX RERUM

I. Commentarii historici	PAG.
SERAFIM LEITE S. I. - Jesuitas do Brasil na fundação da missão do Paraguay (11 de Agosto de 1588)	1-24
ÉMILE VILLARET S. I. - Les premières origines des Congrégations mariales dans la Compagnie de Jésus	25-57
II. Textus inediti vel rarissimi.	
FRIEDRICH STEGMÜLLER. - Eine ungedruckte Denkschrift des P. Franz Suárez S. I.	58-82
LESMES FRÍAS S. I. - Memoriales a Fernando VII pidiendo jesuitas para el Ecuador (1815-1816)	83-93
III. Commentarii breviores.	
PEDRO LETURIA S. I. - Luis González de Cámara maestro del Rey D. Sebastián. Notas a un memorial inédito	97-106
DOROTHEUS SCHILLING O. F. M. - Zur Geschichte des Martyrerberichtes des P. Luis Frois S. I.	107-113
IV. Selectorum operum ludicia.	
Fueter. - Hankamer. - Kretschmer. - Schnyder. - Huwiler. - Pamiatke Trnavskej Univerzity. - Trnavsky Sbornik. - Boxer. - Falkner (Neumann). - Aguirre Achá. - Baucke (Furlong). - Cabrera. - Vargas Ugarte. - González Pintado. - Harvey. - Canisius (Streicher). - Miscellanea Isidoriana. - Pérez Bustamante. - March. - Egüía Ruiz. - De Jonge et Pirri. - De Jonge. - Vaux et Riondel. - Boudou. - O' Rahilly. - Kane. - Haberken u. Wallach.	114-159
V. Bibliographia de historia S. I. pro anno 1935	
auctore EDMUNDO LAMALLE S. I.	
I. Bibliographia	160-161
II. De Historia Societatis in universum	161-162
III. De Historia Societatis in variis regionibus	162-173
IV. Missiones	173-184
V. Peculiares labores - VI. Biographica	
<i>(dabuntur in proximo fasciculo).</i>	

ARCHIVUM HISTORICUM SOCIETATIS IESU

Annuae subscriptionis pretium:	Pro Italia	25 lire ital.
	Extra Italiam *	30 " "
Numeri separati pretium:	Pro Italia	15 " "
	Extra Italiam	18 " "

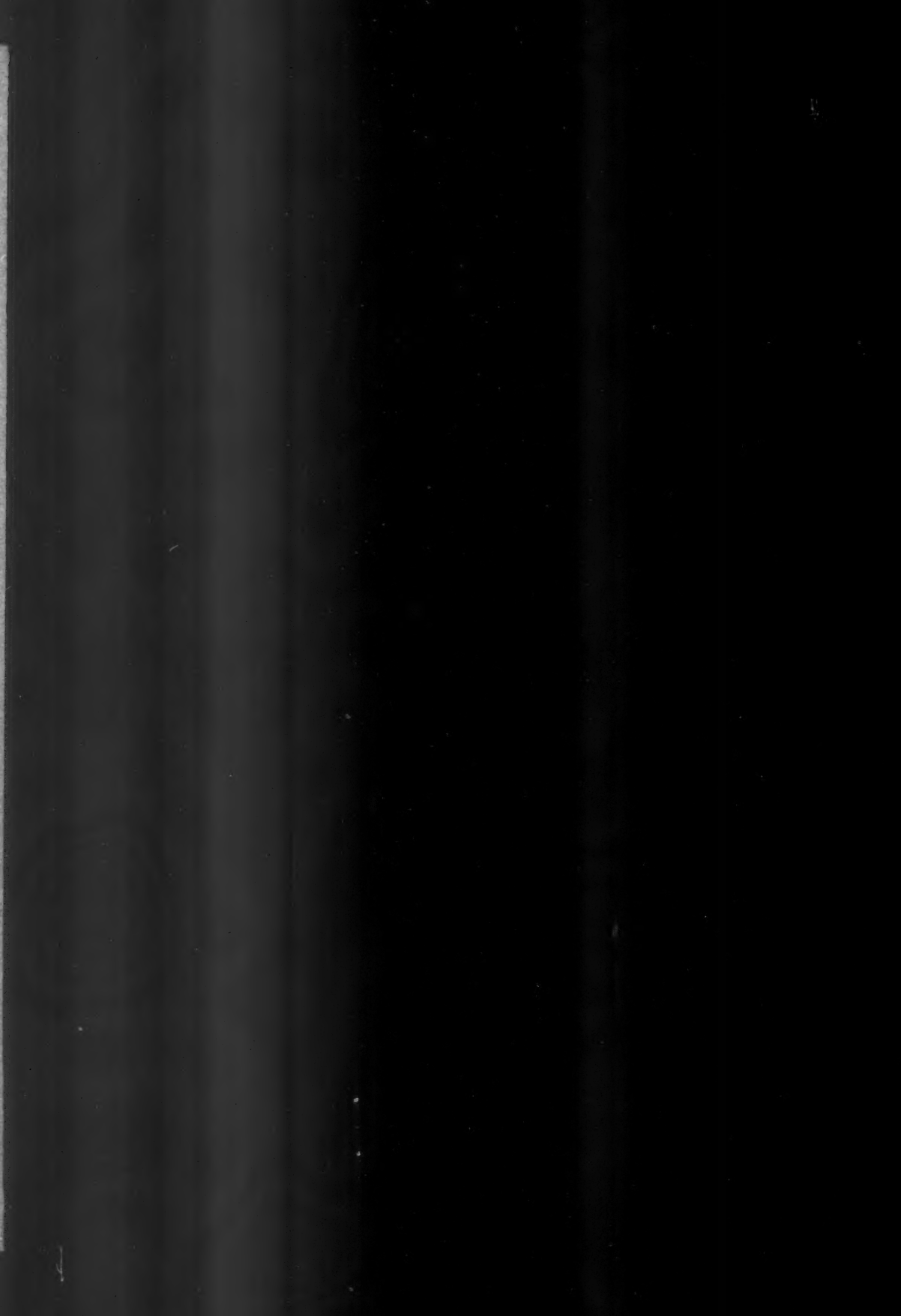
(* Qui pecuniam mittunt per « Officium compensationis » inter nationes, addere debent 3 liras propter sumptus dictas compensationis; sed haec parva solutio plerumque facilis per postam fieri potest.)

Inscriptio litterarum tam pro administratione quam pro redactione:

Sign. Direttore Archiv. Hist. S. I. - Borgo S. Spirito 5, Roma (113)

Computus postalis (conto corrente postale, Postscheckkonto, compte-chèque postal) ROMA 1/14709.

Subscriptio censetur continuata, quoad contrarium non significatur.



I. - COMMENTARII HISTORICI

JESUITAS DO BRASIL NA FUNDAÇÃO DA MISSÃO DO PARAGUAY

(11 de Agosto de 1588)

por SERAFIM LEITE S. I. — Lisboa.

SUMMARIUM. — Prima et iterata tentamina foundationis Missionis Paraquariae a Patribus Lusitanis in Brasilia versantibus (1551-1576). Vocati ab episcopo tucumanensi, Francisco Victoria, aliqui Patres missi sunt e Brasilia anno 1586. Tres ex his, PP. Saloni, Filds et Ortega, primi e Societate Iesu, ingrediuntur Paraquariam anno 1588. Missiones et labores horum Patrum fundatorum.

I.

Primeiras tentativas dos Padres da Assistência de Portugal (1551 - 1576).

A ideia de fundar missão entre os Guaranis do Paraguai vem de 1551. Dois anos havia que a expedição de Jesuitas, que primeiro pisaram terras da América, chegara ao Brasil. Constituíam-na os Padres Manuel da Nóbrega, Superior e primeiro Provincial do Brasil, Leonardo Nunes, João de Azpilcueta Navarro, António Pires, e os irmãos, que depois se ordenaram, Vicente Rodrigues e Diogo Jácome. Saíram de Lisboa a 1 de Fevereiro de 1549 e aportaram à Baía a 29 de Março do mesmo ano. O P. Nóbrega repartiu pelos seus Padres aquele vastíssimo campo de actividade apostólica. Ao P. Nunes e Ir. Diogo Jácome coube o extremo sul do Brasil, a Capitania de S. Vicente, que confinava com as terras do Paraguai. Ora em 1551 tencionava Leonardo Nunes, concluída a igreja de S. Vicente, « sair por esta terra dentro quasi 200 léguas », onde gastaria seis ou sete meses e levaria consigo quatro línguas, uma das quais era o Irmão Pe-

dro Correia, homem importante, que, depois foi mártir, e acabava de ser admitido na Companhia ¹.

Por sua vez Nóbrega, em 1552, referindo-se à igreja da Baía, arruinada, diz que suas mãos já não seriam capazes de levantar outra senão dali « 500 léguas pelo sertão ».

Este sertão era o Paraguai ².

O caminho de 200 léguas a que se referia o P. Leonardo Nunes era o de Piabiru, caminho prè-colombiano que se estendia da costa de S. Vicente ao Rio Paraná « atravessando os rios Tibagi, Ivaí e Piquiri, por onde os povos indígenas se comunicavam com o mar e com as regiões mais distantes do ocidente. Ao poente do Paraná, o caminho prosseguia, atingindo o Perú e a costa do Pacífico ». Podia-se ir ou pelo Tieté, menos freqüentado, ou pela linha-tronco, a principal, cujo « itinerário era S. Vicente, Piratininga (S. Paulo), Sorocaba, Botucatu, Tibagi, Ivaí, Piquiri ». A igual distância destes últimos rios, Ivaí e Piquiri, bifurcava-se o caminho, indo um ramal para o sul até « ao Iguaçu, no ponto em que este rio, na sua margem esquerda, recebe o Santo António » ³. Este caminho tornou-se o ponto de junção de Portugueses e Espanhóis: os Portugueses penetrando no continente americano, os Espanhóis refluindo do interior para a costa. A sua posse chegou a ser a chave da conquista, num sentido ou noutro, e estas lutas, como veremos, tiveram repercussão na ida dos Jesuítas para o Paraguai, retardando-a. Entretanto, recolhemos as notícias, que chegavam a S. Vicente, do que se passava naquelas paragens.

O P. Leonardo Nunes, em carta de 29 de junho de 1552, contava a Nóbrega o que lhe referiram uns castelhanos vindos por terra, uns do Perú, primeiro, e logo outros do Paraguai. Ha nesta terra, diziam, dez sacerdotes seculares de vida pouco honesta, como o resto dos conquistadores. Naturalmente haveria excepções e veremos uma no

¹ *Cartas Avulsas*, (Rio de Janeiro, 1931), p. 62, 98.

² MANUEL DA NÓBREGA, *Cartas do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1931), p. 132, 135. *Cartas Avulsas*, 131; PASTOR, *Geschichte der Päpste*, VI, (Freiburg im Breisgau, 1923), p. 281.

³ ALFREDO ROMARIO MARTINS, *Caminhos Históricos do Paraná*, in *Cincoentário da Estrada de Ferro do Paraná*, (Curitiba, 1935), p. 25 com dois mapas. Carlos Pereyra tomando por base os *Comentários de Cabeça de Vaca*, traça o roteiro que seguiu. A inspecção do seu mapa indica que entrou por altura da ilha de Sta. Catarina, subiu até o Rio de Tibaíba e daí em direcção ao Rio Paraná a meia distância entre o Piquiri e o Rio Iguaçu. Deceu o Paraná. E um pouco ao sul do Mondai entra por terra até Assunção. — CARLOS PEREYRA, *Historia da América Española*, Tomo IV, *Las Repúblicas del Plata*, (Madrid, 1920-1926), p. 66.

Padre Gabriel. Mas basta ler a carta de Martim González ao Imperador Carlos V, de Assunção, a 25 de junho de 1556, e a de Pedro Hernández, secretário do Governador Alvar Nuñez Cabeça de Vaca, escrita igualmente de Assunção, a 28 de janeiro de 1545, para se ter uma ideia lastimosa dos escândalos, mancebias, poligamias, tiranias contra os índios, assassinatos e dissensões entre os próprios colonizadores ⁴.

Tal situação pedia remédio urgente. E os Espanhóis que chegavam a S. Vicente rogavam ao P. Leonardo Nunes que fôsse lá, que era uma necessidade e seria grande o fruto. Garantiam que os índios eram dóceis, havia um mancebo para entrar na Companhia e a viagem de ida e volta ao Paraguai não levaria sete meses: um mês ou mês e meio para ir, pelo Anhembí (Tieté), dois meses para lá estar, e três meses para a volta, por ser rio acima. O P. Nunes tinha resolvido partir no dia primeiro de agosto. O P. Nóbrega, se o soubesse, faria o mesmo ⁵.

Nóbrega, de-facto, quando chegou a S. Vicente, tomou uma resolução: iria êle-próprio. Esta resolução firmava-se e afervorava-se cada dia, com novas informações. A 13 de junho de 1553 chegam a S. Vicente o soldado alemão Ulrico Schmidel e um capitão espanhol Rui Dias Melgarejo ⁶, que havia de ficar ligado à história dos Jesuítas, por dois motivos. Porque foi o fundador, no Guairá, das três cidades de Vila-Rica, Ciudad-Real e Santiago de Jerez, campo mais tarde da actividade apostólica dos Jesuítas do Brasil; e porque, voltando a S. Vicente, em 1573, fugido como da primeira vez, um filho seu, nascido no Paraguai, de nome Rodrigo Melgarejo, entrou na Companhia: é aquele filho dum « governador do Paraguai », que celebrou missa nova no Espírito Santo, no dia 25 de novembro de 1584, e de que fala Cardim, sem lhe citar o nome ⁷.

Rui Dias Melgarejo, tendo um filho jesuíta no Brasil, não seria estranho às negociações e pedidos que depois se multiplicaram no Paraguai para a ida dos Padres.

Antes de Schmidel e Melgarejo, talvez nalguma daquelas expedições a que se refere Leonardo Nunes, tinha vindo, igualmente por

⁴ Cf. SCHMIDEL, *Viage al Río de la Plata*, ed. Lafone, Apêndice B, p. 335-365 e Apêndice P, p. 467-485; *Cartas de Indias*, CIII, p. 604.

⁵ Archiv. S. I. Roman., *Bras.* 3(1), 88-89.

⁶ SCHMIDEL-LAFONE, p. 279, 285.

⁷ FERNAO CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, (Rio de Janeiro, 1925), p. 338; FÉLIX AZARA, *Descripción é historia del Río de la Plata*, II, (Madrid, 1847), p. 131, 202, 206.

terra, um soldado português de nome António Rodrigues. Embarcando para a sua Pátria, tornou a arribar e entrou na Companhia. António Rodrigues, natural de Lisboa, diz Simão de Vasconcelos, embarcara para o Rio da Prata na armada de Pedro de Mendoza, que saíra de Bonança (Sanlúcar) a 24 de Agosto de 1535. Foi um dos fundadores de Buenos Aires (primeira fase, Fevereiro de 1536) e de Assunção, com João de Salazar (15 de Agosto de 1537). Tomou parte em duas grandes expedições, uma pelo Rio Paraguai com Ribeira, até aos Gatos e Paraís (Parecis?), perto do Amazonas, e outra em 1546-1548 com Irala, até à Fronteira do Perú. Referiu aos Padres de S. Vicente o que vira, as tribus e costumes dos índios e a catequese dum sacerdote virtuoso, chamado Gabriel, na cidade de Assunção, e como este, desgostado do proceder dos Espanhois, se retirou da cidade, indo numa nova entrada pelo Paraguai acima *. Ficando sem pastor, principia a cidade de Assunção a ir ao desbarato. Os conquistadores escandalizam os

« novos cristãos, porque lhes não deixam aos pobres índios nem filha, nem roça, nem rede, nem cunha, nem escravo, nem alguma coisa boa, que lhes não tomem e roubem. Levam-nos como escravos até ao Perú, e aqui a S. Vicente têm trazido muitos cativos. Assim que, com o desamparo, se perdem por não haver quem os socorra. Eu falei com o P. Manuel da Nóbrega que fôsse ou enviasse lá um da Companhia, porque ali perto ha outros gentios, que não comem carne humana, gente mais piedosa e preparada para receber a nossa santa fé, por terem grande estima e crédito dos cristãos. Quem me dera ser de vinte anos e ter longa vida para ir com alguns Padres da nossa Companhia, por eu ter mais experiência da terra! » (*).

Tomé de Sousa, Governador Geral do Brasil, consultado, tinha prometido o apoio indispensável para a missão. Contudo, apesar de ser amigo de Nóbrega, quando viu as suas disposições, que levava

* Na carta de António Rodrigues vem Nuno Gabriel, talvez por lapso do copista. Entre a gente que foi na Armada de D. Pedro de Mendoza (1535) está « Juan Gabriel de Lezcano, clérigo, hijo de Juan Sánchez de Lescano [y] de Catalina de Villegas vecino del Valle de Salzedo. — Arch. de Indias, *Contratación* 5536, L^o 3^o, p. 389. A Juan Gabriel deixou Ruiz Galán em 1538 como beneficiado e adjunto do P. Francisco de Andrade, sacerdote português, primeiro chefe daquela nascente igreja (SCHMIDEL-LAFONE, p. 489-490 e 440 ss.).

* Carta de António Rodrigues, de S. Vicente, 31 de maio de 1553, *Bras* 3(1), 93; cf. *Antonio Rodrigues, soldado, viajante e jesuíta português na America do Sul, no seculo XVI*, com introdução e notas do Padre SERAFIM LEITE, S. I., separata dos *Annaes da Bibliotheca Nacional*, vol. XLIX, (Rio de Janeiro, 1936), p. 18. PAUL GROUSSAC, *Mendoza y Garay. Las dos fundaciones de Buenos Aires (1536-1580)*, 2^a ed., (Buenos Aires, 1916), p. 60.

ferreiro (o Ir. Nogueira), capela, cantores e tudo o necessário para fundar a 100 léguas da costa uma cidade, arripiou caminho e opôs-se à viagem. As razões, que deu, foram que se despovoariam estas capitâneas « e assim parece que queriam ir muitos homens connosco »⁽¹⁰⁾; e que também se iriam acolher ali os malfeitores e outros fugitivos; disse mais que, vivendo os Padres no meio dos índios, quando estes fizessem algum desacato à gente da costa e merecessem castigo, o Governador não lho poderia dar com medo de que se vingassem nos Padres que tinham entre si.

Estas razões eram justas. Nóbrega indica outra, talvez mais forte. Notícias repetidas anunciavam o aparecimento de prata e ouro⁽¹¹⁾. Os castelhanos andavam por lá « e dizem, escreve Nóbrega, que na demarcação de El-rei de Portugal ». Tomé de Sousa decidiu cortar-lhes o caminho de Santa Catarina ao Paraguai e vigiar o de S. Vicente. Por dois motivos; para impedir que os Espanhóis se assenho-reassem daquelas terras, ainda em litígio, e para que os Portugueses, ao som de tão auspiciosas descobertas, não abandonassem o litoral. O caso atingiu a maior acuidade em 1553, com a presença, em S. Vicente, do Capitão João de Salazar, o mesmo que fundara Assunção, Dias Melgarejo e família do Governador do Paraguai, Diego de Sannabria. Pelos louvores que Tomé de Sousa dará depois, em Portugal, aos Padres infere-se que pesou também na sua resolução o não deixar o Brasil privado da assistência tão necessária dos Jesuítas. Queria sobretudo que os Padres se fixassem no interior somente à proporção que se alargassem os domínios dos Portugueses. Fora disso poderiam ir em missões volantes de dois ou três. Tomé de Sousa tinha a sua opinião formada sobre a cidade de Assunção.

« Parece-nos a todos que esta povoação está na demarcação de Vossa Alteza; e se Castela isto negar, mal pode provar que é Maluco seu. E se estas palavras parecem a Vossa Alteza de mau esférico e pior cosmógrafo, terá Vossa Alteza muita razão, que eu não sei nada disto senão desejar que todo o mundo fôsse de Vossa Alteza e de vossos herdeiros ».

Quanto à proibição, feita aos Jesuítas, acrescenta :

« Sinto isto muito e de maneira que o tomem como martírio que lhes eu desse. Vossa Alteza acuda a isto logo, porque não quero eu ter com homens tão virtuosos e tanto meus amigos, diferenças de pareceres, porque

¹⁰ *Bras.* 3(1), 91.

¹¹ Cf. CAPISTRANO, in PORTO SEGURO, *História Geral do Brasil*, 4ª ed. (S. Paulo, s./d.), p. 258.

sempre tenho o meu por pior, e senão, para toda esta costa, contra esta opinião, não ousava eu de lho impedir » ⁽¹²⁾.

Nóbrega teve que ceder. Mas, escrevendo para Portugal, mantém a intenção de ir, apenas as circunstâncias mudem. Fica à espera dos Padres e Irmãos, que haviam de chegar da Europa e da Baía, aonde foi buscá-los o P. Leonardo Nunes. Depois, tentará de novo a entrada. E abre-se com o P. Gonçalves da Câmara:

« No Paraguai 500 homens castelhanos têm sujeitos aos gentiôs Carijós, que têm mais de 300 léguas de terra. E não os sujeitam ao jugo de Cristo mas à sua cobiça e tirania, maltratando-os e fazendo-os servir pior que escravos, tomando-lhes suas mulheres e filhas e filhos e quanto têm. Diga V.a R.a a Sua Alteza que se aquela cidade ficar sua, a mande prover em breve de justiça. E se mandar gente pela terra dentro, levem Nosso Senhor consigo e um capitão zeloso e virtuoso. Todo este Brasil é mui facil coisa sujeitá-lo a Jesus Cristo Nosso Senhor, porque quando 500 homens castelhanos, e todos divididos entre si, tiveram poder para sujeitar a tão grande gentildade, que é a maior de todo o Brasil, que fará onde entrar boa ordem e bom zelo da glória de Deus? ».

E lembrava que lhe alcançasse licença ao menos para fazer casa entre a gentildade, porque nas capitánias pouco se fará, dada a disposição do Bispo, que vai por vias « que ele não entende », e a do seu clero, pouco edificante ⁽¹³⁾.

Tanto para Nóbrega, como para Tomé de Sousa, como até para Anchieta ⁽¹⁴⁾, o Paraguai era parte integrante da mesma expressão geográfica, o Brasil. E se esta convicção espertava os Jesuítas a assuirmir a catequese daquela região, é certo que também de lá enviavam a pedir essa catequese com reiteradas instâncias. Para melhor atraírem os Padres pintavam, até talvez com côres demasiado encarecidas, tanto as bondades da terra como a dos índios. E os Padres viam com olhos favoráveis os emissários que recebiam. É o caso de António de Leiva, índio carijó, que veio a S. Vicente e deixou a todos maravilhados, rezam os cronistas, pela compostura e discrição com que se houve ⁽¹⁵⁾.

¹² Carta de Tomé de Sousa a El-rei, do Salvador, 1 de Junho de 1553, na Torre do Tombo, Gav. 18, m. 8, n. 8, publicada por PEDRO DE AZEVEDO na *Hist. da Colonização Portuguesa no Brasil*, III, 366.

¹³ *Bras. 3* (1), 96-96v, 91, 98, 104-104v, 106.

¹⁴ JOSÉ DE ANCHIETA, *Cartas, Informações, Fragmentos históricos e Sermões*, (Rio de Janeiro, 1933) p. 74.

¹⁵ SIMÃO DE VASCONCELOS *Crón. I*, 198-200; ANCHIETA, *Cartas*, 80.

Nóbrega, entretanto, foi explorando a terra e fundara as povoações de Maniçoba, a 90 milhas de S. Vicente, S. Paulo de Piratininga, e Gerebatiba. Eram marcos avançados, postos no interior a caminho do Paraguai, aonde resolutamente tencionava ir.

S. Inácio, informado, não desaprovou a ida. Escrevendo a Ribadeneira comunicava que os Nossos de S. Vicente se puseram em comunicação com uma cidade « chamada Paraguai » e que Nóbrega queria ir lá, e que, se fôsse, era necessário o auxílio de Sua Majestade ¹⁶.

Sua Majestade era o Rei de Espanha. Ora o auxílio do rei de Espanha não era exequível, nas presentes circunstâncias. As cartas de Salazar e outros já tinham chegado à côrte de Espanha e temia-se lá que os Portugueses se infiltrassem nas colónias espanholas do Rio da Prata. É o que se infere também das informações enviadas de Lisboa para a côrte de Carlos V, em 1554. Segundo elas, el-rei de Portugal enviava ao Brasil uma armada com muita gente, homens casados, com mulheres e filhos, uns para povoar aquelas terras, outros para fazerem entradas no interior do país, e então, a juízo do informador, penetrariam nas possessões espanholas, talvez na colónia de Assunção ¹⁷.

Por outro lado, aprestava-se outra armada em Sevilha para ir àquelas regiões e era agora a vez de Portugal recear que se intromettessem em territórios sôbre os quais Portugal se julgava com direitos. Seguiram-se deligências diplomáticas dando os dois países garantias recíprocas de que não invadiriam terras alheias ¹⁸.

É um período de vivas contestações e mútuas aspirações a territórios pouco delimitados, e sôbre os quais as duas coroas de Portugal e Castela se atribuíam direitos, interpretando cada qual, a seu sabor, o meridiano previsto em Tordesilhas. Mais tarde a contenda havia de decidir-se mais a favor de Portugal com as bandeiras paulistas,

¹⁶ *Mon. Ign., ser. 1a, XI, 84-85, carta de Março de 1556.*

¹⁷ Simancas, *Leg. 377, 170, encadernado; Cf. Rev. do Inst. Hist. Brasil.* vol. 81 (1918) p. 21.

¹⁸ *Reales cédulas al Rey de Portugal y al embajador de España Don Luis Sarmiento de Mendoza en contestación a la respuesta que ambos dieron acerca de los temores que los Portugueses tratasen de ocupar algun territorio perteneciente a España en el Brasil y sobre la falsa creencia que sostenía El-rei quejándose de que los españoles avían ocupado la ciudad de la Asunción, que decía caer dentro de su demarcación.* Ponferrada, 13 de Junio de 1554, Arch. de Indias, *Buenos Aires I, Libro 2, f. 6.* Está publicado, aliás com as referências antigas do Arquivo, por CARLOS CORREA LUNA, *Campaña del Brasil, Antecedentes coloniales*, Tomo I, (Buenos Aires, 1931), p. 6-7.

a Colônia do Sacramento, os tratados de limites. Mas, por então, as forças equilibravam-se. E parecia até que Espanha preponderava. O capitão Melgarejo, actualmente em S. Vicente, estabelecia-se pouco depois no Guairá com o propósito confessado de cortar o passo aos Portugueses. É evidente que estando acesas estas lutas e temores, não iria El-rei de Espanha favorecer oficialmente as missões dos Jesuítas do Brasil. Também o Provincial de Portugal se mostrou contrário à ida dos Padres. Escrevendo para Roma, e referindo-se a cartas enviadas do Brasil para El-rei, o Cardial e Tomé de Souza, já então em Portugal, achava que os Jesuítas não deviam ir, aduzindo como razão o serem poucos e não bastarem para a costa quanto mais para entrarem pela terra dentro ¹⁹.

A consequência de tudo isto foram ordens apertadas de El-Rei D. João III ao Governador do Brasil, D. Duarte da Costa, que não permitisse a entrada dos Padres senão em condições de segurança, de maneira que nem eles corressem risco nem as pessoas que com eles fôsem ²⁰.

Não sabemos se esta carta de El-Rei, chegou ao Brasil antes da missão do Ir. Pero Correia e João de Sousa ao sul, com o duplo fim de preparar caminho a João de Salazar para o Paraguai e de se pôr em comunicação com os Ibirajaras. O certo é que em Dezembro desse mesmo ano de 1554, foram mortos às frechadas pelos índios Carijós a instigação, segundo é tradição constante, do espanhol a quem os Jesuítas tinham libertado das mãos dos índios mas a quem tinham também arrancado uma concubina, casando-a honestamente ²¹. Como quer que seja, este facto vinha dar razão aos que dificultavam as entradas ao interior. E as ordens impeditivas redobram de força, como se vê na que o Governador D. Duarte da Costa transmitiu para S. Vicente, e registada, depois, na câmara da vila fronteira, Santo André da Borda do Campo, a 10 de março de 1556; por essa ordem nenhum português podia passar ao Paraguai; e por sua vez, seriam deportados os espanhóis que dali viessem a S. Vicente ²².

¹⁹ *Epist. Mistae*, IV, 112, Carta de 17 de Março de 1554; *Mon. Ign. ser. 1ª*, VII, 322-323, carta de 26 de Julho de 1554; VIII, 448, carta de 20 de Fevereiro de 1555.

²⁰ Carta régia a D. Duarte da Costa, de Lisboa, a 23 de Julho de 1554, *Documentos Interessantes para a História e Costumes de S. Paulo*, vol. 48, (S. Paulo, 1929) p. 29. Refere-se a esta proibição António Blasques, quando alude « a uma carta de El-Rei em que ordena ao Governador que não deixe entrar os Padres pela terra dentro » Blasques, *Cartas Avulsas*, 181, (1553).

²¹ ANCHIETA, *Cartas*, nota 75, p. 84.

²² AFONSO DE E. TAUNAY, *João Ramalho e Santo André*, in *Rev. do Inst. de S. Paulo* 29 (1932) 74.

Enquanto se iam desenrolando estes acontecimentos e debates, de tão diverso carácter, chegou o P. Luiz da Grã, a 15 de maio de 1555. E veio num momento em que Nóbrega estava prestes a partir, em condições de segurança, tendo demorado a partida unicamente à sua espera ²³.

Deveria ir o P. Nóbrega com uns castelhanos, diz êle, sem explicitar mais. Perdeu uma boa ocasião. O capitão Salazar, retido à força no Brasil, partiu para o Paraguai, devido a rogos directos da Córte de Espanha ²⁴. Combinara a ida com o filho de Luiz de Gois, Cipriano, recentemente chegado de Portugal e que levaria a mulher, assim como João de Salazar levou a sua, que a êsse tempo já era D. Isabel de Contreras. Iam mais duas filhas suas, três mulheres casadas e seis portugueses. Depois de Nóbrega os ter livrado das mãos dos índios, que os queriam matar no caminho, excitados pela gente de S. Vicente, chegaram a Assunção em Outubro de 1555 ²⁵.

A chegada do P. Grã, que poderia favorecer a ida, também a não favoreceu. Reflectindo sem dúvida a opinião corrente em Portugal, o P. Grã, colateral de Nóbrega, foi de parecer contrário. E Nóbrega, a-pesar do seu veemente desejo, acedeu, e voltou-se então em cheio para a fundação ou reorganização do colégio da Baía, para onde partiu em 1556. Com esta reviravolta providencial, achava-se na capital da colónia à vinda do Governador Mem de Sá, sôbre cuja admirável administração havia de influir tão poderosamente.

Nóbrega resignou-se, mas não se convenceu. E para mostrar que esta empresa do Paraguai por Padres Portugueses, e por êle em particular, era um dos seus sonhos, ainda em 1557 suspirava por ela ²⁶.

De todo êste seu empenho na conquista do sertão do sul ficou apenas de positivo (e isto é imenso) o Colégio de S. Paulo de Piratininga. Contudo, os seus suspiros transformava-os em esperanças.

²³ *Bras* 3(1), 135-136; ANCHIETA, *Cartas*, 49; *Cartas Avulsas*, 138.

²⁴ *Real Cédula del Príncipe D. Filipe al embajador en Portugal para que hablaste al Rey con objecto de que se mandase al Gobernador de San Vincente y Costa del Brasil que libremente dejase ir a las provincias del Río de la Plata al Capitán Salazar y demás personas que se hallaban con él*, De Valladolid, 19 de Enero 1554, Arch. de Indias, *Buenos Aires I*, Libro 2, f. 7v.

²⁵ Carta de João de Salazar, de Assunção a 20 de março de 1556, *Cartas de Indias*, Madrid, 1887, p. 579, SCHMIDEL-PELLIZA, *Historia y descubrimiento del Río de la Plata, y Paraguay*, (Buenos Aires, 1881), p. 199. — João de Salazar, "Doutor e Capitão, também aparece com o nome de João de Salazar de Espinosa, Comendador da Ordem de Santiago, para se distinguir de outro, Padre Frei Juan de Salazar, Cf. SCHMIDEL-LAFONE, 442, onde se fala de ambos com toda a distincção.

²⁶ Nóbrega, *Bras*. XV, 42-43.

Para se não desgostar a côrte de Lisboa, Nóbrega escreveu ao Dr. Torres, em 1557, a recomendar-lhe que apresentasse as devidas desculpas a sua Alteza. Se em Espanha temiam os Portugueses, os Espanhois do Paraguai não temiam os Jesuítas. Nóbrega volta a enumerar as razões: pedidos do capitão e principais do Paraguai; o despovoamento ameaçador e rápido de S. Vicente; a necessidade de ter « um ninho » para quando se despovoasse de todo; o dar uma satisfação aos castelhanos, escandalizados dos maus tratos dos Portugueses que vieram a S. Vicente perdidos na armada do Rio da Prata; e também para ordenar alguns irmãos, que era mais fácil ir ali do que à Baía ²⁷.

Esta carta de Nóbrega é espelho do desânimo a que chegaram as coisas do Brasil ao terminar o govêrno de D. Duarte da Costa. Felizmente Mem de Sá ia daí a pouco restabelecer o prestígio e a confiança.

Como se vê, Nóbrega com a sua habitual tenacidade, continuava a insistir para Lisboa pela ida ao Paraguai. E chegaram finalmente instruções do provincial de Portugal, Dr. Torres, colocando a última resolução nas mãos dos Padres do Brasil que poderiam ir ou não, conforme entendessem. Posto o negócio em consulta, em que não entrou o P. Nóbrega por se sentir inclinado mais a uma coisa do que a outra, isto é, à ida, resolveram os consultores que fôsse o P. Luiz da Grã, visto ser necessária a presença de Nóbrega no Brasil, por ser Provincial ²⁸.

Na Europa ainda chegou a constar esta ida do P. Grã ²⁹. E parece que, de facto, iniciou a viagem. Mas não cremos que tivesse vontade verdadeiramente eficaz, como a tinha Nóbrega. Deu-se também a coincidência de andar o sertão revólto em 1558 e ser perigosa a viagem. Acossados os Tupis do sertão pelos Espanhois do Paraguai, voltavam-se contra todos os que achassem nos caminhos dizendo « todos são uns ». Foi talvez por seguir o mesmo critério, que um Capitão do Paraguai, se tinha oferecido a sujeitá-los a S. Vicente « se lhe dessem licença ³⁰ ».

O seu oferecimento não foi aceito, naturalmente; mas com todas estas vicissitudes perdeu-se a ocasião da ida do P. Grã. E entretanto chegou-lhe a patente de Provincial, cargo que exigia a sua presença no Brasil. Assim terminou, por então, êste tentame porfiado de expan-

²⁷ Nóbrega, *Bras.* XV, 42v-43; id. *Cartas do Brasil*, 174-175.

²⁸ Nóbrega, *Cartas do Brasil*, 175. — ²⁹ MHSI, *Laines*, III, 455.

³⁰ Nóbrega, *ibid.* 217-218; ANCHIETA, *Cartas*, 101, 156; VASCONCELOS, *Crón.* I, 206.

são da Companhia de Jesus ao sul. Não tardaram a vir instruções de Roma (1561) determinando que para a viagem do Paraguai se requeria primeiro licença expressa de Sua Alteza em Portugal ou do seu Governador na América Portuguesa ²¹. Manteve a mesma proibição em 1568 o Visitador Beato Inácio de Azevedo: que não se abrisse casa fora dos senhorios de Portugal; e em 1576, em Roma, o P. Geral, ao dar-se nova tentativa dos Padres do Brasil, confirmava as proibições anteriores ²².

Registamos estas tentativas e esforços não só pelo paralelismo que tem com lutas de carácter político entre as Coroas de Castela e Portugal, como também pelo zelo apostólico que animava os Jesuítas do Brasil, em particular Leonardo Nunes, António Rodrigues e Manuel da Nóbrega. E também porque estes esforços não foram inúteis. A missão do Paraguai, tão instantemente desejada e tentada pelos Padres do Brasil, havia de fundar-se de facto por eles, mas só depois que a reunião das duas coroas numa só cabeça facilitasse a tarefa.

II.

Expedição enviada do Brasil em 1586. E como três dos seus membros, PP. Saloni, Ortega e Filds, entram no Paraguai. Seus trabalhos e actividade apostólica.

Ora esta reunião operou-se em 1580. E o Brasil sofreu logo a repercussão correspondente: os inimigos da Espanha tornaram-se inimigos de Portugal. É a época das piratarías por diversas nações europeias e das occupações holandesas no Brasil. Ao lado porém destes efeitos funestos houve um bom. Afrouxaram as barreiras que separavam na América os territórios espanhóis dos portugueses, dependentes agora uns e outros do mesmo soberano. Tal facto teve consideráveis conseqüências para a expansão territorial do Brasil. Aproveitaram os Jesuítas tão favorável conjuntura e renovaram mais uma vez o pedido de missões no sul.

Em 1583 propôs a Congregação Provincial da Baía que o Padre Geral mostrasse a Sua Majestade a vantagem de irem os Padres, aproveitando as armadas espanholas, ao « Rio da Prata, ao Paraguai, aos Patos, e a outras partes que se contém no inninterrupto litoral brasileiro ». Estava então no Brasil a armada de Flores Valdes e Pero Sarmiento, destinada ao Estreito de Magalhães. Os Padres, que fô-

²¹ *Epp. NN.* 36, f. 256v. — ²² *Bras* 2, f. 24, 138v.

sem, ficariam sujeitos ao Provincial do Brasil. De Roma responde o Geral louvando a iniciativa e zelo; e que veria depois quem havia de mandar e que subordinação se guardaria. Apoiava o P. Cristóvão de Gouveia, Visitador, o postulado da Congregação; e comunicava que alguns Padres ardiam com desejos dessas missões e se julgavam deslocados no Brasil sem elas.

Em carta de 1 de novembro de 1584 respondeu o P. Geral, Cláudio Aquaviva, afirmativamente: o Visitador podia mandar alguns Padres ao Paraguai *per modum missionis* ²³.

Estavam coroadas de êxito, finalmente, as reiteradas instâncias de 30 anos!

E, deu-se uma circunstância que sobremodo facilitou a empresa, que se ia iniciar.

Era Bispo do Tucumã, D. Fr. Francisco Vitória, a quem faltavam sacerdotes para a sua diocese. No dia 6 de março de 1585 enviou uma carta ao Provincial do Brasil, de que foi portador o cónego Francisco Salcedo. Nessa carta diz o Bispo, que já pedira missionários ao Perú, mas, por haver poucos naquela província, aproveitava a oportunidade de ir um navio ao Brasil para lhe rogar enviasse alguns Padres da Companhia de quem se confessa afeiçoado desde criança. O P. Diogo Laines, que fôra Geral da Companhia era « tio primo-irmão do seu pai », diz êle. Termina desta forma:

« Escrevo ao Bispo e ao Governador para que me favoreçam com V. Paternidade e o animem a esta santa empresa. Leva ordem o P. Salcedo para prover de navio e do que for preciso aos Padres que vierem a esta breve viagem e a terra que pertence a essa província, pois é na mesma costa e junto do mar, se pode dizer, porque vêm desembarcar vinte léguas do nosso bispado » ²⁴.

Dizia o Bispo que quando voltasse a Espanha havia de ir pelo Brasil para o conhecer; e recomendava ao P. Salcedo que recebesse com humildade as homenagens que lhe prestassem ali no Brasil, « porque é costume em nossa terra de Portugal honrar muito aos hóspedes » ²⁵. Exemplo desta caridade, expressa pelo Bispo de Tucumã foi o que se praticou no Rio de Janeiro em 1608 com uma expedição de Padres da Companhia que da Europa se dirigiam ao Paraguai, já então província organizada e independente. Diz uma relação feita por um dos expedicionários:

²³ *Lus.* 68, f. 408, 415 (8^o); *Congr.* 95, f. 157v.

²⁴ *Epp. Ext.* 14, f. 216. — ²⁵ *Epp. Ext.* 14, f. 219.

« Veio o Procurador [do Colégio do Rio] com seu companheiro ao próprio navio receber-nos com entranhas de caridade que costuma a Companhia. Em desembarcando para ir ao Colégio, saiu a meio da rua, a receber-nos o P. Visitador, Pero Rodrigues, acompanhado do P. Reitor e dos Padres mais graves do Colégio. Todos com grandes demonstrações de amor e caridade; e acompanhando-nos até nossos aposentos logo, sem esperar a noite, nos lavaram a todos os pés, sendo o P. Reitor o primeiro que no-los lavou. Dezoito dias estivemos ali tão regalados e servidos como se fôssemos os Provinciais de Espanha. Levou-nos o próprio visitador à Casa de Campo, onde nos fez mil obséquios e atenções e nos enviou carregados de presentes e refrescos que duraram até o porto de Buenos Aires »³⁶.

Por aquela maneira de falar do Bispo, D. Francisco Vitória, a respeito dos hóspedes « em nossa terra de Portugal » e pelo interesse que tomava pelo Brasil se infere que D. Francisco Vitória, era português. E era-o, na verdade. O seu nome, pela iniciativa de chamar os Jesuítas, fica indissolúvelmente unido à missão e província do Paraguai. Francisco Vitória foi a princípio comerciante no Perú. Entrou em Lima para a gloriosa Ordem dos Prêgadores. Indo a Roma, como Procurador da sua Província, grangeou a amizade de S. Pio V e dos Cardiais. Também caiu em graça a Filipe II ao passar por Espanha, que o apresentou ao Papa para a Diocese de Tucumã. Entrou nela em 1582. Zeloso, activo, eloquente e honesto, além de chamar os Jesuítas, abriu o Rio da Prata ao comércio do Brasil. Teve algumas diferenças com Santo Toribio, outros bispos e vários capitães e governadores daquelas terras. Daí, uma série de queixas contra ele. O Presidente da Real Audiencia de la Plata, representa a Felipe II, em 3 de Janeiro de 1588, que se proíba o trato com os Portugueses do Brasil e que « se o Bispo de Tucumã apresenta como merecimento haver sido o primeiro que abriu viagem, caminho e comércio do seu bispado e Rio da Prata, eu entendo que é demérito, por tê-lo feito sem licença de V. Majestade e ter mostrado aquela entrada neste reino aos que a não sabiam, que será (ou por tempo poderá ser) causa que não seja tão freqüentada a viagem de terra firme ». Queixas idênticas fez o governador do Tucumã, João Ramírez de Velasco e outros. Tornando-se difícil o govêrno da diocese, e incorrendo no desagrado de Felipe II, resignou e retirou-se para a Europa, falecendo no Mosteiro de Atocha em 1592³⁷.

³⁶ *Paraquarias Hist.*, I, 8; cf. ASTRÁIN, IV, p. 636.

³⁷ PASTELLS, *Historia de la Compañía de Jesús en el Paraguay*, I, (Madrid, 1912); 40-54, LOZANO, *Hist. de la Comp.*, I, dedica-lhe todo o capítulo VIII,

Enviado pois com todas aquelas recomendações do seu Prelado saiu Salcedo com Diogo de Palma Carrilho, de Buenos Aires, a 20 de outubro de 1585. Chegaram à Baía nos começos de março de 1586. Foram bem recebidos por todos. Entregaram as cartas, que levavam, ao Governador Manuel Teles Barreto e ao Bispo D. António Barreiros³⁸.

O pedido, dirigido ao Provincial do Brasil, foi recebido pelo Visitador Cristóvão de Gouveia, que tinha então a autoridade suprema naquela Província. Não desejava outra coisa o Visitador como quem também o pedira de Roma. Os emissários demoraram-se seis meses na Baía até se construir um navio de 35 a 40 toneladas, que lhes custou, posto à vela, 1.000 cruzados (Não desprezemos este pormenor, índice de que já existia no Brasil, com certo desenvolvimento, a indústria naval). Com outro navio, que tinham comprado em S. Vicente, fizeram-se de volta para Buenos Aires, levando cinco Padres Jesuítas: Leonardo Arminio, Superior, Manuel Ortega, João Saloni, Tomaz Filds, e Estêvão da Grã³⁹.

Os dois navios tiveram próspera viagem, até à entrada do Rio

(pp. 33-40); DÁVILA, *Teatro Eclesiástico de la primitiva Iglesia de las Indias Occidentales*, II, (Madrid, 1655) p. 52; Roberto Levillier publica o fac-símil da assinatura deste ilustre prelado e trata-o com desmarcada acrimónia, ROB. LEVILLIER, *Nueva Crónica del Tucumán*, III, (Buenos Aires, 1931), p. 197-203. Procura restabelecer o equilíbrio histórico PABLO CABRERA na sua *Introducción a la Historia Eclesiástica del Tucumán*. Cf. *Estudios*, 44 (Buenos Aires 1936) 72. Segundo Cabrera, D. Francisco Vitoria saiu de Potosi para a sua diocese « en cierto día de uno de los primeros meses del año 1582, según presumo » (p. 292).

³⁸ Fr. Vicente do Salvador diz que foi durante o governo interino do Bispo D. António Barreiros e Cristóvão de Barros; e que Salcedo viera « a esta Baía a buscar estudantes para ordenar e cousas pertencentes à igreja, o que tudo levou ». *Hist. do Brasil*, pp. 330. Em 1586 ainda vivia Manuel Teles Barreto; e Salcedo não veio buscar estudantes para se ordenarem, mas Padres da Companhia de Jesus para missionarem. Note-se aliás a incongruência que seria irem estudantes da Baía ordenar-se tão longe a Tucumán, estando presente na Baía o Bispo D. António Barreiros.

³⁹ A *Relação da Viagem do Brasil* diz que iam seis Padres. Se assim foi, um deles ficou nas Capitánias do sul e não chegou ao seu destino. ASTRÁIN, IV, 611, fala daqueles cinco Padres e de um irmão *coadjutor*. Não achamos tal indicação em nenhum documento da época. Também o P. Estêvão da Grã não chegou a estar, de facto, no Paraguai. Ou ficou na costa do Brasil, ou voltou antes de chegar ao Paraguai, não passando do Tucumã. O seu nome não aparece como tendo chegado ao Paraguai em nenhuma carta ou relação. Pelo contrario, na Anua de 1588, lê-se que estavam lá quatro (*Annuae litterae anni 1588, Romae 1590*, p. 318); e no ano seguinte já o P. Estêvão da Grã era procurador do Colégio de Rio de Janeiro enquanto os outros quatro (sempre os mesmos: Arminio, Ortega, Saloni e Filds) aparecem no catálogo do Brasil sob a rubrica de *Missão de Tucumã e Paraguai* (*Bras. V. f. 32v-33*); cf. LOZANO, *Historia de la Compañía*, I, p. 22.

da Prata. Ali foram tomados pelo corsário Roberto Withrington. O pirata inglês mostrou carta de corso de D. António, Prior do Crato. Os navios foram saqueados de quanto levavam, que era muito, roupas, livros, ornamentos; as relíquias foram profanadas, os Padres (e só eles) maltratados e presos. Lozano diz que o P. Ortega chegou a ser atirado à água ⁴⁰. Ficaram-hes só as camisas rotas sobre o corpo, ou como informa o Governador de Tucumã, «nem a camisa lhes deixaram». Os piratas abandonaram depois os dois navios no alto mar, a 30 léguas da costa, por altura de 41 graus e meio, «sem piloto, sem velas nem âncoras, só com um pouco de lastro e um pouco de farinha e cinco pipas de agua para cento e vinte pessoas» ⁴¹. Por felicidade, conseguiram os Padres alcançar o porto de Buenos Aires nos fins de Janeiro de 1587. Esperava-os em terra o Bispo do Paraguai, D. Frei Alonso Guerra, também da Ordem dos Prêgadores, o qual os recebeu e agasalhou com todo o amor e os desejou logo para a sua diocese ⁴².

Uma novidade souberam em terra os Padres do Brasil. E era que havia ano e meio que já missionavam na diocese de Tucumã dois Padres da Companhia, Francisco Angulo e Alonso Barzana. A rogos do mesmo Prelado haviam chegado em 1585 em data anterior a 24 de novembro, dia em que escreve D. Francisco Vitória uma carta ao Provincial do Perú, agradecendo a vinda daqueles Padres e relatando o fruto que faziam ⁴³.

⁴⁰ LOZANO, *Hist.*, p. 25.

⁴¹ *Relación del Viaje del Brasil que por mandado del reverendíssimo de Tucumán se ha hecho para traer religiosos de la Compañía de Jesús y descubrir este camino del Río de la Plata hasta el Viasa y de allí al Brasil*. — Archivo de Indias, *Charcas*, 16. Publicado por PASTELLS, *Paraguay*, I, 29-45; e por LEVILLIER, *Organización de la Iglesia y Órdenes Religiosas en el Virreinato del Perú en el siglo XVI*, I, 399-403; nos *Annaes do Museu Paulista* I, 2a P. (1922) 139-147. O P. Amador Rebelo alude ao facto em carta ao P. Geral, *Lus.* 70, f. 250. TAUNAY, na *Hist. Geral das Bandeiras Paulistas* I, (S. Paulo, 1924), escreve a p. 171, «a região de Santa Catarina ou de Viasa»; e na p. 221, identifica o Viasa, com a «zona da Lagoa dos Patos»; deve-se distinguir entre Laguna dos Patos e Lagoa dos Patos, esta no Rio Grande, aquela em Santa Catarina.

⁴² D. Francisco Salcedo, clérigo, tesoureiro da Catedral de Tucumã que trouxe os Padres, foi benemérito da Companhia naquela diocese. Mais tarde em 1602, numa *Informação de Ofício*, assinada pelas principais pessoas da terra e capitães, e com parecer do Bispo e do Governador de Tucumã e Charcas, invoca-se o trabalho e despesas que fez com a vinda dos Padres do Brasil. «Los quales en aquel Obispado y en el del Paraguay han hecho mucho fruto gran servicio a Dios Nuestro Señor y a S. M. en aumento de nuestra Santa Fé Católica». Cf. PASTELLS, *Paraguay*, I, 105.

⁴³ *Epp. Ext.* 14, f. 263. Não têm nenhum fundamento as afirmações de Machado de Oliveira, no seu *Quadro Histórico*, ao dar o ano de 1555 para a fundação das reduções jesuíticas do Guairá, como nem as de João Pedro Gay, que dá o ano de

Refiniram-se os Padres das duas Províncias do Brasil e Perú em Córdoba do Tucumã em Abril de 1587 e parecendo aos recém-chegados que vinham meter foice em seara alheia retraíram-se e comunicaram o facto para a sua Província. Parece também que Filipe II, apesar da união das coroas de Portugal e Castela, não desejava que se confundissem as empresas de Espanhois e Portugueses. E vemos que o P. Geral em carta de 24 de janeiro de 1587 dispôs que a nova missão pertencesse de facto ao Perú ⁴⁴. Instado do Brasil, o P. Geral confirmava a ordem de 1587; e em carta de 1 de outubro de 1591 dizia ao Provincial do Brasil, que podia mandar retirar os Padres que lá andavam. Assim o ordenou o P. Beliarte ⁴⁵. Mas três daqueles Padres tinham-se afeiçoado já ao novo campo de apostolado e obtiveram licença para ficar ⁴⁶. O P. Leonardo Arminio voltou. Tendo ido como superior e ficando prejudicada esta sua gestão pela situação de facto que achou, e sendo competente para professor de ciências teológicas, ao reorganizarem-se estas na Baía, tornou-se necessária a sua presença no Brasil para onde voltou ⁴⁷.

O P. Saloni faleceu em 1599. Num dado momento os três padres que se encontravam no Paraguai, Ortega, Filds e Lorenzana, este último vindo do Perú, tiveram que retirar-se por determinação do Visitador P. Paes. O P. Ortega foi levado preso a Lima. Apenas ficou o P. Filds, por estar adoentado. Recorreram os Superiores do Perú aos do Brasil pedindo de-novo Padres para a missão do Paraguai. Parece mesmo que o Visitador P. Paes, dada a falta de gente com que se debatia, queria entregá-la definitivamente ao Brasil. Filds, interpretando a opinião corrente dirigiu-se ao P. Geral, de Assunção, a 27 de janeiro de 1601, insistindo por aquela entrega, alegando a facilidade de comunicações com o Brasil, contraposta às difíceis e demoradas com o Perú ⁴⁸.

1557, a quem segue Azevedo Marques, nos seus *Apontamentos*, p. 214, GAY, *Hist. da República Jesuítica do Paraguay*, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.* 26 (1863) p. 39.

⁴⁴ ASTRÁIN, *Historia*, IV, 613. — ⁴⁵ *Bras.* XV, 397v, 409.

⁴⁶ Segundo Charlevoix, eles alcançaram licença do P. Arminio para ficar, ou antes « crurent devoir attendre un ordre de leur Provincial pour retourner à leur ancienne mission: et cet ordre ne vint point ». PIERRE FRANÇOIS XAVIER DE CHARLEVOIX, *Histoire du Paraguay*, I, (Paris, 1757), p. 288.

⁴⁷ O P. Leonardo Arminio, da diocese de Nápoles, partiu do Brasil como superior da Missão. O achar, no Tucumã, Padres do Perú, deve ter modificado ou anulado este cargo: contudo o catálogo de 1598, *Bras.* 5, 39, diz expressamente que « fuit superior Nostrorum quatuor annos in Missione Tucumanica ». Cf. *Bras.* 15, 369v (11°). Faleceu, no colégio de Pernambuco, a 24 de Julho de 1605. *Hist. Soc.* 43, f. 65v; *Anua de 1605-1606*, *Bras.* 8, f. 61.

⁴⁸ *Peruana. Hist. I*, N° 28; ASTRÁIN, *Historia*, IV, 625.

O P. Tolosa, Vice-Provincial do Brasil, escreve ao P. Geral em 25 de setembro de 1604, e, a propósito desta nova requisição de missionários feita pelo venerando P. Filds, pede que o Paraguai fique dependente da sua Província, como se pensara antigamente. Aduzia, como sempre, o argumento verdadeiro das comunicações, porque mais fácil era ir do Brasil a Buenos Aires, « que é a primeira cidade do Paraguai », do que do Peru ⁴⁹.

O requerimento do P. Provincial não foi deferido. Portanto, também ele não acedeu ao pedido de Padres, tanto mais que solicitavam agora missionários as regiões que se iam descobrindo e ocupando sucessivamente ao Norte do Brasil.

A solução definitiva só veio em 1607, com a fundação da Província independente do Paraguai, ordenada já desde 1604 pelo Padre Geral Cláudio Aquaviva ⁵⁰. A missão, porém, já tinha sido fundada desde 1588, e essa é a glória dos três Padres vindos do Brasil, Ortega, Saloni e Filds, que foram os primeiros a regar com os seus suores apostólicos aquelas históricas paragens. Ficaram algum tempo estes Padres, depois de chegar, em Santiago del Estero com o P. Barzana. Tendo porém adoecido este Padre, e não sabendo eles a língua do Tucumã, trasladaram-se todos três ao Paraguai, de certo com a anuência do P. Angulo, superior daquela Missão. Os Padres Saloni, Filds e Ortega foram recebidos festivamente pelo Governador e a gente principal na cidade de Assunção no dia 11 de agosto de 1588, verdadeira data inicial da Missão do Paraguai ⁵¹.

⁴⁹ « Los Padres que residen en Córdoba y en Tucumán me escriven que tienen alargada la residencia que tenían en el Paraguay en la Ciudad de la Asunción y los de aquella ciudad y los Padres también piden con mucha instancia que les den desta provincia remedio. Quedóse en la Asunción el Padre Thomas Fildí solo, por estar enfermo, y escribe sobre esto con grande lástima. Bien veo que desta provincia se puede mejor dar remedio aquellas almas que del Perú; porque de allá es mucha distancia y están faltos de gente. De acá por mar vase a Buenos Aires, que es la primera ciudad del Paraguay, en 20 días y van cada anno dos y tres navíos e vienen de allá, porque del Brasil se provian los moradores de aquellas partes. Por caridad trate V. R. con nuestro Padre General si será bueno que de acá se les de algun remedio si quiera *per modum missionis*. Bien me acuerdo que al principio así lo ordenó nuestro Padre, que el Paraguay fuese subieto al Brasil por la comodidad que dixe ay, mas después esfrióse esto por los Padres del Perú tomarlo a su cargo y agnora claramente dize el Provincial del Perú que no puede proveer y por esso largó la residencia », *Bras.* 8, f. 102.

⁵⁰ LOZANO, *Historia*, I, p. 545.

⁵¹ PASTELLS, *Paraguay*, I, 78; LEONHARDT, *Cartas Anuas de la Provincia del Paraguay, Chile y Tucumán, de la Compañía de Jesús*, I, (Buenos Aires, 1927) p. LXIX; PABLO HERNÁNDEZ, *Organización social de las Doctrinas Guaraníes de la Comp. de Jesús* I, (Barcelona, 1913) p. 5; LOZANO, *Historia*, tomo I, li-

A diversidade de nações dos seus fundadores, um português, um catalão, e um irlandês, é a imagem prévia da universalidade que havia de ter mais tarde esta célebre província.

Logo distribuíram entre si o campo de apostolado. O P. Saloni ficou como superior na capital e os outros dois partiram para o Guairá. Ao P. Saloni veio juntar-se depois o P. Barzana; e este, escrevendo ao seu Provincial, de Assunção, a 8 de setembro de 1594 diz:

« Em Santa Fé estive o P. Armínio, onde fez grande fruto com os Espanhois antes de regressar ao Brasil; e em Vila-Rica do Espírito Santo trabalharam, mais de dois anos, dois da Companhia tanto com Índios como com Espanhois, acudindo também ao Guairá que se achava sem sacerdote, e aos Espanhois que tinham fundado nova povoação havia coisa de dois anos nos Niguaras. Os três Padres, que vieram do Brasil, sabem muito bem o guaraní, pouco diferente do tupi; e o P. Manuel Ortega tomou a peito no Guairá o estudo da língua Ibirajara, nação numerosa e valente »⁵².

Paira alguma dúvida sobre a localização das cidades de Vila-Rica e Ciudad Real em que missionaram os Padres Ortega e Filds⁵³.

bro I; ASTRÁIN, IV, 613, tem que foi em 1587. Omite porém a estada dos Padres em Santiago del Estero.

⁵² Cf. PASTELLS, *Paraguay*, I, 97n. Também vieram depois em 1593 o P. Lorenzana e o Ir. del Águila, e o próprio P. Romero, Superior da Missão, por ali passou e trabalhou algum tempo (*2a parte de la Historia de la provincia de la Comp. de Jhs del Perú*, pp. 378-389, mss. Arch. S. I. Rom.)

⁵³ Segundo Funes, Ciudad Real, foi fundada em 1557 por Rui Dias Melgarejo, na boca do Piquiri a 3 léguas da vila de Ontiveros. GREGÓRIO FUNES, *Ensayo de la Historia civil de Buenos Aires, Tucuman y Paraguay*, 1º vol. 2a ed. (Buenos Aires, 1856), p. 99. O mesmo Melgarejo, diz Azara, fundou em 1576, Vila Rica do Espírito Santo, e em 1580, Santiago de Jerez ao sul do actual Estado do Mato Grosso. Diferem destas datas as que dá Pastells: Ciudad Real e Vila Rica, ambas em 1557, e Santiago de Jerez, em 1580. E elucida: Ciudad Real, destruída por los portugueses; Vila-Rica, desamparada e trasladada; Santiago de Jerez, desamparada. PASTELLS, *Paraguay*, I, p. 213; FÉLIX DE AZARA, *Descripción é Historia del Paraguay y del Río de la Plata*, vol. 2º, (Madrid, 1847), p. 202-206. O mapa de Seutterus de 1720 traz Guairá, na margem esquerda do Rio Paraná, entre o Piquiri e o Paranapanema. Ciudad Real vem assinalada na margem direita do Piquiri perto da confluência; Vila-Rica, na margem esquerda do Ivaí, muito no interior, a meio curso do rio (*Recens elaborata Mappa Geographica Regni Brasiliae*[...] per MATTH. SEUTTERUM, Sac. Caes. Maj. Geograph. Aug. Vind. — 1720, in ROCHA POMBO, *Hist. do Brasil, para o ensino secundário*, 17a ed. S. Paulo, s. d., p. 52-53). Interpretando-os, de-certo, descreve Leonhardt que Ciudad Real ficava nas margens do Piquiri; e Vila-Rica nas do Ivaí. O curso destes rios inclue-se todo dentro do actual Estado do Paraná no Brasil. TESCHAUER, inclina-se a fazer da barra do Paranapanema o centro do Guairá com uma periferia distante daquela mais ou menos três graus (*Historia do Rio Grande do Sul*, I, Porto Alegre, 1918, p. 114-115). Neste caso a actividade dos dois Padres ter-se-ia exercido em grande parte dentro do Brasil actual, nos três Estados de S. Paulo, Paraná e Mato-Grosso. Diz João Pedro

Nesta região do Guairá começaram, pois, o seu apostolado os dois Padres. Filds deu-se mais aos Espanhois; Ortega aos Índios. Foram recebidos com extraordinárias demonstrações de affecto. Daí voltaram a Assunção a servir aos empestados numa terrível epidemia, que grassava em tôda a América Meridional, atingindo os naturais da terra, consumindo famílias inteiras ⁵⁴.

Passada a peste, tornaram as suas missões. Em nove meses baptizaram mais de 6.500 pessoas e realizaram 2.800 casamentos ⁵⁵.

Não teriam estes Padres influído na formação das reduções do Paraguai? Pablo Hernández nega que os Jesuitas do Brasil influíssem nelas, aduzindo que só se fundaram vinte anos depois da sua chegada ⁵⁶.

Distinguindo a questão da fundação da questão da influência, concordamos que as *reduções* do Paraguai se fundaram mais tarde e que diferem dos *aldeamentos* do Brasil em muitos dos seus aspectos, condicionados pela topografia e pelo ambiente fluvial e mediterrâneo do Paraguai. Mas não se pode negar que os Padres do Brasil, já tinham visto agitar-se a questão da liberdade dos Índios e já os aldeamentos brasileiros se apresentavam com os seus contornos bem definidos e com o regime do governo temporal entregue aos Jesuitas, quando saíram do Brasil. Porque é que, habituados a este regime, não haviam de falar nele no Paraguai e propor coisa semelhante? Aliás um daqueles Padres, Filds, ainda teve contacto e viveu nas primeiras reduções quando chegaram novos missionários e se fundou a Província.

É incontestável que os Padres introduziram no Paraguai os métodos usados nas Aldeias da Baía. Fizeram um bom catecismo, « e com ele instruiu o P. Ortega aos catecúmenos ». Catequeses, cantos, procissões, e, sobretudo, por serem poucos, constantes excursões.

Gay que o nome de Guairá provém de um famoso cacique, assim chamado naquela região, povoada, antes da conquista dos Espanhois e Portugueses, por inúmeras tribus de índios. A dos Ibirajaras significa « senhores do garrote » por uns garrotes de que usam na guerra com destreza singular, diz o P. Ortega. Os Ibirajaras, notáveis pela sua ferocidade, que tinham sido amigos dos Espanhois, estavam então alçados contra eles. O P. Ortega aprendeu a sua língua, baptizou 2.800, casou perto de 1.400, e confessou a alguns que averiguou terem sido baptizados pelos Espanhois, quando eram amigos. O P. Ortega conseguiu que muitos d'elles se estabelecessem nas cercanias de Villa-Rica. (Carta do P. Ortega, transcrita em LOZANO I, p. 72; GAY, *História da República Jesuitica do Paraguay*, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.* p. 245-246).

⁵⁴ LOZANO, *História*, I, p. 63.

⁵⁵ LEONHARDT, *Cartas Anuas*, I, LXIX-LXX.

⁵⁶ PABLO HERNÁNDEZ, *Organización social*, I, p. 440.

Lozano conta, com grande luxo de pormenores, os trabalhos e perigos de que escaparam ⁵⁷.

A *Anua do Brasil* de 1590 no título *Missão do Paraguai* traz o seguinte:

« Ha quatro anos que dois dos nossos Padres, pedidos pelo Bispo do Tucumã, percorrem aquela vastíssima região que os Espanhois chamam Rio da Prata e a gente da terra Paraguai. Prêgam a palavra de Deus, confessam, fazem pazes entre os mal avindos e exercitam os demais ministérios da nossa Companhia. Pena é que tudo seja rodeado de tantos cardos e espinhos, pois quâsi que anda esquecida a religião, a piedade e os sacramentos, e a custo se encontra naquela terra sacerdote que sirva de cura ou pároco. Encontram-se muitas pessoas de ambos os sexos que ha mais de vinte ou trinta anos que se não confessam. Os Nossos, admirados de tão grande pesca, pedem Padres que os vão ajudar. Os próprios Governadores das cidades e as Câmaras (*senatus*) suplicam frequentemente em cartas ao Padre Provincial do Brasil que mande auxilio aos Nossos. Já se teria satisfeito a êste desejo se não fôsse a falta de operários. Contudo àqueles dois reuniu-se um terceiro. Mas ¿ que é isto para tantos? Os Nossos até agora não têm tido lugar nem casa fixa, percorrendo todas as povoações quer dos Espanhois quer dos Índios, a grandes distâncias umas das outras. Algumas distam por terra, a pé, mais de duzentas léguas. É tal a colheita que acham nestas missões que às vezes nem lhes fica tempo para comer. Basta dizer que só dois Padres em oito meses ouviram sete mil confissões a maior parte de toda a vida » ⁵⁸.

O Loco-Tenente do Governador do Rio da Prata, General Bartolomeu de Sandoval Ocampo, em provisão de 7 de Agôsto de 1595, diz que se não pode explicar todo o serviço que esses Padres da Companhia de Jesus prestaram na catequese, doutrina e administração dos sacramentos « tanto aos naturais como aos filhos e filhas dos Conquistadores e povoadores de toda esta *Gobernación* ». O mesmo teste-

⁵⁷ LOZANO, *Historia*, I, p. 70, A-propósito do catecismo, recordemos o que escreve o P. Pero Rodrigues, em carta de 7 de Maio de 1597, exaltando a unidade e extensão da língua tupi-guarani, que a « Arte desta língua [a Arte de Gramática de Anchieta] e as práticas e doutrinas que nela andam escritas servem também os Padres da Companhia que andam no Perú para ensinar os índios do Tucumã, do Rio da Prata e doutras terras que confinam com o Brasil » — AMADOR REBELO, *Compendio de alg. cartas*, (Lisboa 1598), p. 236-237.

⁵⁸ MARÇAL BELIARTE, *Notationes Annuae Brasiliensis Provinciae, anni 1590, e Bayensi Collegio, Calendis ian., anni 1591, Bras. XV, 367*. Outros ministérios em *Annuae Litt.* (1589), p. 466, Romae, 1591. No Guairá não existia cura à chegada dos Jesuítas ou por falta de sacerdotes ou, diz Lozano, por não quererem retirar-se para o « ângulo mais remoto de esta America Meridional » (LOZANO, *Hist.*, p. 59-60).

munham os Governadores João Ramírez de Velasco e Hernandarias de Saavedra. Em Vila-Rica construíram casa e Igreja, « a primeira que fez a Companhia de Jesus nas *Gobernaciones* do Paraguai e Rio da Prata »⁵⁹. Por sua vez Leonhardt, referindo que os Padres Angulo e Barzana, no exercício dos seus ministérios não tinham passado dos confins da Argentina e Bolívia, acrescenta que Ortega, Salóni e Filds foram os « primeiros apóstolos do Paraguai propriamente dito »⁶⁰.

*

Dos três Padres fundadores da Missão do Paraguai, o primeiro a falecer foi João Saloni, catalão, natural de Granadilla, diocese de Lérida. Entrou na Companhia em 1570. Veio de Barcelona para Lisboa com destino á Índia. O P. Visitador Valignano não o quis levar. Foi então para o Brasil. O Procurador em Lisboa, Vallereggió, pergunta para Roma em que Província ha-de carregar as despesas da vinda até Portugal. Em Roma escreveram uma nota ao lado: *O Brasil pediu-o*⁶¹. Embarcou em Lisboa em 1574. Missionou com o P. Braz Lourenço, logo em 1575, no Rio Real, fronteira dos estados actuais da Baía e Sergipe, e foi pouco depois superior de S. Paulo de Piratininga, durante seis anos. Dali conheceu directamente pessoas e terras do Paraguai. Em Assunção lançou os fundamentos da residência que havia de ser mais tarde Colégio da Companhia. Era a casa central da missão. Sobre ele recaiu o maior peso dos ministérios até 1599, ano em que faleceu de febres, apanhadas indo confessar um moribundo. Era homem

⁵⁹ PASTELLS, *Paraguay*, I, 78-82.

⁶⁰ LEONHARDT, *Cartas Anuas*, LXIX-LXX: LOZANO, *Historia*, I, p. 79. ANTONIO RUIZ DE MONTROYA, na sua *Conquista Espiritual hecha por los Religiosos de la Compañía de Jesus en las provincias del Paraguay, Paraná, Uruguay y Tape* conta da seguinte forma *Como los de la Compañía entraron á la provincia del Paraguay*: « Los Padres Provinciales del Perú enviaron algunos Padres por vía de misión á la ciudad de la Assuncion, que dista de la Villa de Potosí, último término de la Provincia del Perú, 500 léguas, en donde hicieron casa, predicaron e exercitaron los ministerios de la Compañía por algunos años; pero como los Superiores no pudiesen visitar esta residencia por la longitud de tierra, la deshicieron, llamando a los Padres. Sólo uno, llamado el P. Tomas Filds, irlandés de nación, hombre de muy madura edad y rara virtud, fue detenido allí con providencia del cielo para guarda de nuestra casa y iglesia, que aun con vivir el Padre en ella no faltaron Religiosos que deseasen ocuparla; pero el Padre con la esperanza que siempre tuvo de que havia de ser bien ocupada de nuestros Religiosos, que habian de acudir á la mies de indios gentiles que ya se iba sazonzando, nos la conservó » — Edição de Bilbao, 1902, p. 23. — Concisão talvez nimia, tratando-se de *Cómo los de la Compañía entraron á la provincia del Paraguay*. Os primeiros são sempre dignos de particular relevo!

⁶¹ *Lus.* 66, 237v.

de gran de virtude e paciência. Faleceu, diz Lozano, « na semana da Pascoa que caiu aquele ano por abril, aos 62 anos de sua idade, 29 de Companhia e pouco mais de dois de professo de 4 votos »⁶².

O P. Tomaz Filds (achamos o seu nome escrito das seguintes maneiras: Fihilly, Fildio, Phildius, Fildius, Fildi, Filde, Fili, Fids, Fields, Filds, este com mais frequência e por isso o adoptamos) nasceu em 1548 ou 1549 na diocese de Limerik, na Irlanda. Era filho de Guilherme Filds, médico, e de Genet Creah. Em virtude das suas crenças católicas teve que emigrar na adolescência para a França e Bélgica. Estudou letras humanas em Paris e Douai, três anos, e Filosofia em Lovaina, outros três, tomando o grau de mestre em Artes. Da Bélgica passou a Roma, onde entrou na Companhia, a 6 de outubro del 1574, no Noviciado de Santo André. Tinha 25 anos de idade⁶³.

Conta Du Toict que veio de Roma a pé até Portugal. De Lisboa embarcou em 1578 para o Brasil⁶⁴. O P. Filds missionou nos sertões do Brasil e em 1584 estava em S. Paulo de Piratininga. No Paraguai, além dos ministérios comuns a todos, coube-lhe a glória de ser o traço de união entre a missão fundada pelos Padres do Brasil e a Província do Paraguai, erecta em 1607. Tendo morrido o P. Saloni e indo para Lima preso o P. Ortega, e, retirando-se os Padres do Perú que os tinham vindo secundar (em 1602 havia oito Padres e dois Irmãos), ficou ele só durante muito tempo. Faleceu, já depois de fundada a Província, em Assunção provavelmente em 1613. Pouco antes escrevia o P. Diogo Gonzales estas palavras que pode-

⁶² LOZANO, *Historia*, I, p. 394, 404: mas o catálogo de 1584 (*Bras.* 5, 24) diz que tinha então 41 anos: segundo este cômputo, em 1599 teria 56 anos. Caixa, *Bras.* XV, 277; DEL TECHO, *Historia*, T. II, cap. 12, p. 44; LEONHARDT, *Cartas Anuas*, I, LXX.

⁶³ Lê-se no livro de entradas do Noviciado de Santo André, página referente ao dia 6 de outubro de 1574: « Thomas Phildius, 6º 8bris 1574. Examinatus nullum habere impedimentum repertus est. Natus annos 25 Limerici in Hibernia oriundus. Patris nomen erat Gulielmus Phildius qui medicinae scientiam callebat, matris Genet Creah, ambo mortem obiit. Parisiis et Duacii tres annos humanioribus litteris vacavit, Lovanii missus Philosophiae tres annos, ubi ad magisterium in artibus promotus fuit... Thomas Phildius » (assinatura autógrafa. — *Codex novitiorum Societatis Iesu qui Romae tyrocinium posuerunt ab anno 1565 ad annum 1586*, manuscrito não paginado, conservado no actual noviciado da Província romana da Companhia). É instrutivo aproximar desta a referencia muito mais simples do Catálogo de 1 de Janeiro de 1584: « Thomas Fildius, diaeces. limerecens. in Hybernia, annorum 32 firmæ valetudinis in Societatem admissus est anno 1574. studuit grammaticæ annos 4or et dialecticam audivit » (*Bras.* 5, 24v).

⁶⁴ De algumas cousas mais notaveis do Brasil, na *Rev. do Inst. Hist. Bras.*, 94, (1927) 378; FRANCO, *Synopsis*, no Catálogo do fim, chama-lhe italiano; outros (cf. LUIZ GONZAGA CABRAL, *Jesuitas no Brasil*, p. 199n) chamam-lhe escossês.

riam ser o epitáfio do P. Filds: « Grande obreiro de Índios e Espanhois »⁶⁵.

Manuel Ortega nasceu em Portugal, na diocese de Lamego, em 1561. Diz Lozano que o bispo de Lamego era irmão de sua mãe, senhora nobre e insigne benfeitora da Companhia⁶⁶. Entrou na Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro, a 8 de setembro de 1580. Indo muito novo para o Brasil aprendeu com facilidade a língua indígena, que lhe serviu à maravilha no Brasil e no Paraguai. Entre as suas inúmeras excursões apostólicas correu graves perigos. Enquanto esteve no Tucumã com o P. Barzana faltou-lhes de comer e chegaram a estar « cinco dias naturais contínuos sem provar bocado ». Disseram-lhes que daí a oito dias de caminho havia Espanhois que os poderiam socorrer. O P. Barzana ordenou ao P. Ortega que fôsse lá. Fêz a viagem com um índio em boas cavalgaduras, gastando apenas onze horas. Só por milagre não caiu nas mãos dos índios. Ele mesmo conta o caso, pormenorizadamente, em carta sua, que Lozano diz transcrever « a la letra »⁶⁷. Certo dia em 1597 para acudir aos Índios numa grande enchente do rio, na região de Santiago de Jerez [no actual Mato-Grosso], picou-se numa perna. Quando lhe arrancaram o espinho, no dia seguinte, era tarde e ficou a sofrer disso o resto da vida. Visitou três vezes aquela cidade. O campo principal do seu apostolado foram no

⁶⁵ LEONHARDT, *Cartas Anuas*, I, LXXI, 133, 154; Esta carta de Diogo Gonzales é de 19 de Janeiro de 1611 e diz que não ficaram em Assunção « sino yo y el P.e Thomas Fili que tiene 80 años y las enfermedades y flaquezas que essa edad suele acarrear ». A última referência, que vimos, de Filds é de 1613; e o seu nome não consta dos Catal. Defunct. *Hist. Soc.*, 41, 42, 43 (1557-1626). Ora del Techo, narrando a sua morte, omitindo ano e dia, diz que morreu de 80 anos de idade, Não seria aquela carta de Diogo Gonzáles que o levou a dizer isso? E não seria também este o motivo porque Gwynn e Hogan escrevem que faleceu em 1625 ou 1626? Se há outro fundamento desconhecemo-lo. Sobre o P. Filds, se podem ainda citar as seguintes obras: Edmund HOGAN S. I. *Irish Worthies of the sixteenth century: Father Thomas Field*. The Month 70 (1890) 345-358 e 514-524; reimpresso em *Distinguished Irishmen of th sixteenth Century*. First series (London, 1894) p. 128-162; Father Thomas Filds; Aubrey GWYNN S. I. *Father Thomas Fihilly S. I. (1549-1621)* in *The Irish Way* (London, 1932) p. 155-167. Gwynn indica no próprio título o ano da morte; Hogan escreve a p. 158 de *Distinguished Irishmen*: « In 1626 he died at Asuncion in the seventy-eight or eightieth year oh his age, and the fifty-second of his religious life, during which he spent about ten years in Brazil and forty in the missions of Paraguay, of which he and de Ortega were the founders and in which for more than three years he was the only representative of the Society ». — Cf. *Annaes da Bibl. Nac. do Rio de Janeiro*, VI, 1^o, (1879) p. 93; DEL TECHO, *Hist.*, VII, cap. XIX, 191; *Bras.* V, 24^v.

⁶⁶ LOZANO, *Historia*, I, p. 467.

⁶⁷ LOZANO, *ib.*, I, p. 29-30.

entanto as cidades de Ciudad Real e Vila-Rica no Guairá. Nesta última acusaram-no de violar o sigilo sacramental. Levado para Lima esteve preso, *stupente tota Peruvia*, em rigoroso cárcere, suspenso dos ministérios sacerdotais, às ordens da Inquisição, durante cinco meses. Consentiu depois o Santo Ofício que ficasse preso no Colégio de S. Paulo de Lima. Felizmente, o delator e caluniador, arrependido, confessou antes de morrer a falsidade da acusação. E, para mais eficácia, chamou um notário público de Vila-Rica que reduziu a auto as suas declarações. Quando estes documentos jurídicos chegaram a Lima, onde residia penitenciado, o P. Manuel Ortega foi conduzido ao Tribunal da Inquisição e declarado livre. Ao voltar num carro com o P. Cabredo, Reitor do Colégio, o povo, que soube logo a novidade aclamou com efusiva alegria pelas ruas da capital do Perú a inocência do P. Ortega.

Em 1607 foi escolhido para a Missão de Tarija, onde prestou grandes serviços aos Chiriguanos. Faleceu no dia 21 de outubro de 1622 no Colégio de Chuquisaca ⁶⁸. Tinha 61 anos de idade e 42 de Companhia, passados mais de 35 nas missões.

O P. Manuel Ortega, sofrido e obediente, cativo dos piratas, confessor da fé, apóstolo dos Ibirajaras, converteu milhares de almas e percorreu imensos territórios, então inexplorados, e que se repartem hoje pelas repúblicas do Brasil, Argentina, Paraguai (Uruguai?), Bolívia e Perú. É um dos grandes da América: *Adeo ut inter Americae Heroes iure merito computaretur* ⁶⁹.

⁶⁸ Hoje Sucre na Bolívia: « La antigua Chuquisaca india, llamada tambien Charcas y la Plata durante el coloniaje, cambió su nombre por el de Sucre » (*Geografía Universal*, Tomo V, América, Gallach, Barcelona p. 434).

⁶⁹ DEL TECHO, *Hist.*, II, cap. XXIII, 51; PASTELLS, *Paraguay*, I, 130, 221-223; BRAS. V, 21v, que o dá com 23 anos em 1584; ROCHA POMBO, *Hist. do Brasil*, V, p. 158, nota 2; COETLOSQUET, *Au Paraguay, Missionnaires et Oeuvres sociales*, in *l'Action Populaire*, n. 217, p. 9; LOZANO, *Historia*, I, p. 274-280, 458-469.

LES PREMIÈRES ORIGINES DES CONGRÉGATIONS MARIALES DANS LA COMPAGNIE DE JÉSUS

par ÉMILE VILLARET S. I. — Rome.

SUMMARY. — Recensentur et ex documentis describuntur nonnulla sodalitia quae, ante conditam a P. Leunis Congregationem Collegii Romani (1563), a sociis S. Ignatii primisque eius discipulis, necnon ab ipso S. Fundatore instituta sunt. Etsi non iam veri nominis Congregationes marianae nuncupari valent, notas tamen quasdam prae se ferunt quae indolem futurarum Congregationum iam satis adumbrare videntur, ut instituto Ioannis Leunis viam straxisse dicantur. Utrum et quomodo illius instituti ortum revera praeparaverint examinatur.

La genèse, au sein de la Compagnie de Jésus, des Congrégations de la Sainte Vierge présente un intérêt qui n'est pas de pure érudition.

On connaît les liens étroits qu'une collaboration de près de quatre siècles n'a fait que resserrer entre celles-ci et celle-là. On s'est plu maintes fois à faire remarquer la parenté de leurs physionomies. A la lumière des faits, ces relations d'origine, ces harmonieuses similitudes s'expliquent mieux. Même, certains problèmes d'ordre pratique touchant l'esprit authentique dont on veut rester animé, la légitime tradition dont on veut s'inspirer dans la marche en avant, trouvent plus aisément leur solution.

Tout autres en effet nous apparaissent ces relations selon que la Compagnie a adopté l'œuvre providentielle d'un de ses fils pour en faire un de ses grands instruments d'action ou que, inversement, celui-ci n'a fait qu'appliquer, dans son propre champ d'action, l'œuvre et la méthode de la Compagnie. L'esprit authentique et la légitime tradition seront-ils les mêmes si la postérité a adapté aux adultes et à l'activité extérieure une institution primitivement créée pour des élèves de collège ou si, inversement, Jean Leunis a lui-même adapté à l'activité nécessairement restreinte de la jeunesse scolaire ce qu'il avait vu pratiquer avec d'heureux fruits en d'autres milieux?

Il n'est pas question de dresser ici l'inventaire de toutes les associations, sodalités, confréries et autres où nous retrouverions des analogies plus ou moins lointaines avec quelques-uns des traits de nos Congrégations modernes. Les seuls groupements qui nous importent dans la question présente, sont ceux qui tiennent leur origine de la Compagnie de Jésus en son premier quart de siècle et qui,

par certains de leurs éléments caractéristiques, méritent vraiment d'être considérés, non sans doute comme des Congrégations de forme définitive, tout au moins comme des esquisses ou des ébauches des futures Congrégations. Encore n'avons-nous pas l'intention de les recenser au complet, ni la prétention de les connaître tous.

Le fait même de leur existence est indiscutable et n'a jamais été discuté ; la Congrégation du Collège Romain n'a jamais été alléguée comme un cas de génération spontanée. Tant s'en faut, que des écrivains, comme Spinelli, invoquent, en remontant très loin, la préhistoire des Congrégations Mariales en manière d'apologie « ne quis has piorum hominum Sodalitates seu Congregationes existimet novum esse ac recens inventum et idcirco eas non magnificiat » ¹. Sacchini après avoir mentionné à l'année 1563, l'initiative de Jean Leunis au Collège Romain, s'empresse d'ajouter : « Quamquam non Romae primum hi simplices discentium coetus exorti. Nam ante hunc annum Genuae et Perusiae mentionem eorum reperi deque insigni Perusinarum pietate anno priore quaedam prodidimus » ².

Jusqu'où devons-nous remonter pour trouver dans la Compagnie les premiers types de ce que furent dans la suite nos Congrégations ? Jusqu'à saint Ignace, à ses premiers compagnons et à ses disciples immédiats.

Repérons d'abord quelques jalons qui nous aideront, sinon à retracer toute la route, du moins à en reconstituer assez de tronçons pour nous permettre d'en conjecturer légitimement le dessin général. Les trouvailles de l'avenir pourront le préciser, le corriger probablement en plusieurs endroits ; nous ne croyons pas qu'elles le bouleverseront au point d'infirmier les conclusions qu'il nous suggère.

I.

A l'année même de l'institution de la Congrégation du Collège Romain par le Père Jean Leunis (1563), Sacchini place un fait intéressant survenu à Valladolid. Plusieurs années auparavant, les Pères du collège qui visitaient les prisons avaient été frappés du triste état dans lequel languissaient beaucoup de prisonniers qui manquaient d'aliments convenables et qui trouvaient difficilement des avocats et des procureurs bénévoles. Aucun remède n'avait paru plus opportun

¹ SPINELLI, *Maria Deipara, thronus Dei*, ed. Neapoli 1613, c. 40, n. 10, p. 585 seq.

² SACCHINI, *Historiae Societatis Iesu, pars II*, 1563, n. 7.

qu'une association chargée de pourvoir à ces deux besoins. Le projet avait été discuté, mais des obstacles l'avaient fait perdre de vue. Enfin, en cette année 1563, les efforts des Pères et des magistrats le firent aboutir.

« In eam [sodalitatem] Praeses, Iudices, Iurisconsulti, procuratoresque regii consilii dederunt nomen, civiumque praecipui quidam, qui praeter stipem, quam de suo conferebant, bini quaque hebdomada, initio ab Praeside facto eis ministratum adibant, atque aegris praecipue ea benignitate prospiciebant, ut eos laute quoque acciperent. In singulos praeterea Sodales singulorum causae distributae sunt, ut eas quam celerrime expediendas, et victos solvendas curarent »².

En 1562, au collège de Pérouse, dont le recteur était alors le Père Jean Nicolas de Notariis, une congrégation existait, sans que nous puissions dire exactement à quelle année remontait son origine⁴; Sacchini, qui nous la présente, fait l'éloge de ce groupe d'adolescents « qui in Sodalitatem ad studia pietatis instituenda nomina dederant ». Leurs proches s'émerveillaient de la transformation opérée en ces jeunes gens. Avides de consacrer les jours de fêtes aux exercices de piété, ils s'y appliquaient aussi avec une ferveur spéciale pendant les excès du carnaval. Tous admiraient leur attitude aux sermons et pendant la messe⁵.

Nous aimerions sans doute trouver, dans les sources auxquelles Sacchini a puisé, quelques détails plus précis. Du moins, comme nous le verrons, le nom de Jean Nicolas de Notariis, recteur du collège de Pérouse, donne à cette information une grande valeur.

Pour suivre, en remontant, l'ordre chronologique, nous empruntons encore à Sacchini le récit pittoresque de l'origine d'une congrégation peu banale qui naquit, en 1561, sur le bateau qui portait à Alexandrie le Père Christophe Rodriguez, légat de Pie IV auprès du Patriarche Copte :

« Homines circiter decem nobiles, ac ferme iuvenes, sodalitatem inter se minime probabilem ad iucunde licenterque vitam in commune ducendam coiverant. Singulis hebdomadis creabatur magister, cuius dicto sodales parent. Leges item sibi posuerant, nimirum proposito accommodatas: quas qui praeteriret certa pecunia mulctabatur. Horum curae ad hilaritatem con-

² SACCHINI, *ibid.* 1563, n. 90.

⁴ Il nous paraît assez probable que cette congrégation fut instituée tout au début du rectorat du Père Jean Nicolas de Notariis.

⁵ SACCHINI, 1562, n. 17.

versae omnes; horum in ore scurrilis dicacitas, petulantes cachinni, effrenis impietas, Christianos vix aliunde nosceres, quam quod religiosa Christianis nomina vel temere iurando violabant, vel execrationibus incessabant. Eoque erat difficilior ab tali vitae genere vocare, quod illo coniunctos foedere cum expugnare universos properosum, tum aggredi singulos vanum erat. Tamen et hos fusae ad Deum pro illis preces, comitas et exempla Patrum, ceterorum vectorum mutatio, pudor ipse paulatim vicit. Leges itaque praescripsere sibi prioribus longe dissimiles. Qui obscenum verbum proloqueretur, dicta multa est; qui temere iuraret, cui impia in Deum Divosque verba exciderent. Cautum ut quotidie singuli solemne precum officium Deiparae recitarent. Postremo etiam fuit ut singuli noxas sacerdoti aperirent proposita multa ni facerent idemque qui tulerat legem facto viam praeivit. Ut iam sancta Christi decuria esset, qui modo grex fuerat Epicuri »⁶.

Sous le provincialat de Jérôme Domenech et le rectorat de Paul d'Achille les nouvelles suivantes sont envoyées de Palerme au P. Laínez :

« Essendo qui molti devoti nostri che lungo tempo fa han frequentato la nostra chiesa e cominciato a gustare quanto suave sia il Signore, per maggior profitto loro s'è fatto de questi una compagnia per consiglio di nostri Padri, tra quali sono alcune persone d'assai buona qualità; e son tenuti a comunicare, per ordine fatto tra loro, ogni quindici giorni una volta, quantunque ciò faccino più spesso, e s'esercitano in diverse opere pie, come a sovvenir a poveri, in visitar gli hospitali, in metter pace fra dissidenti etc. et ogni otto giorni si congregano in una chiesa, dove imparano la dottrina christiana et trattano di quelle cose, che li possono esser utili nell'incominciato modo di vivere. N. Signore Iddio le cui opere sono perfette, li promovi ogni di più nel suo santo servitio, a maggior honore e gloria sua »⁷.

Florence possédait déjà, en 1560, une congrégation d'artisans sur laquelle le rédacteur des lettres quadrimestrielles du collège nous donne (15 janvier 1561) d'intéressantes indications :

« Si reducono qua al nostro collegio ogni giorno de festa certi buoni huomini artigiani che sono stati raunati apoco apoco dalli nostri, alli quali habiamo asignata una clase, li quali sono israelitici senza inganno, per che Idio è protector de puoveri. Sogliono, aiutati però da alcuno de nostri, spender tutti li giorni de festa in cantar laude et recitar l'officio della Madonna, sentir le prediche, comunicarsi ogni otto giorni et ogni quindici fanno la disciplina con molta divotione et lachryme »⁸.

⁶ SACCHINI, 1561, n. 140. — ⁷ MHSI, *Litt. quadrim.* VII, p. 30.

⁸ *Litt. quadrim.* VII, p. 83. Une lettre du 26 mars 1558 nous apprend que la congrégation des artisans existait déjà cette année-là et qu'elle comptait une quarantaine de membres. (*Litt. quadrim.* V, p. 588).

Les lettres du 8 janvier 1560 nous présentent une congrégation d'hommes à Sienne :

« Nec illud hic reticebo quod nuper Pater Rector quorundam virorum sane proborum congregationem instruxit qui in dies augentur et numero et studio virtutum, totamque civitatem ad Christum traducunt: hoc enim est eorum munus, reliquos ad mensam dominicam cohortari, aegrotos invisere, eisque opem ferre »⁹.

Revenons à Pérouse où nous rencontrons en 1559 une sorte de congrégation de prêtres dont les lettres quadrimestrielles nous parlent en ces termes :

« Un di quei sacerdoti de quali hora parlavo, huomo di molta virtù et grande autorità in questa città, suole convenire i giorni di festa con alcuni altri sacerdoti da bene ch'hanno cura d'anime, in un certo luoco, dove insieme trattano del modo d'aiutar l'anime, nella qual cosa tutti liberamente dicono il suo parere di quello che pensano esser più expediente per conseguire ciò che pretendono. Dipoi quel sacerdote da bene ch'è soprastante a questa impresa, commette a ciascuno quello che li pare che faccia nella settimana; et ogni mese vanno alcuni di loro alli maestri publici, acciocchè mandino li lor scolari a confessarsi da loro. Ma ogni giorno di festa, la prima cosa referisce ciascuno ciò ch'ha fatto nella settimana, di ciò che gl'è stato commesso. Delle quale cose già appariscono non piccioli frutti. Ringratiato sia l'autor di quelli Dio N. S. »¹⁰.

Vers la fin de 1558, sous le rectorat du P. Jean Pelletier, commença à Ferrare une congrégation d'hommes qui ne tarda pas à fleurir. Voici comment en parle le P. Jean de Lorraine, le 9 février 1559 :

« Hic a nobis est hominum societas instituta non multis abhinc diebus, qui sacrosanctum eucharistiae sacramentum octavo quoque die sumunt, sicque in omni virtutum genere proficiunt, ut verbo et exemplo multos non vulgares plebaeque notae homines iam ad idem faciendum commoverint, et plures ad sua nostris confitenda peccata excitant. Ipsi enim dominicis faestisque diebus, post concionem R. di P. rectoris vesperi in unam classium nostrarum conveniunt, ubi quae ad divinum amorem animos inflammare possunt, sedulo quisque peragit, nihilque praetermittunt quod vel ad sui demissionem, vel ad rudium ac tyronum aedificationem utilitatemque maximam pertineat. Id quod eo pluris facimus, quo rariores qui huiusmodi vivendi rationem sequantur, in hac civitate reperimus. Quem vero modum

⁹ *Litt. quadrim.* VI, p. 482.

¹⁰ *Litt. quadrim.* VI, p. 250 (1 juillet 1559).

in omnibus teneant, et quantum his delectentur, ad alia festinans, omittam. Quandoquidem qui eos videat, aliquid nostri instituti eosdem imbibisse fateatur necesse est » ¹¹.

Trois ans plus tard arrivent de bonnes nouvelles de cette congrégation : les séculiers qui la composent augmentent en nombre mais aussi en ferveur et promptitude à toutes les bonnes oeuvres. On signale leur persévérance dans la fréquentation des sacrements, le soin qu'ils ont pris de visiter et d'aider un asile d'orphelins et, d'une façon générale, l'édification qu'ils donnent à tous ¹².

La Congrégation « de la Pitié », à Padoue, avait fondé en 1558 et entretenait, comme une sorte de section, un refuge pour les femmes. Sur cette congrégation, le Père Ricasoli donne, dans une lettre du 16 juillet 1558, des détails assez circonstanciés. Elle devait son origine aux prédications du P. Benoit Palmio. Désireux d'assurer leur persévérance, un groupe de ses auditeurs, quarante ou cinquante, était venu consulter le Père. Sur son conseil se forma une congrégation, dite « de la Pitié », dont Palmio fixa la règle de vie :

« In primis, omnes istius congregationis oportet selectam propriae sanctitatis curam gerere; idcirco singulis diebus matutino tempore per dimidiam horam Deum precari atque eius auxilium petere debent, et noctu ante cubandi horam, singuli quae gesserint, per trientem horae examinare: singuli etiam quibusque mensibus confitentur, et sacrosanctam simul eucharistiam suscipiunt. Postea vero in rebus piis ac misericordiae operibus assidue se exercent, quibuscumque possunt vitae sanctimoniam persuadere conantes. Quo facilius autem id assequi valeant, pauperes, et eos praecipue qui omni prope humano auxilio destituti summa in necessitate rerum omnium sunt positi, propriis facultatibus et inquirendis eleemosinis adiuvant: inter eos quatuor existunt universae congregationis praefecti iuxta quatuor urbis partes dispositi; diebus festis omnibus convenientibus et circa pauperum officium consultantibus, singulis aliquid agendum praescribunt. Enixe etiam student vulgatas mulieres e tartari faucibus eripere, et ad perfectam vitae integritatem reducere. Quas ob res episcopus necnon urbis praetor miro eos amore prosequi videntur... » ¹³.

¹¹ *Litt. quadrim.* VI, p. 69.

¹² *Litt. quadrim.* VII, p. 182 (21 janvier 1561) - Quelques mois plus tard (1 septembre 1561), de nouvelles lettres annoncent : « Il frutto di detti che frequentano i Sacramenti è stato in questi quattro mesi per glorificar' la divina maestà perchè li huomini seguitano a congregarsi ogni festa in nostre scuole dopo la lettione, dove dicono alle volte il rosario della Madonna, alle volte le litanie, et poi trattano fra loro di cose pie provedendo a molte occorrenze di molto piacere a Dio Signor N. » Suit l'énumération de beaux exemples de vertus (*ibid.* p. 451).

¹³ *Litt. quadrim.* V, p. 752.

La même lettre poursuit en racontant comment, à l'exemple de la congrégation des hommes s'était formé un groupe analogue de dix-huit dames nobles qui, de tout leur pouvoir, exerçaient les mêmes oeuvres auprès des femmes et qui avaient la pratique de la confession et de la communion mensuelle ¹⁴.

Au collège de Florence, il y avait deux « sociétés » dont parlent les lettres du 26 décembre 1559 :

« unam eorum qui sunt grandiores natu, qui summa cum pietate singulis diebus festis, mane et vesperi conveniunt ad Beatissimae Virginis horas concinandas aliaque munia ad animae salutem pertinentia obeunda. Atque haec societas ita constituta est, ac tam praeclare in legem Domini affecta, ut vitae exemplo ac religionis observantia alios excitet et mirum in modum alliciat. Altera est puerorum societas, quorum animi sanctis virtutibus facile imbuuntur ac sacramentis frequentandis assuescunt. Hi etiam festis diebus in Domini nostri eiusque Virginis Matris divinas laudes decantandas libenter incumbunt » ¹⁵.

Il ne nous paraît pas certain que ces deux « sociétés » soient la continuation ou l'extension de la « Compagnie de communicants » dont parle le Père Louis du Coudret, alors recteur du Collège de Florence, dans sa lettre du 10 juillet 1557; nous croyons plutôt qu'il s'agit de congrégations distinctes et un peu postérieures.

« Qui ad imitatione del colleggio di Vineggia, di Genova et Napoli, havemo cominciato una compagna di comunicanti, cioè che si confessano ogni domenica et festa comandata et si comunicano, non occorrendo impedimento. Et doppo la comunione vengono tutti in una delle nostre schuole a dire gli sette salmi o le lettanie et leggere un capitolo di Giovan Gerson, [de imitatione Christi] et così doppo la predicha il dì. Insin adesso son già più di quaranta giovani et spero che sarà cosa di grande frutto » ¹⁶.

Dans le document qui précède, le Père du Coudret nous fournit une indication des plus précieuses quand il nous signale l'existence à Venise, à Gênes, à Naples, de groupements similaires qui auraient servi de modèle à celui de Florence; nous pouvons, en effet, grâce aux descriptions fragmentaires que nous découvrons sur chacun d'eux

¹⁴ *Litt. quadrim.* V, p. 453.

¹⁵ *Litt. quadrim.* VI, p. 416 - Une lettre postérieure, du 29 décembre 1561, nous apprend à la fois le nom de cette congrégation et le bien qu'elle faisait au collège : « perch' si è instituito una lor compagna che si chiama la compagna della Madonna » (*ibid.* VII, p. 607).

¹⁶ TACCHI-VENTURI, *Storia della Compagnia di Gesù in Italia* (2 éd.) vol. 1, parte 1, p. 267.

nous faire une idée un peu plus complète de la physionomie commune à ces diverses « compagnies de communians ».

Sur celle de Venise, le Recteur du Collège, le Père César Helmi donne quelques détails intéressants dans sa lettre du 24 octobre 1556 au Père Jacques Lainez. Ce qui frappait le plus les spectateurs, était de voir chez ces jeunes gens une telle modestie dans la prière et pendant le saint sacrifice :

« Quasi tutti questi, havendo havuto l'istruitioni over essercitii della prima settimana, et havendo gustata la dolcezza dell'orationi, lettioni et raggionamenti spirituali, per non si lasciar del tutto privar della medesima dolcezza, si sono dispartiti in molte parti, et hanno eletti alcuni che mostrano esser stati più essercitati nelle cose spirituali, acciò ognun de essi eletti habbia cura, chi di otto, chi di diece, et conduca a qualche chiesa: et ivi recitando l'officio della Madonna fin'a nona avanti la confession: poi si riconciliano et pigliano il santissimo Sacramento ogni domenica et quasi ogni festa, et quel che de tali giorni gli avanza, recitato che hanno la completa et sette psalmi penitenziali, attendono a legger' et parlar' delle cose de Dio, et con li loro raggionamenti tanti huomini convertono et conducono alla nostra chiesa per confessarli, che tutto mi commovono ad haverli una compassione grande a veder con quanto dolor' si partono, non potendosi confessar' nè pigliar' alcuna istruzione o modo de orar', et generalmente come desiderano confessarsi; et tanto più che, per esser gran parte poveri, non possono supplir' nelli giorni de lavoro, bisognandogli di lavorar per viver' »¹⁷.

Plusieurs documents des années 1557 et 1558 nous renseignent avec assez de précision sur le groupe de Gênes. Nous citerons ici la lettre du Père Bernard d'Ottono à Lainez en date du 1 juillet 1557 :

« Li giorni di festa si vede la cappella nostra piena di gente, et alcuni delli fratelli parlandoli, essortandoli, et inanimandoli procurano di tirarli

¹⁷ *Litt. quadrim.* IV, p. 550. - Une autre lettre du Père Helmi à saint Ignace (23 mai 1551) nous fait connaître l'origine dès cette année d'une autre congrégation, pour les hommes, à Venise : « Alcuni huomini da bene hanno fatto una Congregatione per riformar la loro vita et guadagnar alcuna anima a Christo, et hanno pigliato la cura d'insegnar la dottrina Christiana alli fanciulli, et desiderando de satisfar meglio a tal impresa, hanno fatto grande instantia col detto P. M. Andrea Frusio perchè andasse sua R. le domeniche et feste al luogo dove insegnano la detta dottrina, per vedere il modo che usano in insegnare, offerendosi star alla sua obedientia et correctione, et ancor acciò doppo che li putti sono partiti, facesse una poca declaratione a quelli della Congregatione detta sopra la dottrina christiana; et perchè detto P. M. Andrea è troppo occupato nell'altre occupationi spirituali, ho ordinato che si contentino ch'io abbia tal cura, et così incominciai la domenica della Pentecoste. Jesu Christo sia nostra guida in ogni nostra attione » (*Litt. quadrim.* I, p. 830).

alla frequentia della confessione et communione: donde si causa non piccolo frutto, imperochè quelli che già sono fermi et stabili nella via del spirito, s'ingegnano di aiutare et stabilire quelli che di nuovo vengono, et massime questo fanno li più principali et più provetti di quella compagnia di giovani (della quale già per altre nostre sarà stata avisata la R. V.). Questi giovani s'adunano ogni festa alla mattina in una delle schole nostre, et quivi a hora debita recitano l'ufficio della Madonna in tuono basso per più devotione, et anche acciò no sian uditi de forastieri; et poi, quando è tempo, sentono la messa; la quale finita, si comunicano tutti insieme con molta divotione, nè anche (quando possono) lascian d'udire la parola d'Iddio. Doppo desinare vanno a insegnare le cose più principali della dottrina, come il Paternoster, Ave Maria, Credo, comandamenti, etc. Qua vedresti alcuni di questi nobili et ricchi insegnare a poverissimi con tanta humilità et charità, che è cosa per laudare Iddio. Doppo d'havere insegnato, sentito il vespero et la lettione, se ritornano a congregare insieme; et poi quando è tempo, ciascuno se ne va a casa sua, benchè non se ne anderebbono, se non fossero in certo modo discacciati: tanto è grande il loro fervore »¹⁸.

Rien d'étonnant si, dans un pareil milieu, les vocations à la vie religieuse germaient en abondance.

Trois ans et demi plus tard, outre les bonnes nouvelles qu'on donne du progrès de cette Congrégation, on annonce la formation d'une autre qui s'est fondée parmi les hommes. Le premier but des confrères avait été d'assurer des aumônes aux malades pauvres. Mais s'étant adressés au P. Recteur du collège pour une meilleure direction, ils en reçurent le conseil de joindre l'aumône spirituelle à celle qui soulage le corps: leur bonnes paroles pouvaient instruire et consoler, détourner du péché et encourager à la fréquentation des sacrements; au besoin le don d'un livre pieux tendrait au même but. En quelques mois, cette action s'était étendue avec fruit à un nombre fort consolant de pécheurs; les membres de la première congrégation s'y étaient associés. Les jours de fête, les deux compagnies venaient recevoir les sacrements chez les Pères¹⁹.

Naples, qui sera bientôt un champ incomparable par le nombre, la variété et la fécondité apostolique de ses congrégations, se distin-

¹⁸ *Litt. quadrim.* V, p. 290. - Une autre lettre un peu antérieure du même Bernard d'Ottono soulignait le souci de la perfection personnelle: « ... sappia la P. V. che certi giovani hanno fatto una compagnia infra di loro acciò facendosi di molti animi uno, possino più commodamente attendere alle cose divine: si ragunano i giorni di festa nel collegio nostro la mattina, dove, confessatisi, si comunicano, et fatti più mondi, consumano il resto del tempo in opere buone... » (1 mars 1557 - *Litt. quadrim.* V, p. 127).

¹⁹ *Litt. quadrim.* VII, p. 5 (1 janvier 1561).

guait déjà en 1553. Ceci se passe du vivant de saint Ignace et c'est par des lettres adressées à lui-même que nous sommes renseignés. Le Père van Pelt lui écrivait, le 14 janvier 1554 que par les soins des Pères deux « sociétés », l'une d'hommes et l'autre de dames, se sont formées dans la ville. Celle des hommes a mis à son programme la communion tous les quinze jours, l'enseignement du catéchisme, l'apaisement des inimitiés alors si vives dans la ville, la propagande pour la fréquentation des sacrements; l'efficacité de son action aura comme garantie la sévérité du recrutement. La congrégation des dames, plus nombreuse, a la communion hebdomadaire, mais ses membres ne doivent catéchiser qu'au foyer domestique; la société a engagé la lutte contre l'usage de se farder et exclut rigoureusement toutes celles qui le pratiquent. Les deux congrégations se sont choisi leur préfet et obligent les candidats à faire une confession générale; d'accord avec l'évêque, leur protecteur, elles ont fixé un jour pour une communion générale, à l'église des Pères ²⁰.

Sur la congrégation des hommes, nous lisons plusieurs détails complémentaires intéressants dans une lettre du Père Araldus qui nous fait connaître en même temps le progrès réalisé en trois ans, ne fût-ce que par la fréquence des communions devenues pour le moins hebdomadaires. La congrégation compte déjà dans les cinquante membres, docteurs, prêtres instruits et zélés, d'autres de professions diverses. Parmi ceux qui sont encore libres de choisir leur vie, les vocations religieuses sont nombreuses. Le relateur ne tarit pas sur l'édification donnée par les confrères et qui lui rappelle la primitive église; mais il tient à détailler leurs bonnes œuvres: soin des hôpitaux, des sanctuaires, apostolat pour les vocations religieuses et la fréquentation des sacrements, correction des défauts et enseignement de la doctrine chrétienne ²¹.

Nous connaissons, par une lettre de Salmeron, alors Provincial de Naples, à Lainez, l'existence d'une autre congrégation d'hommes de la plus haute société de Naples. Après avoir défendu contre le Père de Madrid la congrégation dont nous venons de parler, il ajoute:

²⁰ *Litt. quadrim.* II, p. 667 - cf. *Chron. Pol.* IV, 1554, p. 174. - Salmeron, alors Provincial de Naples, écrivait à Lainez (oct. ou nov. 1560): « Muchos anos a que el P. M. Ignatio, nuestro Padre diò licencia para que se hiziesse una compaña de gente, que viene los domingos y fiestas á deprender la doctrina christiana, in una classe, y despues de la liçion, an tomado por devoçion de juntarse entre sí y de trattar de hazer obras pias, y principalmente en traer gente á comulgarse á la iglesia; y son causa de muchos, que por esta via se ganen, y se an ganado, para la frequentacion de los sacramentos ». (MHSI. *Epist. Salmeron*, I, p. 414).

²¹ Lettre à Polanco, 20 nov. 1557 - *Litt. quadrim.* V, p. 428.

« Tambien, ay otra compaignia de caballeros muy principales y amigos y benefactores, entre los quales uno es el duque de Monteleón, los quales una vez en la semana se juntan en una cámara nuestra para bablar de cosas pías, y de remediar en lo que puedán a los peccados y inconvenientes de la cibdad; y esto lo hazen sin ceremonias ni officios, y aun lo hazen una semana en nuestra casa y la otra en Sant Pablo ²² ».

A quel point saint Ignace s'intéressait à ces congrégations fondées de son temps et au sujet desquelles on lui écrivait, nous le savons par le *Chronicon* de Polanco qui nous le montre intervenant personnellement dans la question du nom à leur donner; il s'agit précisément de la Congrégation des hommes de Naples :

« Nullum nomen inditum initio Congregationi foeminarum (sed postea Congregatio devotarum Iesu dicta est); viri autem suae Congregationi nomen hoc acceperant, scilicet, Congregatio communicantium; postea, iuxta P. Ignatii iudicium, Congregatio venerationis Smi. Sacramenti dicta est ²³. »

Parmi les jésuites missionnaires de la première heure, un des plus héroïques et des plus féconds est incontestablement Gaspard Barzée, disciple de saint François Xavier. Polanco, dans son *Chronicon*, le montre organisant à Goa, au milieu de grandes difficultés, une sorte de congrégation éminemment apostolique. Notre église possédait entre autres reliques le chef d'une des compagnes de sainte Ursule; le Père Gaspard prit grand soin de la proposer à la vénération des fidèles :

« et confraternitatem quamdam sub nomine undecim millium virginum constitui curavit, quae ad animarum etiam auxilium aliquid conferret; et unum ex duobus altaribus ecclesiae nostrae Goënsis huic confraternitati assignatum fuit, et altare pretiosum confectum. . . . Huic confraternitati Pro-Rex nomen suum dedit. . . . et uno die fere quingenti nomina sua etiam dederunt, et alii deinde, qui omnes usque ad duo millia confratrum accesserunt. . . . Voluerat autem in hac nova confraternitate Virginum septuaginta duos homines inter caeteros confratres deligi, qui populares inviserent, et necessitatibus hominum providerent, et a peccatis advocare studerent. »

Devant l'inquiétude de la confrérie de la Miséricorde qui prenait ombrage du projet, Barzée renonça à cette sélection officielle. Les deux mille confrères travaillaient avec zèle principalement ? la conversion des concubinaires et à la réconciliation des ennemis. Ils apportaient au P. Barzée le catalogue de ceux-ci et, guidés par cette

²² Lettre à Lainez. - *Epist. Salmeron* I, p. 414.

²³ MHSI. *Chron. Pol.* IV, p. 174.

liste, trois missionnaires menaient à bien, dans les quartiers de la ville, un grand travail systématique d'apaisement et d'assainissement moral ²⁴.

L'attention des érudits s'est portée à plusieurs reprises sur le rôle du P. Sébastien Cabarrasius à Syracuse et son influence sur l'initiative du P. Jean Leunis au Collège Romain. Peut-être aborderons-nous quelque jour ce problème dont la solution ne nous intéresse pas directement ici. Un fait nous paraît acquis, s'il faut en croire des documents un peu postérieurs : c'est l'existence au collège de Syracuse, avant 1560, d'un petit groupe d'élèves qui se réunissaient tous les jours au pied de l'autel de la Sainte Vierge. Les lettres annuelles de 1605, relatant la mort du P. Sébastien Cabarrasius parlent de lui en ces termes :

« Nec minus est ponderis illud eiusdem Patris egregium pietatis facinus, memoria sane dignum, quod ipse, primus in Societate suscepit : nempe cogendarum sub Beatissimae Virginis tutelam concionum aliquot, quibus in eum modum verba facitabat de mortalis generis Patrona Deipara, eiusque in nos benignitate, ut eas, quas nunc Congregationes nuncupamus, instituerit Parthenias ²⁵ ».

Que l'initiative de Cabarrasius soit la première en date, nous ne pouvons plus l'admettre après les constatations précédentes. Qu'elle soit antérieure à celle du Collège Romain, il est assez difficile d'en douter. Déjà les lettres quadrimestrielles de 1557 nous montrent parmi les élèves du collège de Syracuse quelque chose qui rappelle assez nos actuelles Congrégations de collèges :

« Fra gli nostri discepoli non puochi più bisogno pareno havere di freno che di sperone a seguir la virtù ; imperocchè con grande desiderio attendono alle cose pie ; et se alcuna volta no fussero ritenuti, troppo al spesso frequentarebbono la santa comunione. Niente li possiamo dire che appartenga alla divocione et virtù, qual loro prontamente non ricevano. Ciascun principio di mese, secondo il costume della Compagnia, scrivono li santi occorrenti, et con gran divocione tra di se gli sortiscano. La matina et sera hannosi spontaneamente costituito il tempo dell'oratione et meditatione, il qual con diligentia osservano. Ne la scola ciascuna vigilia con grande veneratione et riverenza cantano gl'himni de santi occorrenti.

²⁴ *Chron. Pol.* II, p. 741.

²⁵ *Litt. ann. Prov. Sic. anni 1605*, p. 19 - Les textes mêmes d'AGUILERA (*Prov. Sic. ortus et res gestae*, t. 1, pp. 176 et 180) ne laissent pas de présenter quelque obscurité, voire quelques contrastes qui expliquent en partie comment son autorité a pu être invoquée par les tenants des opinions opposées.

Onde assai giovani sfrenati, mossi dal loro esempio, mirabilmente s'innamorono degli buoni et honesti studi. Di questi che hora habbiamo memorato, alcuni d'ottima espettatione fanno instantia per esser ricevuti nel colleggio. Il che più dimostrano con fatti che con parole, conciosiacosachè hanno, et honorano li soi maestri come superiori, et all'hora non solo sonno obedienti, ma etiamdio vedendo alcuno repugnare al suo maestro, il riprendono et tengono come ribelle » ²⁶.

Le *Chronicon* de Polanco, à l'année 1556, nous apprend également que certains habitués de l'église du collège de Syracuse se faisaient les auxiliaires des bonnes oeuvres des Pères :

« Charitas autem huiusmodi hominum, qui ecclesiam nostram frequentabant, ad alios iuvandos sese extendebat, et cum aliquem extra salutis viam incedere intelligebant, partim orationibus, partim exhortationibus, eos ad meliorem mentem revocare et a peccatis detertere studebant; et tanto studio ac diligentia id exequabantur, ut nihil illis charius quam animam aliquam iuvare et ad Christum adducere videretur » ²⁷.

C'est plus tôt encore, et surtout au cours des années 1547-1552, que les hommes les plus éminents de la première génération de la Compagnie se servent de congrégations comme de l'instrument le plus propre à étendre leur action apostolique et à en assurer après eux la durée. Ce que nous en connaissons est bien de nature à renforcer le crédit de traditions, d'ailleurs fort anciennes, relatives à d'autres congrégations de Sicile sur lesquelles les documents de première main, sans être muets, ne nous apportent pas les mêmes précisions.

Au cours d'une visite à Trapani, Jérôme Nadal avait fondé deux congrégations, l'une composée d'hommes de la noblesse pour soutenir une sorte de maison de retraite ou de refuge en faveur des jeunes filles et des femmes séparées de leurs maris dans l'attente de la réconciliation. De l'autre, lui-même écrit en ces termes à saint Ignace le 19 juin 1551 :

« S'accordò anche che si facessi una confraternita de persone principali, et che si potessi intrare qualsivoglia dapoi, i quali senza d'esser obbligati a pagar' nulla cosa, fossino tamen obligati a confessarsi et communi-

²⁶ *Litt. quadrim.* t. V, p. 305 (20 juillet 1557).

²⁷ *Chron. Pol.* VI, p. 300. Le *Chronicon* de Polanco ne nous dit pas expressément si cette activité des hommes qui fréquentaient alors l'église de la Compagnie à Syracuse s'exerçait à titre individuel ou bien à la manière d'une sorte d'association plus ou moins organisée. Pourtant ce que nous savons par ailleurs de Palerme (cf. supra, p. 28) et de Messine (cf. p. 38), où les lettres parlent précisément de telles organisations parmi les habitués des églises des Pères, donne à penser qu'il dut en être de même à Syracuse.

carsi al manco una volta al mese, et la domenica et feste sentir una exhortatione et attender ad opere pie etc., come particolarmente li feci certi capituli; et dicendo io a Sua Exc.a [le Vice-Roi] di questa congregatione, fu contento esser uno di loro, il che si desiderava per haver li altri alcuna authorità et rispetto. Il Signore li conforte nella sua sancta gratia sempre di bene in meglio » ²⁸.

Le zèle de Nadal n'était pas moins actif à Messine; s'inspirant, dit Aguilera, de l'exemple de Lainez et de Domenech qui s'étaient dévoués à Palerme au bien des prisonniers, il eut à coeur de les imiter à Messine. Encouragé par le Vice-Roi, il avait notamment institué une infirmerie dans la prison. C'était en 1552; il s'attendait alors à son prochain départ :

« Ne vero aegrotantibus deessent misericordiae praesidia, Sodalitatem coegit honestorum hominum qui, se abfuturo, languentibus solatio essent, delicatiora alimenta conferrent et de remediis cogitarent » ²⁹.

Plusieurs lettres de Nadal à saint Ignace le renseignent sur ce genre d'oeuvre. Il lui écrivait, en août 1549 :

« Entre las personas devotas, se han juntado, hasta 60, queriendo hazer una compañía para ayuda de los pobres envergonçantes y encarcelados, y nos piden alguna manera de bien regirse dessi mesmos y en la dicha obra pia, y veyse que van creciendo y confirmándose á gloria del Señor y á edificación pública. Las mugeres también tratan de imitallos en otra semejante congregación » ³⁰.

Quelques mois plus tard, en même temps qu'il donne à S. Ignace de bonnes nouvelles de la persévérance de cette congrégation et des espoirs qu'elle donne, il fournit quelque indication sur son recrutement : « Si hanno mossi certi homini divoti di casa, fino a 60, di quelli chi sogliono frequentar i sacramenti, a far una Congregation..... » ³¹.

L'éditeur de la correspondance de Nadal a tenu à signaler en note la portée de cette lettre pour l'histoire des congrégations mariales. Si nous n'avons plus les constitutions rédigées par Nadal pour cette congrégation, un indice permet de conjecturer qu'elle fut placée

²⁸ MHSI. *Epist. Nadal*, I, p. 107.

²⁹ AGUILERA, *Provinciae Siculae ortus et res gestae*, I, p. 96.

³⁰ *Epist. Nadal*, t. 1, p. 68.

³¹ *Epist. Nadal*, t. 1, p. 122. - Cette lettre datée de décembre 1551 par l'éditeur des *Monumenta* est en réalité de décembre 1549. Le Père Denis Fernandez qui a bien voulu nous indiquer cette rectification l'appuie sur des arguments indiscutables.

sous le patronage marial: c'est à la fête de l'Assomption, ou peu après, que se réunirent les soixante premiers membres dont parle le document. Ici comme pour d'autres institutions importantes de la Compagnie, Nadal semble avoir joué un rôle de premier plan, immédiatement après S. Ignace ³².

L'année précédente, en route pour la Sicile, Nadal avait déjà formé un groupe du même genre en Calabre, à Paula, patrie de saint François de Paule. Il en parle dans lettre écrite de Messine à saint Ignace, le 10 avril 1548.

« Se dió órden para que se hiziese una compañía de personas de bien, que se comulgasen muchas vezes; lo que plugo mucho al capitan y al archipreste, los quales han tomado el cuydado de perficionar esta obra, y ya cinco o seys gentileshombres de la dicha tierra eran dispuestos para ser de dicha compañía, y dos dellos en todo caso querian que io los confesase generalmente; 2º que por la mañana hagan oracion y à la noche el exámen de conciencia, 3º que se confesasen de ocho en ocho dias ó de 15 en 15, ó à lo ménos cada mes, 4º que se exerciten en obras generales de caridad » ³³.

Ce sont donc au moins deux ou trois congrégations que Nadal a fondées à Messine et deux à Trapani. Plus tard, dans une exhortation sur les ministères propres de la Compagnie, il fait encore mention d'une autre congrégation instituée par lui à Messine avec des sortes d'académies ou conférences religieuses et qui semble, d'après le contexte, avoir été une congrégation de prêtres:

« Est autem inter conciones et lectiones et hoc privatum verbi ministerium, aliud quasi medium, ubi scilicet aliquo conveniunt viri multi, ut de rebus spiritualibus colloquantur familiariter, aliquo conventum gubernante ac dirigente actiones. Hoc genere incoepimus nos uti Messanae in Sicilia, ubi erectum est collegium, sed rudi quodam modo. In templum nostrum conveniebant fere singulis diebus pii homines ex iis, qui nostris confitebantur et nostras audiebant lectiones ecclesiasticas ad nostrum aedituum. Is habebat paratum librum pium, quem legebat unus, alii attente audiebant, nonnumquam etiam inter se de rebus spiritualibus colloquebantur, Illud postea (ut audio) intermissum est. Romae, fuit, post illud tempus saecularium sacerdotum congregatio instituta ad divi Hieronymi, quae similem fere rationem observat » ³⁴.

De l'activité personnelle de Láinez en ce genre d'apostolat, Aguilera se borne à rapporter la fondation de deux sodalités, destinées,

³² *Epist. Nadal*, I, p. 68, n. 2 - cf. p. 36, n. 61.

³³ *Litt. quadrim.* I, p. 97. — ³⁴ *Epist. Nadal*, IV, p. 665.

l'une à l'assistance des orphelins, l'autre à la visite des prisons et à l'aide des prisonniers pour dettes³⁵. Mais dans une lettre écrite de Palerme, le 1 juin 1550, Lainéz lui-même donne à saint Ignace quelques détails curieux sur cette dernière congrégation, une congrégation de notaires, que nous trouvons mentionnée encore dans d'autres documents, et spécialement dans les lettres du Père Paul d'Achille, Provincial de Sicile³⁶. Le Frère belge Julien, compagnon du P. Domenech, avait déployé un grand zèle au service des prisonniers. Après sa mort, grâce sans doute à ses désirs et à ses prières, ajoute Lainéz, le vice-roi fit installer une bonne infirmerie, munie du nécessaire. Mais pour que l'oeuvre put se maintenir, il voulut que Domenech et Lainéz la recommandassent aux notaires de la région. Lui-même les convoqua et les encouragea, en les adressant aux Pères pour la manière de conduire l'oeuvre :

« Y venidos, se le hizo una exortación, y deliberaron del lugar donde se habían de congregar, y del día, y han elegido sus oficiales, y hecho sus capítulos, y hechò entre sí una colleta de una buena suma de dineros; y repartidos entre sí van á visitar las cárceles, y han sacado ya muchos dellos, ó pagando lo poco por que estaban, ó concertándolos con la parte. De manera que pensamos que Dios se ha de servir mucho con esta obra, y que estos serán muy á propósito par ayudalla, así por entenderse en los negoçios, y podellos encaminar, como porque tienen de lo suyo para dalles, como porque en los testamentos podrán sempre advertir y encomendar esta obra pía: allende que los notarios, como les essortamos, quieran primero enmendar sus vidas, y confessarse más á menudo, y hazer más oración y limosna, y más fatigarse por el próximo, de lo qual, por ser personas públicas y de confiança, no poco útil vendrá á la república »³⁷.

Nous avons vu, de 1548 à 1556, c'est-à-dire jusqu'à la mort de saint Ignace, ses compagnons et ses premiers disciples le tenir fidèlement au courant de ces sortes de congrégations par lesquelles ils exerçaient et amplifiaient leur ministère apostolique; nous l'avons vu intervenir personnellement dans le détail, par exemple pour les congrégations de Naples. Nous voici remontés à l'année 1547 et, cette fois, c'est lui-même que nous voyons instituer une véritable congrégation d'hommes. Il y a longtemps que le fait a été remarqué par les historiens des Congrégations et le P. Delplace y fait une rapide allusion. Les documents publiés par le P. Tacchi-Venturi nous renseignent suffisamment sur l'origine et le caractère de cette oeuvre.

³⁵ AGUILERA, *op. cit.* t. 1, p. 42.

³⁶ *Litt. quadrim.* I, p. 232. — ³⁷ MHSI. *Lainii monum.* I, p. 157.

Le premier de ces documents est la déposition, au procès de béatification de saint Ignace, du fils d'un des membres de la congrégation dont nous parlons :

« Del tempo del padre Ignatio, quando predicava in Santa Maria della Strada, si soleva raccomandare li poveri, et quelle elemosine che si raccoglievano, il padre Ignatio non volse che l'intricassero; ma fece elettione di dodici huomini, tra li quali fu mio padre, li quali avessero cura di distribuire queste elemosine. Li quali dodici qualche volta si congregavano, quando alla Minerba, quando alla Pace, a Santo Agostino, per non havere luogo fermo; et poi, volendo erigere li padri di S.to Agostino²⁸ una Compagnia del S.mo Sacramento, fecero che di consenso del padre Ignatio questi dodici pigliassero la cura dell'altare del S.mo Sacramento. Et così la Compagnia havendo la cura di queste elemosine, si è sempre trattenuta dopo in Santo Apostolo sino adesso; la quale sempre è stata sotto la raccomandatione di Generali del Gesù, alli quali, quando si mutano gli ufficiali, essi ufficiali novi vanno a baciare le mani come a suo Superiore. Et questi signori della compagnia vanno distribuendo l'elemosine alli poveri vergognosi di Roma et ancora a poveri infermi, come sempre hanno fatto dal tempo del padre Ignatio sino adesso »²⁹.

Le second document nous intéresse en particulier par l'intervention d'un personnage qui jouera plus tard un rôle important dans le développement à travers le monde des Congrégations de la Sainte Vierge. Ce document appartient aux archives de l'archiconfrérie des SS. XII Apôtres, il date de 1592 :

« La compagnia de' SS. Apostoli hebbe principio a tempo di Paolo III con occasione che, non potendo li padri del Gesù, de quali all' hora era generale il p. Egnatio, attendere a raccorre l'elemosine delle prediche et distribuirle a poveri, fecero quei padri elettione di XII gentiluomini timorati di Dio che pigliassero questa cura con alcuni ordini conformi al bisogno dell'opera; la quale in spazio di breve tempo si venne tuttavia augumentando di operarij esemplari, onde da molti erano offerte elemosine perchè si distribuissero per le loro mani. Questi si congregavano due volte la settimana, nel principio nella casa de' padri; poi per la strettezza del luogo, si congregorno nel monasterio de' SS. Apostoli, dove a quel tempo predicava frate Felice da Montalto, che fu Sisto V; et essendosi per opera sua eretta la compagnia del SS.mo Sacramento in quella chiesa, fece con li sopradetti gentiluomini che si unissero ad essa, si come si compiacquero di fare col

²⁸ Le texte est fautif; il faut lire, au lieu de S. Agostino, S. Apostolo, ainsi qu'il appert clairement du contexte et que le note le P. TACCHI-VENTURI, *Storia della Compagnia di Gesù in Italia* t. 1^o, p. 321, n. 2.

²⁹ *Acta Beatif. B. Ignatii Loyolae*, cité par le P. TACCHI-VENTURI, *op. cit.* p. 321.

concorso de' padri di Gesù; et così, poi unita, si chiamò de' SS. Apostoli, et si ordinò che non vi potessero entrare se non persone benestanti et di buona et christiana vita, di età conveniente et approvati dalla compagnia, nella quale furono stabiliti gli statuti, col progresso di tempo, concernenti il governo di questa opera et approvati dalla santa Sede Apostolica et fu fatto primo protettore il cardinal Dandino » ⁴⁰.

Remontons encore jusqu'en 1540, année de la naissance officielle de la Compagnie de Jésus. C'est à cette année que la Congrégation du très saint nom de Jésus, à Parme, assigne la date de sa fondation par le bienheureux Pierre Favre. Elle a même fait poser au fronton de son église l'inscription suivante pour en perpétuer la mémoire:

« Oratorium sub titulo — Sancti Ioannis Baptistae Decollati — Congregationis — Sanctissimi Nominis Iesu — a Patre Petro Fabro — Sancti Ignatii Loyolae — Societatis Iesu Fundatoris — Filio primogenito erectae — Ad maiorem Dei gloriam et animarum salutem — Anno 1540 » ⁴¹.

Quelques objections relatives à cette paternité du bienheureux sont loin d'être convaincantes. En tous cas, si l'on peut discuter sur le mode de cette paternité, elle est en elle-même indiscutable.

La Congrégation, qui avait pris par dévotion (le fait n'est pas unique) le nom de Compagnie du Gesù, ou de Congrégation du très saint nom de Jésus, s'adressait, le 17 janvier 1558, au Père Laínez, alors Général de la Compagnie, lui demandant des Pères pour la diriger; elle s'appuyait sur la tradition de son origine:

« Sono molti anni che hebbe principio in questa nostra città, ancora che piena d'ogni male esempio, una nostra compagnia detta la compagnia del Giesù, ne la quale si ritrova assai honesto numero di laici; et hebbe principio con lo aiuto de vostri Padri della vostra santa Compagnia, i quali col fuoco della vivace carità, che sempre si truova in quella santissima congregazione ardentissima, possero tanto di caldo dello amore divino a tutta questa compagnia, che insino adesso sotto questa insegna e con le armi spirituali insegnatici siamo andati perseverando et essercitandosi per quanto ne viene concesso da sua divina Maiestà nelli essertii spirituali ».

Et la supplique, après un long éloge de la Compagnie de Jésus, formule expressément sa demande:

⁴⁰ Archiv. dell'Arciconfraternita dei SS. XII Apostoli, t. 300, fasc. 1 « 1592 Della compagnia de SS. Apostoli. Visitatio » (TACCHI-VENTURI, *op. cit.* p. 322).

⁴¹ MHSI. *Mon. Fabri*, p. 38.

« di mandarci almeno due, se non più, di quei vostri sacerdoti di quella vostra honorata, e santissima congregazione, i quali habbiano esser maestri nostri, riformatori e perpetui conservatori di questa nostra compagnia, acciò siccome da voi ha già habbuto il principio, da voi anchora conseguisca il mezzo et il fine » ⁴².

Le séjour de Pierre Favre à Parme fut de courte durée, guère plus d'une année; Lainez y était resté moins de temps encore. Lorsque, sur l'ordre du Souverain Pontife, le bienheureux accompagna le D. Pierre Ortiz à la diète de Worms, les hommes de la Congrégation avaient tout fait pour le retenir; ils le supplièrent de compenser partiellement son absence en leur laissant du moins des avis qui fussent désormais comme leur règle et leur programme de vie. Ce programme ressemble bien fort, dans sa substance comme dans son esprit, à celui des futures Congrégations de la Sainte Vierge et même peut-être plus encore à celui des » ristretti » ou sections de ferveur. Pour la vie spirituelle: méditation, examens, messe, confession spirituelle et communion spirituelle tous les jours; il ajoute:

« Questo comunicarsi spiritualmente ogni giorno sarà un'efficacissima preparazione per la comunione sacramentale, nè più nè meno che la quotidiana confessione spirituale è una efficace preparazione per ben confessarsi nel tempo ordinato con il confessore... Non vogliate anco mai mancare di confessarvi et comunicarvi almeno ogni settimana una volta » ⁴³.

Pour l'ordre dans les oeuvres extérieures:

« Di modo fate, che Dio sia il primo che vi mova a tale fatica, anche al riposo. Il secondo sia l'anima vostra: dopo l'anima vostra, per niuna cosa vi vogliate affaticare più che per l'anima del prossimo vostro, o di casa o di fuori: dopo l'anima del prossimo, l'intencion vostra sarà il corpo vostro: dopo il corpo proprio, sia il corpo del prossimo; et per ultimo sia la robba et altre cose necessarie per li corpi... Quanto tocca al prossimo, guarda che l'anima sua, potendosi fare, sia prima provista, che è il tuo proprio corpo, di modo che se un medesimo rimedio fosse in poter tuo, per difenderti dalla morte corporale, et lui dalla morte dell'anima, che saria il peccato mortale, tu devi più presto provvedere a tal male del prossimo, che al tuo corporale » ⁴⁴.

Parmi ces oeuvres qui étaient encore en honneur soixante ans après le départ du bienheureux, Orlandini cite le soin des pauvres honteux, l'instruction religieuse des ignorants, l'assistance des condamnés à mort:

⁴² *Mon. Lainii* II, p. 44, cf. *Mon. Fabri* p. 39.

⁴³ *Mon. Fabri*, p. 41 sq. — ⁴⁴ *Mon. Fabri*, p. 43.

« eademque semper (fuit) quasi quaedam procreatrix ac parens plurimae variaequae in ea urbe pietatis, plurimaeque item sobolis, quae ex communi vulgarique vita ad coenobiticam religiosamque se transfert »⁴⁵.

Pépinière de vocations sacerdotales et religieuses, la Congrégation de Parme a donné notamment à la Compagnie son protomartyr Antoine Criminale et trois hommes des plus éminents de la première génération : Paul Achille, Jérôme Domenech, Benoît Palmio. Tous trois ont eu une part notable dans la préhistoire des Congrégations de la Sainte Vierge⁴⁶.

II.

Personne ne s'attendait, assurément, à trouver dans cette période « préhistorique » des Congrégations, une formule universelle et rigoureusement définie, une coordination systématique et hiérarchique que, même au lendemain des bulles de Sixte V, Acquaviva se garda bien d'introduire dans ses règles communes. Pourtant, on a pu discerner les traits caractéristiques qui, à travers la tradition séculaire, donnent aux Congrégations cette physionomie, toujours identique à elle-même dans la continuelle mobilité de son expression.

À la lumière des règles qui définissent et décrivent les Congrégations de la Sainte Vierge, soulignons quelques-uns de ces traits que nous avons rencontrés dans les exemples rapportés plus haut. On ne s'étonnera pas de ne pas les trouver tous rigoureusement dessinés et synthétisés dans chacun de ces groupements que, précisément nous avons appelés ébauches ou esquisses des futures Congrégations.

Le premier trait est celui d'une vie chrétienne, spirituelle et intérieure, intense. Cette vie, déjà parvenue à un degré qui dépasse le niveau moyen des bons fidèles, mais accompagnée du désir d'y progresser toujours davantage, est exigée comme condition d'admission. Ainsi la Congrégation des XII Apôtres fondée par Saint Ignace fut formée de « gentilhuomini timorati di Dio »⁴⁷ choisis par les Pères et, quand elle vint à s'accroître de nouveaux membres, « si ordinò che non vi potessero entrare se non persone benestanti et di buona et christiana vita »⁴⁸. Ainsi également à Palerme où « essen- do molti devoti nostri che longo tempo fa han frequentato la nostra

⁴⁵ ORLANDINI, *Historiae Soc. Iesu pars prima*, t. 2, n. 107.

⁴⁶ SACCHINI, 1564, n. 62. — ⁴⁷ v. *supra*, p. 41. — ⁴⁸ *ibid.*

chiesa e cominciato a gustare quanto suave sia il Signore, per maggior profitto loro s'è fatto de questi una compagnia » ⁴⁹. A Padoue, il est expressément déclaré que « omnes istius congregationis oportet electam propriae sanctitatis curam gerere » ⁵⁰. En plusieurs cas, la congrégation est présentée comme le moyen de choix pour promouvoir la dévotion obtenue comme fruit de la première semaine des Exercices spirituels : nous l'avons constaté par exemple à Venise ⁵¹. On se rappelle les précisions des congrégations de Naples : dans celle des hommes, « decreverunt nullum, nisi exploratae vitae contubernalem admittere » ; et dans celle des dames, « fuci, gypsi et id genus emplasmatis usum, quibus sexus ille hic vultus turpissime inficere solet, ipsaemet sibi interdixerunt, nec fucatam ullam quantumvis acriter instantem, in sociam adsumunt » ⁵². Nous avons même vu, par exemple en deux congrégations de Naples, l'obligation, pour les candidats, de la confession générale avant leur admission ⁵³.

Quant à la pratique de la vie spirituelle chez les congréganistes déjà admis, si les règles n'imposent pas toujours explicitement toutes les nombreuses méditations, examens, confessions et communions spirituelles prescrites aux congréganistes de Parme par Pierre Favre ⁵⁴, nous la trouvons néanmoins poussée assez avant, tant pour les exercices de piété, comme à Padoue ⁵⁵ que pour les exercices de

⁴⁹ p. 28 — ⁵⁰ p. 30. — ⁵¹ p. 32 — ⁵² p. 34 — ⁵³ p. 34.

⁵⁴ *Mon. Fabri*, p. 41 : « Il modo et ordine che tenerete ogni giorno sia questo. Prima ogni sera inanti ch'andiate a dormire, inginocchiati, metterete alla memoria vostra le quattro cose ultime, cioè la morte, il giudicio, l'inferno et il paradiso, stando sopra di quelle per spacio di tre padri nostri et tre avemarie : dopo immediatamente, farete l'esame della consciencia vostra... Fatto questo, pregarete il Signore che vi dia la bona notte, et a tutti gl'altri vivi, et qualche refrigerio alli morti, dicendo per questo tre padri nostri et tre avemarie... La mattina avanti l'altre cose direte all'inteso modo tre padri nostri et tre avemarie acciò che voi et tutti gl'altri vivi... Havendo ancora tempo, inanti al crocifisso o nella messa, ascoltarete qualche parola, o pensarete qualche attione di Cristo, nella quale possiate specchiarvi et eccitarvi al ben vivere non solamente quel giorno, ma etiam sempre così facendo... ». (Après quelques avis sur la messe, la communion et confession spirituelles, il continue) : « Questo comunicarsi spiritualmente ogni giorno sarà un'efficacissima preparazione per la comunione sacramentale, nè più nè meno che la quotidiana confessione spirituale è una efficace preparazione per ben confessarse nel tempo ordinato con il confessore... Fate adunque di modo che sempre la mattina habbiat memoria della santa comunione passata nella metà del tempo, e della futura nell'altra metà. Così facendo mostrarete che havete riverenza alla comunione ; altramente sarà pericolo che mai habbiat perfetto appetito di tal cibo... L'altre cose spirituali, dico l'oracione et meditatione, nelle quali sete soliti occuparvi ogni giorno, fate che tutte siano ordinate a qualunque o a tutti questi tre effetti, cioè ad honore del Signore Iddio et delli santi suoi, alla salute vostra et alla salute del prossimo vivo et morto ». — ⁵⁵ p. 30.

mortification. Souvenons-nous entre autres de ces bons artisans de Florence qui, en outre de leurs prières, réunions de piété, communions, « ogni quindeci giorni fanno la disciplina con molta divotione et lachryme »⁵⁶.

Presque dans tous les cas, la fréquence des réunions est clairement indiquée et la plupart du temps nous avons vu que ces réunions se tenaient au moins tous les quinze jours, le plus souvent chaque semaine, avec un programme fort semblable à celui que traceront les règles communes depuis celles de 1587 jusqu'à celles de 1910⁵⁷.

Une des notes les plus universellement explicites est la fréquentation des sacrements. En ce milieu du XVI^e siècle (1540-1563), elle était rare même parmi les chrétiens les plus fervents. Or, sans parler des congrégations instituées précisément pour promouvoir l'usage de la communion⁵⁸, toutes celles que nous avons trouvées sur notre route, non seulement recommandent la communion fréquente et très fréquente, mais elles la prescrivent dans leurs règles, dépassant largement les prescriptions de toutes les règles communes postérieures depuis Claude Acquaviva jusqu'à nos jours. Bien rares en effet sont celles qui se contentent de la communion mensuelle ; la plupart fixent comme minimum la communion de tous les quinze jours et même la communion hebdomadaire. Nous avons noté la réflexion de Pierre Favre : « Non vogliate anco mai mancare di confessarvi et comunicarvi almeno ogni settimana una volta. » Les documents nous informent d'ailleurs presque toujours que le minimum exigé par la règle est communément dépassé dans la pratique⁵⁹.

⁵⁶ p. 28 - cf. v. g. Ferrare, p. 29, 30 ; Naples p. 34 sq. ; Messine, p. 39 ; Palerme, p. 40.

⁵⁷ Palerme, p. 28 ; Florence, pp. 28, 31 ; Pérouse, p. 29 ; Ferrare, p. 29 ; Padoue, p. 30 ; Venise, p. 32 ; Gênes, pp. 32, 33 ; Naples, pp. 34, 35 ; Trapani, p. 38. La Congrégation des XII Apôtres fondée par S. Ignace a dès le début ses réunions deux fois par semaine, d'abord au Gesù puis en divers lieux et finalement à l'église des XII Apôtres, p. 41.

⁵⁸ Florence, p. 31 ; Venise, p. 32 ; Gênes, p. 32 sq. ; Naples, pp. 34 : « la comunione di otto giorni et più spesso alcuni. »

⁵⁹ p. 43. cf. Palerme, p. 28 « son tenuti a communicarse, per ordine fatto tra loro, ogni quindeci giorni una volta, quantunque ciò faccino più spesso » ; Florence, Congrégation des artisans, p. 28 « ogni otto giorni ». Ferrare, p. 29 « octavo quoque die » ; Padoue, p. 30 : il s'agit de la communion générale qui est mensuelle « singuli etiam quibusque mensibus confitentur, et sacrosanctam simul eucharistiam suscipiunt. » ; Gênes, p. 33 : « l'una et l'altra compagnia (celle des hommes et celle dite 'des communicants') vien da noi ogni festa et frequenta i santissimi sacramenti con grande allegrezza. » ; Syracuse, p. 36 « se alcuna volta no fussero ritenuti, trop-

On a pu reconnaître le caractère marial d'un certain nombre au moins de ces congrégations primitives. Il est intéressant de noter que, malgré la variété des lieux, des personnes, des oeuvres, la dévotion à Marie est au centre de la vie de ces congréganistes et que, tout spécialement, la récitation du Petit Office est expressément signalée comme exercice de piété officiel en divers groupes; nous la trouvons par exemple, dans des congrégations d'artisans comme celle de Florence, même dans les moins classiques comme l'étrange congrégation des jeunes étourdis convertis sur le bateau qui les portait joyeusement en Egypte⁶⁰. D'autres comme à Ferrare, récitent le Rosaire⁶¹. Nos sources disent souvent qu'elles omettent plus qu'elles ne rapportent; en revanche, telles indications qu'elles fournissent incidemment autorisent certaines assimilations. Par exemple, nous savons que la « compagnie de communians » de Florence est instituée « ad imitatione del Collegio di Vineggia, di Genova, d Napoli ». Mais à Florence, à Venise et à Gênes, on récite l'Office de la Sainte Vierge. Est-il donc trop hardi de conjecturer qu'on le récitait aussi à Naples et encore à Pérouse, dont le Recteur, Jean Nicolas de Notariis, était l'un des premiers congréganistes de Naples?

Il serait superflu, après les exemples allégués dans la première partie de ce travail, d'insister sur l'activité extérieure de ces congrégations « préhistoriques ». Cette activité présente déjà la note distinctive qu'elles garderont à travers toute la tradition: elle apparaît clairement comme l'épanouissement au dehors de la vie spirituelle personnelle des congréganistes. La relation sur la congrégation des hommes à Ferrare le déclare explicitement: « ... sicque in

po al spesso frequentarebbono la santa comunione! »; Trapani, p. 37 sq. « al manco una volta al mese. »; Messine, p. 39 « que se comulgasen muchas vezes. »

⁶⁰ Florence, artisans, p. 28; la Congrégation des jeunes convertis, p. 28; les diverses Congrégations du collège de Florence, p. 31; Venise, p. 32; Gênes, p. 33.

⁶¹ p. 30, note 12. - Nous avons lu plus haut, p. 38, la réflexion de l'éditeur de Nadal sur le caractère marial de la Congrégation fondée par lui à Messine. Il nous paraît certain en effet, à défaut de déclaration explicite, que l'inauguration de la Congrégation eut lieu plus probablement le jour de la fête, en tous cas l'un des jours qui la suivirent immédiatement; et en second lieu que le choix de la fête fut intentionnel. La première constatation ressort avec évidence du fait que la lettre de Nadal, qui raconte avec enthousiasme la célébration de la fête, n'est pourtant pas la dernière lettre que Nadal adressa à saint Ignace au cours du même mois d'août. Quant à l'intention, il semble bien qu'on puisse la conclure de cet autre fait que ladite lettre ne parle que de deux choses: la fête de l'Assomption célébrée avec un empressement extraordinaire dans notre église et l'origine de la Congrégation des soixante. - cf. p. 31, n. 15 à Florence « che si chiama la Compagnia della Madonna. »

omni virtutum genere proficiunt, ut verbo et exemplo multos non vulgares plebeaque notae homines iam ad idem faciendum commoverint et plures ad sua nostris confitenda peccata excitarint ⁶². » Nous avons fait souvent cette constatation, par exemple à Syracuse, à Trapani, à Messine, à Palerme comme Lainéz lui-même le note de la Congrégation des notaires : « . . . quieren primero enmendar sus vidas, y confessarse más á menudo, y hazer más oración y limosna, y más fatigarse por el próximo ⁶³ ».

Les oeuvres en honneur dès les premiers temps sont celles qui dans la suite deviendront les plus chères aux congréganistes, celles que toutes les règles, à partir de celles d'Acquaviva, recommanderont explicitement entre toutes et dont les règles de 1910 attesteront le caractère traditionnel : « Haec opera erunt potissimum doctrinae christianae instructio, visitationes aegrotorum in hospitalibus et eorum qui in carceribus detinentur, quibus operibus magno zelo sese dedicarunt antiquae Congregationes » ⁶⁴. Très fréquentes aussi ces oeuvres également traditionnelles de l'assistance des pauvres honteux, de la réconciliation des ennemis. On se souvient des congréganistes de Goa dressant des listes de gens brouillés entre eux afin de les réconcilier : 1500 réconciliations en six mois ! « Tam crebrum erat in ecclesia veniam a se invicem petere, tam frequentes confessiones et vitae mutationes ut nihil aliud quodammodo cerneretur » ⁶⁵.

Dans les oeuvres de charité la tendance dominante était toujours l'apostolat des pauvres, des malades, des prisonniers, des enfants, des ignorants, des pécheurs. Le bienheureux Pierre Favre en avait dès 1540 donné comme le mot d'ordre : « Dopoï l'anima vostra, per niuna cosa vi vogliate affaticare più che per l'anima del prossimo vostro, o di casa o di fuora » ⁶⁶. Mais parmi les oeuvres même de l'apostolat, nous avons remarqué la première place donnée dans la préoccupation des congréganistes à celui de la confession et de la communion. Leur zèle était tellement fécond que le Père Helmi signale au Père Lainéz la disette de confesseurs pour suffire à la be-

⁶² p. 29 — ⁶³ p. 40 - cf. pp. 28, 33 note 18, pp. 37, 38, 39.

⁶⁴ *Regulae communes Congregationum Marianarum in domibus et ecclesiis Societatis Iesu erectarum* (1910) : reg. 12. - Par exemple, Gênes, p. 33 ; Naples, p. 34 : enseignement de la doctrine chrétienne ; apostolat des malades et des hôpitaux : Palerme, p. 28 ; Sienne p. 29, Gênes p. 33, Naples p. 34, Rome Congrégation des XII Apôtres p. 42 ; oeuvres des prisons : Valladolid p. 26, Messine p. 38, Palerme p. 40.

⁶⁵ Pauvres honteux : v. g. Messine, p. 38 ; XII Apôtres, p. 42. Réconciliations v. g. Palerme p. 28, Naples p. 34, Goa p. 35. — ⁶⁶ p. 43.

sogne préparée par les congréganistes ⁶⁷. Aussi quand Léon XIII, pour promouvoir, grâce à une concession d'indulgence plénière, l'apostolat des communions générales, fit l'éloge de l'action de la Compagnie par le moyen des Congrégations mariales, cet éloge remontait en fait jusqu'aux plus anciennes Congrégations d'avant 1563 ⁶⁸. Enfin, les diverses activités des sections eucharistiques des Congrégations modernes se trouvent en exercice dans celle des XII Apôtres et cela, nous en avons noté l'intérêt historique, par le consentement de saint Ignace lui-même sur la proposition de celui qui devait être un jour Sixte V ⁶⁹.

C'est encore un des traits de physionomie des Congrégations que les congréganistes, en dehors même des oeuvres proprement dites, exercent l'apostolat d'une manière permanente dans tous les actes de leur vie personnelle, domestique, professionnelle, sociale. Et cela encore nous l'avons trouvé souvent exprimé dans notre enquête. Par exemple, les hommes de Sienne « *totam civitatem ad Christum traducunt* » ; nous avons lu de la congrégation des hommes de Naples « *che le case loro sono a simiglianza di quelle della primitiva chiesa* » ⁷⁰. Il est à peine besoin de souligner cette double forme de l'apostolat qui sera, à travers toute l'histoire, caractéristique des Congrégations de la Sainte Vierge : l'apostolat de la masse par l'élite et l'apostolat par les pairs ⁷¹.

C'est que dès la première origine, nous trouvons ces groupements spécialisés qu'on a longtemps reproché aux congrégations comme antipathiques à l'esprit moderne, jusqu'au jour récent où, découvrant leur efficacité, on a commencé à les remettre en honneur. Presque toujours nous avons trouvé cette répartition selon l'âge, la profession, la condition sociale : congrégations d'artisans, d'adolescents, d'hommes du monde et de l'aristocratie, d'hommes du peuple, de prêtres, de magistrats, de notaires, etc... ⁷².

⁶⁷ p. 32 - cf. Sienne, p. 29 ; Pérouse, p. 29 ; Ferrare, p. 29, 30 ; Gênes, Congrégation des jeunes gens, p. 33 et Congrégation des hommes, p. 33 ; Naples, p. 34 et Congrégation des notabilités p. 34 n. 20 ; Goa, p. 35.

⁶⁸ Bref « *Nihil adeo* » du 8 Janvier 1886.

⁶⁹ p. 41. Entre autres charges, les confrères avaient celles d'entretenir la lampe du S. Sacrement, de fournir les cierges pour porter le viatique aux malades, pour les processions durant l'octave du Corpus Domini et aux fêtes des apôtres ainsi que pour la célébration des XL heures quatre fois l'an.

⁷⁰ p. 29, p. 34. — ⁷¹ v. g. Ferrare, p. 29 ; Florence, p. 31 ; Venise, p. 32 ; Gênes, pp. 32, 33 ; Naples, pp. 34, 35.

⁷² v. g. artisans à Florence, p. 28 ; prêtres à Pérouse, p. 29 ; nobles ou notables

Autre remarque faite au cours de nos constatations : la plupart du temps les congrégations avaient déjà leur forme organique avec leurs préfets, officiers, chefs de groupes et même de véritables sections ⁷³.

Il faut de nécessité nous limiter ; du reste, si nous ne nous faisons illusion, le parallèle entre les congrégations d'avant 1563 et celles qui se sont formées et multipliées depuis, suffit à faire reconnaître avec assez de fondement dans les premières comme l'esquisse ou l'ébauche des autres.

Nous nous en voudrions pourtant de passer sous silence l'intimité des relations entre ces congrégations et la Compagnie de Jésus, leur participation active et étroite à l'apostolat des religieux de la Compagnie, sans faire d'elles cependant un tiers-ordre en aucune manière. Le plus souvent elles nous sont apparues, dans leur institution même, comme auxiliaires, chargées de travaux moins compatibles avec les obligations et occupations des Pères ou encore destinées à suppléer au petit nombre de ceux-ci. Les douze gentilshommes choisis par saint Ignace pour se décharger sur eux du soin de la distribution des aumônes, un peu comme avaient fait les apôtres en désignant les premiers diacres, ne manquaient pas, même aux générations suivantes, d'aller dès leur élection baiser la main du Général de la Compagnie ⁷⁴. Nous avons vu aussi parmi les premiers compagnons et disciples de saint Ignace, comme Lainez, Nadal, la préoccupation d'instituer des groupes soit pour les aider, soit pour les suppléer après leur départ ou durant leur absence ⁷⁵.

On s'explique dès lors historiquement leur conformité d'esprit, et leur harmonie d'action avec la Compagnie de Jésus. Ainsi les congréganistes de Naples « il medesimo fanno per Napoli che fariano li nostri proprii fratelli » ⁷⁶. Ainsi de la congrégation de prêtres à Pé-

à Padoue p. 30, à Naples pp. 34, 35, à Rome, p. 41, à Trapani, p. 37, à Palerme, p. 40 ; notaires à Palerme p. 40 ; au collège de Florence division selon l'âge, p. 31.

⁷³ v. g. à Padoue, « inter eos quatuor existunt universae congregationis praefecti iuxta quatuor urbis partes dispositi », p. 30 ; à Venise, « hanno eletti alcuni che mostrano essere stati più esercitati nelle cose spirituali, acciò ognun de essi eletti habbia cura, chi di otto, chi di diece, et conduca a qualche chiesa », p. 32 ; à Naples, « Ut viri, ita foeminae quamdam praefecerunt, cui caeterae omnes morem gerunt. » p. 34 ; à Palerme, la congrégation des notaires, « han elegido sus oficiales, y hecho sus capitulos », p. 40 ; à Rome, la congrégation des XII Apôtres « la quale sempre è stata sotto la raccomandatione di Generali del Giesù, alli quali, quando si mutano gli ufficiali, essi officiali novi vanno a baciare le mani come a suo Superiore. » p. 41.

⁷⁴ p. 41. — ⁷⁵ pp. 38, 40. — ⁷⁶ *Litt. quadrim.* V, p. 423.

rouse: « In questa maniera si potrà facilmente conseguire il divino istituto della Compagnia »⁷⁷. Ainsi de la congrégation de Ferrare: « non poco sia per servirsene Jesu X^o Sr N. in questa città massime per far conoscer' la verità di nostra minima Compagnia ». Et l'on ajoute même au sujet des congréganistes: « Qui eos videat, aliquid nostri Instituti eosdem imbibisse fateatur necesse est »⁷⁸.

Plus éloquent encore le tableau que le Père d'Ottono présentait à Lainéz de celle de Gênes: ces jeunes gens qui, le matin, après l'office de la Sainte Vierge, la messe et la communion, s'en allaient surtout dans les églises où prêchaient les Pères pour y faire le catéchisme, pour entraîner les gens au confessionnal et à la sainte table et qui, le soir, retournaient encore au collège pour y passer la fin de la journée jusqu'à ce que, l'heure venue de fermer la porte, il fallût comme les chasser de force pour les faire rentrer à la maison⁷⁹.

III.

De notre enquête et des constatations qu'elle nous a permis de faire, il faut dégager quelques conclusions. Des hypothèses séduisantes se présentent d'elles-mêmes à l'esprit, touchant le lien d'origine qui rattacherait entre elles ces congrégations primitives et qui constituerait, pour ainsi dire, la généalogie de celle que fonda plus tard, en 1563, Jean Leunis au Collège Romain.

La question n'est nullement de savoir si les congrégations que nous avons appelées préhistoriques étaient de vraies Congrégations Mariales. En ce cas, elles ne seraient plus préhistoriques et nous n'aurions qu'à modifier la date de la première fondation et le nom du fondateur. La question est de savoir si cette diffusion rapide n'est que le fait d'une simple coïncidence, s'il faut y voir en outre l'éclosion, la floraison spontanée de l'esprit et des principes d'apostolat que les premiers Jésuites avaient reçu de saint Ignace ou si, entre ces initiatives diverses au premier quart de siècle de la Compagnie, se manifeste un enchaînement qui ferait apparaître alors la Congrégation du Collège Romain comme l'heureux aboutissement d'une préparation, sinon systématique et pleinement consciente, du moins normalement poursuivie.

Le lecteur n'a pu manquer de remarquer certaines relations entre congrégations; ces relations forment une sorte de réseau, serré

⁷⁷ *Litt. quadrim.* VI p. 250 — ⁷⁸ *Litt. quadrim.* VII, p. 182 et VI p. 60 — ⁷⁹ p. 33

jusqu'à l'enchevêtrement, mais d'autant plus suggestif. Nous nous contenterons d'en mettre en évidence quelques mailles, usant uniquement de faits et de documents cités dans le cours de cet article.

Le Père Jean Nicolas de Notariis, recteur de Pérouse, y avait au moins une congrégation de jeunes gens et une autre de prêtres⁸⁰. Or lorsque le Père Araldus donne à Polanco de bonnes nouvelles de la congrégation de Naples, il le prie de les communiquer à « Pre. Giò Cola, rettor' del Collegio de Perugia che fu uno delli primi di questa compagnia quando si principiò »⁸¹. Nous avons vu également, tant par le témoignage de Polanco que par une lettre assez vive de Salmeron à Lainez, que saint Ignace s'était occupé personnellement de cette congrégation⁸². Or, sur le modèle de la congrégation de Naples, d'autres du même genre s'étaient formées, nous le savons par la lettre du Père Louis du Coudret, recteur de Florence; il y avait dans cette ville, outre celle des artisans, d'autres congrégations encore dont il écrit: « Qui ad imitatione del Collegio di Vineggia, di Genova, di Napoli, havemo cominciato una compagnia di comunicanti »⁸³. Mais justement le recteur de Venise, César Helmi, était en même temps surintendant de Padoue où la Congrégation de la Pitié fut fondée par le Père Benoît Palmio, ancien congréganiste de Pierre Favre à Parme⁸⁴. Ce Benoît Palmio, après avoir eu pour maître de son noviciat saint Ignace en personne (l'année même où celui-ci formait la Congrégation des XII Apôtres), avait fait ses premières armes en Sicile avec Nadal et Domenech, ce dernier comme lui-même ancien congréganiste de Parme. C'était précisément le temps où ceux-ci ainsi que Lainez, ancien collaborateur de Pierre Favre à Parme, développaient leur action apostolique au moyen des congrégations de Palerme, Messine, Trapani. Et Paul d'Achille, recteur de Palerme, Provincial de Sicile, venait, lui aussi, de la congrégation de Parme.

Cette énumération de personnages, cette course de Naples à Pérouse, à Florence, à Gênes, à Venise, à Padoue, à Parme, à Trapani, à Messine, à Palerme, ne suffisent-elles pas pour nous convaincre que l'institution de ces congrégations révèle l'existence au sein de la Compagnie naissante, d'un mouvement assez nettement dessiné?

Y aurait-il quelque relation entre ce mouvement et la genèse de la Congrégation qui, fondée plus tard, en 1563, au Collège Romain, par Jean Leunis, devait, au bout de vingt et un an de vie, devenir

⁸⁰ pp. 27, 29. — ⁸¹ *Litt. quadrim.* V. p. 429. — ⁸² p. 34 n. 20 et p. 35. — ⁸³ p. 31.

⁸⁴ p. 30 cf. SACCHINI, 1564 n° 62.

la *Primaria* de toutes les autres Congrégations répandues à travers le monde entier?

Parmi tant de noms, nous n'avons pas rencontré même une seule fois celui de Jean Leunis; il ne s'est trouvé mêlé, même incidemment, à l'histoire d'aucune des congrégations qui ont précédé la sienne. Le seul indice qu'on crut avoir pendant longtemps, fut celui de son passage de Syracuse à Rome; mais il faut reconnaître maintenant que le jeune scolastique belge qui se trouvait à Syracuse, au moment où les congrégations commençaient à y fleurir, n'était pas Jean Leunis.

D'autre part nous savons maintenant que, avant son arrivée au Collège Romain, par un singulier concours de circonstances Jean Leunis s'est trouvé dans les conditions les plus favorables pour connaître de près quelques-unes au moins des congrégations alors existantes en Italie.

Peu de mois après son admission dans la Compagnie, en 1556, il est envoyé au collège de Pérouse où il voit arriver, succédant au Père Éverard Mercurian dans le gouvernement du collège, un des premiers membres de la congrégation de Naples, Jean Nicolas de Notariis, qui ne tarda pas, nous l'avons vu, à introduire les congrégations à Pérouse. Il y avait alors grande pénurie de personnel dans les collèges qui s'étaient trop rapidement multipliés. Le jeune recteur lui-même n'avait encore fait de théologie que le strict nécessaire pour pouvoir être ordonné prêtre et, sept ans plus tard, Lainez et Bobadilla seront encore en peine de le dégager momentanément du rectorat pour lui permettre de faire quelques années d'études. Nous ne devons donc pas trop nous étonner de voir Jean Leunis, scolastique, appliqué entre autres occupations aux travaux de la cuisine. On désire pourtant le mettre à même de faire au moins un peu d'études, là ou ailleurs.

Dans cette intention, on l'envoie à Montepulciano (1557). Nouvelle rencontre providentielle: il y trouve comme recteur le fondateur de collèges par excellence, Louis du Coudret, lui aussi fervent directeur de congrégations et qui cumulait, avec sa charge de recteur et le ministère apostolique, les fonctions de portier et le service du réfectoire, au point d'inquiéter Lainez par ses excès de travail. On lui confie donc le jeune Leunis qui y apprend tant bien que mal un peu d'italien, aide les professeurs, mais sans pouvoir, à cause de ses maux de tête et de ses aptitudes plutôt médiocres, pousser sérieusement les études spéculatives.

On hésitait encore à le destiner soit aux Indes qu'il avait de-

mandées, soit à la Belgique où l'on croyait qu'il pourrait être utile. Sur ces entrefaites, au printemps de 1558, le Père du Coudret, envoyé en Savoie, l'obtient pour compagnon de voyage. D'étape en étape, le futur fondateur de la Congrégation du Collège Romain put voir fleurir à Florence, à Parme, des congrégations les plus diverses d'hommes, de jeunes gens, d'artisans, de prêtres, et cela d'autant plus opportunément qu'il partageait les travaux apostoliques de son recteur.

Arrivé à Annecy, il se sépare de celui-ci et poursuit son voyage jusqu'à Paris (1559) où le Père Cogordan le prend en affection au point de le choisir comme compagnon dans ses visites à la cour. Or ce bouillant Ponce Cogordan n'était pas inexpert en matière de congrégations; certaine même, dont nous n'avons pas parlé au cours de ce travail parce qu'elle n'était pas aux mains de la Compagnie, suppliait Lainez de le lui donner au moins durant quelque temps pour la diriger et la réformer⁸⁵.

En 1560, Leunis reprend la route de Rome et, dans son voyage de retour, il fait halte à Ferrare où le Père Jean Pelletier avait une belle congrégation d'hommes⁸⁶. Jean Pelletier, jadis recteur du naissant Collège Romain, venait d'être appelé à Pamiers où son zèle pour

⁸⁵ La Congrégation de la Charité à Assise, écrivait le 22 Mai 1558 au Père Jacques Lainez, Général de la Compagnie pour le remercier d'avoir, l'année précédente, envoyé à Assise le « Rdo P. Mtro. Pontio, il quale per bontà de Dio, et per la carità de V. R. P. usateci in farci provision' di tal' persona, non solo ha facto opere pur' assai bone et data grande consolation' et satisfation' alla nostra compagnia della charità et della Madonna sì delli homini come delle donne; ma anco a tucta la città. Imperochè, mediante le sue bone opere ed ordinatione, molti et molti si sono restrecti alla vita christiana, et si spera tuctaia miglior' progresso mientre haremo l'assistentia de tale homo, veramente mandato da Dio per salute de questa città, e poi particolarmente de questa compagnia che, senza un tale homo, facilmente si ritornaria al vomito con periculo della perdita de molte anime. » (*Mon. Lainii*, III, p. 291) - Au mois de juin suivant, dès le début de la première Congrégation Générale de la Compagnie, prévoyant le rappel du Père Cogordan, le gouverneur d'Assise, la commune et la congrégation écrivent à Lainez des lettres suppliantes: « Dubitando noi che non si facci deliberatione nel presente capitolo de levarci Mtro. Pontio, il che per certo saria non poco scandalo, non solo a queste compagnie della Madonna et della Charità, tanto rectamente et salutiferamente governate et bene inviate, mediante le sue bone opere... » (1 juillet 1558. *Mon. Lainii* III, p. 355 sqq.). Destiné à Paris le Père Cogordan écrivait à Lainez, 16 septembre: « Io vo volontier', poi che so ch'l Signor Dio, così tengo per certo, l'habbia ordinato... Voglio morir' nella santa obediencia et vo alegramente... » Mais le même jour la commune d'Assise manifestant à la fois son édification et sa douleur écrivait de son côté: « che almeno in suo luoco fossimo da V. R. P. provisti di un'altro che avesse a governar' queste nostre compagnie della Madonna et della Charità. » (*l. c.* p. 527 sqq.)

⁸⁶ p. 29.

la défense de la foi catholique et pour la gloire de Marie lui valurent les glorieux surnoms de *Deiparae laudator* et de *Divae Mariae Doctor*.

Il est temps de jeter un coup d'oeil d'ensemble sur l'histoire ou pré-histoire des Congrégations durant les vingt-trois premières années de la Compagnie de Jésus (1540-1563), et de proposer des conjectures dont la probabilité nous paraît assez solide.

Les compagnons et premiers disciples de saint Ignace connaissaient sa manière de voir en matière d'activité apostolique. Il leur avait inculqué ses principes bien avant de les formuler dans ses Constitutions. « Quia bonum quo universalius eo divinius est, illi homines et loca quae cum profecerint, in causa erunt, ut bonum ad multos alios qui eorum auctoritatem sequuntur vel per eos reguntur perveniat, debent praeferri »⁸⁷.

Il était donc assez normal que la pensée leur vînt d'appeler des laïques à la participation de leur apostolat et, sans négliger le dévouement obscur auprès des âmes plus vulgaires qui sont le grand nombre, de s'appuyer sur l'élite, pour atteindre par elle la masse innombrable, pour pénétrer même là où leur caractère sacerdotal et les exigences de leur ministère ne leur permettaient guère de parvenir. De là à la pensée de susciter de tels groupes d'élite, il n'y avait qu'un pas.

L'idée n'était pas neuve. Précisément à l'époque qui nous occupe il existait, notamment en Italie, de ces sortes de confréries dédiées à la piété et aux bonnes oeuvres. Le grand nombre se rattachait aux congrégations du « Divin amour », aux « Collèges de Marie », aux « Compagnies de la Vierge ». ⁸⁸ Or il se trouva justement que ces confréries, dont beaucoup végétaient tristement, devinèrent dans les premiers jésuites l'esprit qui devait, pensaient-elles, les régénérer ; elles s'adressèrent à la Compagnie pour en obtenir des directeurs. ⁸⁹

⁸⁷ *Const. S. I.*, p. 7, c. 2 D).

⁸⁸ TACCHI-VENTURI, *op. cit.* I^o, p. 315, I^o, pp. 3 sqq. et 25 sqq.

⁸⁹ Nous avons vu, (p. 54, n. 85) les instances de la congrégation d'Assise pour obtenir un Père pour gouverner après Cogordan la Compagnie della Madonna et della Charità. Les exemples sont assez nombreux. Par exemple, le Père Annibal Firmanus, écrivant à la place de Polanco absent, *Universae Societati* : « Institutae sunt etiam quaedam hominum Societates ad diversa christianae pietatis et charitatis officia praestanda, et quae institutae quidem antea erant, sed neglectis suis decretis et legibus iacebant, per nostros quibus suas regulas corrigendas et pro arbitrato immutandas tradiderunt, sublevatae erectaeque sunt, et ad maius robur quam pristinum revocatae ; ita ut plus efficiant quam suis legibus iubeantur, praesertim in usu sacramentorum. » (MHSI *Pol. Compl.* t. 1, p. 294).

Congrégations formées de toutes pièces, congrégations restaurées d'une restauration qui équivalait, somme toute, à une véritable création, avaient donné d'heureux et encourageants résultats. Si bien que sans dessein préconçu, l'esprit propre de la Compagnie et les occasions extérieures préparaient concurremment l'éclosion d'associations d'un caractère bien semblable à celui des futures Congrégations.

En 1540, Pierre Favre trace les règles des confrères de Parme qui le regardent comme leur vrai fondateur. Parmi les congréganistes formés par lui et par Lainéz, il faut compter, nous l'avons vu, Domenech, Paul d'Achille et Benoît Palmio. Ce dernier entre après les deux autres dans la Compagnie et vient faire son noviciat à Rome sous la conduite personnelle de saint Ignace, l'année même où celui-ci forme la Congrégation des XII Apôtres (1547). Au bout de quelques mois, il est envoyé en Sicile en qualité de professeur de grammaire ; en réalité, dès le début, ses prodigieux succès apostoliques dans la prédication le font appliquer surtout à ce ministère bien qu'il ne soit pas prêtre. Il se trouve ainsi en contact fréquent tant avec ses anciens confrères de la Congrégation de Parme, qu'avec Lainéz qui avait eu part à sa vocation. Il a pour recteur Nadal, naguère témoin de la formation de la Congrégation des XII Apôtres et intime confident des pensées de saint Ignace en tout ce qui regarde la constitution et l'esprit de la Compagnie. Rien d'étonnant que la réunion de ces hommes ait, en Sicile, donné aux congrégations l'essor que nous avons constaté ⁹⁰. Rien d'étonnant non plus que, par la suite, Benoît Palmio, exerçant le ministère à Padoue y ait introduit la Congrégation de la Pitié.

Comment, dans l'intervalle, César Helmi à Venise en 1551, André de Oviedo à Naples avant 1553 ⁹¹, Gaspard Loarte à Gênes avant 1557, furent-ils amenés à fonder leurs congrégations d'hommes et leurs compagnies de communians ? Nous ne le savons pas avec pré-

⁹⁰ Il n'est pas sans intérêt de noter ici que parmi les compagnons de Palmio arrivait au collège de Messine le Père Pierre Canisius, ordonné prêtre à Cologne le 13 juin 1546. Il devait être par la suite un ardent promoteur des Congrégations de la Sainte Vierge.

⁹¹ Sur la congrégation des hommes à Venise, (v. supra p. 32, n. 17) - Jean Nicolas de Notariis, un des premiers congréganistes de Naples étant entré au noviciat en 1553, il faut donc reporter avant cette date la fondation de la congrégation : le recteur était alors André de Oviedo et le « surintendant » du collège était ou Bobadilla ou Salmeron qui lui succéda dans cette charge en octobre 1552. La dernière hypothèse nous semble plus probable et explique l'émotion de Salmeron quand le Père de Madrid songea à supprimer la congrégation fondée du consen-

cision. Il est probable que les communications de nouvelles qui s'échangeaient entre collèges et que le zèle infatigable de Polanco favorisait et activait, contribuèrent à éveiller chez ces jeunes recteurs l'idée et le désir d'introduire chez eux un instrument de sanctification et d'apostolat si conforme à l'esprit de la Compagnie et qui montrait ailleurs une si grande efficacité.

En tous cas, nous avons le témoignage explicite du Père Louis du Coudret, recteur de Florence, qu'il a suivi l'exemple de Venise, de Naples, de Gênes. Et nous savons d'autre part que l'un des premiers congréganistes de Naples, Jean Nicolas de Notariis, entré dans la Compagnie en 1553 était, quatre ans plus tard recteur à Pérouse dont nous avons signalé les congrégations de jeunes adolescents et de prêtres.

Le mouvement était lancé ; il se développait normalement sans que nous ayons désormais à en chercher l'explication détaillée. La Providence l'avait dirigé et promu merveilleusement dès l'origine de la Compagnie. L'année même où mourait saint Ignace qui l'avait vu se dessiner, elle commençait à préparer dans l'ombre et dans l'humilité, ainsi que nous l'avons vu, celui qu'elle avait choisi pour inaugurer modestement là grande histoire des Congrégations de la Sainte Vierge.

tement de son Père Ignace. De plus nous savons que la venue de Salmeron donna au recteur de Naples la latitude nécessaire à l'exercice de son gouvernement paralysé par la méthode autoritaire de Bobadilla ; en 1554 André de Oviedo quittait Naples et devenait coadjuteur avec future succession du Patriarche d'Ethiopie, Jean Nuñez.

II. — TEXTUS INEDITI VEL RARISSIMI

EINE UNGEDRUCKTE DENKSCHRIFT DES P. FRANZ SUÁREZ S. I.

VON FRIEDRICH STEGMÜLLER. - Würzburg.

SUMMARIVM. — Cum anno 1593 sententias quasdam theologicas PP. Ludovici de Molina, Francisci Suárez, et aliorum e Societate Iesu, duo Dominici Patres, Alfonsus de Avendaño et García de Mondragón ore tenus Pinciae impugnassent, suamque agendi rationem privatis ad suum Provinciale litteris tueri conarentur, quas ille ad Apostolicum in Hispania Nuntium, Camillum Gaetanum, misit; P. Suárez, qui eas etiam ab amico descriptas accepit, oppugnatas suas suorumque sententias, privatis pariter ad ipsum Nuntium datis litteris defendit. Erant autem illae sententiae *de austeritate vitae Christi, de confessione absentis, de denuntiatione complicitis, de efficacia gratiae, de evangelii cum armis praedicatione*. Has litteras, sane longas, e quibus pauca alii excerpta in lucem protulerant, integras hic edere operae pretium visum est, cum Doctoris eximii mentem de gravissimis illis Theologiae capitibus perspicue exprimant.

Im Sommer des Jahres 1931 fand ich im Archivo Histórico Nacional zu Madrid, Inq., legajo 4437, eine Denkschrift des Franz Suárez, in der die Hauptpunkte des Gnadenstreites zusammengefasst waren. Diese Denkschrift war begleitet von einer Reihe von Protokollen, aus denen hervorging, dass die spanische Inquisition sich veranlasst gesehen hatte, gegen diese Denkschrift vorzugehen, und sie zu konfiszieren.

Im Sommer des Jahres 1934 stiess ich dann in der Nationalbibliothek in Madrid auf den vollständigen Text einer weiteren Verteidigungsschrift des Franz Suárez gegen Alonso de Avendaño und García de Mondragón.

Beide Schriften waren geeignet, über die Anfänge des Gnadenstreites neues Licht zu geben; und so entschloss ich mich im Herbst 1935, vom dem freundlichen Anerbieten des Hochw. H. P. Frías, sie im *Archivum Historicum Societatis Iesu* zu veröffentlichen, gern Gebrauch zu machen. Das Manuskript war bereits an die Redaktion ab-

gesandt, da erfuhr ich, dass die erste der beiden Denkschriften eben von P. Bern. Llorca S. I. im Gregorianum 17 (1936) 3-52 veröffentlicht worden ist.

So beschränke ich mich hier auf die Publikation der zweiten Denkschrift, die zeitlich die frühere sein dürfte; und benütze gern die Gelegenheit, für die Darstellung des ganzen Konfliktes zwischen Suárez und der spanischen Inquisition auf den ausgezeichneten und reich dokumentierten Artikel von P. B. Llorca zu verweisen.

* * *

Im Juli 1589 wurde die *Concordia* des Luis de Molina zum Verkauf freigegeben. Im Jahre 1590 erschien der erste, und 1592 der zweite Band des Kommentars zur Tertia Pars von Francisco Suárez.

Beide Werke stiessen bei den spanischen Dominikanern auf starken Widerstand. Bei der *Concordia* Molinas war es die Gnadenlehre, das ganze Verhältnis von Gott und Mensch, und beim Summenkommentar des Franz Suárez war es die Auffassung der Aszese, das ihr zugrunde liegende Christusbild, die danach geformte religiöse Verfassung des neuen Ordens, die heftigen Widerspruch fanden.

Die Stimmführer des Widerspruchs waren der bedeutende Kanzelredner Alonso de Avendaño O. P., und der Theologieprofessor García de Mondragón O. P. Ihr Provinzial Thomas de Guzmán O. P. suchte sie auf eine Beschwerde der Jesuiten hin zur Rechenschaft zu ziehen. Im Sommer 1593 richteten nun beide Dominikaner an ihren Provinzial je einen Brief, in dem sie ihre abweisende Haltung gegen die Jesuiten zu rechtfertigen suchten. Der Dominikanerprovinzial gab die beiden Schriften an den Nuntius Camillo Gaetani, der bereits mit der Angelegenheit befasst war, weiter, und gab sie korrekterweise auch dem Praepositus des Professhauses ^a von Madrid zur Kenntnis.

Im Herbst des Jahres 1593 reiste nun Franz Suárez von Alcalá, wo er seit 1585 gelehrt hatte, nach Salamanca, um dort seine Lehrtätigkeit fortzusetzen. Der Weg führte ihn über Madrid. Vom Praepositus des Professhauses erhielt er wohl Kunde von den Rechtfertigungsbriefen der beiden Dominikaner. Bei dieser Gelegenheit hatte Suárez auch eine Audienz beim Nuntius, der ihm von dem schwebenden Streit sprach.

^a R. DE SCORRAILLE, *François Suarez*, II, 267 sagt, dem « recteur des Jésuites ». Wahrscheinlich war es P. Francisco de Porres, der eine Geschichte des Jesuitenkollegs von Madrid schrieb und später Provinzial der toletanischen Provinz wurde.

In Salamanca angekommen erhielt Suárez eine Kopie der Briefe der beiden Dominikaner. Die Angelegenheit war ihm wichtig genug, dass er eine Gegenschrift verfasste und diese dem Nuntius übermitteln liess.

Diese Denkschrift bedeutet eine sehr klare und entschiedene erstmalige Stellungnahme des Franz Suárez in einer Reihe von Fragen, die damals im Mittelpunkt der theologischen Diskussion standen. Die umstrittenen Punkte betrafen: Die *Austeritas vitae Christi*; und hierbei drehte es sich nicht nur um den Streit zweier Meinungen, sondern um den Kampf zweier Ordensideale, zweier asketischer Weltanschauungen, zweier Auffassungen vom vollkommenen Christentum überhaupt. Ein weiterer strittiger Punkt betraf die *briefliche Beicht*, für deren Möglichkeit und Erlaubtheit in gewissen Fällen Suárez in der vorliegenden Denkschrift eintritt. Bekanntlich wurde diese Lehre des Suárez durch das Dekret des Offiziums vom 20. Juni 1602 als *falsa, temeraria et scandalosa* verurteilt, und verboten, sie als wenigstens in gewissen Fällen probabel zu verteidigen. Versuche, die briefliche Beicht trotzdem in irgend einem Sinne noch zu verteidigen, wurden 1603, 1605, 1622 von seiten des Hl. Offiziums immer wieder zurückgewiesen (Denzinger, N. 1088, 1089). Weitere Streitpunkte waren die *Denuntiatio complicitis*, die *Efficacia gratiae*, die *Praedicatio evangelii cum armis*.

Als Adressaten der Denkschrift nennt A. Astráin, (*Historia de la Compañía de Jesús en la Asistencia de España* IV, 169) den Grossinquisitor und Erzbischof von Toledo, Kardinal Gaspar de Quiroga. R. de Scorraille dagegen (*François Suarez*, II, 267) entscheidet sich für den Nuntius Camillo Gaetani. Nach den Belegen von De Scorraille (l. c. II, 267 not.) dürfte nun feststehen, dass der Nuntius der Adressat war. Die Briefe von Avendaño und Mondragón waren ja ebenfalls an den Nuntius geleitet worden. Gegen den Brief des Avendaño besitzen wir ebenfalls eine Gegenschrift von Ludwig Molina, und diese ist ebenfalls an den Nuntius gerichtet (Stegmüller, *Geschichte des Molinismus*, I, 383). Wenn Astráin gleichwohl den Kardinal von Toledo als Adressaten nennt, so bestimmte ihn dazu die Notiz der Hs. A (vgl. S. 62, not. 1). Bei dieser Notiz handelt es sich jedoch um ein Regest von späterer Hand, das in der Ordenskanzlei gemacht worden ist, und bei dem ein Irrtum nicht ausgeschlossen ist. Freilich ist auch mit der Möglichkeit zu rechnen, dass dieses Regest wie üblich, unmittelbar beim Einlauf und bei der Bearbeitung des Schreibens gemacht wurde, und dass die Anga-

be des Adressaten auf den Begleitbrief des F. Suárez oder des Provinzials zurückgeht. Es ist daher wohl möglich, dass eine Abschrift des unmittelbar an den Nuntius gerichteten Briefes auch an den Kardinal von Toledo zur Kenntnisnahme geschickt wurde.

Die Denkschrift ist in folgenden Handschriften erhalten.

1) A = Archivum Romanum Societatis Jesu, Hisp. 144, f. 72^r - 77^v (früher: *Persecutiones Fratrum* N. 30). Es handelt sich hier um die an den Ordensgeneral gesandte Abschrift, die genau datiert und von Suárez eigenhändig unterzeichnet ist. Der Text der Hs. ist im allgemeinen recht gut; er wurde daher der Edition zugrunde gelegt.

2) B = Madrid, Biblioteca Nacional, cod. 17477 f. 231^r bis 258^v. Es handelt sich hier um eine spätere und ziemlich fehlerhafte Abschrift. Gleichwohl tut die Hs. gute Dienste zur Verbesserung einiger Auslassungen der Hs. A.

3) Madrid, Academia de la Historia, Papeles de Jesuitas, t. 140. Diese Hs. war mir nicht zugänglich.

Die Hs. A wurde von A. Astráin, l. c. IV, 169-173 und von R. de Scorraile, l. c., II, 267 zum Teil verwertet. Aber die Bedeutung, welche der Streit mit Alfonso de Avendaño und García de Mondragón für die Auslösung und das Umsichgreifen des Gnadenstreites hatte, rechtfertigt wohl die vollständige Veröffentlichung der Denkschrift. Ausserdem erfahren wir erst durch die Zitate in der Denkschrift des Suárez den Wortlaut der Anschuldigungen des Avendaño gegen Ludwig Molina, und gewinnen erst so den Ausgangspunkt für die Beurteilung der Antwort Molinas.^a

FRANCISCUS SUAREZ

AD DEFENSIONEM ALFONSI DE AVENDAÑO RESPENSIO¹

Data Camillo Gaetani, Nuntio Apostolico. Scripta Salmanticae, die 15 Ianuarii 1594.

Illustrísimo y Reverendísimo Señor².

|| El³ octubre pasado viniendo de camino para esta universidad vesé las manos a V. S. Illustrísima cumpliendo con la obligación que yo y toda

|| A 72^r B 233^r

¹ Respuesta de los Padres de la Compañía a algunas proposiciones que los Padres Dominicos tienen por sospechosas y malsonantes. Hecha por el Padre Fran-

^a Molina sagt von Avendaño: Aunque en su carta use sólo de palabras breves, que esto [d. h. die gratia ex se efficax] significan, sin particularizallas. STEGMÜLLER, *Geschichte des Molinismus* I, 383, 29. Vgl. vorliegende Denkschrift N. 5.

la Compañía tenemos al servicio de V. Ill.^{ma}. Y entre otras cosas que V. Ill.^{ma} me hizo merced de decirme, una fué la pena que le avía dado el público alboroto, que dos padres de Santo Domingo avían causado en Valladolid, tomando ocasión de una doctrina que yo tengo impresa [en] el segundo tomo de la tercera parte ^a, tocante al modo de la vida que Christo nuestro Señor escogió en la exterior austeridad, en el vestido y comida o tratamiento de su cuerpo; y juntamente me significó el deseo que tenía de atajarlo como Señor de todos. Llegado que fui a esta universidad, vinieron a mis manos dos cartas de los dichos padres, las quales fueron escritas, según se dice en la una dellas, para que viniesen a manos de V. S. Ill.^{ma} dándole razón en ellas de lo que les movió a decir y predicar aquella doctrina, que fué zelo de la honrra de Dios, amor de la vida penitente, || y deseo que se conserve en la Iglesia siempre ⁴ la sana y verdadera doctrina. Y en razón desto se añaden muchas cosas, que aunque tocan poco a mi persona y doctrina, si fueran verdaderas, derogaran mucho a la verdad y religión con que procede nuestra mínima Compañía. Y porque en estas cartas se supone y aun se dice que yo me he quejado a V. Ill.^{ma}, lo qual ni yo he hecho ni otra persona por mí, como V. Ill.^{ma} mejor save, por esto y por haver sido yo autor del libro de do se tomó la ocasión deste estropeio, me hallo obligado a dar razón a V. Ill.^{ma} de lo que estos padres dicen contra mí y contra nuestra Compañía, a la qual devo tanto y amo tan de veras, que aunque no me tocara, por tocarle a ella, tenía yo obligación como hijo suyo aunque el menor, a hacerlo como quien tan bien save la religión, verdad y sinceridad con que procede. Esto procuraré que ⁵ sea con toda brevedad y sin agravio de nadie.

1.

Començando por lo que el padre Fray García de Mondragón escribe, *maravillase que los de la Compañía se sientan* ⁶ || *de que él tenga una opinión contra mi doctrina y que predique conforme a lo que siente.*

cisco Suárez de la Compañía contra los Dominicanos Fray García de Mondragón y Fray Alonso de Avendaño, hacia los años 1593. *Add.* B.

Carta del Padre Francisco Xuárez de la Compañía de Jesús. Al Cardenal Arzobispo de Toledo, Inquisidor Mayor de Hespaña. En defensa de algunas proposiciones de Padres de la Compañía que habían condenado los Padres Dominicos. 1^a que Christo nuestro Señor no escogió para sí vida austera en lo exterior. 2^a del confesarse por escrito. 3^a del descubrir el cómplice en la confession. 4^a de los auxilios. 5^a del predicar el evangelio con armas. *Add.* A f. 78v.

² Ilustrísimo - Señor] *om.* B.

³ 1. Que Christo nuestro Señor no escogió pare sí vida austera en lo exterior *add. in marg.* A.

⁴ en la Iglesia siempre] 4123 B. — ⁶ qué] *om.* B. — ⁶ se sientan] *om.* B.

^a FRANCISCUS SUAREZ, *Commentariorum ac disputationum in tertiam partem d. Thomae*, tomus secundus, 1592, disp. 23 sect. 3.

Lo que en esto ay es que el padre Mondragón, al principio trató esta materia, no sólo con diferencia de opinión, sino mostrando sentir que aquella doctrina era mala, y ofensiva; y desto habló pesadamente en conversación ⁷ de señoras principales y muy graves, las cuales desto quedaron escandalizadas, y con predicar luego el padre Avendaño lo que predicó, se hizo tanto ruydo, que no sin causa offendió a los de la Compañía y a otros muchos. Y así hechando después de ver el padre Mondragón, según yo creo, que había excedido en lo dicho, templó un poco el estilo, diciendo que sólo era diversidad de ⁸ opinión entre los dos. Y esto no lo dixo con tanta moderación, que no affirme en esta su carta haverle causado notable disonancia mi doctrina, y que se halla por obligado a enseñar y predicar lo contrario; en lo qual significa, no sólo diversidad de opinión, sino de que tiene lo contrario por doctrina poco sana y segura. Lo qual no es maravilla nos cause algun sentimiento; y acreciéntase en que baptice esta doctrina con nombre de opinión mía, como si fuese particular o nueva, siendo || así que yo casi no añado palabra a lo que santo Thomás dice, si no es confirmar su doctrina y conclusión con testimonios y razones de los santos. Y cierto es digno de consideración, que esta doctrina no escandalice ⁹ a estos padres quando la bebieron en santo Thomás, y que los aya offendido leyéndola ahora en mis vorrones; lo qual es señal que la offensión nó nace de la doctrina, sino del affecto con que es leyda, pues ella es toda || una, como se ve claramente cotejando las palabras mías con las de santo Thomás. Pregunta el Sancto en la Tercera Parte q. 40 art. 2: *Utrum Christus in hoc mundo austeram vitam* ¹⁰ *ducere debuerit?* y responde ¹¹ que no. Yo ¹² en la disputa ¹³ 28, sectione 3, pregunto: *Utrum Christus vitam austeram agere debuerit?* y respondo que no, y añado que, aunque no hizo vida nimis severa ni ¹⁴ austera, pero ¹⁵ tampoco fué regalada, antes se ynclinó a severa y rígida ^a.

|| B 234v

|| A 72v

El padre Mondagrón dice a esto en su carta que santo Thomás por vida austera entiende vida solitaria con uso de extraordinarios manjares, quales fueron los de S. Juan Baptista. Pero pregunto: Si por no contradecir a santo Thomás || o por no escandalizarse de su doctrina interpreta desta manera el término de *vida austera* ¿porqué no hace lo mesmo conmigo,

|| B 235r

⁷ conversacion] conversaciones B.

⁸ de] *add.* una B. — ⁹ escandalice] escandalicasee B.

¹⁰ in - vitam] 45123 (*ordine mutato*) B; 12345 *add.* 123, *del.* 5123 A.

¹¹ responde] dice B. — ¹² yo] *om.* B. — ¹³ en - disputa] *disputatione* B.

¹⁴ ni] et B. — ¹⁵ pero] *add.* que B.

^a Dicendum vero est primo, non oportuisse, ut Christus austerum vitae genus profiteretur. — Dico secundo: Quamvis Christus non egerit exteriorem vitam nimis severam et rigidam, egit tamen moderatissimam, quae ad severam potius et austeram, quam ad blandam ac suavem propius videretur accedere. FRANCISCUS SUAREZ, *Commentariorum ac disputationum in III. partem d. Thomae tom. 2, disp. 28 sect. 3* (in III, q. 41 a. 3). (Ed. Moguntiae 1616 p. 217-218).

pues no uso de otras palabras que las del Santo ni ensancho su doctrina, antes la limito y estrecho?

Pero ni en el uno ni en el otro lugar se puede admitir esa declaración. Lo uno porque es contra la propiedad y común uso del nombre de vida austera; que no se opone a vida sociable o de comunidad sino a ¹⁶ vida ordinaria en el tratamiento del cuerpo. Porque en latín *austeritas*, no dice soledad, sino aspereza; y así puede uno hacer ¹⁷ vida solitaria y no austera sino suave y blanda; y al contrario, puede uno vivir en comunidad con vida muy austera; y para austeridad absolutamente no es necesaria tanta singularidad de manjares como S. Juan tuvo, ni tampoco solo aquello bastara si en lo demás del tratamiento del cuerpo tuviera suavidad y blandura. Pues luego, vida austera significa vida extraordinariamente áspera en el tratamiento del cuerpo *quoad victum, et vestitum*. Lo otro, || porque santo Tomás en el artículo primero ^a trató de vida solitaria, y concluyó no haver sido conveniente que Christo escogiese tal modo de vida; luego en el artículo segundo trata de la vida austera, y para concluir que tampoco ésta convino a Christo, toma por principio lo que havia dicho de la vida solitaria; porque haviendo de vivir Christo entre los hombres para ganarlos, convino que se acomodase a ellos en el exterior tratamiento del cuerpo. Y amplificando esto en la respuesta del primero argumento con testimonios de S. Agustín concluye así ^b: *Utraque vita laudabilis est, ut scilicet aliquis a communi hominum consortio segregatus* ¹⁸ *abstinentiam servet et in societatem* ¹⁹ *aliorum positus communi vita utatur*.

|| B 235^v

Donde junta ambas cosas, conviene a saber, vida sociable que se opone a solitaria, y vida común, que se opone a austera. Y Caietano sobre este lugar lo dice bien claro: *Nota et fige animo doctrinam hanc: « Christus exemplum fuit perfectionis in omnibus || quae per se pertinent ad salutem »* ^c; *hinc enim habes quod in iis quae non per se pertinent ad salutem, quae scilicet non sunt secundum se bona sed solum relata ad aliquem finem, ut abstinentia, paupertas, et alia huiusmodi, non oportet inquirere in Christo austeriora, tanquam perfectiora, sed ea quae magis consonant incarnationis fini, sive sint austeriora sive non* ^d. De lo qual consta claramente lo que significa vida austera, y en qué sentido se dice no haverla Christo professado.

|| B 236^r

Mas para mayor claridad de la doctrina añado que, quando se trata de la austeridad de la vida de Christo, no se habla de su pobreza, de la qual hizo después distinto artículo Santo Tomás ^e, ni de lo que trabajó cami-

¹⁶ a) om. AB. — ¹⁷ hacer] haver B.

¹⁸ segregatus] signatus B. — ¹⁹ societatem] societate B.

^a THOMAS AQU., *Summa theologica*, III q. 40 a. 1.

^b THOMAS AQU., *Summa theologica*, III q. 40 a. 2 ad 1.

^c THOMAS AQU., *Summa theologica*, III q. 40 a. 1 ad 1.

^d THOMAS CAIETANUS, *In* III q. 41 a. 2 n. 2.

^e THOMAS AQU., *Summa theologica*, III q. 40 a. 3.

nando y predicando; que esto más pertenece a su ministerio que al género de vida que tomó; ni se trata de lo que en su secreto rincón hizo en el tratamiento de su cuerpo, porque desto poco o nada tenemos escrito, fuera del ayuno de los quarenta días, que también tiene su || particular disputa ^a; ni tampoco se trata de lo que padeció y sufrió en su niñez, en su pasión y muerte o en otras ocasiones de su vida, porque esto también tiene su particular consideración ^b, y no pertenece a la austeridad de la vida. Ni se dice uno con propiedad professar tal género de vida ²⁰ por lo que padece, o por las injurias que otros le hacen, sino por el modo de vivir que él instituye y toma. Pues quando hablamos de la austeridad de la vida de Christo, tratamos del modo de vida, que comúnmente professó en ²¹ esto exterior que los hombres veen de fuera, que es el comer y vestir; que aunque Santo Thomás no puso exemplo siro en comida y bebida, yo añado ser lo mismo en el vestido, confirmándolo todo con claros testimonios de la Escriptura y de los sanctos.

|| B 236^r

Por lo qual no veo cómo esto sea materia de opinión ni cómo pueda haver en ella diversidad entre hombres cathólicos y doctos, si no es torciendo las palabras a diferente sentido || del que tienen en su propria significación y en el uso común de los sanctos y theólogos, para hallar ocasión || de calumniar y contradecir, que es lo que en estos nego[cios] m[ás] se siente. Y así ²², aunque es tan clara verdad que la vida de Christo, com]prehendiendo en ella su pobreza, sus trabajos, dolores, afrentas, ynurias y persecuciones, fué la más llena de cruz y mortificación que hombre jamás tuvo ni tendrá, y que es superfluo exagerar esto y prometer muchos testimonios de la Escriptura y sanctos para probarlo, porque esto ningún cathólico lo pone en duda o quisió[n]; pero no hace esto al caso para lo que se trata de la austeridad de la vida de Christo, que pertenece sólo ²³, como he dicho, al modo de vida que exteriormente ²⁴ professó; de lo qual torno a decir que no veo cómo pueda haver entre cathólicos ²⁵ opinión, pues del evangelio y de los sanctos, que lo interpretan claramente, consta que en la vida de Christo nuestro Señor en esta parte no ubo austeridad, sino un modo común lleno de modestia, templança y todo genero de ²⁶ virtud; y desta manera hablan Agustín, Chrysóstomo y Ireneo y otros muchos sanctos, que en aquel lugar cité ^c, y lo dice también Santo Thomás en su Cathena,

|| A 73^r|| B 237^r

²⁰ Ni - vida] om. B. — ²¹ en] con B. — ²² así] om. B. — ²³ sólo] om. B.

²⁴ modo - exteriormente] exterior modo que solamente B.

²⁵ pueda - cathólicos] 3412 B. — ²⁶ todo género de] toda A.

^a THOMAS AQU., l. c. III q. 41 a. 3.

^b THOMAS AQU., l. c. III q. 37, 46-50.

^c JOH. CHRYSOSTOMUS, *In Matth.* tom. 37 al. 38, n. 3 (PG 57, 423); IRENAEUS, *adv. haer.* IV, 31, 2 (PG 7, 1000); AUGUSTINUS, *contra Faustum*, l. 16 c. 31 (PL 42, 337); FRANCISCUS SUAREZ, *Comment. in III partem*, tom. 2, disp. 28 sect. 3 (ed. Moguntiae 1616, p. 217).

|| B 237^v

Matthei 11 ^a, y aun añade unas palabras más dificultosas de S. Hieronymo: || *Si ieiunium vobis placet, cur Ioannes displicuit? si saturitas, cur filius hominis* ^b? Las quales palabras ²⁷ se han de declarar conforme a la dicha doctrina.

Pero más claro Santo Thomás en la exposición sobre S. Matheo cap. 11 dice así ^c: *Sed hic est quaestio quare elegit* ²⁸ *Dominus per se vitam leniorem* ²⁹, *et per Joannem asperiores mon[st]ravit?* Débese ponderar aquella palabra *lenior* ³⁰, que aun dice mucho menos que vida no austera. Y da el sancto tres razones porqué Christo escogió tal modo de vida. La primera: porque confirmaba su doctrina con milagros, y así no tuvo necesidad de la aspereza de vida ³¹, que S. Juan hacía. La segunda: *Quia Ioannes purus homo erat, ideo* ³² *abstinebat se a carnalibus desideriis; Christus autem Deus erat* ³³; *ideo si austeritatem duceret, non ostenderetur esse homo; ideo humanam vitam magis assumpsit.* Donde absolutamente niega Christum austeritatem duxisse sed humanam vitam; que quiere decir común a los hombres en esto exterior. La tercera razón es: porque S. Juan era el término de la ley vieja, que era grave y pesada; *sed Christus* (dice el sancto) *fuit initium novae legis, quae procedit per viam mansuetudinis.* || Y a este modo dixo S. Augustín, libro 2. Quaestionum in evangelia q. 11, Christum *utendo cum ceteris cibo et potu laetitiam* significasse ^d. Y S. Ambrosio libro 2 in Lucam c. 1 ^e casi toca las razones que Santo Thomás dixo. Y Theophilacto, Matthaei 11, dice de Christo: *Omnibus condescendit, ut omnes lucrifaciat* ³⁴ *et* ³⁵ *regnum evangelizet; proinde non eius fuit austeritatis, cuius Ioannes f.* Y más claro Euthimio: *Sancti* ³⁶ *Joannis vivendi modus difficilis erat et asper, neque enim panem edebat, nec vinum bibebat; Christi vero facilis ac lenis, panem siquidem edebat* ³⁷ *vinumque bibebat* ^e. Et infra ^h: *dispositum est ut Ioannes quidem duriores vivendi regulam haberet, Christus vero molliorem* ³⁸.

Dexo otros muchos expositores ⁱ que hablan de la misma manera, porque no es mi intención ahora hacer disputa, sino solo que se entienda cuán

²⁷ palabras] *om.* A. — ²⁸ elegit] *eligit* B. — ²⁹ leniorem] *leviorem* B.

³⁰ lenior] *levior* B. — ³¹ La primera - vida] *om.* B. ³² ideo] *om.* B.

³³ erat] *om.* B. — ³⁴ omnes lucrifaciat] *omnibus lucrifaciam* B. — ³⁵ et] *om.* B.

³⁶ Sancti] *om.* B. — ³⁷ nec vinum - edebat] *om.* B. — ³⁸ molliorem] *melioem* B.

^a THOMAS AQU., *Catena aurea*, in Matth. 11 n. 6 (opp. ed. Parm., t. 11, p. 145).

^b HIERONYMUS, *Comment. in Matth.*, l. 2 c. 11 v. 16 seq. (PL 26, 73); THOMAS AQU., *l. c.*

^c THOMAS AQU. *Commentum in Matth.*, c. 11 v. 19 (opp. ed. Parm. tom. 10, p. 111).

^d AUGUSTINUS, *Quaest. Evangel.* l. 2 q. 11 (PL 35, 1337).

^e AMBROSIIUS, *Expositio evang. sec. Luc.* l. 2 n. 10 (PL 15, 1556).

^f THEOPHYLACTUS, *Enarratio in evang. Matth.* c. 11 v. 18 (PG. 123, 254).

^g EUTHYMIUS ZIGABENUS, *Comment. in Matth.* c. 11 v. 18 (PG 129, 355).

^h EUTHYMIUS ZIGABENUS, *l. c.*

ⁱ [ALFONSUS TOSTATUS] ABULENSIS, [*Comment. in*] *Matth.* 11 q. 43: Non deuit Christum austere vitam agere. Y desto da cinco razones. SILVESTER [MOZOLINUS DE

claro y cierto ha sido esto siempre en la Iglesia; y que quando se habla de que Christo no profesó vida austera, no se trata de su pasión y dolores; porque en ese sentido, aunque le comparemos con S. Juan, fué su vida sanctíssima más áspera y trabajosa. Attamen y en esta comparación todos los sanctos dicen, que la vida de san Juan fué más austera, antes dicen, que la vida de san Juan lo fué, y la de Christo no ³⁰. || Luego por vida austera no se entiende su pasión y todos los trabajos de su vida, sino el común modo de vivir en lo exterior, como hemos dicho.

|| B 238v

2.

|| Algunas cosas destas devió de hechar de ver el padre Avendaño (porque en fin la verdad tiene gran fuerça) pues confiesa que *son verdaderas las proposiciones que yo digo en aquel lugar de que se trata*; pero añade, *que procedo con artificio guardando el arte y estilo de los que quieren introducir nuevas doctrinas*, qual es la que él atribuye a la Compañía y a mi persona, diciendo que *solapadamente queremos persuadir no ser necesaria la vida áspera, y que es más perfecto nuestro modo de proceder, queriendo componer a Christo como* ⁴⁰ *uno de nosotros, y que contaminamos y barrenamos la vida austera haciéndola impertinente y de menos perfección*, y finalmente *que enseñamos, y que así lo predicó el Padre Osorio de la Compañía, que la vida y manjares regalados ayudan para la virtud*.

|| A 73v

Supplico a V. S. Ill.ma, considere en ⁴¹ estas palabras y discurso: Lo primero, quán mal se conciertan y convienen || entre sí estos padres en lo que me opponen; porque el uno absolutamente dice que le ha hecho notable disonancia la proposición, que yo digo, *que Christo no hizo vida austera*; pero el otro confiesa, que las proposiciones que digo son verdaderas, aunque repara en el artificio. Lo segundo: Es mucho de considerar que el padre Avendaño, hallando verdad en las proposiciones, juzga mi ánimo y intención sin tener para ello fundamento en mis palabras; porque si las proposiciones que digo son verdaderas, no sé de qué palabras pudo collegir aquel artificio, que él me impone. Y pienso, cierto, que si las hallara, las señalara;

|| B 239v

³⁰ Attamen-no] om. A. — ⁴⁰ como] con B. — ⁴¹ en] om. B.

PRIERIO], *Rosa aurea*, 3 super evangelia q. 11: Christus debuit taliter inter homines conversari, ut mediocrem vitam in cibo, potu, dormitione et vestitu duceret. ALBERTUS MAGNUS, [Enarrat. in ev.] Lucae 7 [34]: Societati hominum morem exhibuit in comedendo et bibendo. [IOHANNES] GAGNEIUS, [In quattuor evangelia scholia] Matth. 11 [19]: Venit filius hominis manducans et bibens, id est, humanam neque austeram vitam agens. [FRANCISCUS] TITELMANUS ibidem [Elucidatio in Matth., 11, 19]: Venit Ioannes in austeritate magna; veni ego cum hominibus vitam communem ducens cum omni humilitate et mansuetudine, me accommodans communi vitae hominum, etc. [CORNELIUS] IANSENIUS, c. 47 *Concordiae [evangelicae]*; [PAULUS] PALACIOS [DE SALAZAR] late in *Commentario ad catenam Matthaei* 11 [19] *Add. in marg.* A.

pero realmente no pudo, porque apenas añadido palabra a las que Santo Tomás y los santos dicen, si no es para restringir la doctrina y declarar más rigor y austeridad en la vida de Christo de la ⁴² que ellos algunas veces significan.

Dice más el padre Avendaño. *Que voy endereçando la doctrina a que la vida austera no es necesaria, haciéndola impertinente y de menos perfección.* Y aunque en el sermón que esto dixo, no me nombró, || pero claramente lo dice por mí, que quiero dar a entender que Christo vivió antes vida regalada que austera, diciendo yo claramente en una conclusión: *ele-gisse vitam quae ad severam potius et austeram quam ad blandam et suavem accederet.* Y abaxo digo: *Quamquam* ⁴³ *austeritas vitae multum ad perfectionem conferat et quodammodo necessaria sit.* ^a Y así puedo certificar a V. S. Illma. que todo quanto este padre dice en su discurso, estava muy lexos de mi pensamiento quando aquello escribí, y ahora lo está y también del sentimiento ⁴⁴. Y digo más, que ha treynta años que vivo en ⁴⁵ la Compañía, y que jamás entendí, sospeché ni olí rastro de tal doctrina, ni affecto o necesidad della, sino tanta estima y castigación del cuerpo, tanta exhortación a ella, tanto exercicio y uso della, como en qualquiera religión bien concertada; y que por aventura los que mucho se precian ⁴⁶ de austeridad, no la exceden en esto; aunque mi intención no es hacer comparaciones, ⁴⁷ que son odiosas.

Y porque V. S. Illma se entere más de la verdad, diré en ⁴⁸ particular alguna cosa || de las proposiciones que el padre Avendaño toca en su discurso. La primera es: *Que nosotros negamos ser la vida austera necesaria.* En lo qual si ⁴⁹ quiere decir que no es necesario hacer penitencia, es grande error y falso testimonio. Si quiere decir que la aspereça de vestidos ayunos y austeridad de vida no es utilísima para adquirir santidad y perfección, también es mala doctrina y falsa imposición, como se ha mostrado. Pero si quiere decir que semejante austeridad no es ni por sí absolutamente necesaria, ni medio necesario para adquirir la perfección, es verdadera y cathólica doctrina, que no se puede negar sin grande error, como consta de la doctrina de los santos y de santo Thomás y Cayetano, tocada arriba ^b y más largamente en el dicho libro ^c.

Dice lo segundo este padre: *Que enseñamos, ser nuestro modo de vida más perfecto que el suyo, porque || es más conforme al que Christo tubo.* Esta

⁴² la] lo B. — ⁴³ et suavem - quamquam] om. B.

⁴⁴ y ahora - sentimiento] y también del pensamiento y lo está B.

⁴⁵ vivo en] soi de B. — ⁴⁶ se precian] corr. ex blasonan A.

⁴⁷ comparaciones] comparación A. — ⁴⁸ en] un B. — ⁴⁹ si] se B.

a FRANCISCUS SUAREZ, *Comment. in III. p. tom. 2, disp. 28, sect. 3 concl. 2 et ad 1* (ed. Moguntiae 1616, p. 218).

b Cf. p. 64 et 66.

c FRANCISCUS SUAREZ, *Comment. in III. p. l. c.*

comparación, ni yo la hago, ni yo la e oydo a ninguno de la Compañía. Y fácil es de ver cuánto sea ⁵⁰ agena de toda cordura y humildad || religiosa. Deseamos ciertamente imitar la perfección y sanctidad de las demás religiones; y también es verdad que tenemos esta satisfacción y estima del instituto y modo de vivir, que el Señor nos ha dado, que haciendo ⁵¹ lo que en él podemos y devemos, caminariamos a la perfección con tantas ayudas como otros, no porque entendamos que el modo de comer y vestir que tenemos ayuda más ⁵² para esto, o que la penitencia y aspereça no sea necesaria y ayude mucho al camino de la perfección, sino porque esta vida común en lo exterior de comida y vestido, tomada con moderación religiosa y para más altos fines, no estorvará ⁵³ para ⁵⁴ qualquier grado de perfección. Especialmente que con ella se pueden juntar otros géneros de penitencias y trabajos, y tanta falta de otras humanas comodidades, que prudentemente se pueda juzgar ser bastante aspereça para que el cuerpo por una parte ande rendido y mortificado, y por otra pueda ⁵⁵ ser apto instrumento para otras acciones de más importancia, así espirituales || como de piedad y caridad. Porque cierto es que aunque los manjares no sean pescado, legumbres o cosas semejantes, puede ser la comida, no solo moderada y religiosa, como se ve en muchas religiones muy antiguas y muy perfectas, sino también tener mucho de abstinencia y aun de aspereça, que es ser la comida tan regular y de comunidad, que ni se usan regalos particulares, ni se pueden recibir ni tener en la celda. Y que esto sea por toda la vida, sin que aya privilegio de antigüedad ni officio, sino que todo aya de yr medido con la necesidad, y esto por ajeno arbitrio, siendo por otra parte lo que se da en el refitorio tan moderado y tan simple, quanto respecto de la comunidad, donde ay tanta variedad de personas y obligación a tan varios ministerios y trabajos, se podía prudentemente tasar, qué penitencia y mortificación sea ésta, pasar toda la vida con esta uniformidad de sustento sin poder tener en las celdas regalos ni cosa alguna con que suplir las faltas de la comida ⁵⁶ de la comunidad || y atender a sus necesidades particulares; pongo por juices desto a todos los religiosos que desean cumplir su instituto con perfección y vivir vida pobre y desnuda a imitación de Jesu Christo. Lo mismo podemos ⁵⁷ decir del mal tratamiento del cuerpo quanto a otras cosas, que no está atado a tal o tal ⁵⁸ género de vestido; porque silicios y disciplinas se usan y otros géneros de aspereças que cada ⁵⁹ uno en su rincón hace quanto el Señor save, que nos ha de juzgar a todos ⁶⁰. Porque aunque esta nuestra ⁶¹ religión no tenga una regla de penitencia para todos, porque según el fin della pareció al fundador, aprobándolo ⁶² los Summos Pontífices, que no convenía ni se podía guardar con uniformidad; pero con

|| B 240^v|| B 241^r|| B 241^v

⁵⁰ sea] se en B. — ⁵¹ que haciendo] om. B. — ⁵² ayuda más] y ayudamos B.

⁵³ estorvará] estorba B. — ⁵⁴ para] poco B. — ⁵⁵ pueda] puede B.

⁵⁶ de la comida] om. A. — ⁵⁷ podemos] podremos B. — ⁵⁸ o tal] om. A.

⁵⁹ cada] queda B. — ⁶⁰ save - todos] 23456781 (*ordíne mutato*) A.

⁶¹ nuestra] om. B. — ⁶² aprobándolo] aprobándola B.

|| B 242^r

todo esto, tiene regla de hacer penitencia y abraçar aspereça y para eso tiene una regla viva, que es el superior, al qual toca poner o quitar según las fuerças corporales y espirituales de cada uno. Y quando alguno fuese tan descuydado que se olvidase de hacer penitencia, || tiene el superior obligación de imponerle la que le fuere conveniente, aunque hasta ahora, gracias a Dios, en lo ordinario antes ay necesidad de freno que de espuelas. Y que éste sea ⁶³ el espíritu desta religión, ultra de que se podrá ver por sus reglas y constituciones, son bastantes argumentos:

El primero ⁶⁴: La poca salud que los sujetos della tienen; que cierto no nace de vida regalada.

El segundo: La honestidad de vida y buen exemplo, que comúnmente se hecha de ver en los desta religión, conservándolos Dios por su misericordia regularmente ⁶⁵ sin graves caydas; lo qual sin mucha penitencia y mortificación ⁶⁶ no fuera posible, en especial habiendo entre ellos tanta juventud y tanto trato con los próximos por razón de su instituto.

|| B 242^v|| A 74^v

El tercero argumento es: El affecto y espíritu que desto pegan a la gente con quien tratan; porque pienso yo que de muchos años acá no ha ⁶⁷ havido comúnmente en la gente seglar tanto uso de silicios y diciplinas quanto ahora se vee en los que se confiesan y comunican sus conciencias con los desta religión. Lo qual ⁶⁸ fuera imposible ser esto así, || si en los della ubiera tan poco affecto a la penitencia y aspereça y la poca estima y falsas aprehensiones que les imponen los que esto dicen. Así que ni preferimos nuestro modo de vivir al de los otros, || ni tampoco lo tenemos por regalado ni por falto de aspereça; y quanto a esto nos consuela y anima el exemplo de Christo nuestro Señor, y esperamos en su ⁶⁹ gracia, que como él con una vida común en lo exterior, juntó vida trabajosa llena de mortificación y cruz y oraciones largas, que no poco affligen el cuerpo, y una perpetua obediencia con renunciación de toda commodidad y honra humana, así nosotros si fuéremos los que devemos, podemos con esta vida común en lo exterior juntar penitencia, mortificación y perfecta renunciación de honrras y commodidades humanas, no teniendo lugar ni morada cierta, estando expuestos a qualquier trabajo y ministerio por mar o por tierra, abraçando de buena gana qualquier peligro y incommodidad || que se ofrezca, como vemos lo han hecho muchos padres de la Compañía, a quien Dios ha dado esta buena suerte, y los demás se crían con ese mismo espíritu, estando con deseos continuos de emplear sus vidas en la conversión de los infieles.

|| B 243^r

De aquí se entiende cuán ageno es de nuestro sentir lo que el padre Avendaño añade en tercer lugar, conviene a saver, *que contaminamos y barrenamos la vida austera, haciéndola impertinente y de menos perfección*. Porque ni él puede mostrar fundamento para imponernos seme-

⁶³ sea] om. B. — ⁶⁴ El primero] om. B. — ⁶⁵ regularmente] om. B.

⁶⁶ y mortificación] om. A. — ⁶⁷ ha] om. B. — ⁶⁸ Lo qual] y B. — ⁶⁹ su] la B.

jante error, ni a nosotros nos pasa tal cosa por el pensamiento, sino que a todas las religiones veneramos; y según los fines y institutos de cada una entendemos, que la aspereza que profesa le es de grande ayuda para su perfección; y la comparación y juicio de más o menos dexámoslo a nuestro Señor y tenemoslo por impertinente y dañoso para nosotros, pues no puede servir sino de envanecer los ánimos religiosos. || Por lo qual a cada uno le está bien por una parte tener grande estima de los otros, y por otra estar contento con su vocación, persuadiéndose cada uno, que si en ella hiciere ⁷⁰ lo que deve, podrá ser bastantemente perfecto. Y confieso que tengo esta persuasión de nuestra ⁷¹ Compañía, y deseo y procuro la tengan todos los de ella, por ser muy útil para su provecho, y muy verdadera y fundada en lo que Christo nuestro Señor y los sanctos nos enseñan.

|| B 243^v

Y así concluyo este punto con decir que la última proposición, que este padre nos imputa, scilicet *que los manjares regalados ayudan para la virtud*, no es nuestra ni digna de ánimo religioso, y mucho menos de predicalla en el púlpito. Y lo que dice averla dicho el padre Osorio en Segovia, yo lo he averiguado con las personas más graves que se hallaron presentes en aquel sermón, y todas testifican aver sido mal informado el padre Avendaño || en esto, y en decir que ubo escándalo en el pueblo, porque ni le ubo ni memoria dél.

|| B 244^r

3.

Con esta ocasión hace el padre Avendaño otra digresión en su carta, diciendo *que los de la Compañía introducen nuevas y no seguras doctrinas, y que mientras esto hicieren* ⁷², *no tendrán paz con la orden de santo Domingo*. Estas últimas palabras no son menos offensivas que las primeras; pues con ellas parece quiere mover los ánimos de los de su religión, para que nos tengan por enemigos, y persuadirles que damos ocasión bastante para ello, no siendo esto así, que entre nosotros aya guerra ni disensión; antes la Compañía tiene mucha paz y unión ⁷³ con los desta sagrada religión en toda España y fuera della, por que veneramos ⁷⁴ y estimamos sus letras y religión, y los gloriosos trabajos que en servicio de Dios y de su Iglesia han hecho. La desunión ha sido entre algunos, que o por mal informados o por particulares respectos se han disgustado contra la Compañía.

Y entre estos se ha declarado más el padre Fray Alonso de Avendaño, || como lo podrán testificar las ciudades de España donde ha predicado. Y en este caso particular descubre este ⁷⁵ su ánimo no tan bien affecto, pues él confiesa que mi doctrina es verdadera; y en caso que no lo fuera, pues no se predicó, sino se escribió, no la havia él de predicar, si no pretendía alborotar, mas ⁷⁶ denunciar si tenía zelo de la verdad; ni era necesario desengañar al vulgo, pues no sabía de tal doctrina.

|| B 244^v

⁷⁰ hiciere] hiciese B. — ⁷¹ de nuestra] desta B. — ⁷² hicieren] hiciesen B.

⁷³ y unión] om. B. — ⁷⁴ veneramos] verenamos B.

⁷⁵ este] om. B. — ⁷⁶ mas] sino B.

Lo segundo: Si el tener algunos de la Compañía algunas opiniones contra Santo Tomás fuera bastante causa de indignarse contra esta religión y desunirse ⁷⁷ della ¿cómo no hace esto mismo con otras religiones y con personas doctas, que de propósito siguen doctrinas contrarias a las de santo Tomás?

Lo tercero: Se ve el ánimo de querernos alborotar, en que anda juntando quantas opiniones y doctrinas le parece que ⁷⁸ se han dicho en diversas provincias de la Compañía, para que todas juntas parezcan más mal, sin considerar qué parecerían, si se juntasen todas las opiniones que en diversas partes || de su religión se ⁷⁹ han dicho y an parecido de mucho inconveniente aun a los de su misma ⁸⁰ religión. Y porque se vea que aun estas || que el padre Avendaño trae por exemplo contra nosotros y juzga ser las peores, o no son las ⁸¹ que él dice, o no tienen el inconveniente que él ⁸² dice, responderé a cada una más ⁸³ en particular.

El primero exemplo ⁸⁴ que trae es ⁸⁵ del padre Juan Jerónimo, del qual dice que predicó en Toledo, *que la confesión se puede hacer por escrito entre ausentes, y aun que es necesario hacerse así. Lo qual causó mucho escándalo por ser nueva y peligrosísima doctrina.* Estas son palabras del padre Avendaño, en las cuales se ve el deseo que tiene de agravar y hacer que la doctrina parezca mala, pues no se refiere sinceramente sino con falsas exageraciones; porque es cosa certísima, que el padre Juan Jerónimo nunca dixo, que era necessario confesarse ⁸⁶ al sacerdote ausente, de lo qual estoy bastante || informado. Y quando no lo estuviera, la cosa es tal, que me bastava certificar no podia caber en una persona como el dicho padre semejante ignorancia: porque es hombre que no habla de cabeça ni sin graves autores, y ninguno ha dicho que esté uno ⁸⁷ obligado a confesarse con el sacerdote ausente, ni aun en caso que no tenga sacerdote presente con quien confesarse. Lo uno, por ser muy dudoso, si con tal modo de confesión y absolución en ausencia sea válido el sacramento, y quizá es lo más probable que no lo es. Lo otro, porque no está uno obligado a confesarse con tanta publicidad o riesgo della, aunque pueda. También es cierto, que el padre Juan Jerónimo no predicó absolutamente y sin bastante declaración que se pueda hacer la confesión con sacerdote ausente, sino solo en caso de extrema necesidad, qual sería un largo captiverio, o una larga y ⁸⁸ peligrosa enfermedad ⁸⁹ || de muerte en lugar donde no ay sacerdote, o si le ay, está enfermo, de tal manera que no puede venir a la casa en que está la persona que se muere, o otras semejantes. Pues esta doctrina dicha desta manera, y que en tal caso el sacramento sea válido y se pueda lícitamente ⁹⁰ hacer, ni es doctrina nueva,

⁷⁷ desunirse] scenirse B. — ⁷⁸ que] om. B. — ⁷⁹ se] le B.

⁸⁰ de su misma] mismos de su B. — ⁸¹ las] lo B. — ⁸² él om. B. — ⁸³ más] om. A.

⁸⁴ exemplo] Segundo. Del confessarse por escrito *add. in marg.* A.

⁸⁵ es] *add.* el B. — ⁸⁶ confessarse] confesar B. — ⁸⁷ uno] ninguno B.

⁸⁸ larga y] om. B. — ⁸⁹ peligrosa enfermedad] 21 B. — ⁹⁰ lícitamente] solitamente B

|| B 245r

|| A 75r

|| B 245v

|| B 246r

ni escandalosa, ni peligrosa, ni improbable. Porque ¿cómo es nuevo lo que han enseñado gravísimos autores, y muchos en número, y ⁹¹ dellos muchos de la orden de santo Domingo y de tanta sanctidad y doctrina quanta se puede desear en los que ahora tanto se admiran y escandalizan desta opinión? Estos son Antonino, Paludano, Silvestro, Fray Pedro de Soto; y aun Fray Domingo de Soto, aunque no se resuelve en esta opinión, dice que *forsan est vera y se puede praticar* ⁹². Ay también otros autores muchos, que van señalados en la margen ^a, y estos bastan para que ningún hombre prudente pueda negar que esta opinión sea probable, pues autores tan cuerdos no les faltavan razones probables que les moviesen a tenerla por probable. || Y la summa dellas es que lo contrario desto no consta por algún testimonio de Escritura ni de Concilios ⁹³ o Sanctos antiguos, o tradición de la ⁹⁴ Iglesia, y por otra parte es cosa clara, que pudo Christo nuestro Señor instituir este sacramento en esta forma y con toda esta anchura ⁹⁵ y latitud. Y no faltan congruencias por las quales ⁹⁶ sea verisímil haverlo hecho así. Lo uno ⁹⁷, para socorrer a los hombres en todas sus necesidades y con un modo muy acomodado a ellos; lo otro porque haviendo instituido este sacramento en forma de juicio, ninguna cosa que no fuese contra la razón de sentencia judiciaria ay porqué sea derechamente contraria a la substancia deste Sacramento. Y así en ausencia puede haver verdadera confesión y acusación de la parte del reo o penitente, y por consiguiente es probable que de parte del sacerdote o juez puede ⁹⁸ haver sentencia o absolución, que son la materia y forma deste sacramento; y así no contradice esta opinión a lo que el Concilio Tridentino || y Florentino ⁹⁹ enseñan ^b, que la forma deste sacramento consiste en aquellas palabras: *ego te absolvo* ^b. Porque confesando eso, esta opinión añade que esas se pueden dirigir o endereçar al ausente; y si fuere menester embiár-

|| B 246v

|| B 247r

⁹¹ y] om. B. — ⁹² practicar] platicar B. — ⁹³ Concilios] concilio B. — ⁹⁴ la] om. A.

⁹⁵ anchura] hechura B. — ⁹⁶ por las quales] om. B. — ⁹⁷ lo uno] así B.

⁹⁸ puede] pueda B. — ⁹⁹ Trid. y Flor.] 321 A.

^a ANTONINUS [*Summa theologiae moralis*] III. pars, tit. 14 c. 19 paragr. 9, et tit. 17 c. 12, c. 21 paragr. 3. Et [PETRUS] PALUDANUS, [*Scriptum in*] IV. [sent.] d. 17 q. 2. SILVESTER [MOZOLINUS DE PRIORIO], [*Summa summarum (Silvestrina)*], confessio, 1 q. 15, et confessor 3 paragr. 1. PETRUS [DE] SOTO, [*Tractatus de institutione sacerdotum*] lect. 11 de confessione; [DOMINICUS] SOTO, [*Relectione de ratione legendi et detegendi secretum*], num. 3 q. 4 concl. 5 dub. 4. RICHARDUS [DE MEDIAVILLA], IV. sent. d. 17 a. 2 q. 5. [Iohannes Maior], [IV. sent. d. 17] q. 1. [IOHANNES] MEDINA, [*Commentario de poenitentia*], quaestione de modo secrete confitendi; quae est etiam ADRIANI, [IV. sent.] q. 1 de confessione, paragrapho: *Sed oritur ex iis dubium aliud*. [MICHAEL DE] PALACIOS, [*Disputationes theologicae in*] IV. [sent.] d. 17 disputatione ultima; [MARTINUS AZPILCUERTA] NAVARRUS, *Summa*, c. 21 n. 36, et c. 26 n. 14, et c. 1 de poenitentia d. 5 in principio [Gratiani] n. 60. Et plures alii summistae et moderni. Add. in marg. A.

^b [Concilium Florentinum] in decreto Eugenii [pro Armenis, DENZ. n. 699]; [Concilium Tridentinum] sess. 14 c. 3 [DENZ. n. 896] add. in marg. A.

selas por escrito. Porque aquellas palabras, según esta opinión, no son esencialmente demostrativas de persona presente; lo qual aunque sea dudoso, pero no es evidentemente falso, sino probable. Ni tampoco obsta lo que el Concilio Tridentino enseña ^a, que el modo de confesarse secretamente es conforme a la institución y mandato de Christo nuestro Señor; porque en esto no pretende enseñar, que aquel modo sea de essencia de este sacramento; pues es cosa cierta, que si el penitente quiere por sus ¹⁰⁰ justas causas, puede hacer la confesión pública, como lo declaró el mesmo Concilio Tridentino, y también que ¹⁰¹ en otros casos es lícita y bastante la confesión por intérprete o por relación de otros, quando un enfermo viene a estar en estado que no puede ya por sí hablar, como consta por ¹⁰² muchos canones antiguos; sino pretende el Concilio ^b enseñar || que el modo de confesarse secretamente es el que de ordinario se deve usar mientras se pudiere. De manera que no se puede || negar ser esta opinión probable, y darle otra censura, de ¹⁰³ temeraria o semejante, es hacer notable agravio a autores tan graves, y hablar o censurar sin fundamento bastante; lo qual no se hace sin gran peligro, especialmente en perjuicio de tercero.

|| B 247^r|| A 75^v

De lo qual se sigue tampoco ser la dicha proposición escandalosa, porque de suyo, cierto es no serlo. Lo primero: Porque en materias morales y que tocan a conciencia, lo que es probable se tiene por seguro; y así en enseñallo no se induce a mal ninguno, que es propriamente escandalizar. Lo segundo: Porque no ¹⁰⁴ se puede llamar escandaloso lo que tan graves autores ¹⁰⁵ enseñan, y Navarro escribió en romance tantos años ha, y Fray Pedro de Soto absolutamente y sin miedo ninguno dice que es seguro. Pues si de suyo la doctrina no es escandalosa, tampoco lo fué como el padre Juan Jeronymo || la predicó; pues la declaró con todas las circunstancias necesarias para que no pudiese dañar ¹⁰⁶ y pudiese aprovechar. Porque declarando que tal modo de confesión no se podía usar si no es ¹⁰⁷ en extremos aprietos y necesidades, quando no se puede haver confesor presente, se quita toda la ocasión de hacer daño con la tal doctrina; porque si alguno con todo eso tomare ocasión de usar mal della en casos no necesarios ¹⁰⁸, ese es escándalo passivo y no activo, pues ya le ¹⁰⁹ declararon que en tales casos no lo podía hacer. Y por otra parte pudo ser útil la tal ¹¹⁰ doctrina. Lo uno, para animar los hombres, viendo la liberalidad con que Dios les proveyó de remedio aun para ¹¹¹ casos apretados; y lo otro, para que ¹¹² si a ¹¹³ alguno se le ofreciese el ¹¹⁴ tal caso, pudiese si quisiese, aprovecharse desta opinión; porque aunque el caso sea raro, en un copioso

|| B 248^r

¹⁰⁰ sus] om. A. — ¹⁰¹ que] om. B. — ¹⁰² por] de B. — ¹⁰³ de] como de B.

¹⁰⁴ no] como B. — ¹⁰⁵ autores] hombres B. — ¹⁰⁶ dañar] dañarse B. — ¹⁰⁷ es] om. B.

¹⁰⁸ en casos necesarios] om. A. — ¹⁰⁹ le] la B. — ¹¹⁰ tal] om. B. — ¹¹¹ para] por B.

¹¹² para que] porque B. — ¹¹³ a] om. B. — ¹¹⁴ el] en B.

a Supra [Conc. Trid. sess. 14] can. 6 [DENZ. n. 916] *add. in marg. A.*

b [Conc. Trid.] sess. 14 cap. 5 [DENZ. n. 899] *add. in marg. A.*

y vario auditorio puede haver alguno a quien le suceda, y así aunque no sea necesaria comúnmente la tal doctrina para el púlpito, tampoco tiene inconveniente tocalla una vez, especialmente tratando de propósito la materia; y quando demos || que aun entonces se pudiera escusar, a lo menos no era negocio de escándalo ni ruydo. Y si en el pueblo causó algún género de novedad y admiración, fuera muy poco y de ninguna consideración, si no ubiera quien lo aticara y alborotara ¹¹⁵ con pública disensión y contradicción, en la qual no había fruto ninguno y pudo ¹¹⁶ haver daño; y así más se debe atribuir el escándalo a los que hicieron este alboroto que al que predicó esta doctrina.

|| B 248v

Finalmente, de todo lo dicho se entiende, quán sin causa dice el padre Avendaño con tanta exageración, *que esta doctrina es peligrosísima*; diciendo la común de los Theólogos, que en las cosas morales tocantes a la conciencia, siguiendo la ¹¹⁷ doctrina probable ay seguridad en la obra, sin peligro alguno. Y si no, pregunto ¿qué errores contra la fee o qué cosas contra las buenas costumbres se pueden seguir desta doctrina, porque se llame peligrosa? O en qué consiste este peligro?

¿ Por ventura en que ¹¹⁸ el que así se confiesa se ponga a peligro || de que su peccado se publique? — Pero este inconveniente lo uno ¹¹⁹ se puede evitar, fiándose ¹²⁰ de persona prudente; y lo otro, quando no se evite, no es muy grande inconveniente, sino acto de humildad y muestra de gran deseo de asegurar su salvación por el camino que pudiere, pues en razón de confesarse se pone a semejante riesgo.

|| B 249r

Dirán que ay ¹²¹ peligro de que o ¹²² el penitente se muera, o se mude, o cometa otro peccado de nuevo antes que el confesor ausente le absuelva, y así la absolucion cayga en vano. — Pero si este peligro fuese de consideración, también le abría en que el matrimonio se hiciese entre ausentes. Pero en estas cosas humanas basta una moral probabilidad y conjetura; la qual puede fácilmente tener el sacerdote en este caso del estado del penitente por relación o por escrito. Y especialmente en casos tan apretados no es menester tan perfecta noticia como en lo ordinario. Y así vemos, que quando uno se muere repentinamente, || si no puede confesar todos sus ¹²³ peccados, basta que diga uno; y si él ya no puede hablar ni dar señales, basta que otros testifiquen de su confesión.

|| B 249v

Otro peligro se puede fingir, y es que se estienden fácilmente estas doctrinas usando mal dellas, y estendiendo lo que los autores dicen en un caso raro a lo ordinario y común uso. Pero este es estilo de los que calumnian, que primero ponen lengua en la doctrina; y quando se ve que es tan ¹²⁴ fundada que no pueden tacharla, divierten al uso, y algunas veces imponen falsos y graves testimonios sin más fundamento que el de imagina-

¹¹⁵ alborotara] publicara B. — ¹¹⁶ pudo] puede B. — ¹¹⁷ la] om. B.

¹¹⁸ en que] om. B. — ¹¹⁹ lo uno] om. B. — ¹²⁰ fiándose] confiándose B.

¹²¹ ay] en B. — ¹²² o] om. B. — ¹²³ sus] los B. — ¹²⁴ es tan] está B.

ción o poco affecto. Y ¹²⁵ esto es de mucha consideración en estas doctrinas morales, como se verá ¹²⁶ también en ¹²⁷ el punto siguiente ^a y ¹²⁸ en éste ¹²⁹ que agora ¹³⁰ tratamos; porque este peligro es ninguno y no se deve temer ¹³¹, supuesto que se declara bastantemente la doctrina y el caso de que se habla. Porque de otra manera no debíamos enseñar que es lícito tomar lo ajeno en caso de extrema necesidad, || porque no tomen los hombres ocasión de hurtar sin ella. Ni tampoco se debía enseñar, que en caso de grave peligro de infamia o muerte se puede callar algún peccado en la confesión; porque no se tome || ocasión de estenderse ¹³² esta doctrina y callarlos ¹³³ sin tanta necesidad. Pues así como en estos casos y ¹³⁴ otros semejantes no es verdadero ni moral el tal peligro, tampoco lo es en el que tratamos; pues tan fácilmente se puede en él hechar de ver cuál sea el tiempo y ocasión de necesidad como en los demás. Antes parece, que en poner a los hombres tanto miedo en esta doctrina, ay mayor peligro; porque es cosa ¹³⁵ contingente venirse a hallar en semejante necesidad y no se atreva a usar deste remedio por lo que han oydo decir desta doctrina. Y por ventura puede ser que se condenen por esta causa; porque si in re ¹³⁶ es verdad que la absolución dada al ausente es válida, y acontece que el que está en necesidad solamente ¹³⁷ tiene atrición, se salvará || siendo absuelto conforme a aquella opinión, si in re es verdadera; y se condenará no se confesando conforme a ella quando no puede de otra manera. Pues luego mucho mayor peligro ay en hacer tantos espantos y apartar tanto a los hombres desta doctrina que en dexalla con su ¹³⁸ probabilidad y como cosa pía, quae ¹³⁹ potest prodesse et non obesse.

4.

En ¹⁴⁰ el segundo exemplo ¹⁴¹ dice el padre Avendaño que los de la Compañía han predicado y quiza practican ¹⁴² en las confesiones hacer por ¹⁴³ fuerça descubrir al cómplice con achaque de remediallo, y que desto ay salvados casos muy particulares.

Esta controversia es ya antigua, y muy ventilada en España, y no fueron principio della los de la Compañía, sino un perlado ¹⁴⁴ de los doctos y siervos de Dios, que en nuestros tiempos ha havido. Y conviene mucho dis-

¹²⁵ Y] om. B. — ¹²⁶ verá] ve A. — ¹²⁷ en] om. B. — ¹²⁸ también - y] om. A.

¹²⁹ este] esto A. — ¹³⁰ agora] om. A. — ¹³¹ temer] por estar B.

¹³² estenderse] entenderse B. — ¹³³ callarlos] callarle B. — ¹³⁴ y] ni B.

¹³⁵ cosa] caso B. — ¹³⁶ in re] ni B. — ¹³⁷ solamente] om. A.

¹³⁸ su] om. B. — ¹³⁹ quae] om. B. — ¹⁴⁰ en] om. A.

¹⁴¹ exemplo] tercero. Del descubrir el cómplice en la confesión *Add. in marg. A.*

¹⁴² pratican] platican B. — ¹⁴³ por] de B. — ¹⁴⁴ perlado] prelado B.

tinguir en ella (como poco ha se ¹⁴⁵ decía) la doctrina del uso. Porque en la doctrina || aunque ay opiniones varias de theólogos, cuándo sea lícito o necesario descubrir en la confesión la persona ¹⁴⁶ del cómplice, pero las opiniones que son probables y se pueden seguramente practicar ¹⁴⁷ son muy savidas; y esas solas han enseñado y enseñan los de la Compañía, y se pueden reducir a pocos principios. — El primero es, que sin causa o necesaria o muy ¹⁴⁸ grave no se debe ni puede declarar en la confesión la persona del cómplice; y peccaría gravemente el confesor, que en tal caso la preguntase. — Segundo, que en caso que ¹⁴⁹ el penitente no pueda declarar su peccado o la circunstancia que muda especie sin que el confessor entienda quién es el cómplice, puede y debe el penitente declarar su peccado enteramente, aunque descubra el cómplice al confesor que le conoce, quando ni puede confessarse con otros ni usar de otros medios para encubrirse de manera que el cómplice no sea conocido. La qual es opinión de Santo Thomás ^a y la más recibida. — Tercero: || Quando el penitente es ¹⁵⁰ perseguido del cómplice y no se puede defender dél por sí solo, tiene derecho para declararse con alguno que le ayude para ¹⁵¹ su remedio, y en tal caso puede declararse con su confessor, si juzga que le ayudará; pero el confessor no le puede obligar a ello si él quiere más descubrirse con otro, que también se espera le ayudará. Ni tampoco puede el confessor, en caso que el penitente se descubra con él, usar de la ¹⁵² tal sciencia fuera de la confesión, si no fuere conforme a la licencia que el penitente le diere; y aun en eso mesmo ha menester mucha prudencia y recato, para hacello sin escándalo; y lo ordinario sería mejor que el penitente se lo dixese fuera de la confesión con el secreto que de suyo pide semejante caso. — Quarto: Para en-

|| B 251r

|| B 251v

¹⁴⁵ se] om. A. — ¹⁴⁶ persona] doctrina B. — ¹⁴⁷ practicar] platicar B.

¹⁴⁸ necesaria o muy] necesidad y B. — ¹⁴⁹ que] om. B. — ¹⁵⁰ es] om. B.

¹⁵¹ para] a B. — ¹⁵² la] om. B.

^a [THOMAS AQU.] IV. [sent.] d. 16 q. 3 a. 2 quaestiuncula 5 ad 5; d. Thomas, opusc. 12 [ed. Mandonnet: 19; De forma poenitentiae absolutionis sacramentalis] q. 6. D. ANTONINUS [Summa theologiae moralis] III. pars, tit. 14 c. 19 paragr. 11. D. BONAVENTURA IV. [sent.] d. 21 p. 2 a. 1 q. 3, et a. 2 q. 2 et paragr. frequentius dicendum. CAPREOLUS [IV. sent. d. 21] q. 2 a. 3 ad 8 contra 3. conclusionem. [PAULUS BARBUS] SONCINAS, [epitome in IV. sent. Capreoli, d. 21] q. 2 conclusionem 2 ad 3. RICHARDUS [DE MEDIAVILLA] [IV. sent. d. 21] a. 3 q. 2. [PETRUS] PALUDANUS [IV. sent. d. 21] q. 3 a. 2. GABRIEL BIEL [IV. sent.] d. 17 q. 1. ADRIANUS [IV. sent.] q. 3 de confessione, et dubio paenultimo illius materiae. HENRICUS [DE GANDAVO] Quodlibeto 3 q. 23. [MARTINUS AZPILCUETA] NAVARRUS, Summa c. 7 n. 7 et 8; et c. 1 de poenitentia d. 5, et c. Sacerdos de poenitentia d. 6 n. 126 et 158. [FRANCISCUS DE] VICTORIA, Summa de sacramentis q. 161, alias 174. [FRANCISCUS] CORDUBENSIS, Libro de detractone annotationum [catholicarum] mem. 3 q. 4 ad 2. [IOHANNES DE] TURREGREMATI, [Comment. in decretum Gratiani] tit. sacerdos de poenitentia d. 6 n. 13. SILVESTER [MOZOLINUS DE PRIEBIO], [Summa summarum (Silvestrina)], confessio, 1 paragr. 28. Et alii summistae communiter. Add. in marg. A.

|| B 252^r mendar y corregir fraternalmente al cómplice, puede haver casos en que convenga ¹⁵³ que el penitente declare la persona del cómplice || ei qui potest prodesse, et non obesse. Pero tampoco en este caso puede el confessor obligar al penitente a que se declare con él, sino sólo a ¹⁵⁴ que cumpla la obligación de caridad, que puede tener de corregir o denunciar segun varios casos que pueden acaecer. Y quando el penitente quiera declararse con él, tampoco puede usar de la tal sciencia si no es con la limitación dicha en el punto pasado. Y en esta doctrina convienen casi los más de los autores. Y por lo menos es cierto que toda es probable y tan conforme a razón, que apenas se ofrece dificultad de momento en ella, como V. S. Ill.ª bien sabe. Y eso es lo que toca a la verdad y probabilidad de la doctrina.

|| A 76^v Pero los que ya no ¹⁵⁵ la pueden calumniar en esto, divierten al ¹⁵⁶ uso, y dicen que es peligrosa, porque se puede usar mal della. A lo qual fácilmente se responde de lo dicho || que esto es impertinente para censurar la tal doctrina y llamarla por eso peligrosa. Porque ese mal uso, si le ¹⁵⁷ ay, no nace della; y si por malicia || es, también los herejes usan mal de la Escripura y de los sanctos, y no por eso es peligrosa la doctrina de los sanctos. Y el injusto mercader usa mal de la doctrina moral, que enseña, licere in mutuo aliquid ultra sortem petere ratione lucrí cesantis, y de otras semejantes que no se juzgan por peligrosas. Y si el mal uso es por imprudencia, si esa se halla en los que han sido enseñados, como conviene, de lo que es verdad en esta materia ¿que harían si lo ignorasen? ¿Y si esto nunca se enseñase ni declarase? Sin duda se harían muchos mayores yerros. Por lo qual, aunque estas cosas no se deban enseñar sino en las cáthedras o en los libros, pero allí es justo que se hagan ¹⁵⁸ declarando lo que en rigor se puede hacer o lo que no, y avisando de la prudencia que es menester en el uso. Del qual ninguno puede decir con fundamento y verdad, que los confesores de la Compañía fuerçan al penitente || a descubrir el cómplice quando, o como, o ¹⁵⁹ a quien no está obligado. Y los casos particulares que se allegan en contrario, no se podrán probar; y así pienso yo que son finjidos, o de tal manera añadidos y ¹⁶⁰ amplificados que no son los que en efecto acaecieron; porque en estas cosas morales mudada una circunstancia es mudado todo el caso. Y finalmente quando algunos particulares ubiesen en esto errado, o sido imprudentes (lo qual, como he dicho, hasta ahora no lo han probado) ¿qué importa eso para poner nota en una Religión y decir que la Compañía usa esto? Y mucho menos lo es para infamar la doctrina, pues el mal uso de uno ni de muchos no quita a la doctrina su ¹⁶¹ entereça y verdad.

|| B 253^r

¹⁵³ en que convenga] om. A.

¹⁵⁴ sino solo a] a que solo B.

¹⁵⁵ los - no] 3124 B. — ¹⁵⁶ al] el A. — ¹⁵⁷ le] lo B. — ¹⁵⁸ hagan] haga B.

¹⁵⁹ o] om. B. — ¹⁶⁰ y] o B. — ¹⁶¹ su] la B.

5.

Dice en el tercer exemplo ¹⁶² el dicho padre, que los de la Compañía quitan el auxilio eficaz y favorecen grandemente ¹⁶³ a Pelagio, condenando por erronea la doctrina de santo Thomás. Y que el padre Molina escribió con grande libertad, || que ha escandalizado mucho a los maestros ¹⁶⁴ escolásticos. — Quien estas palabras escribe, muestra o no haver visto o entendido lo que en aquella materia se trata, o que el affecto le hace decir las cosas de otra manera de lo que son, para poner mal nombre a la doctrina, y mal ánimo a quien leyere semejantes palabras de un hombre religioso y predicador, y no tuviere tiempo para ¹⁶⁵ averiguar la verdad dello. Ésta es que el auxilio eficaz ningún cathólico lo niega ni puede negallo sin claro error, diciendo Christo [Joh. 6, 65]: *Nemo potest venire ad me, nisi Pater meus traxerit eum*. Y ¹⁶⁶ S. Pablo [Phil. 2, 13]: *Deus operatur in nobis, et velle et perficere*. Y en otros lugares de la Escritura leemos frequentemente: *Deus convertit nos, aperit corda*, y otras semejantes locuciones que declaran la eficacia de la divina gracia, la qual ni el padre Molina la niega, ni en sus libros se podrá mostrar lugar que esto signifique. || Pero es mucho de advertir el estilo que algunos destos padres y censores nuestros guardan para poner mal nombre a una ¹⁶⁷ doctrina: que infieren della algún error, que en realidad de verdad no se sigue della, pero a ellos les parece así, y atribuyen luego el tal error al autor de la tal doctrina, no lo haviendo él dicho, ni cosa de la qual verdaderamente se siga ¹⁶⁸. El qual modo no sólo es engañoso y injurioso, sino también muy escandaloso. Pudiera poner desto algunos exemplos, pero por no cansar a V. S. Illma. me contentaré con el que tratamos.

|| B 253v

|| B 254r

Una cosa es negar el auxilio eficaz, otra no ponelle o declaralle del ¹⁶⁹ modo que ¹⁷⁰ algunos theólogos que dicen seguir la doctrina de santo Thomás le han puesto. Lo primero no cae ¹⁷¹ en opinión de cathólicos, como dicho es. Mas en lo segundo ay entre ellos gran ¹⁷² controversia, y a muchos no solo de la Compañía, sino de todas órdenes y de ¹⁷³ fuera dellas les parece, que el auxilio que el padre Avendaño llama eficaz, como él y algunos de su orden || lo entienden, no solo es eficaz, sino necesitante; y así que en lugar de huyr de Pelagio, favorecen grandemente al horror de Lutero, Calvinó y de los demás herejes deste tiempo, que quitan la libertad, diciendo que Dios determina totalmente nuestras voluntades a lo que él quiere. Y aunque parezca || que excedo algo de los límites de carta, porque este punto es grave, apuntaré brevemente con licencia de V. S. Illma. en qué consiste la diferencia.

|| B 254v

|| A 77r

¹⁶² exemplo] Quarto. Del auxilio eficaz *Add. in marg. A.*

¹⁶³ grandemente] bravamente B. — ¹⁶⁴ maestros] doctores B. — ¹⁶⁵ para] de B.

¹⁶⁶ y] *om.* B. — ¹⁶⁷ una] alguna B. — ¹⁶⁸ siga] sigue B. — ¹⁶⁹ del] de B.

¹⁷⁰ que] de B. — ¹⁷¹ cae] caece B.

¹⁷² gran] *om.* B. — ¹⁷³ de] *om.* B.

Todos nos apartamos del horror de Pelagio (que atribuye a las fuerzas naturales de nuestra voluntad su conversión), confesando que es necesario para ella y para todos los actos sobrenaturales auxilio sobrenatural que nos despierte, levante y eficazmente ayude a hacer semejantes actos.

|| B 255^r Pero unos dicen que este auxilio ha de ser tan fuerte y poderoso, que no solamente prevenga y despierte a nuestra voluntad, sino que también la determine a obrar, de tal manera, || que tocándola Dios con semejante auxilio no esté en su mano resistirle, siendo por otra parte insuficiente y sin fuerzas para hacer semejantes actos, hasta que Dios la mueve y determina con el dicho auxilio, el qual da Dios como quiere y ¹⁷⁴ quando quiere, sin que esté en mano del hombre hacer de suyo algo por donde sea cierto el alcançallo; y en esto ponen el principal punto de la gracia y beneplácito liberal de Dios, en comunicallo después ¹⁷⁵ *secundum consilium voluntatis suae*.

A otros les parece que por este camino se da en dos inconvenientes gravísimos.

El uno es, que a los que consienten a la moción de la gracia divina, se les quita la libertad en su consentimiento y se contradice a la definición del Concilio Tridentino sess. 6, canone 4: *Si quis dixerit liberum hominis arbitrium a Deo motum et excitatum nihil cooperari assentiendo Deo excitanti atque vocanti quo ad obtinendam justificationis gratiam se disponat ac prae-
|| B 255^v paret, neque posse dissentire si velit, sed veluti || inanime quoddam nil omnino agere, mereque passive se habere, anathema sit.*

El segundo inconveniente es, que a los que no se convierten se les quita la facultad y potestad, y por consiguiente la libertad, para convertirse con efecto; porque ni ¹⁷⁶ Dios les ¹⁷⁷ mueve eficazmente, ni está en su mano hacer que así les mueva.

Y para evitar estos inconvenientes dicen que Dios da dos auxilios. Uno excitante, y otro adjuvante, como el Concilio Tridentino lo enseña ^a. Y que quando el hombre se convierte, ambos son eficaces; pero la eficacia del excitante o preveniente no consiste en determinar nuestra ¹⁷⁸ voluntad, sino en despertalla a tiempo y coyuntura, en la qual Dios sabe, que se le rendirá infaliblemente, y con tanta suavidad, que ella lo haga y se determine, cooperando con ella el mismo Dios con el auxilio adjuvante, cuya eficacia consiste en concurrir con efecto ¹⁷⁹ ayudando a nuestra voluntad en el mismo || punto que ella se determina. Y así en ¹⁸⁰ los que con efecto no se convierten, siempre queda por ellos; porque ¹⁸¹ el auxilio que Dios les da o ofrece, de suyo bastante era. Y porque este último modo de decir es bastantísimo para resistir a Pelagio, y es muy acomodado para refutar a

|| B 256^r

¹⁷⁴ como - y] om. B. — ¹⁷⁵ después] om. A. — ¹⁷⁶ ni] sí B.

¹⁷⁷ les] los A. — ¹⁷⁸ nuestra] vuestra B.

¹⁷⁹ efecto] affecto B. — ¹⁸⁰ en] om. B. — ¹⁸¹ porque] que A.

Lutero y Calvino, por eso los de la Compañía comúnmente se han yncclinado a esta sentencia, como gente que anda más a las inmediatas con los herejes, y que tiene necesidad de hacelles rostro más de cerca. De lo qual se entiende, quán lexos andan en esta doctrina de todo error, y quánto excede quien dice dellos que quitan el auxlio eficaz y que favorecen a Pelagio. Y si no, miren los que así hablan qué sintirían si se dixese dellos que quitan la libertad y favorecen a Lutero.

6.

Añade otro quarto exemplo ¹⁸² diciendo que ¹⁸³ enseñamos que ¹⁸⁴ el evangelio se ha de predicar con armas. A esto no ay necesidad de responder de propósito, porque no he visto || ni oydo a ninguno de la Compañía enseñar esta doctrina. Sólo he ¹⁸⁵ oydo decir que un padre, el qual ya es muerto ^a, por la larga experiencia que tubo andando en tierras de infieles, le pareció que en algunas dellas convenía que entrasen predicadores del Evangelio, o ¹⁸⁶ por fuerça de armas, si no les querían dexar entrar de otra manera, o acompañados de gente de armas, supuesto que es moralmente cierto que de otra manera no pueden entrar seguros ni predicar libremente el Evangelio. || Y así no enseñaba él que la fe se havía de persuadir con armas, ni que se podía ¹⁸⁷ hacer guerra sin otro título justo della; sino que algunas veces o en algunas tierras eran necesarias para que ¹⁸⁸ los príncipes o tiranos gentiles no impidiesen la predicación del Evangelio o la conversión de sus ¹⁸⁹ súbditos, que libre y voluntariamente se quisiesen convertir. Esto es lo que yo he oydo decir deste padre, el qual estuvo en Roma y dió tan buena || razón de todo su discurso a Su Sanctidad y Cardenales, que les ¹⁹⁰ satisfiço mucho. Y lo mismo he entendido hiço en Madrid con su Magestad y sus consejeros de Indias. Y de suyo sin ahondar ¹⁹¹ mucho esta materia se entiende, que en esto no puede haver error ni peligro, y que es cosa que doctores cathólicos ¹⁹² antiguos an tratado y opinado aun con más anchura. Y de aquí se vee, con quán poca información y averiguación habla el padre Avendaño destas cosas, y cómo a carga cerrada lo interpreta todo a la peor parte, y ¹⁹³ lo condena por error o sospechosa doctrina; para lo qual, ultra del poco affecto, le es ocasión no tener tanta experiencia de los ministerios que la Compañía trata, y de los varios medios que son menester para ganar y remediar almas según las diversas ocasiones que se offrecen.

|| B 256^v|| A 77^v|| B 257^r

¹⁸² exemplo] Quinto. Del predicar el Evangelio con armas. *Add. in marg.* A.

¹⁸³ que] *om.* B. — ¹⁸⁴ que] *om.* B.

¹⁸⁵ oydo - he] *om.* B. — ¹⁸⁶ o] *om.* B. — ¹⁸⁷ podía] podría A.

¹⁸⁸ que] *om.* B. — ¹⁸⁹ sus] los B. — ¹⁹⁰ les] lo B.

¹⁹¹ ahondar] andar B. — ¹⁹² cathólicos] *om.* B. — ¹⁹³ y] o B.

a i. e. Alonso Sánchez, † Alcalá, 27. 5. 1593. Cf. ASTRÁIN, *Historia de la Compañía de Jesús* IV, 465-467.

7.

Últimamente añade en el fin de su carta una amplificación y exageración, diciendo *que los de la Compañía tienen* ¹⁹⁴ *otras muchas sentencias intolerables, || las cuales están obligados a rebatir los hijos de la Iglesia católica.*

|| B 257v

Enpero ¹⁹⁵ estas y semejantes calumnias no nos espantan; porque por la misericordia de Dios la Compañía tiene bien probada su intención; y hasta ahora ninguna herejía ni error se ha notado en ninguno della, ni dentro ni fuera de España, aunque no le han faltado émulo, que lo han procurado; antes se ha visto en ellos mucha fidelidad, industria y trabajo en resistir a todos los errores y defender y sembrar la doctrina católica. Y de los exemplos particulares que este padre trae en su carta, se dexa bien entender que, si supiera *otros* tan *intolerables*, como él dice, no los callara. Y pues no los trae, tengo por cierto, que no los halló, sino que ex abundancia cordis escribe semejantes generalidades y exageraciones, para perturbar los ánimos de los que le oyeren || o leyeren su carta, metiéndoles sospecha donde no ay de qué tenella. Lo ¹⁹⁶ qual también permite nuestro Señor para que ¹⁹⁷ los que así hablan descubran más su ánimo, y nosotros seamos más avisados y exercitados deste padre y de los que ¹⁹⁸ tienen su afecto. Y así espero en su Magestad que todo esto redundará en fruto y provecho nuestro, aunque no puede dexar de dar pena la división y escándalo, que causan semejantes cosas.

|| B 258r

A V. S. Ill^{ma} suplico, si me he alargado demasiado, me perdone, y no se canse de leer ¹⁹⁹ con atención los puntos que he tocado. Y si a V. S. Ill^{ma} le ²⁰⁰ pareciere que me engaño o excedo en algo, me mande avisar y corregir; porque en ello recibiré singular merced. Pero si la causa que defiende es justa y tocante al buen nombre de una Religión que tan dedicada está al servicio de la Iglesia, tome V. S. Ill^{ma} la mano y interponga su autoridad en desengañar y quietar estos padres, y en procurar toda paz y unión, para que así no perdamos el tiempo en ²⁰¹ contradecirnos y defendernos, sino que todos nos empleemos en servir a la Iglesia y procurar el bien || de las almas. Y si V. S. Ill^{ma} fuere servido mandar se les embie ²⁰² una copia deste papel, yo recibiré en ello mucha merced; porque mi intención no ha sido offender a nadie, sino sólo dar razón de la Religión y doctrina que la Compañía professa, para lo qual siempre estaré aparejado. Nuestro Señor guarde a V. S. Ill^{ma} muchos ²⁰³ años para mucha gloria suya y bien de su Iglesia ²⁰⁴.

|| B 258v

De Salamanca, 15 de enero de 1594.

De V. S. Ill^{ma}

Indigno siervo en Christo

FRANCISCO SUÁREZ S. J. ²⁰⁵

¹⁹⁴ tienen] tenían B. — ¹⁹⁵ Enpero] tan poco B. — ¹⁹⁶ lo] la B. — ¹⁹⁷ que] om. B.

¹⁹⁸ que] Add. le B. — ¹⁹⁹ leer] ber B. — ²⁰⁰ le] om. B. — ²⁰¹ en] con B.

²⁰² embie] enbie B. — ²⁰³ muchos] por muchos B. — ²⁰⁴ Iglesia.] Laus Deo add. B.

²⁰⁵ De Salamanca - Suárez S. I.] om. B. - De V. S. - Suárez] autogr. Fr Suárez.

MEMORIALES A FERNANDO VII

PIDIENDO JESUITAS PARA EL ECUADOR (1815-1816).

publicados por LESMES FRÍAS S. I. — Roma.

SUMMARYUM. — Restituta in universa Ecclesia per Pium VII anno 1814 Societate Iesu eiusque in Hispanicum regnum et transmarinas ditiones reditu a Ferdinando VII, anno 1815 non solum concesso sed etiam expetito; multae ad eum ex Americae regionibus poene omnibus adhuc ei subditis litterae datae sunt quibus provinciarum praefecti, civitatum senatus, episcopi, canonicorum coetus, privati etiam. Socios postulabant, quorum apud ipsos praeclara erat rerum gestarum memoria in excolenda iuventute, in indorum missionibus, in omnium civium ordinibus ad vitam christianam informandis. Tria haec cum plurimum ab eorum expulsionem iacerent, eorum reditu fore in integrum restituenda omnes sperabant. Coeteris praetermissis, eas hic in lucem litteras edere visum est quae ex oris hodiernae Aequatorialis Reipublicae a diversis missae sunt.

Cuando en 1767 Carlos III expulsó de todos sus estados a la Compañía de Jesús, Clemente XIII, en la sentida carta que le dirigió, lamentaba la falta que de ella se había de notar en España y más aún en las misiones ¹.

Para tratar de la respuesta que se había de dar a aquella carta, se reunió el Consejo extraordinario, el mismo que había preparado la expulsión; y al tocar este punto, decía que no faltaban operarios, antes los había abundantes en el clero secular y regular de la Península; y menos se notaría la falta de jesuitas en las misiones, donde hacían mas daño que provecho ².

Prescindiendo de la Península, y fijando la atención solamente en América, los testimonios y datos que prueban el vacío allí dejado por la Compañía desterrada son tantos y tales, que sería largo repetirlos ³. Baste recordar que todos los diputados americanos en las Cortes de Cádiz (1810-1813) menos uno ⁴, pidieron que la Compañía, cuando no

¹ Puede verse en DANVILA, *Reinado de Carlos III*, T. III (Madrid) pp. 54-55, nota.

² *Obra y tomo citado*, pp. 630-631.

³ Puede verse sobre este punto nuestra *Historia de la Compañía de Jesús en su Asistencia moderna de España*, T. I (Madrid 1923), Introducción, pp. LXVII-LXXXIV.

⁴ Don José Mejía, que a juicio del Sr. Tobar Donoso no pasaba de regalista empedernido, (JULIO TOBAR DONOSO. *La Iglesia Ecuatoriana en el siglo XIX* [Quito 1934] p. 19) pero que según MENÉNDEZ Y PELAYO, *Heterodoxos Españoles*, T. VII, (Madrid 1932), pp. 47-48, llegó a negar la inmortalidad del alma.

tenía existencia legal, ni eclesiástica ni civil, sino en Rusia y en las dos Sicilias, fuera autorizada para volver a aquellas regiones, por lo mucho que se la echaba de menos ⁵. Una vez que Pío VII en 1814 revocó el Breve de supresión general, dado por Clemente XIV, y Fernando VII en 1815 la Pragmática sanción con que Carlos III la había desterrado de España y sus dominios; luego empezaron a venir al Monarca español, de los que aun le reconocían en ultramar, peticiones encarecidas de jesuitas, fundadas en lo mucho que allí se los echaba de menos ⁶. Del territorio de la actual República del Ecuador vinieron las que aquí publicamos y creemos inéditas, salvo algunas frases de la del Presidente, insertas en el folleto: *La Misión del Napo* por el Padre L. L. S. ⁷.

Por diversas causas, y cada una bastaba, como la lucha por la independencia y su consecución aquellos años, no pudo entonces ser restablecida la Compañía más que en Méjico, donde se encontraban cuatro de los antiguos jesuitas, vueltos del destierro en 1809 ⁸.

Madrid. Archivo Histórico Nacional.

Órdenes monásticas - Jesuitas - América

Los números 1, 2, 3, 5 y 6 en el legajo 117; el numero 4 en el 116.

1.

[Original]

[Al margen] El Cavildo Justicia y Regimiento de la Ciudad de San Francisco, de Quito, representando a V. M. los bienes que hizo a la Iglesia la Compañía de Jesús, y con especialidad en esta Provincia, y la gran necesidad de su restablecimiento en ella, suplica a V. M. se digne mandar se verifique quanto antes su reposición en este colegio, haciendo ver que hay rentas suficientes, para que se cumplan aquí vuestros soberanos piadosos deseos.

⁵ Trae la petición con los nombres de los firmantes el presbítero José Mariano DÁVILA y ARRILLAGA en su *Continuación de la Historia de la Compañía de Jesús en Nueva España* del P. Francisco Javier Alegre, T. II (Puebla 1889), c. V. pp. 154-55.

⁶ Noticia de ellas en nuestra *obra citada*, l. II, c. III, pp. 274-279. La del Ayuntamiento de Santiago de Chile, que allí no se menciona, estaba en trámite cuando se consumó la independencia de aquella república. Véase en *La Compañía de Jesús restaurada en la República Argentina y Chile el Uruguay y el Brasil* por el P. RAFAEL PÉREZ, (Barcelona, 1901) Apéndices, pp. 816-819.

⁷ LORENZO LÓPEZ SANVICENTE, S. I. (Quito 1894) p. 6.

⁸ GERARDO DECORME, S. I. (*Historia de la Compañía de Jesús en la República Mexicana durante el siglo XIX*, T. I (Guadalajara 1914): p. II, c. II, p. 69), y nuestra *Historia citada*, l. II, c. VI. En el Ecuador no entraron hasta 1850.

Señor

Entre los grandes hechos que ilustran el glorioso Reynado de V. M. se contará siempre el restablecimiento de la Compañía de Jesús, que fundada por un héroe español hizo infinitos bienes en el mundo, y en especial a este continente, donde estendiendo por todas partes la luz del evangelio, era la conciliadora de la paz, y el apoyo de las costumbres públicas. Juzga este Cavildo rendir un tributo de justicia a la verdad, asegurando a V. M. que después de su extinción, no ha dejado más que el olor de las virtudes, los monumentos de su saber y su zelo, y el sentimiento de su pérdida. Baxo su dirección adquiría la juventud los sólidos conocimientos necesarios para arreglar la conducta de la vida en lo espiritual y político, siendo la fidelidad a V. M. una de las máximas que inculcaba con más tesón.

Baxo de ella se veían multiplicados exemplos de piedad religiosa, y con ella crecían por instantes las conquistas a Dios y a V. M. en los bastos países del Marañón ⁹, donde entonces iba floreciendo la cristiandad y civilización de las costumbres, sobre el modelo de las que hubo en el tiempo de los Apóstoles, al paso que ahora bolviendo por la mayor parte a falta de cultivo a sus antiguas tinieblas, se ven perdidos la sangre y trabajo de tantos varones apostólicos, que lo sacrificaron todo por llenar su vocación. Es preciso decir en honor de los hijos de San Ignacio, que su falta ha causado un visible atraso en la educación pública, en la frecuencia de los santos sacramentos, en la regularidad de la moral y en la propagación de la fe, en las regiones donde se conserva el gentilismo; no dejando de ser la mexor prueba de su providad exacta, el no haber quedado memoria ni rastro de deslíz en materia de sensualidad. Y siendo por tanto demasiado clara la necesidad de que se repongan en esta Provincia, suplica a V. M. el Cavildo, Justicia y Regimiento de Quito, que conforme a Vuestro Real Decreto de veinte y nueve de Mayo ¹⁰ se digne disponer vengan inmediatamente a este colegio los religiosos necesarios, en el seguro, de que sólo de réditos percibe por año esta Administración de Temporalidades más de veinte mil pesos ¹¹. Dios guarde la Católica Real Persona de V. M. por mu-

⁹ Véase la *Historia de las Misiones de la Compañía de Jesús en el Marañón español 1637-1767* por el P. JOSÉ CHANTRE Y HERRERA, (Madrid 1901). En las páginas 578-580 hay un catálogo de los *Pueblos que se llegaron a fundar en dichos ciento treinta años*, que además de la ciudad de Borja, eran setenta y dos, y con otros menos conocidos pasaban de ochenta, de los cuales subsistían al ser desterrados los misioneros en 1768 sólo treinta y dos (pp. 582-583). Allí se exponen algunas causas de la disminución.

¹⁰ Por este decreto se autorizaba el restablecimiento de la Compañía en los pueblos que hasta entonces lo habían pedido. Por Real Cédula de 10 de septiembre del mismo año se extendía esta autorización a todos los dominios de Indias. El no citarse aquí más que el decreto de 29 de mayo es algún indicio de que la Cédula de 10 de septiembre no había aún llegado a Quito.

¹¹ *Temporalidades* llamaban a los bienes de la antigua Compañía, de que Carlos III se apoderó al expulsarla de sus estados.

chos años, como lo exige el bien de estos dominios. Quito Enero 6 de 1816.
- Señor - Toribio Ponte [rúbrica]. Franc.º de Aguirre y Mendoza [rúbrica].
Mariano Bustamante [rúbrica]. Rafael Maldonado [rúbrica]. Juan José Guerrero y Matheus [rúbrica]. Pedro Ceballos y Donoso [rúbrica]. Pedro Manuel Segundo de Quiñones [rúbrica].

2.

[Original]

[Al margen] El Presidente de Quito ¹⁸ informa las ventajas que resultarán a sus Provincias con el restablecimiento de la Compañía de Jesús.

Excmo. Señor

He manifestado a V. E. en informes anteriores, que las misiones del Marañón se hallan en un sensible atraso, faltándoles el número competente de celosos ministros evangélicos, que conserven y procuren reducir a esos havitantes al gremio de la Iglesia Católica, haciéndoles sentir las ventajas de la vida civil. En prueba de ello acompañé copia de un informe del Gobernador del Napo, donde se ve, que a falta del necesario cultivo, han buuelto varias poblaciones a la barbarie y gentilidad de que fueron sacados a grande costa; y que aun ha sucedido, que los portugueses, subiendo el Marañón cargasen sus buques de indios pertenecientes a los dominios del Rey Nuestro Señor, y los transportasen a sus colonias. No sucedía así quando estas Misiones corrían a cargo de los padres de la Compañía de Jesús de esta provincia; ¹⁹ pues servidas las doctrinas de religiosos los más distinguidos por su virtud y letras, como que antes se hacía prueba de su vocación para este difícil ministerio, no sólo se conserbaba en ellos la verdadera religión, y una exemplar regularidad de costumbres, sino que se aumentaba el

¹⁸ En la administración española de las posesiones de América el gobierno supremo lo tenían los Virreyes; y debajo de ellos, los Presidentes de las Audiencias establecidas en diversos territorios de un mismo Virreinato, gobernaban esos territorios.

¹⁹ Lo que aquí se dice de los portugueses (brasileños) también sucedía en tiempo de los misioneros Jesuitas. El P. Chantre y Herrera, exponiendo las causas de la disminución de la población indígena escribe: « La segunda causa de haber bajado tanto el número de los indios fueron sin duda los portugueses (brasileños) que al principio de este siglo (el XVIII), fuera de los muchos daños que habían hecho antes, asolaron seis pueblos florecientes de Omaguas y Yurimaguas, llevando cautivos a sus tierras estos miserables indios, sin haber fuerza bastante para resistir a tanta violencia. Sólo el P. Samuel Fritz, que los había conquistado para Jesucristo, hizo, como en su lugar dijimos, un largo y penoso viaje al Gran Pará, y con su buen modo y razones evidentes, presentadas al Gobernador, contuvo a los principios el ímpetu de la persecución de aquellas gentes; pero muerto este insigne misionero, rompieron con mas fuerza los diques de su furor y lo asolaron todo, llevando también por prisionero al P. Sana que le sucedió en el empleo » (*Obra citada*, p. 581). Según el informe citado en este documento, del Gobernador del Napo, aquellas entradas de brasileños a cautivar indios, seguían todavía.

rebaño del Señor con las continuas conquistas que hacían ¹⁴ poniendo en práctica el buen zelo, el ejemplo, el desinterés, y todos los medios capaces de ganar el afecto y estimación de aquellos naturales. Muchas pruebas se han hecho desde la expatriación de los Jesuitas para remediar esta decadencia; pero nada ha bastado, pues corriendo a pasos largos se ve hoy en el peor estado aquel fértil país, cuya extensión y preciosidad le hacen digno de consideración. Los Jesuitas tenían sus casas parroquiales proveídas de las necesarias librerías, y todas las iglesias decentemente adornadas, de que apenas ha quedado rastro; ellos proporcionaban a las poblaciones las comodidades de la vida, habiendo hecho exportar para solo el bien de ellas ganados de varias especies, que iban multiplicando y cuya raza se halla ya extinguida; ellos, en fin, aplicando sus desvelos al conocimiento de la lengua general quechua, y a las particulares de cada nación ¹⁵, se ponían en estado de catequizar perfectamente a los indios, sin exponerlos al retraente de decir sus pecados por medio de intérpretes, habiendo por tanto formado yo el juicio de que no era azequible llenar el hueco de los Padres de la Compañía de Jesús.

Fuera de esto, ha evidenciado la experiencia haber degenerado la educación de la juventud, subrogando a los conocimientos sólidos, o la ignorancia, o un saber frívolo y perjudicial, hechándose menos la juiciosa aplicación de los Jesuitas a la enseñanza pública, su buen ejemplo, que era un poderoso estímulo para todos, y sus consejos, que introduciendo la paz y el orden en las familias y pueblos, hubieran impedido sin duda las fatales conmociones que han agitado estos países por falta de hombres cuerdos y de respeto, que los condujesen por la senda de su deber, zelando con oportunidad sus extravíos ¹⁶.

Los Jesuitas han dejado en estas provincias una memoria muy grata, contándose de ellos su incasable tesón en predicar, enseñar la doctrina cristiana, en administrar los Santos Sacramentos, su beneficencia con ¡menesterosos, su desvelo en la educación pública, y su exacta providad. Por tanto se ha recibido con el mayor júbilo el Real Decreto de S. M. de 29 de Mayo de 1815, de que enterado este Ayuntamiento ha acordado suplicar a S. M. que, siendo de su soberano agrado, se digne mandar restablecer en esta ciudad la Compañía de Jesús, pidiéndome recomiende a S. M. esta so-

¹⁴ Este aumento no era absoluto, pues ya se ha dicho que la población iba disminuyendo, sino relativo, es decir, que el tanto por ciento de cristianos era cada vez mayor.

¹⁵ En treinta y nueve lenguas dice el P. Chantre que se predicó el evangelio en aquellas misiones (*Obra citada*, p. 580).

¹⁶ Alusión clara a los movimientos por la independencia, en algunos puntos ya consumada. En el Ecuador, este Presidente, Toribio Montes, enviado a sofocarlos, lo consiguió entrando en Quito el 8 de noviembre de 1812 (JULIO TOBAR DONOSO. *La Iglesia ecuatoriana en el siglo XIX*; T. I. p. 31). La idea de que la expulsión de los jesuitas, influyó en la independencia de América, es de muchos historiadores. Algunos pueden verse en nuestra *obra citada*, pp. LXVII-LXX.

licitud, como lo hago, asegurado de que es muy útil y necesaria esta medida, implorada principalmente por las personas más timoratas y leales del País. Y para lo que pueda importar, hago presente a V. E. que de sólo réditos percibe el ramo de Temporalidades más de veinte mil [pesos], y que aunque parte de este colegio fué aplicada con su hermosa iglesia y paramentos a los religiosos de la Buena muerte, han pasado como veinte años sin verificarse esta fundación, sin embargo de repetidas Reales Cédulas, creyendo yo no se realizará; pues sobre haberse disminuído notablemente el fondo piadoso destinado a ella, ha sido y son tales los estorbos, que se han puesto de parte de la casa de Lima obligada a la fundación, que el único efecto que produjo la última orden apurada de S. M. fué que viniendo quatro individuos poco a propósito para principio de una obra semejante, regresaron los tres inmediatamente y solo quedó uno, que es el que se conserba aquí ocupando la casa ¹⁷; de modo que parece haberla reservado Dios para los mismos hijos de San Ignacio de Loyola.

A esta solicitud se ha agregado otra del Vicario Eclesiástico del partido de Riobamba, sugeto de una virtud probada, que ocupado siempre del pensamiento de promover la mayor honra y gloria de Dios, ha fabricado una iglesia y casa, con el designio de que sirviese a una congregación de padres de San Felipe Neri, y hallando dificultades para dotarla, al mismo tiempo que persuadido del mayor bien que ofrece la Compañía de Jesús, me ha pedido eleve sus súplicas a S. M., como también lo hago, acompañando copia de su memorial — Dios guarde a V. E. muchos años. — Quito 7 de Febrero de 1816. — Excmo Señor — Toribio Montes [rúbrica].

3.

[Copia auténtica].

Excelentísimo Señor. El Licenciado D. José Veloz y Suárez, Presbytero, Vicario Eclesiástico del Distrito de Riobamba, según derecho ante V. E. digo: Que deseando promover la honra y gloria de Dios, me dediqué a construir en la nueva villa que va reedificándose en lugar de la que demolió el espantoso terremoto de setecientos noventa y siete, una iglesia y casa con el destino de que sirviesen a una congregación de PP. de Sn. Felipe Neri mediante la necesaria licentia del Rey Nuestro Señor, haciendo entre tanto de ayuda de Parroquia el templo, y empleándose la casa en recoger a los vecinos para los Exercicios espirituales de San Ignacio de Loyola, y dos días de retiro, que se tienen cada mes. Para ello alcancé la precisa licencia del Ordinario y el beneplácito de este Vice Patronato Real; y quando empeñado en mi proyecto buscaba los medios para la dotación,

¹⁷ El Sr. Tobar Donoso cuenta entre las órdenes religiosas del Ecuador « la de San Camilo, reducida en 1812 a un solo sacerdote, el P. José Romero, español, que ocupaba la casa de los Jesuitas; y, según parece, ejercía considerable influencia espiritual » (*La Iglesia ecuatoriana en el siglo XIX*, T. I., p. 74, nota).

tocando la dificultad de asegurarla de pronto, pues siendo notoria mi escasez, sólo la Providencia ha podido hacer que se adelante la obra material del edificio, y que la iglesia llegue al pie de decencia que tiene, en este estado vino el immortal decreto de S. M. de veintinueve de Mayo último, en que manifestando la piedad de que se halla penetrado su augusto corazón, manda restituir a los P.P. de la Compañía de Jesús a los lugares de donde se le habían pedido, sin perjuicio de ordenar su restablecimiento en quantas partes los hubo antes, luego que el Supremo Consejo de Castilla expusiese su dictamen. Desde entonces creí que Dios me había inspirado la resolución de construir esa fábrica para que la ocupasen los religiosos Jesuitas, cuya memoria ha quedado en bendición en toda esta provincia; y sabiendo que S. M. ha expedido ya la orden general que anunció en su Real Decreto citado ¹⁸, creo oportuno agregar mis súplicas a las que tengo noticia ha elevado este Ilustre Cabildo ¹⁹ rogando humildemente a S. M. se digne mandar acelerar la marcha de estos Ministros de Jesu Cristo; cuyos saludables influxos deben atraernos la reforma de las costumbres y el bien de la paz universal, que ideas inmorales han turbado en estas regiones. Veo con mucho consuelo que la iglesia, que he fabricado es un lugar de oración y penitencia, y me causa dolor se pierda el fruto que hoy se cosecha en abundancia, faltando operarios que cultiven esta joben viña. Por otra parte me es sensible el ver ansiosos los infieles que habitan tras las montañas de Riobamba ²⁰ por entrar al seno de nuestra santa religión, hacen sus frecuentes salidas buscando la fuente de aguas vivas, y que por falta de operarios capaces de sembrar con acierto el grano del Evangelio, quedan frustrados tan buenos deseos. ¿Y qué otros pueden satisfacerlos, sino los Jesuitas, que tan diestramente cultivaron las misiones del Marañón, notablemente atrasadas, por no decir perdidas, desde que faltan? Es notorio que siendo Riobamba un lugar habitado de muchas familias nobles, que se domiciliaron en otro tiempo atraídas de la opulencia, que gozaba a beneficio de sus manufacturas, queda su juventud sin instrucción, porque faltando los Jesuitas, empezaron a decaer las lecciones públicas de primeras letras y gramática, no teniendo hoy los jóvenes una decente ocupación en que emplearse los primeros años; y vé aquí V. E. otro motivo poderoso que me ha determinado a formar la súplica de que, recomendando V. E. esta solicitud al Rey Nuestro Señor, se digne hacer presente a su Soberanía que en Riobamba hay ya una iglesia bien decente y una casa

¹⁸ Por estas palabras parece que había llegado a Quito, cuando se escribían, la Real Cédula de 10 de septiembre, o acaso no más que noticia de ella.

¹⁹ « Este Ilustre Cabildo » no es eclesiástico, sino secular; ni el de Riobamba. para donde el Sr. Veloz y Suárez pide jesuitas, sino el de Quito, donde por el texto se entiende que escribía. El de Riobamba no hizo, que sepamos, esa petición.

²⁰ Estaban hacia el sudeste de aquella ciudad, en la parte alta del río Pastaza los Andoas, Pinches, y Muratas, con quienes trabajaban los jesuitas al ser expulsados.

regular donde puedan establecer su colegio, facilitándoles la subsistencia con los réditos de las haciendas vendidas, las quales, por no estar pagadas (a cuya causa hay execución pendiente) aun se pueden recoger para que sirvan al mismo destino, si fuese de la Real voluntad de su Magestad ²¹. Por todo y siendo constantes a V. E. los hechos que refiero: A V. E. suplico tenga la bondad de recomendar al Rey Nuestro Señor, a fin de que siendo Dios glorificado en la villa de Riobamba, prospere ese pays, que es el objeto a que únicamente dirijo mis intenciones. Así es de justicia que imploro jurando lo necesario en derecho etc. — Licenciado José Veloz y Suárez. - Es copia. Montes [rúbrica].

4.

[Original]

[Al margen] Señor. — La Provincia de Cuenca del Perú, Suplica se digne V. M. permitirle de diez a dose ²² religiosos de la Compañía de Jesús, exponiendo para ello algunas razones de necesidad y utilidad pública a la Iglesia y al Estado, y particular de aquel territorio.

Señor

La Provincia de Cuenca del Perú, y en su nombre el Cavildo de la Capital que la representa, puesto a los Reales pies de V. M. con la debida humildad, respeto y amor que le son característicos, y hasen el mayor blason de su fidelidad y de la gloria, de que se llena en estar señida al abrigo de las suaves fajas de la Real Diadema Española, tiene hoy la nueva honrra de manifestar a V. M. el gozo que ha ocupado el corazón [de cada uno de sus individuos al ver que la justificación de Ntro. Smo. Padre el Papa Pío 7º. se ha dignado restablecer, la antigua orden de los Padres de la Compañía de Jesús, y la clemencia de V. M. admitirla también en sus dichosos Dominios, y franquear sus individuos a las poblaciones que los pidieren ²³. Este solo hecho, y generoso exemplo del christianísimo pecho de V. M. vastaría para inspirar en el de sus vasallos de este nuevo Mundo aunque no tan fervorosos, el ardiente deceso de gozar dentro de los dilatados [espacios de sus climas los imponderables beneficios que se deben prometer de una religión de tan santos institutos, y experimentado católico zelo, como el de los padres de la Compañía de Jesús; pero sobre los comunes, que puede esperar qualesquiera población donde se citue esta sagrada orden en la cultura de los españoles, enseñanza de la juventud, doctrina, predicación y confesonario, espera lograr la de la Provincia de Cuenca otros] de mayor realze, y para decessar y solicitar con ancia de la innata piedad de V. M. se digne permitirle aunque sea de diez a doze religiosos de ellos, expondrá

²¹ Se trata de las haciendas de nuestro antiguo colegio de Riobamba.

²² Se emplea en este documento *s* por *c* y *c* por *s*, por tener en ciertas regiones ambas letras sonido de *s*. Por lo mismo se emplea *z* por *s* y *s* por *z*.

²³ Véase la nota 10.

mui pocas razones, aunque sólidas en el concepto de este Cavildo, que evidencien su casi indispensable necesidad, y las quantiosas ventajas espirituales, y temporales, que de ello podrán resultar a la fe, y al Estado en general, y en particular a esta propia Provincia, y las comprenderá de lleno la alta penetración de V. M., con la ligera incinuación que de ellas pasa a haber el Cavildo.

Desde el corto tiempo que lleva de fundación esta Ciudad en el año 1554, con el pequeño número de diez y ocho pobladores españoles, ha progresado tanto en género humano, que en el día raya con el de 150.000 almas en ella, y en los pueblos de su señidísima jurisdicción, de las quales las dos terceras partes por lo menos son de indios que, aunque bautizados dentro del gremio de la Iglesia, necesitan radicarse e instruirse bien en nuestra santa fe, a lo que no puede alcanzar vastantemente todo el zelo, y fatiga del clero secular y regular de los conventos de San Francisco, Sto. Domingo, San Agustín y la Merced, fundados únicamente en esta Capital, y sin alguno los demás pueblos de la Provincia, varios de los quales tienen numeroso vecindario, y apenas su cura doctrinero, con un sacerdote u dos que les sirva de Coadjutores, y es también esta Provincia la puerta más cómoda para entrar a otro mundo de gentiles, que ocupan las montañas, cabeseras del Marañón por esta parte del O. E.²⁴; pues humillada la Cordillera y franqueado como está ya un camino de menos de tres jornadas, para llegar a la de los Gíbaros, indios alzados de la antigua de Logroño²⁵, reducidos estos a la religión y dominio de V. M. por el esfuerzo, maña y zelo apostólico de los padres de la Compañía, como es de esperar en brebe, se conseguirá igualmente una entrada fácil y segura a la de Maynas, acaso en menos de ocho a diez días a bestia y en embarcación, sin necesidad de dar el rodeo tan dilatado, penoso y arriesgado que en la actualidad se haze yendo de Cuenca por Loxa a Jaén, y vajando desde allí al Pongo de Mansarichi²⁶.

Las utilidades espirituales y temporales que debe producir este único hecho, reservado por los Arcanos Divinos para feliz época del Reynado de V. M. y restablecimiento de los Padres Jesuitas, se manifiestan por sí mis-

²⁴ De las difficilísimas comunicaciones que había entre Quito y las misiones del Marañón da cumplida noticia el P. FRANCISCO DE FIGUEROA en su informe escrito en 1661 y publicado en Madrid en 1904 con el título de *Relación de las Misiones de la Compañía de Jesús en el país de los Mainas*, p. 189 y sigs.

²⁵ Los Gíbaros destruyeron en 1599 esa antigua ciudad de españoles, que no fué reedificada, y se alzaron o retiraron a los montes, sin haber sido nunca sometidos. El año antes de salir de allí desterrados los misioneros, había empezado a reducirlos el P. Andrés Camacho (CHANTRE Y HERRERA, *ob. cit.* pp. 575-577).

²⁶ «Viene a ser el Pongo un canal o estrecho [en el río Marañón] como de 50 varas de ancho y tres leguas de largo, por donde corren las aguas con una precipitación tan grande, que pasan las canoas sin remos, como si fueran saetas, y es necesaria mucha destreza y prontitud para evitar con varas largas el choque de los peñascos, con cuyo golpe se hicieran pedazos» (CHANTRE, p. 45). «Llámanlo

mos de bulto a qualquiera que tenga la menor idea de los millones de almas y riquezas en los reynos, mineral, vegetal y animal que encierran en sí estas admirables montañas; pero a V. M. y a estos santos religiosos les deben ser claramente notorias, por lo mucho que los antiguos han trabajado con copioso fruto en estas montañas, en sus numerosas misiones y conquistas espirituales, y les será de grande satisfacción y consuelo el que se les proporcione nueva ocasión de resembrar en ellas la semilla evangélica, y adelantarla más y más en servicio de Dios, y de V. M., y se les presten para sus viajes desde esta ciudad y su provincia por un camino corto, seguro, y cómodo, como va incinuada, quantos auxilios huviesen menester de víveres, bestias y gentes de carga y defenza, si la necesitasen en el día que la pidiesen, de que debe resultar por consecuencia su comunicación y comercio con la de Maynas, y con ella el goso por los naturales de una y otra, y de las demás del Reyno, de aquellos preciosos frutos que la población, labranza e industria deben propínarles, con las demás ventajas que no se ocultan a la perspicaz reflexión de V. M.

Siendo pues, señor, la reducción de innumerables almas al gremio de la Iglesia, Corona y amparo de V. M. tan cierta, y seguros los aumentos de ellas y el beneficio de los naturales de estas provincias, que se conseguirán sin duda con el restablecimiento de los Jesuitas, claman por ellos los de la de Cuenca y a su nombre este Cavildo con las más reverentes súplicas. Es V. M. su padre, su alma, su vida, y su corazón; reyna V. M. dentro del de cada uno de los de este pequeño grupo, y estará clavada eternamente su Real Corona Española sobre sus alas y la sostendrán a costa de perder todos su vida. Todos esperan merecer este consuelo de la paternal conmicación y piedad de V. M. Ya tienen en esta ciudad los Jesuitas casa en que hospedarse de pronto. Tienen ya algunos bienes, y les esperan con otros a larga mano almas patrióticas y zelosas del bien espiritual y aumento del Estado; y en este supuesto confia el Cavildo de la benignidad de V. M. no quedará desairado. Sobre todo hará V. M. como tuviese por más combeniente al Servicio de Dios, bien de la Monarquía, y fuere de su Real agrado. - Dios guarde la Católica, Real Persona de V. M. los muchos años que ha menester para su defensa y protección a la Religión y estos sus Dominios. - Sala Capitular de Cuenca y Diciembre 18 de 1815. — Señor - Puestos a los Reales pies de V. M. - Juan López Tormaleo [rúbrica] - Antonio García [rúbrica] - Ramón Ramírez [rúbrica] - Carlos Sellarie Torroba [rúbrica] - Juan Arteaga [rúbrica] — J. M. Seminario y Saldívar [rúbrica] - Carlos Cassamayor [rúbrica].

Pongo en la lengua del Inga, por ser como puerta o estrecho que abrió este Marañón entre peñas tajadas y altas » (FIGUEROA, p. 8). *Mansarichi* es, sin duda, lo que el P. Chantre llama *Manzanique*. En las proximidades del Pongo, a la entrada de la provincia de Mainas fué erigida en 1619 por su primer gobernador, D. Diego de Vaca y Vega, la ciudad de Borja.

5.

[Copia auténtica.]

[Al margen] Acta de pedir a los Jesuítas.

En la sala capitular de la Ciudad de Loxa, en seis días del mes de Agosto de mil ochocientos diez y seis. Los Señores que componen este Excelentísimo Ayuntamiento, su Señoría el Señor Oidor Corregidor, Don Tomás Ruiz Gómez de Quevedo; el Señor Don José Benigno de Carrión, Alcalde Ordinario de primer voto; el Señor Don José Manuel de Riofrío, Alcalde Ordinario de segundo voto; el Señor Don José Maldonado, Regidor Fiel Egecutor; el Señor Don Casiano Gonzáles y Valdivieso, Regidor Decano; el Señor Don José María Torres, Procurador General; habiéndose asociado con el Señor Cura Rector, Doctor Don Manuel Ramírez, albacea heredero fideicomisario del finado Don Bernardo de Valdivieso, para tratar un asunto que hace en gran parte la felicidad de este país; acordaron en ejercicio del patronato que obtienen de la obra pía, que mandó fundar el expresado Don Bernardo Valdivieso, de buena memoria, sobre las dos haciendas de Balcanga, y estancia de Chuzhiguaico, y la que igualmente fundó el Maestro, Don Miguel de Valdivieso, que hoy existe en la de Alamata en cantidad de ocho mil pesos, que ha aumentado por el cuidado de los parientes del expresado Maestro, Don Miguel de Valdivieso, asciende al principal de nueve mil y tantos pesos, para que con los frutos de una y otra se enseñen primeras letras, y demás facultades que se contienen en las respectivas cláusulas, a los niños y jóvenes de esta ciudad. y los más que quieran concurrir a educarse.

Estando en mucha parte sin cumplirse esta piadosa manda, por las dificultades que ordinariamente acontecen, y brindando el mejor camino la paternal bondad de nuestro amado Monarca, el Señor Don Fernando Séptimo, con sus dos decretos, primero el nueve [sic, por veintinueve] de Mayo de mil ochocientos quinze, que dictó a consecuencia de los repetidos clamores de sus fieles vasallos, y de la necesidad que movió su amante corazón, y el de diez de Septiembre del mismo año, mandado publicar en todos sus dominios, para que entiendan que es su Real voluntad restablecer la Compañía de Jesús, que nuestro Santísimo Pío Séptimo la ha repuesto, derogando el breve de Clemente catorce de veinte y uno de julio de mil setecientos setenta y tres, extinguiendo el orden de regulares de la Compañía de Jesús, desde luego los grandes luminares del Orbe han conocido la falta de este utilísimo orden para sostener la santa ley de Dios y extirpar los vicios. Por tanto, queriendo este Excelentísimo Cuerpo remediar estos males y contribuir quanto sea de su parte a las santas intenciones de su Rey y Señor, recibiendo los regulares de la Compañía de Jesús [que] sean necesarios para la enseñanza y gobierno de los fondos que los han de sostener, prestándose con la mayor complacencia, ceden en quanto sea de su parte, y consignan dichos fondos y sus frutos a que sirvan de patrimonios

a los dichos regulares, los ocupen y se alimenten con ellos para desempeñar el cargo de la enseñanza, y los demás de su piadoso instituto, como es confesar, predicar, y llevar la fe de Dios con sus misiones a las naciones bárbaras, que en mucha copia abitan vecinas a este lugar; reserbándose siempre el Patronato de este Excelentísimo Cuerpo y Cura Rector, para promover el cumplimiento de la enseñanza, de que no pueden prescindir, aunque no dudan en la exactitud de dicho instituto. Y porque las niñas no carezcan de la educación deseada por los fundadores, se apartará la cantidad que se estime necesaria para dotar una matrona de avilidad y virtud, que las instruya y eduque con intervención de los dichos padres si fuese necesario, pues para todo sufragán los valiosos fondos, teniendo presente está agregada a ellos la fiesta del glorioso San Francisco Xavier, que siempre se ha celebrado extrayendo de la parte fundada por el expresado Maestro, Don Miguel de Valdivieso, que la obtuvieron los mencionados padres. Sea finalmente del cargo de este Excelentísimo Cuerpo, solicitar de su Magestad la gracia de un Colegio Real, que se establezca en esta ciudad, con gobierno y dirección de los mismos Padres, y de rendir las debidas gracias al Soberano por la restauración de un cuerpo religioso, en quien se reconocen todas las ventajas que va a recibir la Santa Iglesia y el Estado.

Y por lo que respecta al restablecimiento del mismo orden religioso, se consultará los capítulos, que lo exijan, al Excelentísimo Señor Presidente, para que de acuerdo con el Ilustrísimo Señor Obispo, y voto consultivo del Superior Tribunal de la Real Audiencia, se sirvan proveer lo conveniente en observancia del citado Real orden de diez de Septiembre de mil ochocientos quince, agregándose copia de él a esta Acta para facilitar los recursos, que por su oficio debe promover el Señor Síndico personero, representando a este cuerpo lo que le parezca útil para que se den las providencias que se mediten necesarias, expensándole con lo necesario, de que dará quenta. Así lo proveyeron los Señores que componen este Excelentísimo Cuerpo por ante mí el Escribano que doy fee. — Tomás Ruiz Gómez de Quevedo - José Benigno de Carrión - José Manuel Riofrío - José Maldonado y Ramírez - Casiano González y Valdivieso - José María de Torres y Riofrío - Manuel Ramírez - Ante mí, Joaquín Ignacio de Valdivieso, Escribano Público de Cavildo y Real Hazienda.

6.

[Original]

[Al margen] El Alcalde Ordinario de primer Voto de la Ciudad de Loxa, del Reyno de Santa Feé en América, hace presente a V. M. con documentos fehacientes, la necesidad que hay de instruir la juventud, y pide que con este objeto se repongan los Jesuitas en número de seis sacerdotes y dos legos, para cuya subsistencia cede el Cavildo unos fondos como de setenta mil pesos, sin perjuicio de la Real Hazienda, ni de los caudales de propios, como patronos de este legado: al que se agre-

gan nueve mil pesos que dejó Don Miguel Valdivieso, cuya cantidad total hace la de ochenta y dos mil doscientos noventa y dos pesos, según lo acredita el certificado del Escribano, f.º 8 vuelto.

Señor

Con un retardo consiguiente a la distancia del centro de la Monarquía, en que se halla la Ciudad de Loxa del Reyno de Santa Feé en América, ha meresido ella instruirse de los Reales Decretos de V. M. sobre restablecimiento de los regulares de la Compañía de Jesús, y de los poderosos motivos en que se fundan. No es fácil explicar a V. M. el general júbilo de sus habitantes, y el particular del Cabildo, que haspirando por el adelantamiento de ellos y de los demás de la Provincia, ve que se va a conseguir por este medio (que el cielo ha alumbrado a V. M. para la felicidad común y del Augusto Reynado de V. M.). Tal vez habrán pocos lugares como los del distrito de Loxa, que necesiten más de esos maestros de la religión y de las costumbres; porque sus moradores, al paso que abundan en deseos y buena disposición para ser instruidos cristiana y políticamente, no han logrado por la distancia y falta de comunicación otros iguales para la enseñanza, desde que perdieron a los Jesuytas, que la dispensaban con amor, edificación, y acierto. Mas en el día habrán también pocas poblaciones como la ciudad de Loxa, que puedan recibir y mantener a los hijos de San Ignacio sin dispendio alguno de la Real Hacienda. — El Cavildo según el documento n.º 1 es patrono de una buena memoria, para la que el D. D. Bernardo de Valdivieso dexó sus haciendas nombradas Bacanga y Chusiguauco, que bien administradas pueden producir tres mil pesos fuertes anuales; y según el documento n.º 2 las aplica a la Compañía, quando se restablezca en Loxa, para que muerto (como ya lo es) el administrador testamentario, no menos cuyde de su administración futura, que del cumplimiento de todos los objetos de enseñanza pública, que expresa et testador y desea este cuerpo. Igualmente por el n.º 3. se ha aplicado otro principal de más de nueve mil pesos, que para educación de la jubentud dejó el Maestro, D. Miguel de Valdivieso, del que gozaron antes los Jesuitas hasta su expulsión; y si se agregan los productos de aquellas haciendas depositados hasta la fecha en caxas, (que montan a diez mil pesos) y los que se depositaren hasta la venida de dichos regulares, hay un capital sobrado para su subsistencia.

El Alcalde que ocurre a V. M. deve añadir, que si no vienen prontamente los expresados regulares a encargarse de dichos fondos, y de el lleno de las intenciones de quienes fueron, peligran aquellos (como ya se ha visto con dolor del que representa) pues de los inventarios echos en 805, a los de 807, han sufrido éstos un deterioro de más de doce mil pesos ²⁷, como

²⁷ Era uno de tantos casos ocurridos en la administración de los bienes de la Compañía, ocupados por Carlos III.

por que muchos los solicitan para su provecho de diversos modos. En el cavildo patrón, por sus relaciones y otros motivos, puede introducirse el espíritu de partido, o de acepción de personas; y aun el nuevo Obispo ²⁸, según ya se anuncia, querrá tomar mano en su aplicación, a que será difícil resistir por su respeto y categoría.

Señor: La Ciudad de Loxa, que con estos obreros del Evangelio va seguramente a lograr una abundantísima mies en favor de ambas Magestades, y de todos sus habitantes presentes y futuros, aumentará ciertamente su infelicidad, si V. M. no se digna concedérselos, pues que ésta viene de la casi absoluta falta de instrucción de los deberes a Dios, a V. M., y a la sociedad. — El Alcalde como puesto al frente del Cavildo, en beneficio de todos, con la mejor intención, a sus espensas, y con la mayor instancia implora de V. M. esta gracia en los términos que parecieren más convenientes al adelantamiento cristiano-político de los loxanos, y al mejor servicio de V. M. Dios guarde la Católica Real Persona de V. M. muchos años. Loxa 16 de Diciembre de 1816. — Señor. José Benigno de Carrión [rúbrica].

²⁸ Ilmo. Sr. D. José Ignacio Cortázar y Lavayen.

III. - COMMENTARII BREVIORES

LUIS GONZÁLEZ DE CÁMARA
MAESTRO DEL REY D. SEBASTIAN.
NOTAS A UN MEMORIAL INÉDITO.

por PEDRO LETURIA S. I. — Roma.

SUMMARYUM. — P. González de Cámara tradidit anno 1559 Patri Lainez Generali quoddam memoriale, a Sacchino dein adhibitum, quo tentabat evitare munus magistri Sebastiani Regis Lusitaniae, a Regina Catherina sibi imponendum. Editur nunc primo hoc memoriale, in Archivo Romano S. I. inventum; et ostenditur quomodo, illo non obstante, debuit P. González munus suscipere propter firmam voluntatem Reginae. Suas etiam partes in hac determinatione habuit sententia favens aliorum Patrum, ut S. Fr. de Borja et B. Ign. de Azevedo, quos mentem Fundatoris recte interpretatos esse, ex fontibus monstratur.

Como en tantas otras cosas de la Compañía naciente, también en la de ser los jesuitas confesores y maestros de Príncipes halla el historiador los primeros ejemplos en la Provincia de Portugal.

Ya en 1545 se presenta el caso en el *P. Simón Rodríguez*. El Rey Don Juan III le obliga desde esa fecha a ser confesor y maestro de religión de su hijo y heredero el Príncipe Don Juan, sin que la primera oposición del jesuita logre deshacer el intento ¹. Más aún, durante la ausencia del P. Simón en Roma, 1550-1552, el Rey fuerza a sucederle en el cargo de confesor del Infante al *P. Luis González de Cámara*, hijo del cuarto gobernador de la isla de Madera y sobrino del Conde de Tarouca ²; y aun insiste — si bien en esto inútilmente — en que acepte además el ser confesor del Monarca mismo ³.

Ya entonces mostró el P. González una repugnancia instintiva y una convicción razonada contra semejante ministerio en la Compañía.

¹ Cf. FRANCISCO RODRIGUES S. I. *História da Companhia de Jesus na Assis-tência de Portugal* (Porto 1931) I, vol. 2, p. 19 ss.

² *Ibid.* p. 23; I, vol. 1, p. 447.

³ *Ibid.* I, vol. 2, p. 496, donde se hallarán ampliamente documentados todos estos puntos.

ña. A juicio suyo (6 de enero de 1553), el P. Simón había cedido demasiado en la materia, acarreando así «el mal olor que la Compañía tiene en esta Corte»; y pensaba que «el mismo Simón con ello había desplacido a todos estos príncipes; y por ver en mí lo contrario, les había placido y había yo con ellos tratado esto muchas veces para remediarlo, diciéndoles *cómo los de la Compañía más holgaban de conversar con cosas bajas que con altas, y que por fuerza venían a los grandes cuando ya no se podía excusar*...»⁴.

No hemos de determinar aquí si la inculpación del P. González contra el P. Simón pecaba de exagerada: el historiador moderno de la Compañía en Portugal ha recogido en un capítulo de su obra los descargos que en este y en otros puntos pueden darse a la conducta del primer jesuita portugués⁵.

Lo que sí nos interesa es ver ya entonces en el P. González de Cámara la misma oposición a tales puestos honoríficos que mostró años adelante (1558-1560) en un caso que ha dejado huella más profunda en la Historia de la Compañía y aun de Europa: su nombramiento de maestro del futuro Rey Don Sebastián.

Ocioso sería tejer otra vez el relato de las demandas e insistencias en este negocio de la Reina Regente Doña Catalina y de la oposición cerrada que por su parte les opuso el humilde sobrino del Conde de Tarouca: lo hizo ya documentalmente el P. Sacchini a principios del siglo XVII⁶, y acaba de añadir los últimos retoques de la crítica a aquel cuadro el P. Francisco Rodrigues⁷. Sólo vamos a fijarnos en un pormenor documental de alguna importancia.

Sacchini, después de anotar las razones que González de Cámara hacía valer ante el General Láinez para oponerse al plan de la Reina, añade estas palabras: «*Haec reputans Consalvius, et diligenter in Praepositi consilio dixit, et scripta, ut per otium considerarentur, dedit, hodieque in nostro tabulario asservantur*»⁸.

El P. Rodrigues, que tan concienzudamente explota el Archivo Romano de la Compañía en toda su obra, no llegó a dar en él con esa memoria escrita, y hubo de contentarse con reproducir una vez más el extracto de Sacchini, que, por lo demás, es nutrido y jugoso⁹. No ha de extrañar ese resultado negativo. El documento original caste-

⁴ González a Ignacio 6 enero 1553 en MHSI, *Ep. mixtae* III, 38.

⁵ RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 2, pp. 43 ss.

⁶ FRANC. SACCHINI S. I. *Historiae Societatis Iesu pars secunda, sive Lai-nius* (Antverpiae 1620) nn. 13-15 p. 81-82.

⁷ *Obra cit.* I, vol. 2, pp. 501-513.

⁸ SACCHINI, *ibid.*, n. 15 p. 82. — ⁹ *Loc. cit.* p. 508.

llano, con una copia adjunta, se halla en la sección « *Instituto* », donde nadie pensaría encontrarlo, y sólo una feliz casualidad nos lo ha puesto entre las manos.

Trátase de dos hojas de papel escritas en tres de sus caras, y que llevan en la cuarta el siguiente título debido a otra mano: « Puntì positi dal P. Luys Gonzalez quando si mando a Portogallo. Edificante »⁴⁰.

La copia ocupa igualmente dos hojas de papel⁴¹, y parece se hizo siendo todavía Secretario el P. Polanco, por tanto antes de 1573. Nos parece, al menos, de su letra el título: « 5. Puntos que dio el P. Luys Gonzalez para no accetar el cargo ». Tal vez se sacó enseguida de entregada la Memoria, en junio de 1559, para alguno de los consultores que debían considerar el negocio. El copista introduce algunas pequeñas variantes, las más debidas a la prisa de la transcripción. Alguna puede significar un retoque de la frase castellana no del todo perfecta en el autor del escrito, quien con un rasgo de delicadeza hacia el General *español*, lo redactó en castellano.

Anotamos las principales de esas variantes, y damos en las notas algunas referencias que aclaren o confirmen el texto. Para comodidad del lector usamos de la puntuación y acentuación modernas, conservando en lo demás la ortografía original.

† IHS. 359. a

[Roma, junio 1559]⁴².

Los puntos que oy⁴³ propuse y agora se notan para que se puedan mirar^b despacio, son los siguientes. |

P[primer]o.^c En Portugal son mal tomados los Religiosos que andan en Corte, y está esto^d tan adelante, que después que algunos hombres nobles de la Compañía comenzaron a parecer delante del Rey, nunca más ningún

fol. 396

^a Antes de ese número del registro, van tachados otros dos anteriores: 96 y 161.

^b La copia añade: *mds.*

^c En la copia: 1.

^d En la copia: *esto es*td.

⁴⁰ Archivo Romano S. I., *Instit.* 117 fol. 393r-397v.

⁴¹ *Ibid.* fol. 395r-v, 396r-v.

⁴² Cf. sobre esta fecha la nota siguiente.

⁴³ No podemos fijar exactamente el día de la consulta, pero debió de ser entre el 10 de junio 1559 en que llegaron a Roma las cartas y urgencias de la Reina (cf. RODRIGUES, I, vol. 2, p. 507), y el 3 de julio del mismo año en que el P. González salió de Roma (cf. MHSI. *Mon. Laini* IV, p. 434).

caballero entró en la Compañía, excepto algunos muchachos, aviendo antes entrado muchos hombres adelante en edad y nobles¹⁴; y hanse puesto algunos en otras religiones. Y si esto fue por ir algunas veces a negociar, qué será si vieren que se toman officios perpetuos en ella.

2. Hasta agora havemos e experimentado y visto que la Compañía en Portugal siempre creció en reputación con la gente y en alcançar el fin de las ánimas más por la vía de la humildad y baxessa que por la vía de la grandeza, la qual es odiada mucho en todos f religiosos, y máxime en los de la Compañía. Y ayuda a esto mucho el negocio de las Indias¹⁵. Para que se muevan los hermanos ir allá, es muy importante que se conserven en esta baxesa, y que no aya lugar en ellos para dessear cargos semejantes y dar entrada a la ambición. Y como en la India sea necessario mucha humildad y amor del menosprecio y baxesa y el aver sido criado en ella, parece que sería jmpedimento a esto el tener en Portugal officios que puedan ministrar materia de ambición. |

fol. 396v

3. La virtud y el fructo g que se hará con predicaciones, lectiones y con otras maneras que usa la Compañía en las tierras del Rey, lo obligarán a favorecer la Compañía, y sobre todo el fructo g y servicio que hace la Compañía en la India¹⁶. Y este favor será más seguro, pues se quita la ocasión a los ambiciosos que se podían mover a entrar en la Compañía con desseo de venir a semejantes cargos; y si estuviésemos en nuestra humildad, los que entraran en ella se juzgara que serán llamados por Dios.

4. Como este officio se dé a personas nobles y principales, del qual les resulta mucha honra y provecho, viendo ellos que andan en manos de la Compañía y que se pueden perpetuar en ellos, tomarán odio muy grande a los nuestros por los privar a ellos desta honra y provecho; y esto se extende mucho, porque cada uno lo dessea o para sí o para alguno de sus parientes o amigos, pues con esto les viene también a ellos provecho.

e En la copia: *hemos*.

f La copia: *todos los*.

g La copia: *frutto*.

¹⁴ Sobre las vocaciones primeras de hombres maduros y nobles en Portugal, y sobre las oscilaciones que tuvieron los años siguientes, ha recogido datos copiosos RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 1, vol. pp. 255-256, 313-319, 431-477. Parece que el P. González carga exageradamente la culpa de la disminución de aquellas vocaciones al punto que aquí le convenía recalcar. La crisis de la Provincia de Portugal de 1550 a 1553 obedeció a un conjunto mucho más complejo de causas y concausas que no nos toca detallar ahora.

¹⁵ Magnífica es la galería de misioneros de la India y de el Brasil cuyas vocaciones referentes a estos primeros años enumera RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 1, pp. 468-477.

¹⁶ Contesta a una de las razones que urgían varios jesuitas para admitir la propuesta de la Reina: que se aseguraría así su protección a la Orden. Cf. RODRIGUES *ibid.* I, vol. 2, pp. 506, 508-509.

5. La Compañía en Portugal tiene sufficientissimo favor. Lo que se vee por, se confessar la Reyna con los de la Compañía¹⁷, y por otras muchas señales. De modo que no parece ser necessario para que la Compañía en Portugal alcance el fin que pretende de las ánimas, mayor favor; imo, parece que sería demasiado se tuviessen más de lo que tienen, y dañaría para el mismo fin como ya se dixo.

6. Este negocio ya la Compañía lo ha provado una vez con el padre de esta Rey y no le salió tan bien¹⁸ que devan moverse mucho^h a provarle otra vez.

7. Esta cosa es tan embidiada que es probable que busquen tantos artificios hasta que venga el maestro de la cátedra abajo¹⁹ |.

fol. 397

8. Para aquel lugar se requiere un hombre de muchas letras, porque no solo a de enseñar al niño, mas aun a de ser preguntado de muchas questiones. Requiere tambien mucha prudencia. Las quales partes, cuánto yo las tenga, sábenloⁱ los que conmigo han tratado y yo soy cierto que no las tengo²⁰.

9. Parece que también se requiere una affable gravedad para que el niño y otras personas tengan amor y reverentia. Y en esto hallo en mí especial ineptitud, porque quando quiero ser grave pierdo la benevolentia, y quando affable, la reverentia.

10. También la vista no me ayuda, como se vee²¹, y tamen será neces-

^h En la copia falta mucho.

ⁱ La copia: *sábenlas*.

¹⁷ Es sabido que el confesor de Doña Catalina era desde 1555 el P. Miguel de Torres. *Ibid.* I, vol. 2, pp. 494-496.

¹⁸ Se refiere al cargo de maestro del Príncipe Don Juan que tuvo el P. Simón, y de cuyos resultados juzgaba desfavorablemente Cámara ya en 1553. Cf. supra texto correspondiente a nota 4.

¹⁹ Aun en varios de los cronistas e historiadores de Portugal, como Bernardo de Brito, Barbosa Machado, Rebelo da Silva etc., se ha rezumado el disgusto producido por aquel nombramiento. Cf. RODRIGUES *obra cit.*, I, vol. 2, pp. 503-504. — MARIO BRANDÃO en su reciente obra: *O Colegio das Artes II* (Coimbra 1933) p. 219 ha recordado el que experimentó por igual causa Antonio Pinheiro, quien habiendo sido maestro del Príncipe Don Juan y esperando serlo de su hijo Don Sebastián, se creyó ofendido por González de Cámara. El documento que comentamos prueba que no tenía motivo para ello.

²⁰ A decir del P. Simón en 1545, el P. González de Cámara « é mestre em artes de Paris, bem douto nelas, muito bom latino, grego e hebraico e muito hábil... já tem algum estudo de theologia ». En RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 1 p. 447. La antítesis muestra que hasta entonces sus estudios teológicos eran escasos. Ni los completó en la Compañía. Al concederle S. Ignacio la Profesión en 1551, decía de él y de Luis de Grana: « no creo tengan todo el studio que las Constitutiones requieren en Theologia ». En MHSI. *S. Ignatii Ep. et Instr.* IV p. 12. También el P. Barma echaba de menos en él en 1559 « la erudición que suele concurrir en los maestros que comunmente se eligen para tales cargos ». MHSI. *Mon. Lainii* IV p. 510.

²¹ Ya en 1545 decía de él el P. Araoz: « Luis González se halla muy malo de los ojos ». En MHSI. *Ep. mixtas* I p. 246. Y el mismo paciente recuerda su caída

sario estudiar, y también toda mi consolación y bien me viene de la lección. Y j juntamente con esto la falta que tengo de la lengua es muy grande, como se vee ²².

11. Es también de creer que la Reyna y el ^k Cardenal ²³, pues aman el bien de la Compañía, si les proposieren estas razones y otras, lo ternán por bien, y no se escandalizarán ^l de no se aceptar, viendo que esto es mejor para la Compañía ²⁴.

12. Y más que al Embajador ²⁵ no se ha concedido en particular lo para que la Reyna pide. Y eso es lo que agora haze ^m dificultad. Y también le dixo N. P.^o [General] de esperar la respuesta de la Compañía ²⁶.

13. También parece ser ⁿ de mucha importancia mirar el ser [yo] tan conocido y tener tantos parientes, los quales *tamquam leones rugientes circumcumeunt quem devorent*. Y es menester de gratia de Dios ^o para defenderse de guerra tan continuas [sic] y hecha por tantas vías |.

14. También se requiere mucha moderación y paciencia, y en esto yo p me hallo con ímpetos [sic] de cólera e impacientia ²⁷. Requiere también constancia y perseverancia en el modo que una vez se toma. Y como yo muchas veces me gobierno por ímpeto y con poca consideración, torno a tener por malo lo que antes tenía por bueno.

j En la copia falta la Y.

k En la copia falta el.

l En la copia: *escandelizarán*.

m En la copia: *es agora lo que haze*.

n En copia falta *ser*.

o Texto y copia dicen *por*.

p En copia falta *yo*.

en unas fosas de la plaza de Altieri en Roma por la cortedad de su vista. MHSI. *Scripta de S. Ignatio* I p. 180 n. 55.

²² En el *Memorial* del mismo P. González se conservan abundantes y pintorescas noticias del empeño que tuvo S. Ignacio en corregirle de este defecto de la precipitación en el hablar y correr. *Ibid.* pp. 296, 297 etc.

²³ El Infante Cardenal Enrique que fué Rey de Portugal después de la trágica muerte de Don Sebastián.

²⁴ Como se ve por el texto correspondiente a la nota 4, el P. Cámara estaba convencido del buen efecto que producía en la Corte no aceptar tales dignidades. De hecho el P. Láinez accedió a que el mismo P. Cámara presentara una vez más aquellas razones a la Reina. Cf. infra nota 30.

²⁵ Lorenzo Pires de Távora.

²⁶ Se refiere a la carta que en ese sentido había escrito Láinez anteriormente a la Reina el 19 de enero de 1559. Cf. MHSI. *Mon. Lainii* IV p. 287-288.

²⁷ Ya en 1552 se valió de la humilde confesión de estos *impetus* para evitar el ser confesor de Juan III: «tuve un anno cuidado del colegio [de Coímbra], en el cual no solamente di trabajo a los hermanos con mi *demasiados zelos*, mas aun a mí mismo me quebraba la cabeça sin aprovechar nada». MHSI. *Ep. Mixtas* II p. 708. De hecho no duró su rectorado sino un año, Cf. RODRIGUES I, vol. 2, p. 71.

No extrañará que el archivero antiguo pusiera en la signatura de este documento la palabra antes copiada: *edificante*. Lo son en efecto la ingenuidad y verdad con que el autor enumera sus defectos físicos y morales, y aun los exagera y recarga para alejar más y más de sí el honroso cargo.

Pero junto a la humildad brilla la penetración de los hombres y de la Corte. La historia posterior de su actividad junto al caballescico Príncipe portugués confirma muchas de sus previsiones. Y eso que en este Memorial no recurre otra atinada observación que, según Sacchini, recalca también en aquella coyuntura: « Quid ergo incertius, quid mutabilius ingenio et adolescentis et Regis?... Quidquid unquam Sebastianus egerit, attentaverit, quod quisquam secum velit, continuo id Ludovico [praeceptor]i, imo, nequaquam Ludovico, sed per invidiam toti Iesuitarum Ordini attributum iri » ²⁸.

Que es lo que el Provincial de Aragón Juan Bautista Barma insinuó también al P. Láinez el 20 de setiembre de 1559, después de hablar en Zaragoza con el mismo Luis González, en viaje ya para Portugal :

« Lo que más se me ofrece de consideration es la incertidumbre del provecho; que las más veces se ve que en estas empresas se cumple el refrán de « mucho recado y corto tocado ». Hácese gran providencia en dar buenos maestros a los Príncipes y hijos de grandes, y como antes de hechar muy hondas raíces en la virtud, suelen dar de mano a la institución, no se suele mostrar mucho fruto de lo que se sembró. También es de alguna consideration si en su salud [de Don Sebastián] oviese alguna quiebra, el peligro de asentarle a nuestra cuenta »... ²⁹.

Pero todo este conjunto de razones no pudo evitar el cumplimiento de la decidida voluntad de la Reina Doña Catalina. El P. Láinez envió el 3 de julio de 1559 a Luis González a Lisboa con instrucciones para el cargo de maestro del Príncipe, aunque sin dar todavía la cosa por completamente determinada. « El P. González me a dicho [escribía desde Zaragoza el P. Barma el 20 de setiembre] que aún no está del todo tomado asiento en este negocio, sino que va por los muchos respectos que hay para ello, a se representar a la Reyna »... ³⁰.

Tenía efectivamente el viajero puesta su confianza en la carta autógrafa del General que llevaba para Doña Catalina, pidiéndola

²⁸ SACCHINI, obra cit. p. 82 n. 15.

²⁹ MHSI. Mon. Lainii IV p. 511. — ³⁰ Ibid. p. 510.

quisiese oír benignamente las razones en contrario que el portador le representaría. Pero cuando el 19 de diciembre de 1559 pudo entregársela a la Regente en propias manos, vió disiparse definitivamente sus esperanzas.

« Li detti [dice el 9 de enero de 1560 en carta al P. Láinez] la lettera scritta di mano di V. P., et Lei, legendola, con li segni et con le parole mostrò bene che poco momento haverebbono le mie ragioni: pur io glie le rappresentai il meglio che potetti. Risposemi molto a lungo, et fra le altre cose, disse che il re [Giovanni III] suo signore (come Lei parla) l'havesse così deliberato avanti che morisse, et che le pareria resistere al Spirito Santo se non facesse questa elettione »... ³¹.

Fué imposible toda ulterior resistencia, y Luis González de Cámara fue el maestro del Rey Don Sebastián.

Añadamos, para ser completos, que los más de los principales Superiores, consultados antes por el P. Láinez en la materia, fueron menos reacios que Cámara a admitir el comprometido pero fructuoso cargo. S. Francisco de Borja y Araoz en España, Miguel de Torres y el B. Ignacio de Acevedo en Portugal, Salmerón en Italia, creyeron se debía acceder a las instancias regias, y eso aunque el P. González hubiera de dejar el cargo de Asistente General que le confiara la Congregación primera ³².

« Lo uno [dice S. Francisco de Borja compendiando las diversas razones] por la grande obligación que toda la Compañía tiene a SS. AA., y lo otro por el gran servicio que se hará a N. Señor en criar al Rey con la leche de la Compañía, porque de salir él con aprovechamiento en las virtudes y mamarlas en la niñez, se sigue después gran reformation de aquel reyno » ³³.

Que el Provincial de Aragón Barma opinara de otro modo, se debió, por todas las trazas, a la acción personal del mismo P. González, con quien, según vimos, habló en Zaragoza antes de escribir su carta ³⁴.

Cuanto conocemos de las ideas y las obras de S. Ignacio, nos hace añadir que aquellos Padres siguieron en sus respuestas la trayectoria señalada por el difunto Fundador.

Porque S. Ignacio había tenido que intervenir en 1552 en un caso parecido entre Juan III y el mismo P. González de Cámara, y había expresado nitidamente su pensamiento.

³¹ *Ibid.* p. 618.

³² Véanse reunidos sus pareceres en RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 2, pp. 505-506, 508-509.

³³ MHSI. *Mon. Borgiae* III p. 468. — ³⁴ Cf. texto correspondiente a nota 30.

Después de referir el P. González al santo en carta del 18 de julio de ese año, cómo él y el Provincial Diego Mirón se habían negado a admitir el cargo de confesor del Monarca, se aventuraba a dejar caer este comentario: « no dudo que V. P., si aquí estuviera, hiciera lo mismo, porque teníamos aquí mucha fama de privados y de pretenderlo, y con esto, si se hiciera, quedara todo confirmado »³⁵. A lo que añadía el Provincial, arriesgándose a interpretar el espíritu mismo del Instituto naciente: « parece esta dignidad no menos de rehusar que la de tomar obispados o capellos [cardenalicios] en esos Reinos [de Italia] »³⁶.

La respuesta es nítida tanto en uno como en otro aspecto de la cuestión.

« Yo cierto [dice al P. Mirón el 1 de febrero de 1553, refiriéndose también al P. González³⁷], mirados los motivos vuestros fundados en humildad y en seguridad, que mexor suele hallarse en lo baxo que en lo alto, no puedo sino aprovar vuestra intención y edificarme della; pero, todas cosas consideradas, me persuado no acertastes en tal determinación, mirando el mayor servicio y gloria de Dios nuestro Señor ».

« Primeramente, porque vuestra profesión e instituto es de administrar los sacramentos de la confesión y comunión a todos los estados y edades del hombre; y como a lo muy baxo, también a lo muy alto vos obliga la misma razón del consuelo y ayuda espiritual de los próximos ».

« Después, siendo tan particular la obligación que tiene toda esta Compañía a Sus Altezas desde su origen y principio, cual no lo hay en ningún Príncipe cristiano, ahora se miren las buenas obras, ahora el amor y charidad tan singular que más que otras cosas debe robar vuestros ánimos; no sé qué excusa puede abastarnos para no procurar de servir a SS. AA. en cosa tan propia de nuestra profesión, donde muestran recibirán consolación espiritual y contentamento ».

« Pues si se mira el bien universal y mayor servicio divino, desto se seguirá mayor en quanto yo puedo sentir en el Señor; porque del bien de la cabeça participan todos los miembros del cuerpo, y del bien del Príncipe todos los súbditos: en manera que la ayuda spiritual que a ellos se haze, se deve más estimar que si a otros se hiziesse. Y porque de un caso juz-

³⁵ MHSI. *Ep. Mixtas* III p. 749.

³⁶ MHSI. *S. Ignatii Ep. et Instruct.* IV pp. 625-626.

³⁷ Como lo dice la carta misma. Pero al P. González le escribió también directamente en el mismo sentido, y añadiendo otras consideraciones más personales: « Esperad (le dice) en el que ve y puede tan fácilmente suplir todo aquello en que os parece faltáis [para ese cargo], que lo suplirá. Y pues lo que toca al ánima del Rey no es cosa que os deva parecer pesada (siendo tan bueno y santo como scrivís y como acá nos persuadimos), no tenéis con qué os excusar, como quien confesase Príncipes más enredados en casos dubios para sus conscientias ». *Ibid.* p. 364-365.

guéis otro, mirad si avría sido importante recuerdo de confessor, el de concluir el negocio del patriarca de Ethiopia, importando tanto la salvación, no digo de muchas ánimas, mas de muchas ciudades y provincias »... ³⁸.

« Pero tornando a las cosas por que no devríades rehusar este assumpto, digo que aun la de vuestra seguridad no me parecía relevante. Porque, si no buscásemos otro, según nuestra profesión, sino andar seguros, y ovíésemos de posponer el bien por apartarnos lejos del peligro; no avíamos de vivir y conversar con los próximos. Pero, según nuestra vocación, conversamos con todos; antes, según de sí dezía San Pablo: *omnia omnibus fieri debemus, ut omnes X^o lucrificamus*. Y andando con intención recta y pura, *quaerendo, non quae nostra sunt, sed quae Iesu X^u*, él mismo nos goardará por su bondad infinita. Y si esta protección ^a no tomase su potente mano, no bastaría apartarnos de peligros semejantes para no caer en ellos y otros mayores ».

« Pues lo que las gentes podrían dezir que queréis honras y dignidades, cayerásse de suyo con la fuerza de la verdad y evidencia de la obra, viendo que conserváis la baxeza que por X^o nuestro Señor tomastes. Assy que por lo que se puede dezir o pensar del vulgo, no debéis de dexar lo que puede tornar en mucho servicio de Dios y de SS. AA. y bien común » ³⁹.

Es verdad que entre el caso de 1552 y el de 1559 había alguna diferencia: aquel versaba sobre el confesor, éste sobre el maestro del Rey. Pero en la naturaleza íntima del problema y en las razones que jugaron en su resolución la semejanza frisaba en identidad.

Al ir leyendo el texto ignaciano se habrá advertido fácilmente que los Consultores del P. Laínez y el P. Laínez mismo siguieron en 1559 los criterios del fundador: admiraron una vez más la humildad del noble religioso portugués, pero creyeron que era un deber de la Compañía y un imperativo del mayor bien de las almas, el secundar la voluntad de la Reina.

Esta determinación no carece de valor en la Historia. Es un antecedente que ayudó a fijar la tradición de la Compañía en la conducta posterior con Austrias, Wittelsbacher y Borbones.

^a El Ms. dice *profession*, pero parece un lapsus calami.

³⁸ Es sabido que Juan III se había enfriado por entonces en su antiguo proyecto de conseguir del Papa un Patriarca para Etiopía, tan caro a S. Ignacio. Cf. JESUS GRANERO S. I. *La acción misionera y los métodos misionales de S. Ignacio de Loyola* (Burgos 1930) pp. 138-143; RODRIGUES, *obra cit.* I, vol. 2, pp. 572-574.

³⁹ MHSI. *S. Ignatii Ep. et Instruct.* IV pp. 626-627.

ZUR GESCHICHTE DES MARTYRERBERICHTES DES P. LUIS FROIS S. I. ¹

VON P. DOROTHEUS SCHILLING O. F. M. — Rom.

SUMMARIUM. — Opportunitate desumpta e nuper edita originali relatione Patris Frois de martyribus in Nagasaki a. 1597, auctor ipsius relationis historiam investigat, scilicet quibus viis in Europam missa, quo modo et qua de causa iubente visitatore P. Valignani correcta, qua denique forma in Europa typis tradita fuerit. Quibus omnibus commercium illud epistularum cum missionibus Orientis utiliter illustratur.

Am Vormittag des 5. Februar 1597 vergossen auf Befehl des Christenverfolgers Hideyoshi Toyotomi (1536-1598) sechsundzwanzig mutige Glaubenshelden in der japanischen Hafenstadt Nagasaki ihr Blut am Kreuze. Sechs gehörten dem Franziskanerorden an, drei waren Jesuiten und siebzehn christliche Laien.

Eine Reihe Briefe und Berichte trugen die Kunde von diesem furchtbaren, aber für die junge japanische Mission glorreichen Ereignis durch die gesamte christliche Welt. Zu den umfangreichsten und wertvollsten Schriftstücken über die Verfolgung und das Martyrium gehört der in verkürzter Form oft gedruckte Bericht des äußerst fruchtbaren Schriftstellers Luis Frois aus der Gesellschaft Jesu, den er am 15. März 1597 in Nagasaki, dem Orte des Martyriums, unterzeichnete. Während bisher weder das portugiesische Autograph noch ein in dieser Sprache abgefasstes Original aufgefunden wurde, birgt das Archiv der Gesellschaft Jesu glücklicherweise noch ein in spanischer Sprache geschriebenes Original mit der eigenhändigen Unterschrift des P. Luis Frois, während die Schrift des Textes nicht die des Verfassers ist. Aus dem kurzen Einleitungsbriefe und dem Schluss des Berichtes geht hervor, dass er an den Ordensgeneral in Rom gerichtet ist. P. Romuald Galdos S. I. gebührt das Verdienst, diesen Text in spanischer Sprache 1935 zum erstenmale veröffentlicht zu haben unter dem vom ihm selbst formulierten Titel *Relación del Martirio de los 26 cristianos crucificados en Nangasaqui el 5 Febrero de 1597* ².

¹ Handschriftliche Quellen sind mit einem Sternchen gekennzeichnet.

² Tipografía de la Pontificia Universidad Gregoriana. Piazza della Pilotta 4, Roma. 8° XVIII + 138 S. (Mit mehreren Abbildungen). Wir zitieren dieses Werk mit: FROIS-GALDOS.

Der Titel des spanischen Originals dagegen lautet:

Relacion de la persecucion desta Christiandad, y de la || gloriosa muerte de seis religiosos de la orden de S. Fr[ancisc]o || y tres de la comp[añ]ia y otros diez y siete Christianos || Japones q[ue] fueron crucificados en Nangasaqui || por mandado del Rey de Japon, Unos || por predicar la ley de Dios y otros || por ser Christianos a 5 dias || del mes de febrero año de [15]97 ³.

Wegen der unsicheren Verkehrsverhältnisse der damaligen Zeit wurden wichtigere Briefe und Schriftstücke in mindestens zwei bis drei Exemplaren auf verschiedenen Wegen nach Rom gesandt, wie auch das Generalat der Gesellschaft Jesu Schreiben von grösserer Bedeutung in drei Exemplaren auf verschiedenen Wegen nach dem Fernen Osten schickte ⁴. Viele Jesuitenbriefe und Berichte aus Japan und anderen fernen Ländern, die noch im Autograph oder Original vorhanden sind, tragen daher unter der Anschrift den Vermerk: 1^a, 2^a oder 3^a Via. Briefe und Berichte, die von allgemeinem Interesse waren, konnten in den Häusern des Ordens, die auf dem Wege nach Rom lagen, gelesen und abgeschrieben werden. Es ist dieses aus Bemerkungen in den Briefen ⁵ und Notizen ersichtlich, die sich zuweilen unter oder neben der Anschrift befinden. So schrieb z. B. Frois eigenhändig auf einen Brief, den er am 1. Oktober 1585 in Nagasaki unterzeichnete und an den Ordensgeneral sandte:

Ao Muito Reverendo em Christo padre o padre Claudio Aquaviva preposito geral da Companhia de Jesus em Roma — 2^a via — De Japão, ao primeiro de outubro de 1585 — para se ver na China — Malaca — India & casas de Europa ate chegar a Roma ⁶.

Da selbst Briefe, die in drei Exemplaren auf verschiedenen Wegen gesandt wurden, verloren gingen, so können wir a priori annehmen, dass der Bericht des P. Luis Frois vom 15. März 1597 auf mindestens zwei Wegen von Japan aus an das Generalat in Rom

³ Der Titel findet sich im Original f. 1v und in FROIS-GALDOS, S. 5 in moderner Sprache und Orthographie bis auf den Ortsnamen Nangasaqui, der heute Nagasaki geschrieben wird. Galdos hat für die japanischen Eigennamen die Schreibweise der Handschrift beibehalten, so dass es nicht immer leicht ist, die Personen und Orte zu identifizieren.

⁴ Vgl. *ALEXANDER VALIGNANI S. I. an P. Raymundo Prado, Vize-Provinzial der Gesellschaft Jesu auf den Philippinen, Makao, den 19. November 1597, in: Madrid, Bibl. de la Acad. de la Hist. 12-13-2/565 (*Papeles Varios del Japón*).

⁵ Siehe *VALIGNANI, a. a. O.

⁶ London, Brit. Mus., Additional Manuscript 9859, f. 8v. Dieselbe Bemerkung findet sich a. a. O., f. 18v.

gesandt wurde, obwohl nur der erwähnte spanische Text im Original auf uns gekommen ist.

Frois war Portugiese und schrieb im allgemeinen in seiner Muttersprache. Aus den im Bericht vorkommenden Lusitanismen hält der Herausgeber Galdos es für sehr wahrscheinlich, ja für moralisch sicher, dass Frois ihn ursprünglich spanisch niedergeschrieben hat, und der vorliegende Text keine Übersetzung aus dem Portugiesischen ist ⁸. Diese Ansicht ist kaum haltbar, da der portugiesische Text so, wie er von Japan geschickt worden war, schon im April 1597 dem Visitator Valignani in Makao vorgelegen hat, und der ganze Bericht wegen der Kürze der Zeit stückweise hergestellt werden musste, wie Pedro Gómez, Vize-Provinzial von Japan, Valignani mitteilte ⁹. Daraus erklärt sich auch die Entschuldigung des P. Frois am Schluss des Berichtes, dass er viele Einzelheiten ausgelassen habe, und es ihm nicht möglich gewesen sei, viele Mitteilungen besser zu ordnen und noch einmal durchzusehen ¹⁰. Unter diesen Umständen ist es viel wahrscheinlicher, wenn nicht sicher, dass Frois den Bericht in der ihm geläufigsten Sprache, d. h. portugiesisch abfasste und die vollendeten Abschnitte oder Kapitel sofort von anderen ins Spanische übersetzen liess.

Aus dem bereits zitierten Brief des Visitators Valignani an P. Juan de Ribero vom 24. November 1597 geht ferner hervor, dass der Martyrerbericht des P. Frois auf mindestens zwei Wegen - nämlich über Makao westwärts und über Manila ostwärts - geschickt worden ist. Der über Manila gesandte Bericht ist in seinem Original bis nach Europa gelangt und auf uns gekommen, während das portugiesische Autograph oder doch wenigstens jenes Original, das Frois in seiner Muttersprache abgefasst hatte, kaum über Makao hinausgekommen ist, da der Visitator mit der Art und Weise der Abfassung des Berichtes nicht in allem einverstanden war. Er wünschte daher auch, dass das von Japan nach Manila gesandte Exemplar von dort nicht weiterbefördert, sondern verbrannt würde ¹¹. Im April 1597 erhielt Valignani den Jahresbrief über 1596 und den Martyrerbericht des P. Frois und gleichzeitig einen Brief vom Vize-Provinzial von Japan, worin ihm dieser mitteilt, dass beide stückweise hergestellt, sehr lang geraten und nicht gut geordnet seien, weshalb er den Adressa-

⁷ Siehe *VALIGNANI, *a. a. O.* — ⁸ FROIS-GALDOS, S. XIII.

⁹ *Valignani an den Rektor des Kollegs von Manila Juan de Ribero S. I., Makao, den 24. November 1597, in: Madrid, Bibl. de la Acad. de la Hist. 12-13-2/565.

¹⁰ FROIS-GALDOS, S. 126. — ¹¹ *VALIGNANI, *a. a. O.*

ten bittet, beide Berichte zu kürzen und in bessere Ordnung zu bringen. Auch Valignani selbst schienen die Berichte sehr weit-schweifig und etwas konfus zu sein ¹². Ferner erfuhr er aus derselben Quelle, dass sowohl der Jahresbrief wie auch der Bericht über die Verfolgung und den Tod der Franziskaner an P. Juan de Ribero, Rektor des Kollegs von Manila, direkt von Japan aus geschickt worden seien, damit sie gelesen und an P. General weitergeschickt würden ¹³.

Erst im Spätherbst 1597 scheint Valignani Gelegenheit und die nötigen Unterlagen gehabt zu haben, die gewünschten Verbesserungen anzubringen und die Berichte weiterzuschicken. An Bord eines Seglers, der auf dem Wege von Japan nach den Philippinen infolge Sturmes nach Makao verschlagen wurde, wo er am 7. November 1597 einlief ¹⁴, befand sich nämlich der Japaner Pedro López mit einem Kästchen, worin er Briefe des Vize-Provinzials von Japan und anderer Jesuiten an P. Juan de Ribero, an den Rektor von Malacca und an Valignani selbst hatte. Ferner war mit dem Segler ein weiterer Bericht ¹⁵ nebst zwei Informationen mit spanischen Zeugen-unterschriften aus Japan eingelaufen ¹⁶. In dem angeführten Brief an P. Juan de Ribero schreibt Valignani ausserdem, dass er den Martyrerbericht nach der im April aus Japan gekommenen Vorlage und weiteren Privatbriefen, die er inzwischen erhalten hatte, besser ordnen und abkürzen liess. Am Schlusse habe er den Bericht anfügen lassen, der im November aus Japan eingetroffen war. Alles sei portugiesisch geschrieben, wie es von Japan gekommen sei. Valignani hätte diesen redigierten Bericht gerne in zwei Exemplaren an P. Juan de Ribero nach Manila geschickt, fand aber keine Zeit dazu, ein zweites Exemplar für Manila herstellen zu lassen. Dagegen wollte er den Bericht in zwei Exemplaren auf zwei verschiedenen Schiffen nach Indien und Portugal senden. Valignani bittet P. Ribero, auf Kosten der japanischen Mission in Manila Kopien des überarbeiteten Berichtes herstellen zu lassen und sie nach Spanien und Rom zu schicken, falls jener von Japan gesandte Bericht noch nicht abgeschickt worden sei. Wenn er noch in Manila sei, solle Ribero

¹² «... y a mi tambien me parecieron muy difusas y algun tanto confusas» (a. a. O.). — ¹³ A. a. O.

¹⁴ **Parecer dos Bispos Dom Pedro e Dom Luiz e do padre Alexandre Valignani Visitador do Japão, e outros padres acerca da ida do Senhor Dom Pedro da China para a India, Makao*, 10. Dezember 1597, in: London, Brit. Mus., Addit. Ms. 9858, f. 14.

¹⁵ *Valignani an Juan de Ribero, a. a. O.

¹⁶ *Valignani an Raymundo Prado, a. a. O.

dafür Sorge tragen, dass er verbrannt werde. Selbst im Falle, dass der von Japan nach Manila geschickte Bericht bereits nach Rom weiterbefördert worden sei, möge P. Ribero nicht unterlassen, auch den von Valignani übersandten weiterzuschicken. Er [Valignani] wolle P. General schreiben, aus welchen Gründen der Bericht über die Verfolgung und das Martyrium in Makao abgekürzt und besser geordnet worden sei, und dass nicht der Bericht in seiner ursprünglichen Form, sondern die redigierte Fassung desselben den einzelnen Ordensprovinzen zugeschiedt werden solle ¹⁷.

Valignani sprach diese Bitten am 24. November 1597 aus, also acht Monate nach Abfassung des Originalberichtes durch Luis Frois, der inzwischen am 8. Juli in die Ewigkeit abberufen worden war ¹⁸. Der Bericht war in seiner spanischen Fassung von Manila längst nach Europa weiterbefördert worden und kam dort auch wohlbehalten an.

Aus den Schiffsbewegungen des Jahres 1597 können wir den Versand des Berichtes nach Ost und West ziemlich genau verfolgen. Frois spricht am Schlusse desselben, also am 15. März 1597, von der bevorstehenden Abfahrt des Schiffes nach Manila ¹⁹. Nach Fertigstellung desselben liefen noch Briefe und einige Nachrichten über die Martyrer ein, die er dem Berichte anfügte, so dass die Ausfahrt des Seglers aus dem Hafen von Nagasaki um den einen oder anderen Tag hinausgeschoben worden sein muss. Es handelt sich mit grösster Wahrscheinlichkeit um das Schiff des Portugiesen Vasco Diaz, das in den nächsten Tagen absegelte, da der Franziskanerbruder Juan Pobre de Zamora ²⁰ in Nagasaki die Erwartung aussprach, dass das Schiff um den 25. April in den Hafen von Manila einlaufen müsse. Diese Erwartung erfüllte sich nicht ganz. Die Nachricht vom Verlust des Schiffes « San Felipe » und dem Martyrium der 26 Blutzegen erreichte vielmehr erst einige Tage nach dem 28. April 1597 Manila ²¹. Im Laufe des Mai warfen portugiesische und japanische Segler im Hafen von Manila Anker und

¹⁷ *Valignani an Juan de Ribero, a. a. O.

¹⁸ Siehe G. SCHURHAMMER S. I. in der Einleitung zu: *Die Geschichte Japans 1549-1578* von P. Luis Frois, S. I. Leipzig 1926, S. IX.

¹⁹ FROIS-GALDOS, S. 126.

²⁰ **Historia de la pérdida y descubrimiento del galeón San Phelipe con el glorioso martirio de los gloriosos mártires del Japón, Año de 1597*, f. 148v. Die wertvolle und leider noch nicht veröffentlichte Handschrift befindet sich im Besitz des Bibliophilen Antonio Graña in Madrid.

²¹ ANTONIO DE MORGÁ, *Sucesos de las Islas Filipinas*. Nueva edición por W. E. Retana, Madrid 1909, S. 244ff.

brachten die ersten Nachrichten über die Vorgänge in Japan seit Herbst 1596²². Der Bericht des P. Frois erreichte daher sicher im Mai 1597 Manila, wurde dort gelesen und wahrscheinlich abgeschrieben und bei der nächsten Gelegenheit weiterbefördert. Die Segler benutzten zur Überquerung des Pazifischen Ozeans in östlicher Richtung gewöhnlich den Sommermonsun und verliessen im Juni oder Juli Cavite, den Hafen von Manila²³. Im Herbst erreichten sie Acapulco, den Hafen an der Westküste Mexikos. Die Post konnte sofort auf dem Landwege an die Ostküste weiterberbefördert werden und noch vor Ende des Winters oder doch im Frühjahr Spanien erreichen. Der Weg von Nagasaki nach Rom in östlicher Richtung ist in der Luftlinie zwar bedeutend länger als jener in westlicher Richtung, war aber schneller als der über Makao, Ostindien und das Kap der Guten Hoffnung, der vielfach zwei Jahre in Anspruch nahm.

Nach Makao segelte am 20. März 1597 das Schiff « San Antonio » unter Kapitän Ruiz Méndez de Figueiredo von Nagasaki ab. Bischof Pedro Martínez kehrte auf ihm wieder nach Makao zurück²⁴. Da die Überfahrt gewöhnlich 15-20 Tage in Anspruch nahm²⁵, und der Bericht bereits im April in den Händen Valignanis war, ist er sicher auf diesem Schiff gesandt worden. Der von dem Visitator in Makao redigierte Bericht verliess erst nach dem 24. November 1597 diesen Hafen und zwar in östlicher und westlicher Richtung in drei Exemplaren. Eines derselben muss im Winter oder Frühjahr 1599 Rom erreicht haben; denn in diesem Jahre erschienen schon mindestens sechs Ausgaben des verkürzten Berichtes: vier italienische, eine lateinische und eine deutsche. Zwei italienische gingen aus der Druckerei des Luigi Zannetti in Rom hervor, eine erschien bei den Erben des Giovanni Rossi in Bologna und eine bei Pacifico Pontio in Mailand. Die lateinische und deutsche Ausgabe sind Übersetzungen aus dem Italienischen und erschienen beide bei Johann Albin in Mainz²⁶.

Welches sind nun die Verbesserungen und Verkürzungen, die Valignani an dem Bericht vornehmen liess? Lügen uns noch das Auto-

²² A. a. O., S. 61.

²³ W. E. RETANA, *La Imprenta en Filipinas*. Madrid 1897, Sp. 13. - Das Unglücksschiff « San Felipe » war z. Bsp. am 12. Juli 1596 von Cavite abgesegelt (**Breve e verdadera Relação do triste successo e Perda da Nao S. Philippe, que partio da Manhila para a Nova Espanha com tormenta veyo ter a costa de Japão que o Bispo do mesmo Japão manda a S. Magestade*, in: London, Brit. Mus., Additional Ms. 9858, f. 6).

²⁴ *POBRE DE ZAMORA, a. a. O., f. 248.

²⁵ *Lettera del P. Alessandro Valignano... del 1599*, Roma 1603, S. 33.

²⁶ ROBERT STREIT O. M. I., *Bibliotheca Missionum*, IV. Bd. Aachen 1923, S. 506ff.

graph oder wenigstens das portugiesische Original des P. Frois vor, und wüssten wir bestimmt, dass die vorliegenden Ausgaben wörtliche Übersetzungen des auf Veranlassung von Valignani hergestellten Berichtes sind, dann wäre die Frage leicht zu entscheiden. Jedenfalls weichen die Übersetzungen von dem spanischen Original durch Auslassung mancher Stellen und starke Zusammenziehung anderer Teile nicht wenig ab, so dass Galdos die bisherigen Ausgaben nur als « compendios » oder « acomodaciones » des ursprünglichen Berichtes bezeichnet. Zur Ehre des Redaktors kann jedoch gesagt werden, dass die vorgenommenen « Verbesserungen » mehr Abkürzungen und Zusammenziehungen sind, nicht aber Änderungen des Sinnes des ursprünglichen Textes. Der kurze Einleitungsbrief des P. Luis Frois an P. General ist so, wie er sich im spanischen Original befindet, auch in die Übersetzung übergegangen. Der Text des Berichtes ist von 20 Kapiteln auf 15 reduziert worden. Manche Einzelheiten wurden ganz weggelassen. So fehlt z. B. im I. Kapitel die Bemerkung, dass Hideyoshi Toyotomi den Gastgebern der Franziskaner in Miyako verboten hatte, dass jemand von Japan ohne seine Erlaubnis nach Manila reise, woraus sie grossen Nutzen zogen. Ferner fehlt die Stelle, wo Frois sagt, dass sich in Miyako einige Christen den Franziskanern anschlossen, und jene über den Laienbruder aus Indien, der bei den Jesuiten Katechist war ²⁷. Das VII. und VIII. Kapitel des spanischen Originals ²⁸ sind in den Übersetzungen zu dem sehr kurzen VII. Kapitel zusammengezogen. Ebenso sind die am Ende des XIII. Kapitels mitgeteilten Briefe und die Ansprache des hl. Martin de la Ascensión ²⁹ in der Redaktion äusserst kurz wiedergegeben. Auch die interessanten Angaben über die einzelnen Märtyrer in Kapitel XVIII ³¹ fehlen grossenteils in den Übersetzungen. Das XX. Kapitel und der Appendix des spanischen Originals ³² fehlen ganz.

Unter diesen Umständen ist es ausserordentlich zu begrüessen, dass es in unseren Tagen fleissigen Forschern gelungen ist, das spanische Original dieses wichtigen Märtyrerberichtes wiederzufinden. Missionsgeschichtler, Japanologen und Missionsfreunde werden P. Galdos warmen Dank wissen, dass er das letzte grössere Schreiben des um die Missionsgeschichte Japans so hochverdienten P. Frois durch eine unverkürzte Ausgabe zugänglich gemacht hat.

²⁷ Siehe FROIS-GALDOS, S. 7.

²⁸ Es handelt sich um den hl. Gonzalo García. — ²⁹ FROIS-GALDOS, S. 43-54.

³⁰ A. a. O., S. 79-84. — ³¹ A. a. O., S. 111-116. — ³² A. a. O., S. 122-131.

IV. - SELECTORUM OPERUM IUDICIA

EDUARD FUETER. *Geschichte der neueren Historiographie*. Dritte um einen Nachtrag vermehrte Auflage, besorgt von DIETRICH GERHARD und PAUL SATTLER. München und Berlin (Druck und Verlag von R. Oldenbourg), 1936, gr. 8º, XXII-670 pp. (= *Handbuch der mittelalterlichen und neueren Geschichte*, hrsg. v. G. von Below †, F. Meinecke und A. Brackmann).

La primera edición de esta célebre y discutida obra salió en 1911, y se reprodujo por el sistema Manuldruck en la segunda de 1925. En ese tiempo, sin embargo, iba el autor preparando una edición corregida y aumentada. Ciertos complementos los puso ya en 1914 en la traducción francesa, revisada por él mismo, y otros los fue añadiendo al margen del ejemplar que usaba, hasta que la muerte le quitó en 1928 la pluma de la mano. Las añadiduras y correcciones se refieren alguna vez a puntos de importancia: por ejemplo corrige su anterior concepto del origen y significado del término « Gegenreformation » (p. 636 corr. a la p. 425). Pero la idea y contextura general de la obra quedan intactas.

Los nuevos editores han recogido esos retoques y aditamentos, advirtiendo que provienen del autor. Por su parte añaden otros muchos, sobre todo de carácter bibliográfico (607-650). Reconocen en el prólogo (p. XI) que hubieran podido retocar el texto mismo en algunos puntos débiles: *Schwächen*; no lo han hecho, por el miedo de romper la unidad de concepción de la obra sin lograr eliminar del todo aquellos puntos débiles. Tal vez se deba a esta causa que, habiendo recogido una parte de la última literatura sobre el origen y significación del *Acta Sanctorum* de los Bolandos, en la que aparece cuán erróneas y tendenciosas fueron en este punto las apreciaciones de F. (630), hayan dejado sin corrección su juicio en el cuerpo del libro (325).

Es sabido que F. apreció notablemente la Historiografía jesuítica en el cuadro general de los siglos XVI y XVII. Las Memorias autobiográficas de S. Ignacio, en las que pone rectamente su punto de arranque, aportan un vigor psicológico y realista del todo nuevo en la Historiografía, tanto humanista como polémica del siglo XVI (282). De él lo aprende Ribadeneira en su clásica vida, que en buena parte es traducción de las Memorias (283). Aun en los campos más variados de la Historia reaparece en los jesuitas esa fuerza psicológica, práctica y analizadora: se ve que han hecho los Ejercicios y aprendido en ellos a observar y disciplinar su propia vida interior (280). Con ella observan y describen las nuevas razas y costumbres del Oriente (281), y desde el « prudente » José de Acosta (292), también las de América.

Hasta en el punto de la *objetividad* y *sinceridad* del relato concede F. a los historiadores jesuitas del primer siglo (281-282) más de lo que generalmente acostumbran conceder los protestantes y liberales de nuestros tiempos. Aunque, al recorrer luego los primeros historiadores, parece perder de vista la importancia de ese elemento capital de toda historiografía, dejando en segundo término a Polanco y Sacchini y poniendo en las nubes las dotes de humanista y narrador de Orlandini, hermanadas con la nueva corriente realista de la Orden (284-287). El *Chronicon* de Polanco tiene en este respecto méritos de primer orden (Cf. Huonder en « Stimmen aus Maria Laach » 87 (1913) 473-474); y Sacchini merece un puesto de honor, no sólo en la práctica sino en la teoría del « ne quid veri dicere non audeat » de la verdadera Historia: basta leer su admirable y « modernísima » carta sobre esta materia del 6 marzo 1616 publicada en MHSI, *Scripta de S. Ignatio* I p. 701 ss.

En las añadiduras y correcciones de F. quedan intactos sus juicios de 1911 sobre los jesuitas. Sólo hallamos una nota que sirve para apreciar mejor la extensión que en los diversos campos alcanzó la historiografía de la Compañía. En ella recuerda los historiadores de la Orden de que ha tratado en otras secciones: Daniel y Mariana en la Historia nacional humanística, Palavicino y Maimbourg en la Historia polémica, los Bolandistas, especialmente Papebroch, en las ciencias auxiliares de la Historia (626 a la p. 288).

Los editores se han contentado en sus notas con añadir algunas obras desconocidas al autor, principalmente la edición de las cartas y otros documentos de Polanco y Ribadeneira en el MHSI (626 a p. 283 y 285). Pero adviértase que de Polanco se publicó en 1917 un segundo tomo, y no solo el primero de 1916 citado allí. Nos llama, además, la atención el modo de citar el MHSI: al *Polanci Complementa* tomo I se le hace vol. 23, y a los dos tomos de Ribadeneira, vol. 26 y 29 del MHSI. No sabemos a qué numeración de series pueden referirse esas cifras: hasta el vol. 63 *Monumenta Constitutionum praevia*, publicado en Roma 1934, no se ha puesto numeración seguida a toda la serie del MHSI. Se hizo en un prospecto de venta en Madrid 1925, pero allí corresponde al *Polanci Complementa* I el n. 52; al II, el n. 54; al Ribadeneira I y II, los números 58 y 60. En obras de amplia difusión, como la presente, convendría evitar usos arbitrarios que pueden engendrar fácilmente confusiones técnicas.

Acerca del origen de la Autobiografía de S. Ignacio, de la dependencia que de ella tienen las varias ediciones de la biografía por Ribadeneira, y del puesto que entre ellas ocupan los escritos de Polanco y Nadal sobre la vida del fundador, se hubieran citado con fruto el *excursus* de H. Böhmer en su *Loyola* (Bonn a. Rhein 1914) pp. 322 ss., la introducción de Tacchi Venturi al 2º tomo de su *Storia della Compagnia di Gesù in Italia* (Roma 1922), el artículo del P. E. del Portillo S. I. *El original manuscrito de la primera edición castellana de la vida de N. P. San Ignacio por el P. Ribadeneira* en Razón y Fe 42 (1915) 289-298, y los nuevos documentos que se adjuneron en el opúsculo P. Leturia: *Nuevos datos sobre S. Igna-*

cio: la labor de Polanco y Nadal en los orígenes de la biografía ignaciana (Bilbao 1925).

En estos estudios hay datos de importancia sobre la participación de Polanco en el primer plan de escribir la Historia de la Orden, sobre sus trabajos ya desde 1547 para redactar la biografía del Fundador, y sobre el influjo decisivo que el « Sumario » de 1548 y la Vita de 1574 tienen en la biografía escrita por Maffei en 1585, a la que Fueter juzga con tan innecesaria acrimonia (p. 284).

Para terminar, un par de detalles que podían corregirse en ediciones posteriores, aun sin tocar las líneas generales de la obra.

González de Cámara no notó para sí en italiano una parte de la Autobiografía de S. Ignacio (282). Lo que pasó es que, no teniendo en Génova amanuense español a quien dictar la última parte de la relación castellana del fundador, la dictó en italiano a un amanuense de esa lengua (Cf. MHSI, *Scripta de S. Ignatio* I p. 34-35). No se ha probado que Polanco fuera cristiano nuevo (Cf. *Polanci Complementa* I p. XV nota 56; II pp. 835-837), como afirma Fueter rotundamente (285). — Para su *Chronicon* usó Polanco, no solo las Quadrimestres y otras relaciones (285), sino las cartas íntimas de secretaría y sus propios recuerdos.

Roma

PEDRO LETURIA S. I.

PAUL HANKAMER, *Deutsche Gegenreformation und deutsches Barock. Die deutsche Literatur im Zeitraum des 17. Jahrhunderts*. Stuttgart (J. B. Metzler) 1935. gr. 8º, VIII-543. (= Epochen der deutschen Literatur. Geschichtliche Darstellungen. Bd. II. Zweiter Teil). Preis, geheftet: RM. 13.50.

Dies Buch, das der durch seine anderen Arbeiten bekannte Literaturhistoriker bescheiden einen « Versuch über die deutsche Literatur des 17. Jahrhunderts » nennt, ist keine Literaturgeschichte im herkömmlichen Sinn, sondern mehr eine psychologische Analyse und philosophische Deutung der Dichtkunst jener Epoche. Ein tiefgründiges, aber schwer lesbares Werk. Auch wer an geistige Schwere gewöhnt ist, wird zuweilen innehalten müssen, um sich über Bedeutung und Tragfähigkeit der oft aphoristisch ausgesprochenen Urteile Rechenschaft zu geben. — In der Ausführung von Belegen und Beispielen aus dieser doch schwer zugänglichen Literatur hat sich der Verfasser äusserste Beschränkung auferlegt, so dass eine Nachprüfung für den Durchschnittsleser ausgeschlossen erscheint. Auf Anmerkungen wurde ganz verzichtet. Teilweisen Ersatz dafür bietet die treffliche von Hans Pyritz zusammengestellte Bibliographie zur deutschen Barockliteratur (478 bis 512). Die Dürftigkeit des Inhaltsverzeichnisses wird durch die Seitenüberschriften und ein gutes Namen- und Sachregister (531-543) einigermaßen wettgemacht. — Um eine wissenschaftliche Erkenntnis des Stils und einen Zugang zu den uns fremdgewordenen Gebilden der Barockliteratur zu vermitteln, geht der Verfasser im ersten Teil (3-150) ihren Ursprüngen und Bedingungen nach, um dann im zweiten Teil (153-477) die Dichtungen des Zeitraumes in ihren verschiedenen Formen eingehend zu untersuchen.

Eine Literaturgeschichte des Zeitalters der Gegenreformation konnte an den Erzeugnissen der deutschen Jesuiten trotz ihrer fremdsprachlichen

Gewandung nicht achtlos vorübergehen. Nicht nur der Umfang ihres Schrifttums, auch sein Einfluss auf die in anderen Lagern stehenden zeitgenössischen und späteren Dichter machte ihre Einbeziehung unerlässlich. Nicht nur übersetzten protestantische Schriftsteller Andachtsbücher jesuitischer Herkunft (120), mehr als einmal muss auch der Verfasser feststellen, dass protestantische Dichter bei den Jesuiten in die Lehre gegangen sind (Zesen 199, Gryphius 300, Hallmann 319).

Nach dem Vorgang Nadlers sucht Hankamer die Barockliteratur nach den kulturellen Räumen, denen sie entstammt, in ihrer Eigenart zu erfassen. Die Kultur des Donaupraumes, zumal wie sie in den meist von deutschen Jesuiten entworfenen Wiener Kaiserfestspielen zum Ausdruck kommt, charakterisiert er als eine politisch-höfische, in ihrem Ursprung kirchliche und kaiserliche, hochformale und gebildete Gesellschaftskunst. Das bayrische Barock ist nach ihm mehr religiös und volkstümlich, überhaupt nicht Kunst der Landschaft, sondern des Ordens. Der rheinische Raum betätigte seine Hauptkraft in der Pflege eines innigen religiösen Gemütslebens, das ein grösseres Schrifttum in der Form von Andachts- und Liederbüchern heraufführte, die als Vorläufer von Spes geistlicher Lieddichtung gelten können (7-12). Nebenbei bemerkt, die alte Kölner Universität als Dominikaneruniversität zu bezeichnen, entspricht nicht den Tatsachen (11).

Unter den Dichtern der Barockzeit werden in der alphabetischen Zeittafel (513-530) acht Jesuiten aufgeführt, von denen aber Aler, Brunner und Masen in der Darstellung nicht weiter gewürdigt werden, und doch ist z. B. Masen im Urteile Dürrwächters nächst Bidermann der bedeutendste Dramatiker des Ordens gewesen, wenn auch seine Stärke dem rheinischen Naturell entsprechend mehr im Bereich des Lustspieles liegt.

Auf dem Gebiete der Lyrik nehmen Spe und Balde eine führende Stellung ein. In dem Rheinländer Spe, den man den Murillo deutscher Barockdichtung genannt hat, treffen religiöse Inbrunst und neues schöpferisches Vermögen zusammen, er ist der frühbarocke Vollender der mystischen Lieddichtung (163). Seine Trutznachtigall mit Anklängen an die übersinnlichen Erlebnisse der hl. Theresia ist der Gipfelpunkt der mystisch-seraphischen Lyrik, wie sie in dieser Zeit im Westen, vor allem im Kreise des Jesuitenordens entsteht (27). Durch Spes religiöse Dichtung hat das katholische Rheinland Anteil an der Ausbildung der neuen künstlerischen Sprachform. Sein Göllden Tugendbuch, weniger für die breite Masse als für tiefreligiöse Leser bestimmt, fand auch in andersgläubigen Kreisen (Leibniz) grossen Anklang (125). Seine *Cautio criminalis* ist der praktische Tatausdruck des gleichen religiösen Lebensgefühls, das der Dichter in zierlich-zarten Naturschilderungen und inbrünstigen Seufzern der Jesusliebe aussprach (163). — Der Bedeutung Baldes, den schon Sigmund von Birken den deutschen Horaz nannte, und der auch auf den späteren Herder eine starke Wirkung ausübte, ist Hankamer m. E. nicht ganz gerecht geworden, was schon äusserlich aus den wenigen Zeilen hervorgeht, die er ihm widmet. « Seine Absicht zur

Wirkung, das Gegenreformatische also und die Nähe mystischer Sentimentalität lassen ihn, überhistorisch gewertet, scheitern » (222). Dies Urteil dürfte wohl kaum allseitige Anerkennung finden, auf des Dichters patriotische und kulturgeschichtliche Lieder sowie seine Satiren trifft es überhaupt nicht zu.

Schon früher hat man die Feststellung gemacht: « Sowenig wie es einen eigentlichen Jesuitenstil in der kirchlichen Baukunst gegeben hat, ebensowenig gibt es ein Jesuitendrama als literarischen Stil ». Einheitlich war lediglich die Seele des ganzen Jesuitendramas. Diese war aber nicht gegenreformatische Tendenz, noch weniger ästhetischer Selbstzweck (*l'art pour l'art*), vielmehr die Idee, in einem schaubaren Symbol die Synthese von Diesseits und Jenseits Gestalt gewinnen zu lassen, eine innerliche Durchdringung der weltlichen Kultur durch religiöse letzte Werte herbeizuführen (Müller, *Jesuitendrama*. Vorrede V f.). Es ist eine weltanschauliche Kunst, die dem religiösen Erlebnis entstammt und zu ihm führen will mit allen Mitteln des Geistes und der Sinne (285), eine Kunst, die ästhetisches Mittel zu überästhetischem Zweck sein will (293). Der dramatische Impuls kommt aus dem Gegensatz zwischen Diesseits und Jenseits. — In seiner äusseren Form war das Jesuitendrama gebildet und geschmackvoll. Zoten und derbste Plumpheiten liess, ganz abgesehen von der Ordenszensur, schon das stets kunstvolle Latein nicht zu (281).

Der Schwerpunkt der dramatischen Kunst deutscher Jesuiten lag im Süden, namentlich in Wien und München, wo die Nähe des Hofes anregend und fördernd wirkte. Eingehend würdigt der Verfasser die dramatischen Dichtungen der beiden Schwaben Gretser (Udo 284 f.) und Bidermann (Cenodoxus, Belisar, Philemon 285-287) sowie des Südtirolers Avancini (*Pietas viatrix* 288-290). Die Palme gebührt unstreitig Bidermann. Mit Recht gilt er als der grösste deutsche Dramatiker der ersten Jahrzehnte des 17. Jahrhunderts (285) und neben Gryphius als der grösste Tragiker des ganzen deutschen Barockzeitalters überhaupt (300). Zusammenfassend urteilt der Verfasser: « Die Werke Bidermanns sind durchaus geistliche Werke und Taten der katholischen Gegenreformation, aber sie sind Taten eines grossen Dichters... Eine geistesaristokratische Kunst christlicher Art und Ausdruck eines Glaubens, der die Welt überwinden will, da sie nicht genügt » (287).

In rein äusserlicher Schau, als Bühnentechnik und Bühnenerfolg gewertet, bilden Avancinis Kaiserfestspiele den Höhepunkt des deutschen barocken Jesuitendramas. Tanz und Gesang, Musik und Lichteffekte, Bühnen- und Kleiderpracht, kurz alle Künste sind zu einer grossen nervenpeitschenden und sinnberauschenden Sinfonie vereinigt, die in Berücksichtigung sinnlicher Reizsamkeit dem Zeitgeschmack weit entgegenkam. Das Geistige tritt hinter dem Sinnlichen, das Religiöse hinter dem Höfischen zurück, wenngleich ihr ethischer Wert, vor allem die stets wiederkehrenden Warnung vor dem aufsteigenden Absolutismus und neuheidnischen Herrenmentum nicht zu verkennen ist. Alles in allem genommen, kann das

Jesuitendrama in seinen besseren Vertretern als eine hochstehende priesterliche Führerkunst im Zeitalter der deutschen Gegenreformation angesprochen werden.

Rom.

W. KRATZ S. I.

EUGEN KRETSCHMER. *Die Glogauer Jesuitenkirche*. Glogau (Kommissionsverlag: Glogauer Druckerei), 1935. 8°. 62. 8 Abbildungen.

Während Patzak die Fronleichnamskirche zu Glogau mehr vom kunstgeschichtlichen Standpunkt aus würdigte (*Die Jesuitenkirche zu Glogau und die Kirche zu Seitsch, zwei schlesische Barockbaudenkmäler*. Beiträge zur schlesischen Kunstgeschichte. Heft 1 [Glogau 1922] 1-16), gibt Kretschmer in einer für weitere Kreise berechneten Schrift zunächst die Baugeschichte (7-25), dann eine eingehende Baubeschreibung (26-59) dieses durch Ebenmass der Formen wie Schönheit der Ausstattung gleich hervorragenden Kunstdenkmals des Spätbarocks, das trotz Feuersbrünste und Entweihung doch immer wieder neu erstand. — Erbaut wurde die Fronleichnamskirche nach den Plänen des aus Italien stammenden Bunzlauer Baumeisters Giulio Simonetti (1696-1702). Nach dem Brand von 1711 durch den Breslauer Baumeister Blasius Peintner wiederhergestellt, fiel sie während des Siebenjährigen Krieges abermals dem Feuer zum Opfer (1758). Von 1758 bis zur Renovation von 1796 blieb das Gotteshaus mehr oder weniger eine Ruine. Ein schlimmeres Schicksal harrte seiner: während und nach den Napoleonischen Kriegen musste es als Heumagazin und Pferdestall dienen (1806-1820). Späteren kunstverständigeren Generationen war es vorbehalten, den herrlichen Barockbau stilgerecht zu erneuern, und die Kirche zu dem hervorragendsten künstlerischen Denkmal der Stadt Glogau zu machen.

Mit « Waldtkuren » (11) ist Walldürn, der bekannte Wallfahrtsort im badischen Odenwald gemeint. — Statt « indischen » hiesse es genauer « japanischen » Märtyrer. (Ebd.). An dem Bankrott des Glogauer Kollegs waren weniger die gewiss drückenden Kriegslasten als der Prozess mit dem Fürsten von Schönau-Carolath schuld (Vgl. Hoffmann, *Fürst Carolath contra Glogauer Jesuiten*, Arch. f. schles. Kirchengeschichte I [1936] 167-201). — S. 55 lies Charissimus statt « Clarissimus ».

Rom.

W. KRATZ S. I.

1. - WILHELM SCHNYDER. *Geschichte der Grossen Lateinischen Kongregation in Luzern*. Auf Grund der 1885 herausgegebenen Schrift von Bernhard Fleischlin neu bearbeitet von Wilhelm Schnyder. — Luzern (Buchdruckerei Räber & Cie), 1935, 8° 155 S., Abb. — Preis: Schw. Fr. 3.
2. - SEBASTIAN HUWILER. *Das Professorenverzeichnis des Jesuitenkollegiums in Luzern (1573-1773)*. Stans (Paul v. Matt u. Cie), 1935, 134 p., Abb. (= Separatabdruck aus *Geschichtsfreund*, Bd. 90).

1. - Die vor 350 Jahren erfolgte Angliederung der Luzerner Sodalität an die Mutterkongregation in Rom (1586), bot einen willkommenen Anlass einer Neuauflage der Schrift Fleischlins *Die Grosse Lateinische Kongregation*

unter dem Titel von *Unser Lb. Frauen Unbefleckter Empfängnis zu Luzern. Ihr Ursprung und ihre Schicksale*. Ebenfalls bei Räber, 1885. Schon die fast um das Doppelte vermehrte Seitenzahl der vorliegenden Schrift weist darauf hin, dass es sich nicht um einen blossen Neudruck, sondern um eine völlige Umarbeitung der früheren Auflage handelt. Gleich das erste Kapitel « Die allgemeine Marianische Kongregation » mit den beiden Untertiteln « Ursprung, Wesen und Organisation der allgemeinen Marianischen Kongregation » und « Kurze Geschichte der allgemeinen Marianischen Kongregation » ist aus den paar Seiten Fleischlin zu einem Traktat angewachsen, der einen guten Überblick über die Kongregation gibt. Im 2. Teil wird in 6 Kapiteln die spezielle Geschichte der Grossen Lateinischen Kongregation in Luzern behandelt. Besonders das 2. Kapitel « Historisch-Topographisches über die Niederlassung der Jesuiten in Luzern » bietet viel Neues. Die Geschichte der Luzerner Kongregation ist geschickt in das jeweilige Gesamtbild der allgemeinen religiösen Lage hineingestellt, an deren Aufstieg und Niedergang auch sie teilnahm. Inneres und äusseres Leben der Kongregation werden anschaulich dargestellt. Mit grossem Fleiss hat der Verf. alles zusammengestellt, was die Entwicklung des Kongregationswesens in Luzern und die Teilung der ursprünglichen Vereinigung in fünf Sodalitäten veranschaulichen kann.

Schnydners Arbeit ist auf Grund von Quellen dargestellt, z. T. solchen, die Fleischlin noch nicht bekannt waren. Da das Büchlein für weitere Kreise berechnet ist, wurde alles, was es schwerverständlich machen konnte, nach Möglichkeit ausgeschaltet. Im übrigen war es nicht die Absicht des Verfassers, die Geschichte der Luzerner Kongregation erschöpfend zu behandeln.

Mercurian war Ordensgeneral von 1573-80 (zu S. 22).

2. - Nach einer kurzen Einleitung über Entstehung und Bedeutung des Luzerner Jesuitenkollegs folgen in alphabetischer Reihenfolge die Namen der in Luzern einst tätigen Professoren, mit Angabe der Wirkungszeit und des Amtes, sowie anderer Lebensdaten, soweit sie ausfindig gemacht werden konnten. In diese Liste sind auch die aus Stadt und Kt. Luzern stammenden Ordensmitglieder aufgenommen, falls sie am Luzerner Kolleg ihre Ausbildung erhalten hatten, auch wenn sie später nicht am Kolleg lehrten.

Die Arbeit beruht auf fleissiger Forschung. Die Hauptquelle bildet der *Catalogus Personarum et Officiorum Collegii Lucernensis* (Ms. im Luzerner Staatsarchiv). Zur Ergänzung wurde die einschlägige Litteratur sorgfältig herangezogen, wenn auch eine grössere Reichhaltigkeit erwünscht gewesen wäre.

Viele Angaben könnten durch die Jahreskataloge der oberdeutschen und bayrischen Provinz ergänzt werden. Dort wird z. B. für das Jahr 1773 P. Karl Sardagna als Professor des Kirchenrechts in Luzern genannt. Eine sehr wertvolle Hilfe bietet auch der *Catalogus Exiesuitarum Provinciae Soc. Iesu Germaniae superioris post abolitam Societatem defunctorum*, der

von mehreren Exjesuiten abgefasst wurde und sich in Innsbruck, Ferdinandeum (Di Pauliana 726) befindet. Bei einer flüchtigen Durchsicht konnte ich bei mehr als 60 Namen das fehlende Todesjahr und andere ergänzende Angaben finden.

Die Arbeit H. 's, die zunächst der Erforschung der ältern Schulgeschichte Luzerns dient, ist eine willkommene Hilfe für ähnliche Studien der alten schweizerischen und süddeutschen Jesuitenkollegien.

Rom.

J. WICKI S. I.

Pamiatke Trnavskej Univerzity 1635-1777. Vydal literárno-vedecký odbor Spolku sv. Vojtecha. [Memoriae Universitatis Tyrnaviensis 1635-1777. Edidit litteraria et scientifica sectio Societatis s. Adalberti]. — Trnava (Spolok Sv. Vojtecha), 1935, 4^o, 306 p. cum imaginibus. Pretium : 50 coronae čecoslov.

Tyrnaviae in Slovachia, iam ab antiquis temporibus penes capitulum collegiatum schola exsistebat, quam a. 1561 archiepiscopus Oláh Patribus S. I. commisit. Et illi quidem iam a. 1567 ob difficultates exortas Tyrnaviam relinquere debuerunt; sed a. 1615 ab archiepiscopo Forgách iterum revocantur. Tandem a. 1635 archiepiscopus et cardinalis Pázmány Tyrnaviae Universitatem cum duabus facultatibus, theologica et philosophica, fundavit et dotavit et a Praeposito Generali, Mutio Vittelleschi, magistros expetivit iesuitas, cuius Ordinis olim ipse socius fuit. Universitas cum adnexis scholis humanioribus sic prosperabat ut iam anno sequenti 772 alumnos numeraret. Anno 1667 facultas iuridica adnexa est; anno 1686 specialis cathedra pro controversiis erecta. Universitas decursu temporum satis patiebatur ob bellicas inquietudines, Turcarum incursus, protestantium persecutiones, et multi ex Patribus aut in exilium missi aut varie vexati fuerunt. Quae omnia tamen neque eorum zelum neque scientiae profectum minuere potuerunt. Verum autem detrimentum pro Universitate fuit dispositio gubernii austriaci sub Maria Theresia, secundum quam studia in scholis omnibus, Universitatibus non exceptis, novis reipublicae praescriptionibus, febronianismum et falsum illuminismum redolentibus, accomodari debuerunt. Simul nominatio professorum et moderatorum scholarum gubernio reservabatur; hinc factum est, ut Tyrnaviae paulatim Patribus Societatis sacerdotes saeculares substituerentur, usquedum anno 1773 Ordo ex toto suppressus fuit. Nihilominus etiam post Societatem abolitam non pauci ex-iesuitae in Universitate scholisque adnexis docebant; immo cum anno 1776 gubernium permisisset, ut rector libero professorum suffragio eligeretur, assumptus est ad hoc munus ex-iesuita P. L. Csapodi. Anno 1777 tandem Universitas Tyrnavia Budam (Budapest) translata est.

Universitas Tyrnaviensis magni erat momenti pro vita religiosa in Slovachia et in Hungaria. In ea enim multi iique validi magistri sanam doctrinam catholicam, tunc tantis periculis obnoxiam, docebant et defendebant. In Universitate scholisque adnexis magna series operariorum apostolicorum

educata fuit; adnexa enim erant scholis Tyrnaviensibus tria Seminararia seu Collegia: praeter Seminarium dioecesanum S. Stephani scilicet, Seminarium S. Adalberti pro alumnis ex omnibus regni Hungariae dioecesibus, etiam rubrum appellatum (ob colorem vestis talaris ad imitationem Collegii Germanici et Hungarici Romae), anno 1649 fundatum, et Seminarium Marianum a. 1678 conditum, in quo praeter sacerdotii candidatos etiam facultatum profanarum studiosi recipiebantur. Non minorem influxum quam scholis et educatione alumnorum Universitas exercuit sua typographia, in qua in annis 1640-1777 circa 3000 librorum diversis linguis in lucem prodierunt.

Hoc Universitatis scholarumque et collegiorum adnexorum momentum necnon moderatorum magistrorumque merita celebrat praesens volumen commemorativum, occasione trecentiesimi ab Universitate condita anni decurrentis editum. Ex Universitatis Diariis aliisque fontibus brevis scholarum et collegiorum Tyrnaviensium historia textitur (Dr. Štefan Zlatoš, *Z dejín trnavskej univerzity*, p. 7-97). Deinde praecipua opera professorum, maxime philosophica et theologica enumerantur, et insigniorum brevis analysis datur. Inter philosophos notanda sunt nomina M. Mihotsovj, A. Jaszlinszky, J. Ivancsics, A. Revicszky, J. Horváth, M. Szentiványi; ex theologis forsitan notissimus est Vitus Pichler sua *Theologia polemica*; profundior tamen et scriptis fecundior est L. Csapodi. Quorum omnium opera in typographia Universitatis in lucem prodierunt (Dr. Karol Ďurček, *Filozofická činnost na trnavskej univerzite*, p. 99-134; Dr. Juraj Šimalčík, *Dogmatická veda na trnavskej univerzite*, p. 135-186). Sed praeter philosophica et theologica, multa alia in hac typographia edita sunt, praesertim fere quinquaginta libri ad catechetica pertinentes (catechismi, instructiones, controversiae), in lingua latina, hungarica, slovaca, germanica, gallica, et varii libri liturgici, Missalia, directoria, instructiones liturgicae, manualia devotionis et libri ad pastoraalem curam pertinentes (Dr. Jozef Szombath, *Zásluhy trnavskej univerzity o novú katechetiku*, p. 187-218; Ján Jalovecký, *Význam trnavskej univerzity pre liturgiu Cirkvi*, p. 219-240).

Universitas et typographia eius etiam in vitam religiosam catholicorum ritus orientalis in Hungaria, Ruthenorum nempe (ab a. 1646 cum ecclesia catholica unitorum) et Romenorum (in fine saec. XVII unitorum) promovendam non parvum influxum exercuit. In Seminario S. Adalberti nimirum etiam alumni ritus orientalis ad sacerdotium praeparabantur, et in typographia Universitatis, quae mox etiam slavicas litteras sibi comparavit, omnes fere libri liturgici rutheni et romeni aliique libri ad usum catholicorum ritus orientalis harum gentium utiles typis edebantur, usquedum anno 1727 litterae slavicae in typographiam urbis Cluj (in Transsilvania) translatae fuerunt et anno 1863 Užhorodii apud Ruthenos propria typographia fundata fuit. (Dr. Beloň Rusínsky, *Trnavská univerzita v službe unionistickej idey*, p. 241-258). Notatu dignum est etiam in Universitate Tyrnaviensi immaculatam Deiparae conceptionem semper strenue defensam fuisse. Anno 1732 in typographia Universitatis editum est opus « Innocentia vin-

dicata Deiparae sine originali conceptae ». Sed iam ab initiis Universitatis omnes graduandi promittere debebant sese defensuros esse hoc B. Mariae Virginis privilegium et festum Conceptionis Universitas inde ab anno 1657 sollemniter agebat.

Horum omnium igitur dictum volumen commemorativum memoriam renovat. Liber nitidis litteris expressus externo quoque apparatu excellit; adnexae sunt ei 8 tabulae pictae, et praeter 24 imagines in textu, artisticæ litterae initiales in principio singulorum capitum aliaque ornamenta. Auctores operis etiam ad merita Universitatis eiusque typographiae in promovenda cultura et ipsa lingua Slovacorum attendunt; et quia inter media educativa, per quæ Societas vitam culturalem promovere et linguam vernaculam excolere studebat, erat etiam theatrum, unus ex articulis operis de theatro iesuitico agit et aliquorum ludorum a Patribus in lingua slovaca compositorum et ab alumnis repræsentatorum breve argumentum adducit (Stanislav Weiss-Nägel S. I., *Jesuitské divadlo v Trnave v XVII. a XVIII. storočí*, p. 259-306). Iure tamen animadvertitur præceptum Universitatis meritum fuisse in promovenda vita religiosa et in ipsa religione catholica defendenda et conservanda. Si Slovachia, et Hungaria, magna saltem ex parte, religioni catholice fidelis remansit, hoc non ultimo in loco operi scientifico magistrorum et zelo apostolico tum eorum tum discipulorum debet. Et sic magnificus hic liber commemorativus optima simul est apologia antiquæ Societatis; pari tamen honori est tum auctoribus tum Societati S. Adalberti, Tyrnaviae ad promovendas scientias et artes apud Slovacos fundatae, cuius cura et sumptibus editus est.

Roma

Th. SPÁČIL S. I.

Trnavský Sborník. K. 300. výročí založení university v Trnavě vydala Učend Společnost Šafaříkova v Bratislavě [Miscellanea Tyrnaviensia. Ad 300 mum anniversarium foundationis Universitatis Tyrnaviensis edidit Scientifica Societas « Šafařík » Bratislaviae]. — Bratislava, 1935, 8°, 113 p., ill).

VÁCLAV CHALOUPECKÝ, *Univerzita Petra Pázmánya a Slovensko* [Universitas Petri Pázmány et Slovachia], Bratislava 1935, 8°, 19 p.

Praeter magnificum volumen commemorativum a catholica Societate S. Adalberti Tyrnaviae editum et a nobis modo laudatum etiam laica Societas Scientifica penes Universitatem Bratislavensem instituta et nomine celebris slavistae et historici slovaci Šafařík insignita in memoriam tercentesimi anniversarii foundationis Universitatis Tyrnaviensis sua « Miscellanea » edidit, mole quidem magis exigua quam illud « Pamiatke », sed etiam pulchre externo quoque apparatu exornata et octo tabellis pictis aucta. Dum liber commemorativus S. Adalberti momentum et merita Universitatis Tyrnaviensis eiusque typographiae sub omnibus fere respectibus exhibet, haec Miscellanea tres solummodo articulos continent: primus agit de Universitatis fundatione, secundus describit aedes Universitatis et brevem

textit historiam earum constructionis, tertius de libri cantuum ecclesiasticorum a typographia Tyrnaviensi sub titulo « Cantus catholici » excussi editione, argumento, lingua disserit. Sequuntur ad modum appendicis (p. 95-113) sex breves notae, quarum primae antiqua curiosa referunt, aliae varia praebent eruditionis complementa. Omnes articuli solide documentis comprobantur et vere scientifici sunt. Auctor prioris tamen parum catholicis et iesuitis favet, ut ex quibusdam animadversionibus eius de catholicorum violentia, de iesuitarum astutia, nimio eorum influxu in curiam Romanam sub P. Aquaviva deprehenditur. Tanto maioris valoris est laus quam nihilominus sincere scholis iesuiticis et praesertim eorum « Rationi studiorum » impertit. Ratio studiorum secundum eum etiam « in formali et aethetica parte educationis insistebat, in studio ad finalitatem et omnimodam proportionem attendebat, non exigebat multa sed ut omnia perfecte et solide proponerentur et addicerentur. Educari debuit etiam voluntas; discipuli adducebantur ad praecisionem in cogitando et cogitationibus exprimendis; postulabatur etiam ut lingua esset vere pulchra et irreprehensibilis; animi discipulorum ad quandam intellectualem sobrietatem et disciplinam inducebantur ». Quare iesuitarum scholae « splendide organizatae » erant et ad religionem catholicam defendendam et propagandam valde contulerunt, quibuscum scholae protestantium, licet secundum auctorem etiam valde bonae, concertare non potuerunt. Zelus iesuitarum in exstruendis et dirigendis scholis catholicis « non habet multa exempla similia in historia ecclesiastica ». Etiam auctor articuli de aedibus Universitatis, zelum iesuitarum in aedificandis et ornandis ecclesiis et aedificiis ad scholas aptis agnoscit.

Breve opusculum V. Chaloupecký agit potius de relatione et influxu Universitatis in vitam nationalem slovacam; sed ibi quoque mentio fit de « tractatibus doctrinae et linguae puritate eminentibus » necnon de canticorum libris « in irreprehensibili apparatu » a iesuitis Tyrnaviensibus editis. Nihilominus censet auctor « spiritum illuminismi et scientiae progressum hoc secum tulisse, ut Universitas post Ordinis abolitionem saecularibus commissa et deinde Budam translata antiquae iesuitarum Universitati prae-celluerit ». Quod sane demonstrandum esset.

Roma.

Th. SPÁČIL S. I.

1. - C. R. BOXER, *Jan Compagnie in Japan, 1600-1817. An Essay on the cultural, artistic and scientific influence exercised by the Hollanders in Japan from the seventeenth to the nineteenth centuries*. The Hague (M. Nijhoff) 1936. Lex. 8°, XVI-190 S. Preis geb. 8 Gulden (Ls. 1-2-6).
2. - C. R. BOXER, *Some aspects of Portuguese influence in Japan, 1542-1640*. Reprinted from The Transactions of the Japan Society of London, Vol. XXXIII (1936) 13-64.

1. - Ein neues Werk des bekannten Japonologen, vom Verlag trotz der Ungunst der Zeiten mit 17 Tafeln (4 farbig) vornehm ausgestattet. Boxer behandelt auf Grund der japanischen, sowie der gedruckten und ungedruck-

ten holländischen Literatur den Kultureinfluss der Holländer in Japan in 7 Kapiteln: 1. Cartography and Geography, 2. Military Arts, 3. Medicine, Botany and Astronomy, 4. The Nagasaki Interpreters and the study of the Dutch in Japan, 5. Pictorial Arts, 6. In Old Nagasaki, 7. I. Titsingh. Eine Fülle neuer Materialien wird uns hier zum erstenmal zugänglich gemacht. Über den Kultureinfluss der Portugiesen und speziell der portugiesischen Jesuitenmissionäre hat der Verfasser an anderer Stelle gehandelt (*Some aspects of Portuguese influence in Japan, 1542-1640*, in *Transactions of the Japan Society*, London 1936 und: *Portuguese influence in Japanese screens from 1590 to 1614*, in: *The Connoisseur*, London 1936, 79-85). Aber auch in vorliegendem Buche, das für die holländische Zeit grundlegend ist, findet der Historiker der alten japanischen Jesuitenmission manche wertvolle Angaben, denn die Holländer waren ein halbes Jahrhundert zusammen mit den Jesuiten in Japan, sie waren in ihrem Kultureinfluss die Nachfolger derselben, ihre Faktoreien in Hirado und dann in Deshima (Nagasaki) lagen in altem Missionsgebiet, wo sich die Christen durch alle Verfolgungen hindurch bis heute erhalten haben, sodass ihre Berichte nach der Vertreibung der katholischen Glaubensboten neben denen der heidnischen Japaner die einzige Quelle auch für die Missionskirche Japans bilden; und die japanischen Autoren, die über die holländische Zeit schreiben, behandeln vielfach die Ausländer überhaupt, also auch die portugiesische Periode. Dazu kam, dass die Holländer teilweise selber die Kulturerrungenschaften, die sie den Japanern übermittelten, von den Portugiesen übernommen hatten, und dass diese Vermittlung wie in ihren anderen asiatischen Faktoreien wenigstens bis zum Ende des 17. Jahrhunderts durch portugiesisch sprechende japanische Dolmetscher geschah.

So erfahren wir beim Abschnitt über die *Kartographie*, dass die ältesten holländischen Seekarten des Kaiserlichen Museums in Ueno (Tokio), die das erste holländische Schiff 1600 nach Japan brachte, fast rein portugiesische Nomenklatur und sogar das portugiesische Wappen tragen, also fast unveränderte Kopien portugiesischer Seekarten sind. Ferner, dass der Globus, den der mit jenem Schiff gekommene Engländer Adams in Japan machte, in den Besitz der dortigen Jesuiten gelangte, die davon in Makao eine Kopie herstellten und sie dem Chronisten Diogo do Couto zukommen liessen (1-3). Auch die Portulankarte des Japaners Kadyoa Shichirobei hatte portugiesische Karten als Vorlage, die sie stellenweise verbesserte, während die erste portugiesische Karte Japans mit dessen 68 Provinzen von Ant. Cardim S. I. (um 1646) auf eine andere Jesuitenkarte zurückgeht, die japanischen Einfluss aufweist (5). Aus dem Bericht des holländischen Oberkaufmanns Caron in Nagasaki von 1641 geht auch hervor, dass die durch diese Karten und Globen vermittelte Erkenntnis der Grösse der Welt und der Kleinheit Japans nicht ohne Einfluss auf Iemitsu blieb, der schliesslich aus Furcht vor einer Eroberung Japans 1639 die Portugiesen vertrieb und die Holländer nach Deshima verbannte (4-5). Im Kapitel über das *Kriegswesen*

erfahren wir, welche Rolle holländische Artilleristen und Kanonen in den für die Jesuitenmission so entscheidenden Kämpfen bei Sekigahara (1600) und Shimabara (1638) spielten (25-29) und wie rührig die holländischen und englischen Waffenlieferanten und Geschützgiessereien in Hirado in der ersten Hälfte des 17. Jahrhunderts in Japan waren. Mit der abendländischen *medizinischen* Wissenschaft wurden die Japaner zuerst durch den Jesuiten Luis de Almeida bekannt und auch nach der Vertreibung der Portugiesen hielt sich die portugiesischen Namban- neben der holländischen Kômô-Schule unter den japanischen Ärzten (42). Mit der europäischen *Astronomie* wurden die Japaner zuerst durch Franz Xaver und seine Nachfolger bekannt. Ein japanisches astronomisches Werk wird auch unter den vielen Schriften des in der Verfolgung abgefallenen Provinzials Christovão Ferreira S. I., alias Sawano Chuan, aufgeführt. Die in chinesischer Sprache verfassten Werke der Jesuitenastronomen in Peking fielen unter das, vor allem auch gegen alle Jesuitenschriften gerichtete, Bücherverbot der japanischen Regierung von 1630. Aber da die holländische Sprache bis 1719 und teilweise bis zur Mitte des 18. Jahrhunderts in Japan praktisch unbekannt blieb, sah sich der für die europäische Astronomie interessierte Schogun Yoshimune 1720 gezwungen, dies Verbot für rein wissenschaftliche Werke aufzuheben. Von jetzt an gründeten sich die Kalenderreformen und astronomischen Beobachtungen des japanischen Astronomischen Bureau's bis 1800 hauptsächlich auf die chinesischen Schriften der Peking Jesuiten (13; 52-53). Bei der *Malerei* werden ausführlich die Nagasaki Farbendrucke behandelt, auf die man erst in neuester Zeit aufmerksam wurde. Uns interessieren von diesen hier vor allem die grossen Stadtpläne von Nagasaki von 1764 1778 1802 usw.; z. B. der von 1802, von dem das Werk von M. PASKE-SMITH, *Japanese Traditions of Christianity* (Kobe 1930) 132 eine vortreffliche Wiedergabe mit Bezeichnung der Klöster und Kirchen aus der Portugiesenzeit enthält (86-87). Mit der *Ölmalerei* wurden die Japaner bereits durch die Malerschule der Jesuiten vertraut; nach ihrer Vertreibung pflegte einer ihrer Schüler, der Apostat Yamada Emonsaku, diese Kunst weiter, und noch 1720 wird neben der holländischen auch eine portugiesische Malerschule in Nagasaki genannt (94-95). Wie spät sich überhaupt infolge der Unkenntnis der holländischen Sprache in vielen Dingen der holländische Kultureinfluss geltend machte, zeigt die Liste der solche Einflüsse verratenden japanischen Pionierwerke, die Boxer jedem Kapitel beifügt. Sie beginnen spät: Geographie 1695, Kriegswesen 1791, Naturwissenschaften 1796, Holländische Sprache 1788! Das erste in Japan gedruckte Buch mit einer Wiedergabe der europäischen Schriftzeichen nach der Unterdrückung der Jesuitenpresse 1614 war das *Kômô Dan* des Goto Ryoshun 1765; aber der Anblick des verfehmten Alphabets brachte die europäerfeindliche Schogun Regierung in solche Aufregung, dass sie sofort alle Exemplare zu verbrennen befahl (129). Solange wirkte die Furcht vor den Jesuiten und Portugiesen noch nach!

Möge es dem Verfasser des hier besprochenen Werkes vergönnt sein, uns recht bald ein neues zu schenken, das er nach seiner Angabe auf der Rückseite des ersten Blattes in Arbeit hat: *Letters from Jesuit Missionaries in Japan, 1549-1589*. Wie wir glauben von ihm gehört zu haben ist es nichts weniger als eine Übersetzung der ebenso wertvollen wie seltenen Hauptsammlung der japanischen Jesuitenbriefe: *Cartas que os Padres e Irmãos da Companhia de Jesus escreuerão dos Reynos de Iapão & Cina*. Euora 1598.

2. - Die Arbeit bildet eine sehr wertvolle Ergänzung zu dem oben besprochenen Buch über den holländischen Einfluss in Japan. Der Einfluss der Portugiesen und besonders der portugiesischen Jesuiten auf die Kultur Japans wird behandelt: Kartographie (21-28), Malerei (28-43), Druckkunst (43-47), Medizin (48-50), Astronomie (50-51), soziales (51-58 und 19-21) und wirtschaftliches Leben (58-59). Der Verfasser bietet überall Neues und zieht vor allem auch die neuesten japanischen Forschungen von Autoren wie Kinoshita und Doi (Jesuitenpresse, Linguistik), Nagami, Kuroda, Ikenaga, Nagayama, Shimmura (Malerei), Kawajima (Nautik, Kartographie), Okamoto und Akiyama (Gores=Ryukyu Leute) heran. Vor allem der grosse Einfluss der japanischen Gesandtschaft nach Europa und der von ihr mitgebrachten europäischen Geschenke wird gebührend unterstrichen (Vgl. über sie das in Makao gedruckte Werk: *De Missione Legatorum, ab Ed. de Sande S. I., in Macaensi portu 1590*, und: G. SCHURHAMMER S. I., *Die erste jap. Gesandtschaftsreise nach Europa*, in: *Die kath. Missionen* 49 [1920-21] 217-24). So finden wir z. B. die Weltkarte und die 4 Städtebilder von Rom, Lissabon, Konstantinopel und Madrid des ORTELIUS, *Theatrum Orbis Terrarum* 1579, den man den Gesandten in Padua schenkte (SANDE 322-23 vgl. 401), auf den prachtvollen Wandschirmen der Ikenaga Sammlung wieder. Boxer weist darauf hin, dass die sogenannten Südbarbaren-Wandschirme (Namban-Byōbu), zwischen 1590-1614 und meist von Künstlern der Kanō und Tosa Schule in Sakai und Kyōto gemalt, nicht bestimmte Personen und Szenen, wie z. B. Xavers Einzug in Bungo, darstellen, sondern allgemein die Ankunft des jährlichen Portugiesenschiffs auf der einen und die Jesuitenmission auf der anderen Seite (31-33). Zu Eingang seiner Studie weist der Verfasser auch auf die Bemühungen der Jesuiten um Einstellung des portugiesischen Handels mit japanischen Sklaven hin (19-21), von denen auch SANDE spricht (138-40). Von den 9 Bildern stellen 6 Wandschirme dar, eines das Titelblatt des « *Fidesnoquio* » (Nagasaki 1611), eines Druckes der japanischen Jesuitenpresse, der Satow entging (45), und eines das christliche Siegel des Hitomi Sensai Munetsugu in seinem Werk über Reitkunst von 1613 (54). Auf S. 44 spricht Boxer von einem Brief des P. Pasio (nicht Passio), der wichtige Angaben über die Jesuitenpresse und Jesuitenmalerschule enthält. Er findet sich im Britischen Museum, *Add. Mss.* 9860 f. 8-12, und wo er von den neuen Typen spricht, die in Japan selber angefertigt wurden, ist nicht « brāgrifa (7) », sondern « letra grifa » (Kursivschrift) zu lesen.

Rom

G. SCHURHAMMER S. I.

THOMAS FALKNER S. I. *A Description of Patagonia and the Adjoining Parts of South America*. With an Introduction and Notes by Arthur E. S. Neumann. Chicago (Armann and Armann), 1935, 4º mayor, VIII-168 pp. con mapa al fin en dos hojas plegadas.

Oportunísima ha sido esta edición facsimilar de la obra del P. Falkner por las dos razones con que el editor da principio a la introducción: su valor universalmente reconocido y la gran rareza del libro en inglés, a pesar de que según Streit (*Bibliotheca Missionum*, III, 284) hubo 2ª y 3ª edición inglesa (1775 y 1778). La avaloran la breve introducción con la vida sumaria del autor y la historia de la publicación de su libro en 1774, y al fin una sobria anotación e índices ([145-168]). La anotación, además de algunas noticias históricas y biográficas, las da principalmente, y con sus nombres por géneros y especies, de todas las plantas y animales que Falkner describe y aun algunos que simplemente menciona con su nombre vulgar o indígena, e igualmente la correspondencia actual de los de parajes y ríos que desde entonces han cambiado. Tal vez hubiera prestado buenos servicios al editor, especialmente en este último punto, el geográfico, una obra, que no menciona, sacada a luz en 1933 por el *Instituto de Publicaciones geográficas* de la Facultad de Filosofía y Letras de Buenos Aires: *Diario del Viaje y Misión al Río del Sauce realizado en 1748 por el R. P. José Cardiel, S. I.*, (con dos cartas y un croquis inéditos), precedido por un estudio biográfico del autor y una regesta de su labor literaria y cartográfica por el P. Guillermo Furlong Cardiff, S. I., y por una introducción y un análisis crítico del itinerario y de las cartas; y notas aclaratorias del texto por Félix F. Outes. Buenos Aires. Imprenta y casa editora « Coni », 684, calle Perú, 684. 1930-[1931]; Vid. AHSI, 4 (1935) 154. El P. Cardiel fué compañero del P. Falkner en la fundación de la reducción del Pilar, en las Sierras del Volcán, y en su *Diario*, copiosa y muy eruditamente anotado y analizado por el Sr. Outes, recurren naturalmente, algunos de los nombres geográficos de la *Description of Patagonia*, que por lo mismo cita repetidas veces el Sr. Outes. Más útil aún hubiera sido al editor otra obra, publicada ya en 1929: *La Personalidad y la Obra de Tomás Falkner* por el P. Guillermo Furlong Cardiff, S. I. (Buenos Aires, Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser. Ltda. - Facultad de Filosofía y Letras. Publicaciones del Instituto de Investigaciones históricas. Número XLVIII). Con ella hubiera podido ampliar la noticia biográfica de Falkner y la de sus escritos, y evitar errores a que le han inducido otros escritores, no bien informados. En cambio por su exposición del origen de la *Description* y del *New Map of the southern Parts of America* (p. VII), parece bastante claro que el *Pamphlet* mencionado en el mismo mapa, y que el P. Furlong echa de menos (p. 96), no es otro que la *Description*: idea confirmada por el hecho de la publicación de ambas cosas juntas, como en el mapa se indica (*This Map is explained and some account given of the Country and its Inhabitants, in a Pamphlet intended to be sold with the Map*) y por lo que al principio de su *Introduction* dice

Falkner. Sobre la intervención de Berkeley y de Combe en la preparación y publicación de la obra, da el editor otros pormenores, que, de ser exactos (no lo podemos comprobar), explicarían bien lo que en ella se dice relativo al comercio y a la posible ocupación de puertos en la costa patagónica por potencias extranjeras. Prescindiendo de todo esto, que parece muy secundario en el propósito del editor, basta para merecer el aplauso de cuantos cultivan los múltiples campos de estudio, que la *Descripción* abarca, haberla hecho accesible a muchos, y en reproducción facsimilar, que es como dar la misma edición primera, y texto y mapa muy bien presentados.

Roma

LESMES FRÍAS S. I.

JOSÉ AGUIRRE ACHÁ, de la Academia de la Historia y de la Sociedad Geográfica. *La antigua Provincia de Chiquitos, límite de la Provincia del Paraguay*. La Paz, Bolivia (Editorial « Renacimiento » - Flores, San Román y Cía) 1933. 4º, 166 pp., con mapas y croquis en la cubierta y en el texto.

« Anotaciones para la defensa de los derechos de Bolivia sobre el Chaco boreal ». Estas palabras de la portada interior explican el carácter de la obra, que no es una monografía completa sobre la Provincia de Chiquitos, ni se limita a ella. Es un acopio de datos históricos y geográficos, que sobre la misión de Chiquitos principalmente y sobre las de Guaraní, Mojos, Itatines, Chiriguano y otras tribus traen los documentos oficiales y las relaciones de los misioneros y otros autores, y que ofrecen alguna prueba de que el Chaco boreal, situado muy al sur de los Chiquitos, entre los ríos Pilcomayo y Paraguay, no dependió durante la dominación española, de las autoridades, ni eclesiásticas ni civiles, de la provincia de este último nombre, sino de las del Alto Perú, y que de esta parte y no de la otra iba avanzando la conquista espiritual, con la mira de llegar a él. Bajo este respecto hace el autor particular estudio de la situación geográfica de la reducción de San Ignacio de Zamucos, situándola, con buenos fundamentos en los veinte grados y como cincuenta minutos de latitud austral y en los cincuenta y ocho grados y medio o poco más del meridiano de Greenwich.

Cuanto a la distancia que en busca del Pilcomayo recorrieron los misioneros partiendo de esa reducción hacia el sur, hallamos datos, que modifican un poco los del autor (p. 46) en una *Copia de carta, escrita por un Misionero de la Compañía de Jesús del Paraguay*, (el P. Pedro Lozano que la firma), *al Padre Juan Joseph Rico, Procurador General de dicha Provincia en esta Corte, en que refiere el estado presente de aquella Provincia, y sus Misiones, así antiguas como nuevas, entre Christianos, y Gentiles*. Córdoba 19 de noviembre de 1740 (folleto de 59 páginas en 8º sin pie de imprenta). Refiérese en ella brevemente el viaje del P. Chomé en 1738 de San Ignacio hacia el Pilcamayo y se dice que « abiertas ya 30 leguas de camino al Sur, en que se gastaron muchos días, se hubo de volver el Padre Chomé con los pocos [Zamucos] que le quebadan » (p. 48 de la *Copia de Carta*).

El 2 de marzo de 1739 emprendió de nuevo el viaje « determinado a seguir una senda, que a 14 o 15 leguas de dicho pueblo [de San Ignacio de Zamucos] encontró en la jornada precedente, que cruzaba el rumbo, que entonces llevó, y tiraba al surueste, e iba derecho a dar en los Tovas, que tan crueles son y enemigos capitales de los cristianos. Siguiéron esta senda, por dirección del padre, los Zamucos con grande empeño, enmendando la vileza pasada, pues sin cesar prosiguieron abriendo camino por espacio de 70 leguas, con grandes trabajos... Al fin de las 70 leguas descubrieron ya por todas partes muchos fuegos, y entró el padre Ignacio Chomé en recelos de que fuesen (como realmente eran) de los Tovas; y viendo tenía poca gente para poder salir con bien de entre aquellos sanguinolentos bárbaros, determinó desde allí dar la vuelta, para proseguir después con suficiente escolta » (p. 49 de la *Copia de Carta*). El P. Castañares, salido el 3 de julio siguiente, « llegó hasta donde había dejado abierto el P. Chomé. Desde aquel remate enderezó el rumbo al sur, por no caer en manos de los Tovas ». En ellos, con todo, vinieron a dar, « en las orillas del río Yabebiri... y su pueblo se llama Zacapu. Están fundados en la costa de dicho Yabebiri, al remate del bosque grande, que hay desde los Zamucos, y después del pueblo, todo de campaña rasa, y de dicho pueblo de Zacapu no dista mucho el Pilcamayo... se discurre que desde Zacapu al Pilcamayo hay a lo más ocho leguas » (pp. 50-54 de la *Copia de Carta*). Desde San Ignacio calcularon que habría « poco más de 100 leguas » (p. 55 id.).

Tampoco los textos tomados del *Estado de las Misiones de los Padres Jesuitas de la Provincia del Paraguay*, etc. (p. 29 y siguientes del autor) corresponden exactamente a los correlativos del *Memorial* del P. Burgés, de que fue sacado el *Estado* para las *Cartas edificantes y curiosas* (*Memorial al Rey Nuestro Señor en su Real y supremo Consejo de las Indias sobre las noticias de las Misiones de los Indios llamados Chiquitos y del estado que oy tienen éstas, y las de los Ríos Paraná y Uruguay, que están a cargo de los Padres de la Compañía de Jesus de la Provincia del Paraguay*). Dieciocho folios en 4º, sin pie de imprenta. Escrito « este año de 1702 », como en él se dice más de una vez (fol. 13.^v y 14.^r). La letra de ambos documentos, *Memorial y Estado*, es muy diversa; en los conceptos hay tal cual supresión, adición o alteración, según lo que del *Estado* trae el Señor Achá. En la delimitación del territorio de Chiquitos (pp. 29-30 del autor) el *Memorial* no pone ni los grados de latitud, ni el trópico de Capricornio, señalando como límite al sur únicamente « Santa Cruz la Vieja y su serranía, que así mismo corre hasta el mismo Río » [Paraguay] (fol. 2.^r). Los Piñocas no eran, según el *Memorial*, pueblos vecinos (p. 33 del autor) sino los primeros de los Chiquitos. Con la enfermedad del P. Arce no coincidieron las irrupciones de los Mamelucos (p. 34 id.). Aquella ocurrió en 1692 y éstas en 1696. El Gobernador de Santa Cruz no le dió treinta (p. 35) sino ciento treinta soldados. No fueron solamente a campar sobre el río Apere (p. 35); el *Memorial* dice: « Mudóse esta reducción a puesto más seguro y fuerte sobre

el Río *Aperé*, que los Españoles llaman de San Miguel » (fol. 8.r). Ni de allí « se fueron a *Parí*, sobre el río San Miguel » (p. 38); sino que se mudaron « desde el Río de San Miguel, a *Parí*, distante ocho leguas de San Lorenzo » (fol. 13.v); por donde se entiende que *Parí* no estaba sobre el río de San Miguel. Así otra mudanza posterior fué « al Río de San Miguel, donde antes [de ir a *Parí*] estaba, [pero] a otro sitio diez y ocho leguas en distancia del primero » (fol. 13.v).

Estas y otras diferencias no creemos que afecten a la tesis del autor; las notamos como una prueba más de cuánto importa para la exactitud de la historia, utilizar, siendo posible, la documentación de primera mano. El *Memorial*, escrito en castellano, no se tradujo fielmente, sino que de él se sacó en francés el *Estado* para las *Lettres édifiantes et curieuses*; y este texto francés fué traducido para las *Cartas edificantes y curiosas*, en castellano, que son las utilizadas por el señor Achá. No lo extrañamos; las *Cartas edificantes* no son tan raras como los ejemplares del *Memorial* y de la *Copia de Carta*.

Roma

LESMES FRÍAS S. I.

FLORIAN BAUCKE S. I., *Iconografía colonial rioplatense 1749-1767*. Costumbres y trajes de españoles, criollos e indios. Introducción por Guillermo Furlong S. I. — Buenos Aires (Viau y Zona) 1935, 4º, 24 pp. y 43 láminas.

El P. Florián Baucke, misionero diecisiete años de los Mocovíes, indios situados al norte y no lejos de Santa Fe, en la actual República Argentina, escribió en sus últimos años una voluminosa obra que, tal como el autor la dejó, quedó inédita (dos tomos con un total de 1046 páginas) en que refería su labor y la de sus compañeros con aquellos indios y su viaje de ida y el de vuelta a Europa, dando también larga noticia *del clima de aquella región, de las cualidades de la tierra, de sus aguas, productos, bosques, animales, aves, peces e insectos, y de otras particularidades raras y curiosas*. No contento con la descripción literaria, dibujó de su mano multitud de objetos, trajes, armas, carros y escenas de costumbres, como el tatuaje, las fiestas, bailes, caza y pesca, faenas agrícolas, etc. etc., Cuarenta y tres de esos dibujos, que « no obstante la rudeza de algunos de ellos y el simplismo de otros » (p. 8) son de gran valor como expresión de múltiples manifestaciones de la vida de los indios, y aun de los españoles, forman el cuerpo de esta interesante publicación, que mucho honra al editor Viau y Zona de Buenos Aires por su esplendidez. Tanto mayor es su importancia cuanto más escasea en la Argentina este género de obras, como se nota, enumerando, en la introducción (7-8) las que existen. En ésta el P. Furlong añade una nueva y gran figura a su galería, ya numerosa, de jesuitas insignes de la Provincia del Paraguay, cuyo influjo en la civilización de aborígenes y en la formación religiosa y cultural de toda la población argentina, se va con eso conociendo y apreciando mejor cada día.

Breve es, pero sustanciosa, la noticia biográfica que nos da del P. Baucke. Nacido en Silesia en 1719, entró en la Compañía en 1736 en la provincia de Bohemia, que entonces comprendía a aquella nación, y pasó a la del Paraguay en 1748. Terminados allí sus estudios, fué destinado a los Mocovies y con ellos trabajó quince años en la reducción de San Francisco Javier, interrumpidos durante dos para fundar la de San Pedro, hasta que con los demás jesuitas fué desterrado por Carlos III en 1767. Vuelto a su provincia, residió en el colegio de Neuhaus, y sobrevenida la supresión general de la Compañía por Clemente XIV, se retiró al monasterio cisterciense de Zwettl, en la Baja Austria, y allí escribió sus memorias y falleció en 1780. Era hombre de muy diversas habilidades en oficios mecánicos, que aprendió expresamente para valerse de su práctica, como se valió con gran éxito, en la formación de pueblos de misiones.

« Fué él, dice el P. Furlong, quien enseñó a los indios a fabricar adobes, a construir puertas, ventanas, mesas y sillas; él implantó la fabricación de jabón y la de velas; él construyó los primeros arados y personalmente enseñó a sus indios a usarlos; levantó talleres de herrería y cerrajería e implantó entre las mujeres la industria del tejido con todas sus preparaciones necesarias » (p. 13). Puso taller de instrumentos músicos e hizo construir hasta un órgano para su iglesia de San Javier, que tenía por tan bueno como los de Europa. Sobresalió en esta arte de la música y en saberla enseñar, llegando a formar tan hábiles cantores e instrumentistas, que fueron pedidos de Buenos Aires y de otras ciudades, y oídos en ellas cantar magistralmente misas y vísperas, con admiración y con no pocas lágrimas de quienes reflexionaban que, pocos años antes, los salvajes, padres de aquellos, eran el terror de los españoles.

El P. Furlong da noticia sucinta de su obra y de las que se han publicado como extractos o compendios de ella. Puede engendrar error el decir que la reducción de San Javier fué fundada en marzo del año en que llegó a ella el P. Baucke (p. 12). Entonces fué trasladada de otro sitio (Kobler, *Pater Florian Baucke*, Regensburg, 1870., 393). La fundación fué en 1743, como parece por Muriel (*Historia del Paraguay 1749-1767*, traducción del P. Pablo Hernández, Madrid 1918, p. 58), y por Charlevoix (*Histoire du Paraguay* Pani 1757, t. VI, pp. 120 y siguientes). También parece, aunque no está muy claro, que el año en que llegó el P. Baucke a San Javier fué el de 1750, no 1752 (p. 12). Véase su relación en Kobler, pp. 67-79. Aun así no son cumplidos los dieciocho años que el mismo P. Baucke dice en el título de su obra y en las pp. 630 y 644 de Kobler, haber pasado entre los Mocovies.

Roma

LESMES FRÍAS S. I.

MONS. PABLO CABRERA. *Introducción a la Historia eclesiástica del Tucumán 1535-1590*. Buenos Aires (Librería Santa Catalina). Primera parte, 1934, 8º, 196 pp. más 6 no numeradas de índice; Segunda parte, 1935, 8º pp. 211-448, más 4 no numeradas de índice. (= *Biblioteca de Doctrina católica*. Vol. XI y XII).

Presentamos aquí el último, tal vez, de los muchos trabajos históricos del erudito autor, que falleció poco después de estampada su segunda parte.

Si es el último en el orden cronológico de la publicación, no lo es seguramente en el mérito.

Introducción a la Historia la llama modestamente el autor; y su pensamiento, explicado en el proemio es que, a pesar de su extensión y de abarcar sólo de 1535 a 1590, su trabajo no pasa de preparación para la historia: «aparejarle los caminos, dice, al que por sus talentos, por su vocación, haya de ser, tal vez en no lejana hora, el Rohrbacher o el Pastor de la Iglesia Argentina» (p. 9).

Sin embargo, la primera parte se acerca mucho a una exposición histórica de los orígenes, tanto civiles como eclesiásticos de la ocupación española, con sus luces y sombras: los primeros sacerdotes seculares, los primeros religiosos; la laboriosa fundación de la primera ciudad; los primeros exploradores y gobernadores, sus discordias entre sí y con los eclesiásticos. Detenidamente se estudia en la segunda parte la fundación del Obispado, su fecha y obispos nombrados que no llegaron a erigir la iglesia y gobernarla. Con mayor amplitud el pontificado del que la erigió y gobernó los primeros años: Fr. Francisco de Victoria, y sus conflictos con la autoridad secular tratando de justificar al Prelado en ellos y en el punto de avaricia y comercio, de que fué acusado.

A su llegada estaban ya establecidas en el Tucumán las órdenes de la Merced y de San Francisco. Él llevó la de la Compañía, pidiéndola por un lado en Lima, hallándose en el tercer concilio provincial (p. 323) y por otro al Brasil, enviando allá quienes consigo condujeran los operarios deseados (p. 339). A fines de 1585 llegaron tres del Perú (pp. 333 y 375), y en la primavera de 1587 seis del Brasil (p. 340 y ss. Advertimos que ambos números, tres y seis, son dudosos, según los documentos, publicados y no publicados que sería largo estudiar). Por no entrar en su plan, Mons. Cabrera apenas dice nada de los ministerios apostólicos de aquellos misioneros.

Parécenos que en orden al fin propuesto, hubiera sido mejor método dejar más hablar a los documentos mismos, (*más* decimos, porque no faltan, especialmente en la defensa del Señor Victoria), y prescindir también más de lo civil y aun de lo eclesiástico, ya bien conocido, limitándose a sacar a luz lo ignorado y a esclarecer lo dudoso. En eso mismo, y especialmente en la apología del Señor Victoria, hubiera sido preferible mayor sobriedad en la exposición y mayor elevación en la forma literaria. No hay porqué entrar en pormenores. Nada de esto afecta al valor histórico de la obra.

Para las fechas de la erección de la diócesis por el Papa y del nombramiento de los primeros obispos, discutidas, y no todas puestas aún en claro, podrán servir los datos siguientes tomados de un grueso volumen manuscrito rotulado *Acta consistorialia ab an. 1548 ad an. 1585*, copiado *ex authenticis codicibus Cardinalis V[ice] Cancellarii*, y existente en la biblioteca de nuestro Instituto histórico.

1º Ni en 1566 ni después hasta 1570 se menciona ni diócesis ni obispo de Tucumán. 2º El miércoles 10 de mayo de 1570 se dice que en Tucumán «nulla... adhuc Ecclesia Cathedralis erecta erat». Y se añade que Su Santidad la erigió e instituyó

«necon eidem Ecclesiae sic a primaeva ejus erectione vacanti providit de persona fr. Francisci de Neamonto (sic) ord. fr. S. Francisci professi». (Fol. 564v a 566v).

Es, en su mayor parte a la letra, mutatis mutandis y con alguna omisión involuntaria del copista, el texto de la Bula qua trae Hernáez (*Colección de Bulas y Breves... t. II*, p. 320), añadido al fin el nombramiento del obispo. 3º El miércoles, 8 de noviembre de 1570, Su Santidad «providit Ecclesiae Tucumanensi in partibus Indiarum maris oceani, vacanti per obitum Francisci de Reamonte (sic) extra romanam curiam defuncti de persona f. Hieronymi de Albernoz (sic), ord. min. S. Francisci, ipsumque ad praesentationem dicti Regis». (Fol. 575v). 4º El lunes 18 de marzo de 1577 «providit ad eandem praesentationem Ecclesiae Tucanensi (sic) in Indiis vacanti per obitum Hieronymi de persona fratris Hieronymi de Villacarrillo, ord. fratrum minorum de observantia». (Fol. 681v). 5º El miércoles 8 de enero de 1578 «providit ad eandem nominationem [Regis Catholici] Ecclesiae Tucamani (sic) in partibus Indiarum maris oceani vacanti per obitum Hieronymi de persona religiosi viri Francisci de Victoria, Ord. Praedicatorum».

De las cartas del Rey para la presentación se dan las fechas en la obra acabada de publicar: *Manuscritos peruanos en las bibliotecas del extranjero* por Rubén Vargas Ugarte S. I. de la Universidad católica del Perú. Tomo I. Lima 1935, pp. 129-133. Están conformes con las que da en menor número el R. P. D. Luciano Serrano O. S. B. en la Abadía de Silos en su *Archivo de la Embajada de España cerca de la Santa Sede*. I. Índice analítico de los documentos del siglo XVI. Roma. Palacio de España. 1915.

No podemos detenernos a estudiar estos datos en combinación con los que dan Mons. Cabrera (cap. XIX) y el P. Hernáez (*obra citada*, t. II, p. 730). Los ofrecemos «al que por sus talentos, por su vocación, haya de ser, tal vez en no lejana hora, el Rohrbacher o el Pastor de la Iglesia Argentina».

Roma

L. FRÍAS S. I.

RUBÉN VARGAS UGARTE S. I. *Historia del Perú. Virreinato (1551-1581)*. Versión taquigráfica de las lecciones dadas por el catedrático... en el año de 1935. — Lima (Universidad Católica del Perú), 1935, in 4º, 89 p.

En quince lecciones explica el P. Vargas Ugarte los sucesos político-religiosos de los treinta años del Virreinato del Perú, que él llama de pacificación y consolidamiento de la conquista,

D. Francisco de Toledo, como lo merecía, ocupa buena parte de la obra, las lecciones XI á XV, pp. 56-89.

Al principio de cada lección indica el P. V. U. una bibliografía selecta del asunto de que va a tratar, sin pretender sin duda agotar la materia. El estilo es sencillo, sin adornos, propio de la clase. Las materias principales (y son tantas!) como las encomiendas, el servicio personal de los Indios, la mita, etc. están tratadas con bastante extensión. Los juicios sobre los personajes parecen ecuanímes. Al hablar de la ejecución capital del Inca Tupac Amaru (pp. 69-71) el autor, siguiendo la opinión corriente, condena resueltamente, no solo de impopular, sino de injusta, la sentencia del virrey Toledo, a quien con tanto empeño ha procurado defender Levillier en su reciente obra sobre D. Francisco de Toledo (Madrid, 1935), obra que el P. V. U.

no podría conocer aún, cuando daba sus lecciones. Para nosotros tiene especial interés lo que el autor escribe en la p. 49 sobre la llegada en 1568 de los Jesuitas al Perú, donde tanto habían de distinguirse con el tiempo; y en las págs. 86-88 sobre las diferencias entre los Jesuitas y el virrey D. Francisco de Toledo, por lo demás amigo de la Compañía. Al haber sido cogidas taquigráficamente las lecciones quizá se deben las muchas erratas con que se tropieza en la lectura.

Roma

D. FERNÁNDEZ ZAPICO S. I.

GASPAR GONZÁLEZ PINTADO S. I. *Los mártires jesuitas de las Misiones del Paraguay, Roque González de Santa Cruz, Alfonso Rodríguez y Juan del Castillo*. Bilbao (Imprenta y encuadernación « La Editorial Vizcaína » Henao 8) 1934. En 8º de 239 pp., con numerosos grabados en el texto, y trece fototipias y un mapa fuera de él.

La preparación de la causa de beatificación ante la Santa Sede de estos tres primeros mártires de las famosas misiones del Paraguay ha dado ocasión para coleccionar una buena porción de documentos sobre los mártires y sobre los primeros años de aquellas misiones. Véase la *introducción bibliográfica* de esta obra (pp. 5-10). Es de notar que fué ésta una de las primeras causas presentadas ante la *Sección histórica*, instituida recientemente dentro de la Congregación de Ritos.

Tales documentos son la base de la presente relación, bien concebida, y desarrollada con elegante facilidad, (que contrasta con no pocas erratas de imprenta), desde los principios hasta la muerte de los tres Padres, víctimas de su celo. Sobresale la figura del P. Roque por su incansable trabajo, espíritu organizador y dotes de iniciador de misiones, aun las más difíciles y peligrosas. Rodeado como estaba de una serie de felices circunstancias y dotado de cualidades naturales y sobrenaturales que le hicieron insigne superior de aquellas misiones, dejó al morir abierto el camino y preparado o iniciado el portentoso desarrollo que alcanzó no mucho después aquel cristianismo verdaderamente feliz. Pero vino Carlos III, y con su decreto de expulsión de la Compañía de Jesús, madre de aquellos hijos y tutora de aquellos verdaderos *menores*, lo destruyó en buena parte todo de un golpe: cristianismo, civilización y casi las mismas tribus.

Los procesos de beatificación, hechos a raíz del martirio se creían perdidos. El P. Pablo Hernández S. I. los encontró providencialmente, sí (p. 6), pero no por mera suerte (p. 23), si esto quiere decir casualidad. Fué anotando datos relativos a ellos; y con esa nota por guía se encontraron en Buenos Aires en el Archivo de la Nación. Se lo oímos a él mismo, y a los archiveros, que dieron con ellos y dejaron aquella nota unida al legajo.

Por su parte el autor de este libro devuelve al apellido materno de uno de los mártires, el B. Alonso Rodríguez, su verdadera forma *Olmedo*, en vez de *Obnel*, que había empezado a dársele (pp. 151-152). Consta por los

libros en que fué consignado su nombre al ser recibido para la Compañía en Salamanca y al entrar en el noviciado de Villagarcía.

Les Avins-en-Condroz (Bélgica)

E. DEL PORTILLO S. I.

ROBERT HARVEY. *Ignatius Loyola. A General in the Church Militant*. Milwaukee (The Bruce publishing C^o), 1936, 8^o, XVII-273 p. (= *Science and Culture Series*).

Hace pocos años vió la luz pública un estudio sobre S. Ignacio de Loyola, escrito por el P. Antonio Huonder S. I., en el cual el autor hace resaltar de una manera particular el carácter militar de su héroe (*Ignatius von Loyola. Beiträge zu einem Charakterbild*. Köln, Katholische Tat-Verlag, 1932).

Independientemente del trabajo del P. Huonder acaba de aparecer en Norte-América otra biografía del fundador de la Compañía de Jesús, la cual con mucho mayor insistencia que la del P. Huonder, nos presenta a S. Ignacio soldado. Conforme al título que ha visto el lector están encabezados los veintiún capítulos de que consta el libro; por ejemplo: «2. La llamada a las armas». «3. Los primeros reclutas». «6. La Legión extranjera». «10. La guerra santa». «19. Aliados invisibles» etc.

Se diría que el autor, ni jesuita ni católico, sino ministro un tiempo de la Iglesia presbiteriana, y desde 1925 de la Iglesia Unida del Canadá, se entusiasmó con aquella intrepidez, fortaleza y constancia desplegadas por Ignacio en la defensa de Pamplona, cualidades que, perfeccionadas luego por la gracia, sirvieron admirablemente a la causa de Dios, a cuyo servicio el héroe de Pamplona consagró toda su vida después de su conversión.

Cada capítulo va precedido de un breve fragmento, a manera de lema, sacado de los mejores autores de la literatura clásica ascética y mística española, Granada, León, B. Juan de Avila, Santa Teresa, S. Pedro de Alcántara, etc.; lemas que, por cierto nada tienen del sabor militar de los epígrafes.

Causa verdadero placer la lectura de este libro, obra de un corazón recto, no oscurecida generalmente por prejuicios religiosos. Habla magníficamente de la obediencia, no solo como virtud del soldado sino como virtud practicada perfectamente por el mismo S. Ignacio (c. 8); asimismo de su humildad (pp. 203-205), de su prudencia en el trato con los hombres y en la dirección de las almas (c. 18 «The Sagacious Leader») etc. Podríamos multiplicar las citas.

Este hecho, a primera vista sorprendente, se comprende al leer las obras que principalmente han servido al autor para componer la suya: la Autobiografía del Santo, los Ejercicios, las Constituciones, la colección de Cartas e Instrucciones del Santo publicadas por Mgr A. Goodier S. I., las Vidas de S. Ignacio escritas por Ribadeneira, Bartoli, Astráin (Vida Breve) etc., obras que el autor ha sabido leer e interpretar con la buena fe y rectitud que fueron escritas.

Sin duda por errata de imprenta pudiera creerse de la Compañía uno de los autores utilizados: W. H. Longridge *The spiritual exercises and Directory*, por añadirse a su nombre la conocida sigla S. I., en vez de S. S. I. E. o S. S. I., que él suele emplear.

Por la breve y « Selecta Bibliografía » cuyos títulos acabamos en parte de indicar, (todos juntos son catorce), puédesse ya barruntar el carácter de esta obra, que es trabajo de segunda mano, pero tiene el mérito de haber sabido escoger y agrupar los hechos verdaderos más culminantes de la vida de S. Ignacio, de modo que resulta verdadero el retrato y simpática la figura del Santo, como lo era en realidad la persona. El P. José Husslein S. I., director literario de *Science and Culture Series*, en el Prólogo de presentación escribe con razón: « Nadie leyendo este libro podrá dejar de ver qué clase de hombre era S. Ignacio y dónde estaba el secreto de su fuerza » (P. ix). Por supuesto que esto no quiere decir que se tenga con la lectura de este libro una imagen adecuada y perfecta de S. Ignacio; pues aunque es verdad que este conservó toda su vida los mejores rasgos del noble carácter militar (única o principalmente estudiado por el Sr. H.), pero de tal manera los levantó y transformó después de su conversión, que el amor de Dios y de los hombres por Dios absorbía todo su ser y le inspiraba todos sus actos, grandes y pequeños, y este era precisamente el secreto de su fuerza, como el autor lo afirma categóricamente para explicar el influjo de S. Ignacio sobre las almas de los hombres (p. 134).

En este y en muchos otros puntos vese claramente, si no nos engañamos, la buena fe y honradez del autor, y a esa buena fe y honradez creemos se debe también atribuir lo acertadas que ordinariamente son sus observaciones personales. Alguna que otra vez no puede menos de salir a flote lo que está en el fondo del alma, como v. g. cuando hablando del celo de S. Ignacio por la fe católica, añade incidentalmente: « para él la única fe verdadera » (p. 213), como si la verdadera fe pudiera ser más de una. En otra observación (p. 169) compara las persecuciones y trabajos que hubo de sufrir S. Ignacio con los que hubieron de soportar todos « los grandes reformadores » en general, y especialmente Juan Wesley y Guillermo Booth (el primero fundó el Metodismo, y el segundo el Ejército de salvación).

Refiriéndonos a la obra como obra histórica, el deseo de verlo todo encuadrado en la vida militar, hace que algunos títulos llamen desde luego la atención, pero tal vez resulta luego algo violento, v. g. el del c. 9 « El bastón de Mariscal », el cual bastón resulta ser no el bastón de mando en manos de S. Ignacio, sino el « esprit de corps », que S. Ignacio supo inocular en sus hijos, y tomó el lugar de la ambición personal, que un gran capitán debió de llamar « el bastón de Mariscal » que cada soldado lleva en la mochila (pp. 100-101).

Cuanto a los hechos, se han deslizado algunas inexactitudes, que en otra edición podrán fácilmente corregirse. Así por ejemplo en la p. 156 dice Medina en vez de Mesiná, y el mismo error parece repetirse en la p. 178, donde menciona la « persecución del arzobispo de Medina » (en Medina no hay ni había entonces ar-

zobispo) aunque tampoco recordamos que el arzobispo de Mesina moviera persecución alguna contra la Compañía; sospechamos que se refiere al arzobispo de Toledo, Siliceo. En la p. 208 recuerda el consuelo de Ignacio cuando contemplaba el cielo « durante su convalecencia en Pamplona ». La convalecencia de Ignacio fué en Loyola, como se ve en el capítulo segundo del mismo libro que nos ocupa. En la p. 233 dice « delante de la cruz de Córdoba » en vez de la cruz del Cardoner. En otro lapsus de importancia incurre el Sr. H. cuando afirma que S. Ignacio en Manresa comenzó a formar una biblioteca que llegó a tener ochenta volúmenes sobre el misterio de la Trinidad, (began to gather a library, which grew to eighty volumes etc. p. 212). Creemos que S. Ignacio ni en Manresa ni en ninguna parte reunió tal biblioteca. Lo que cuenta Ribadeneira (l. 1 c. VII) es que con las luces sobrenaturales que tuvo Ignacio en Manresa sobre este misterio (el Sr. H. lo llama problema), escribió entonces sobre el mismo un libro que tuvo ochenta hojas.

Roma

ARTURO CODINA S. I.

Societatis Iesu selecti scriptores a Patribus eiusdem Societatis editi. S. Petrus Canisius Doctor Ecclesiae. Tomus I. Catechismi Latini et Germanici. Pars secunda Catechismi Germanici. Editionem criticam curavit FREDERICUS STREICHER S. I. Romae (Pontificia Universitas Gregoriana); Monachii Bavariae (Officina Salesiana), 1936, 4º, 36 et 380 pp.

Quod qui iudicium suum retulit de prima huius editionis parte votis expressit, id auctor feliciter perfecit, eadem scilicet diligentia in lucem emittens alteram tomi primi partem.

Notum supponimus S. Canisium suum catechismum latinum triplici forma edidisse, maiorem, minorem et minimum. Quos ultimos ipse sanctus auctor in linguam germanicam vertit magnaue cura semper est persecutus. Minor germanicus prima vice prodiit Dilingae, et quidem, ut definitive probasse videtur P. Streicher, anno 1560. Cuius textum, tamquam editionis principis, iterum imprimendum curavit, iuxta posita, alia eaque ampliore editione, dilingana anni 1564. Insuper offeruntur duae editiones ingolstadienses, quarum prima (1563) non iam habet sat longam illam precum collectionem, quae onerabat editiones supra laudatas, altera vero ideo est magni momenti quod sit ultima ab ipso auctore emendata.

Germanicus minimus anno 1556 vel 1557 Ingolstadii ut videtur apud Weissenhornium prelum reliquit et anno 1596 prodiit Dilingae, ultima vice a Canisio emendata. Utrunque textum iterum prelo subiecit editor addens textum herbipolensem (1581) cui prima vice imagines insertae esse videntur, et constantiensem cantica prima vice offerentem (1594).

Vix opus est dicere hisce textuum editionibus addi variationes aliarum complurium, necnon indicem biblicum et scriptorum ecclesiasticorum. Accuratissime omnes loci citati, qui numerum 3000 superant, ab editore verificati sunt: opus magnae diligentiae et scientiae.

Iudicio nostro opus hoc omnibus exigentiis scientificis rigoroze satisfacere videtur.

Traiecti ad Mosam.

J. TESSER S. I.

Miscellanea isidoriana. Homenaje a San Isidoro de Sevilla en el XIII centenario de su muerte 636 - 4 de abril - 1936. Lo edita la Provincia de Andalucía S. I., con la colaboración de escritores nacionales y extranjeros. — Romae. (Typis Pontificiae Universitatis Gregorianae), 1936. 4º, 386 pp.

Dieciséis artículos, muy varios, componen esta *Miscellanea*, relativos unos a la persona y otros a las obras del gran doctor hispalense. El último, del P. Constancio Eguía, se titula *Un insigne editor de S. Isidoro, el P. Faustino Arévalo, S. I.*, y considera a éste « como hombre muy preparado para salir airoso en la difícil tarea de editar a nuestro Santo Doctor español » (366). La preparación consistió, fuera de la humanística y teológica, en el gran tesoro de erudición eclesiástica, general y española, acumulado particularmente con el estudio hecho para la publicación de la *Hymnodia hispanica* y la edición de los poetas cristianos Prudencio, Draconcio, Juvenco y Sedulio, en que brilla ya su gran conocimiento de la antigüedad cristiana. No entraba en el pensamiento del autor tratar de la preparación inmediata para la edición de San Isidoro. Sólo muy en general indica una parte de ella, dando idea de los prolegómenos, que llenan los dos primeros de los siete tomos en folio de la obra entera. Por lo mismo los datos biográficos del P. Arévalo son también escasos, pero suficientes y que dan idea de su mérito no sólo como escritor, sino también como religioso.

Roma.

L. FRÍAS S. I.

CIRIACO PÉREZ BUSTAMANTE. *Correspondencia reservada e inédita del P. Francisco de Rávago, Confesor de Fernando VI.* Estudio preliminar de Carlos Pereyra. Con numerosos grabados. Madrid (Aguilar, edit.) s. a. [1936], 8º, 428 p. (= Colección *Los Archivos Secretos de la Historia*, N. 1).

En esta obra notable, además del estudio histórico preliminar y de la correspondencia reservada del P. Rávago con el Cardenal Portocarrero, que va precedida de una breve nota explicativa y de una larga introducción, se añaden por vía de complemento: una treintena de cartas del ministro Wall al Cardenal Portocarrero, ciertas « Reflexiones » sobre la oposición de los jesuitas al tratado llamado de límites y una « Noticia sucinta » del mismo tratado. Estos dos últimos documentos proceden de la Biblioteca Nacional de Madrid. Los demás, o sea las cartas de Rávago y Wall, del archivo de la Embajada española en Roma cerca de la Santa Sede. Además se añaden, al fin, por vía de curiosidad, dos informes médicos sobre las enfermedades mortales de Fernando VI, y de su esposa, redactado el primero de ellos por el Doctor Piquer.

En cuanto al estudio preliminar (pp. 9-137), difícilmente podía evitar el señor Pereyra, su autor, algún punto de contacto con las materias tratadas luego por el señor Bustamante. De ahí algunas excusadas repeticiones.

La personalidad de Rávago ofrece singulares y obligadas facetas al historiador: porque puede ser considerado en cuanto regio confesor (relaciones

político-eclesiásticas), en cuanto jesuita y valedor de sus hermanos, (misiones del Paraguay, tratado de límites, etc.) y en cuanto religioso y consultor inquisitorial (vigilancia sobre las sectas, especialmente la jansenista). El señor Pereyra, que refiere fielmente la acción del confesor contra el masonismo (32-40), remite la cuestión del jansenismo al señor Bustamante (40), el cual lo trata preferentemente (145-182), y aun interpreta luego el que llaman regalismo de Rávago (183-191) como un medio que tomó éste para combatir al jansenismo (203).

En cambio, el señor Pereyra se extiende más sobre las intervenciones político-eclesiásticas del confesor de Fernando VI (32-92) haciéndolo preceder, tal vez demasiado extensamente, de ciertas consideraciones, acerca de la nueva dinastía extranjera (9-26) en general desfavorables, y acerca de sus confesores, forasteros y nacionales, anteriores a Rávago (26-31). También trata extensamente la cuestión de las misiones guaraníticas, tomando pie de la intervención que pudo tener en ella el jesuita montañés, pero que aquí apenas se toca (55-85); y después de referir los incidentes de la exoneración de Rávago, tan dañosa para el P. Burriel y los muchos otros sabios que aquel protegía (85-96), se extiende también detalladamente en la exposición de la dictadura pombalina de Portugal, (97-137). Alguien pudiera tal vez notar que esta última parte del Estudio preliminar, aunque interesante, no es quizá del todo conexa con la materia estricta del libro.

En cuanto a la intervención político eclesiástica del regio confesor en la cuestión del real Patronato, el señor Pereyra ha querido darnos en breves páginas (40-55) una idea de conjunto de lo que eran por entonces esas relaciones patronales de la Santa Sede con la Corona, para deducir ante todo de aquí la índole de lo que llama « regalismo » del Padre confesor (55). Prescindiendo de apreciaciones particulares, en general creemos que conviene distinguir aquí con sumo cuidado, como ya insinúa el autor, entre la cuestión de hecho y la de principios, entre la sana regalía y el regalismo doctrinario; entre los derechos patronales sobre cosas y personas eclesiásticas, tradicionalmente otorgados a los reyes por la Iglesia en correspondencia a grandes beneficios recibidos de ellos, y aquella otra intrusión patronal fundada en la aprensión de un supuesto derecho antecedente y en la supremacía absoluta del Estado. Esto segundo es, a decir verdad, lo que haría del confesor un verdadero *regalista* en el sentido propio de la palabra. No siendo esto, sino lo primero, lo que él entendía sostener, no era un verdadero *regalista*, que desconociera o atropellara los derechos papales; sobre todo queriendo proceder de acuerdo con el Pontífice, como lo hizo en el célebre concordato de 1753, por el cual quedó establecido en España el Real Patronato universal. Por la misma razón tampoco le cuadra el epíteto « *regalista* », aplicado al eruditísimo P. Burriel (55).

Digamos ahora alguna cosa sobre la parte principal que cabe en esta obra al señor Pérez Bustamante.

Ya dijimos que la lucha del regio confesor contra el jansenismo en su afán de sostener la prohibición de Noris absorbe casi toda la atención del erudito colector de este epistolario. Y la razón es clara. Ese es el principal

tema de la correspondencia de Rávago que aquí se copia, o al menos de los trozos cuidadosamente elegidos. A la verdad, el difundir y hacer públicos esos íntimos documentos que nos pintan cual es, a lo menos en parte, un notable personaje de nuestra historia, puede ser una labor muy digna del erudito. Por eso, nosotros mismos que conocíamos harto esos fondos, y poseíamos copia de ellos, los deseábamos algún día publicar, o ver bien publicados. Sólo una consideración nos detenía. La difícil necesidad de completarlos e ilustrarlos de modo, que, lejos de acusar sobradamente un rasgo determinado y demasiado saliente de la fisonomía de Rávago, su celo extremado contra el jansenismo o lo que él creía tal, (rasgo que ya había recargado hasta desfigurarlo tristemente el pincel cáustico del P. Miguélez), integrasen la figura verídica y completa del confesor regio con la aportación cabal de otras citas, escritos y documentos.

Sin duda que el señor Pérez Bustamante ha intentado algo de eso por su parte. La pintura sintética de Rávago que nos ofrece en la página 141, y mejor en el sensato epílogo (203 y sigs.), quiere ser un retrato exacto del personaje, deducido, claro está, del conjunto de su libro, esto es, de las fuentes de los archivos romanos (207-215), de autores y libros que pasan por bien informados (206, 211, etc.), de las citas mismas de Rávago, que glosa (174-187, 199-203, 207-214); y de varios otros documentos madrileños de comprobación que ha creído ilustrativos del tema principal (337-358).

Creemos, sin embargo, que ese mismo empeño de concluir y redondear la *vera* efigie del confesor de Fernando VI, que ha presidido esta colección, ha de conducir a su autor a retocarla y rehacerla, con un espíritu quizá más amplio y comprensivo de aquella gran personalidad. Y aun bajo ese mismo aspecto y fase particular del asunto « Noris », quizá querría volver sobre las fuentes y aquilatar más los fondos y sus derivaciones.

Ante todo, cabría trasladar el cartulario íntegro, sin mutilaciones, y reforzarlo y explicarlo con otras cartas y hechos de Rávago, que abundan y que revelan bien su espíritu y proceder, sobre todo eclesiástico y religioso. Así aparecería más perspicuamente aquella « *dirittura delle di Lui idee e de' suoi sentimenti* » que le atribuía el Secretario de Estado (Arch. Vat., *Nunz. di Spagna*, 427, f. 117) y se explicaría mejor aquella « *praeclara de religiosis tuis virtutibus quam gerimus opinio* » con que al ser nombrado confesor, le regalaba Benedicto XIV (25-V-1747) en documento privado y original que ha tiempo vimos (Arch. Prov. Tolet. S. I.).

Asimismo, habrían de publicarse no solamente las cartas de Wall a Portocarrero, aun notando lo sectario de aquél (205) y lo desleal de éste (144), como lo hace el autor, sino también las órdenes mismas oficiales dadas al Cardenal (Embaj. Esp^a Roma, Aⁱ 1758-1759), y otros documentos fehacientes que abonan la conducta de Rávago (por ej. Simancas, *Estado*, 7381 y 7383), y la correspondencia (publicada o no) de otros ministros y dignatarios, más calificados y dignos que Wall y que piensan de Rávago muy distintamente. Basta leer, por ejemplo, el libro de Rodríguez Villa so-

bre *Ensenada* (pp. 113, 172, etc.) y añadir la elocuentísima carta del Nuncio de 26 de Marzo, 1759, (Arch. Vat., *Nunz. di Spagn.*, 285, f. 10), y otras varias, en que desenmascara a Wall en el mismo debatido negocio del tratado de límites y en otros, y vuelve por la conducta de los Padres.

En tercer lugar, vendría el beneficiar la mina de referencias que en mil asuntos tocan a Rávago, ya en la misma correspondencia vaticana de la Nunciatura (tt. 253 y sigt., 410 y sigt.), ya en la oficial de Simancas (en mil lugares que precisaremos si es menester, pues los tenemos anotados y consultados); del conjunto de los cuales surgiría muy ampliado y mejorado el tipo del celoso *antimorista*.

Tampoco estaría demás el aducir algunas de las comunicaciones secretas de los enemigos de Rávago y los jesuitas. Por ejemplo, algunas citas de Tanucci contra aquél, en cuanto « defensor del Papado y fatal a la Monarquía », son para este particular elocuentísimas (Cf. Simancas, *Estado*, 5988, 2).

En general, conviene hacer notar que Noris no era el intérprete por excelencia de San Agustín. Era tenido, a lo sumo, por muchos como representante de un particular agustinianismo más *rígido* (Portalí, *Diction. de Théol.*, I, 2486), el cual halló serios contradictores (ib., 2490) aun bajo el punto de vista agustiniano (2491). Y así, aun como escuela, fué impugnado, y lo ha sido luego, por muchos que se creían buenos discípulos del Santo Doctor de Hipona (2492). En aquellos tiempos, pues, en que el mismo Papa Benedicto, aun dejando libres estas opiniones, no quería *se exagerase* en ellas (Vat., *Nunz. Franc.*, 442, f. 28), y los jesuitas eran encomiados por los mismos autores *agustinianos* como antijansenistas acérrimos (Manso, *In Jansenium*, II, 867); no es extraño que Rávago y otros creyesen ver en aquel sistema avanzado ciertos gérmenes de error (*Dict. Théol.*, 2487), aun después de eximido de condenación; e ideas de aquellas, que el Papa, escribiendo a Muratori, dijo ser a las veces públicamente *disimulables* (aunque de suyo en sí mismas *condenables*), en gracia de sus autores, por otro lado beneméritos de la Iglesia (211). Y no les haría mella a los contradictores lo del cardenalato concedido a Noris. Jansenizante fué luego Marefoschi, custodio antes, como él, de la Vaticana; y por eso, Clemente XIV, al elevarlo a la púrpura, hubo de recibir una amarguísima carta del arzobispo de París, Beaumont (Theiner, *Clementis XIVi. Epist. et Brevia*, 1854, p. 416). Por otra parte, sobre aquello de que Noris fué puesto en el Expurgatorio por obra del P. Casani (no *Cansani*, p. 167), « sin preceder el examen, calificación y censuras que inviolablemente se practican en el Santo Oficio », como parece afirmar la Consulta del Consejo inquisitorial de 16 de Enero, 1758, ya insinúa el inquisidor Quintano Bonifaz en su edicto de 28 del mismo, (Embaj. Esp. *Ordenes*, 1758-59, n° 40), que el atribuirlo a Casani, tan sólo « lo publicaron así *algunos*, para no ofender tan de lleno la autoridad y respeto debido al Inquisidor General ».

Con razón hace notar aquí expresamente el autor (151) la irreductible hostilidad de la Compañía a cuanto oliese a jansenismo. ¿Por emulación pedagógica, como parece insinuarse en ese lugar, o por más altos motivos? Demos que mirara « con recelo las actividades pedagógicas de los jansenistas ».

nistas», y que «las Pequeñas Escuelas de Port Royal... no dejaban de sus-
citar inquietudes». Bastante razón era el daño, que no podían menos de
hacer en la juventud. Antes que se fundaran (1637), la Compañía había com-
batido el espíritu, las ideas jansenistas, que no nacieron con la publicación
del *Augustinus* (1640). Y a éste, no fueron los jesuitas franceses, a quienes
podrían inquietar aquellas escuelas, los primeros en impugnarlo, sino los
belgas (Fouqueray, *Hist. de la Compagnie de Jésus en France*, t. V, 405, 407).

Sobre lo del Regio Patronato que trata brevemente el autor (183-191),
nos atenemos a lo dicho arriba, comentando el estudio preliminar del señor
Pereyra. Asimismo en lo tocante a las Misiones paraguayas (191-195), con-
formes estamos con lo explicado por el docto escritor americano (77-78), lo
cual excluye toda «mala voluntad» de los jesuitas (195), y es la mejor réplica
a los dos tendenciosos dictámenes escritos para informar al nuevo ministro
Wall, y que con poca fortuna se insertan aquí entre los apéndices, porque
desvirtúan el texto (337-358). Tarde, pero al fin muy justamente, vino el
mismo Wall a convencerse de la inocencia de los Padres. Véase este docu-
mento en Astráin, (*Historia*, VII, 688). Y como éste, hay otros muchos argu-
mentos de exculpación, suficientes de sobra para que esta verdad quede
bien establecida.

En conclusión, que, aunque la acción conjunta de Rávago pudiera ilus-
trarse más, es siempre muy apreciable el camino que nos abre con este
libro el docto decano de la Universidad de Santiago.

Ante ese mérito positivo, huelga casi notar algún que otro descuido, como
llamar *sacro* al Colegio romano (143), hablar de un jansenismo *ortodoxo*, con Ga-
zier (156), autor por cierto de espíritu semijansenista (*Études*, t. 74, p. 578), escri-
bir *Molina* por *Molinos* (231); y en la transcripción de las cartas de Rávago (hemos
confrontado unas pocas), deslizarse algunas erratas, como, por ejemplo, «el rey
otorga» (403) por *alarga* que dice el original; «novedad no *late*» (301) por no *la*
sé; «*in opem*» (303) por *inopem*; *seguramente* su fortaleza» (304) por *según* su
fortaleza; «*quisieron* convertir» 316 por *quieren*; «*divertirse*» (*ibid.*) por *diver-*
tirle; «entera *sequedad*» (318) por *ceguedad*, etc.

En cambio el señor Pérez Bustamante ha corregido admirablemente (300) la
grave errata que se le escapó al P. Miguélez (p. 465 de su libro), diciendo que en
el negocio del Paraguay «jugaban gran cantidad de *indios* ocultos», cuando el
autógrafo de Rávago dice bien claro *judíos*.

Roma.

C. EGUÍA RUIZ S. I.

JOSÉ M. MARCH S. I. *La traducción de la Biblia publicada por Torres Amat
es sustancialmente la del P. Petisco*. Estudio y publicación de numero-
sos documentos inéditos importantes para la Historia de España. —
Madrid (Editorial «Razón y Fe»), 1936, 8º, 328 p.

En las discretas líneas de presentación que antepone el autor de este
libro va trazada cumplidamente su trayectoria. Trata ante todo de vindicar
la propiedad intelectual de un renombrado jesuita español, el P. José Pe-

tisco. Después, por el mismo caso, trata también de sorprender y dejar al descubierto el carácter y proceder del supuesto plagio. Y este plagio, por lo menos sustancial, resultaría ser el mismo que corre por traductor y anotador de la *Biblia* más difundida en español, el obispo de Astorga don Félix Torres Amat, en inteligencia con su tío, don Félix Amat, Arzobispo de Palmira.

La obra tiene tres partes; las cuales, por cuanto mira a la historia misma del caso podrían sintéticamente definirse así: A) traducción de Petisco y expediente a que se la sometió en Madrid (págs. 9-58). B) Apropiación sustancial de la traducción por Torres Amat, con intervención de su tío Don Félix Amat (59-154). C) Examen crítico a fondo del plagio en cuestión (155-270).

De estas tres partes o jornadas, en la primera propone el autor el estado de la cuestión (11-14); adelanta enseguida las fuentes de trabajo, que son, en gran parte, epistolares, copiosas y casi todas inéditas (14-17); y trae después una breve noticia biográfica del P. Petisco (17-20). En fin, más por extenso, relata los incidentes de esta versión de la *Biblia*, hasta que fué declarada indigna de ser impresa por una junta de censores, que de orden del Rey nombró el Inquisidor General, D. Ramón José de Arce, y presidió D. Félix Amat (20-47). El autor, con severa crítica ve ya en estos primeros pasos, « tres actos de una farsa », tramada contra el exjesuita; actos que serían los siguientes: dar por *undnime* la censura que no lo fué; negarle a Petisco la *paternidad* de su obra, antes otorgada; y aducir tan *sólo los defectos* de la traducción incautada, callando sus excelencias, antes reconocidas (48-58).

En la segunda jornada (59-154) el nervio histórico viene a ser el hecho mismo de la apropiación por parte de Torres Amat de los manuscritos de Petisco para *valerse de ellos* y emprender una nueva versión al decir del tío, « como tarea de toda su vida » (64). Pero el P. March, no contento con eso, emprende aquí de paso una excursión por la historia que pudiéramos llamar « privada », de los asendereados personajes tío y sobrino. Y, caminando siempre sobre firme documentación del *Archivo Secreto Vaticano*, y de la Embajada de España ante la Santa Sede sorprende y denuncia ciertos graves desacuerdos de uno y otro con la Sede Apostólica, si es que no con el dogma, los cuales en ambos no terminaron sino con su muerte poco envidiable, bien que al sobrino tales ideas y proceder le habían servido de mérito para que el gobierno en 1833 se empeñara en elevarle a la silla episcopal de Astorga. Las vicisitudes intermedias son muchas (79-95, 100-113 etc). Ellas delatan en uno y otro personaje dureza de juicio contra las leyes canónicas y admoniciones pontificias, concomitancias con gobernantes hostiles a la Iglesia, y aun ideas poco ortodoxas; amistad y manejos editoriales con protestantes para la impresión de la *Biblia*.

Parecerán tal vez fuera de propósito todas estas páginas... Aquí no lo son. Cuando sucede que en la historia, como en este supuesto plagio, por carencia del original de Petisco, que es el cuerpo del delito, no se puede obtener la prueba *plena*, no huelgan, antes es conveniente y aun necesario, acumular todos los indicios racionales del hecho. Ellos nos conducirán a un grado suficiente de presunción y conjetura que, juntamente con las pruebas directas, lleve al ánimo bien dispuesto la convicción moral que se pretende.

La tercera parte de la obra, acaso la más extensa y complicada, encierra dentro de sí la crítica interna de la versión de Torres Amat, para deducir de ahí la identidad moral con la de Petisco. Recapitula el autor brevemente los argumentos extrínsecos expuestos (166-173). Y luego, recorriendo los dictámenes censorios, comenzando por el de Torres Amat, y los prólogos, que éste puso a la Biblia impresa (176-190), y cotejando las ideas y muchas citas literales de frases y versículos enteros, que en ellos se dan como de Petisco, con los pasajes correspondientes de la Biblia estampada, pone ante los ojos la identidad sustancial de una y otra redacción. Un cotejo semejante de las advertencias preliminares, puestas por Torres Amat a cada uno de los libros sagrados, demuestra que las del Antiguo Testamento las tomó casi enteramente de la Biblia italiana de Martini; y las del Nuevo, por ser completamente distintas de las de éste y por otros indicios, con fundamento se pueden atribuir a Petisco. Un examen parecido de las notas, no de todas, que sería tarea larguísima e innecesaria, da resultado también parecido. Bien observa aquí el autor: quien copiaba, sin nombrarle, a Martini impreso, ¿qué haría con Petisco manuscrito? (318).

Con esto, y con presentarnos de nuevo al desnudo el espíritu disconforme y díscolo del sobrino en sus relaciones con Roma (229-239), narrar las incidencias asaz peregrinas de la composición y publicación de la *Biblia* y de otras apropiaciones (39-253), y contarnos el fin nada envidiable del prelado astorgano (255-270), se cierra la parte expositiva del libro, a que siguen los apéndices (271-322) y los índices.

Es obra, como se deja entender, no de lectura rápida y amena para el vulgo; pero sí de mucho interés para el erudito, y sobre todo, reivindicatoria de un derecho de autor, siempre sagrado. Salvo que falta el original de Petisco para un cotejo más amplio, las pesquisas del P. March llevan al bien dispuesto lector a un grado muy subido de presunción moral sobre un sobrado y disimulado aprovechamiento de él por parte de Torres Amat. Con razón el autor aconseja variar en adelante la rotulación y portada de la Biblia que hasta ahora se denominaba de su nombre (253-55). Cuando menos, habrá de hacerse constar al frente de ella la notable apropiación.

Tal género de plagios no fué tan raro en aquella época post-jesuitica. Tenemos nota de cierto número de ellos, no todos, es verdad, igualmente averiguados. Uno de los censores de esta Biblia, D. Manuel Bedoya, publicó un libro ajeno, « ilustrándolo, adicionándolo y dándole una nueva forma », y con esto le hizo « pasar por obra enteramente » suya, según él mismo dice (*Memorias Históricas de Berlanga*, Orense 1845, pp. 165-166).

Concluyamos. El mérito vindicatorio de la obra del P. March es grande, y mucha la luz que derrama sobre las ideas poco seguras y el proceder de los dos prelados, tío y sobrino, en sus relaciones con la Santa Sede. El presentar los dos argumentos, no separadamente, sino entrelazados, siguiendo en general el orden de los sucesos, creemos que perjudica un poco a la visión clara del conjunto de cada uno; y en la exposición de algunos puntos o ideas parece haber cierta insistencia y repeticiones, que se hubieran podido evitar, aun en el plan adoptado, con alguna ventaja en la brevedad

y sin daño de la integridad. Penetrante es el estudio de los documentos y bien fundadas las deducciones, no todas tan claras que ninguna admita la menor duda: sería pedir demasiado.

Como lo sería el no haberse deslizado ninguna inexactitud en tan gran número de datos y noticias. La Compañía de Jesús, el año de 1836 estaba de nuevo en España, no *restablecida*, sino *suprimida* desde el anterior (36 nota). El nombrarse al P. Clemente Recio casi siempre sólo por el apellido ha podido dar origen a la confusión que de él se hace con el P. Bernardo Recio en la p. 52. Pero ya por la 29 se ve claro que se trata del P. Clemente.

Roma.

C. EGUÍA RUIZ S. I.

CONSTANCIO EGUÍA RUIZ, S. I. *Jesuitas expulsados por Carlos III. I. - El P. Isidro López y el Motín de Esquilache. Estudio hecho sobre las fuentes*. Madrid (Editorial « Razón y Fe »), 1935. gr. 8º, pp. 451.

Esta obra tiene mayor alcance del que su título indica; porque en ella se expone la manera que se tuvo de hacer pasar por culpables en ese motín de Madrid, no sólo al P. López, sino también a todos los jesuitas de España. Acusación, que con otras muchas acumuladas, sirvió de base al decreto de Carlos III, extrañando de todos sus dominios a la Compañía.

Si en este drama se había de poner un protagonista, mejor que otro alguno está el P. López. Pero tal vez no sobresale su figura, ni como objeto de la persecución, lo suficiente para ser la central de la obra. Y entre los lectores, creemos que habrá quienes no la tengan por tal. Mérito del autor, no haberse empeñado en darle un relieve que no le correspondía, para que mejor pareciera el libro digno de su título. Solamente se le supone aquí y allá principal blanco de los tiros dirigidos contra los jesuitas en general (pp. 127, 147, 155...).

No se conoce acusación ni otro acto oficial contra él. Aun el desterrarle de Madrid lo hizo de palabra y en forma amistosa el Conde de Aranda (p. 157). Tanucci en su correspondencia le pinta como enemigo del Rey y le atribuye intervención en el motín, no mucho más que a los jesuitas y aun a los eclesiásticos en general (p. 123 y siguientes). Desterrado él de Madrid y luego de España con todos sus hermanos, en procesos hechos contra otros, Gándara (c. XII), Hermoso y Velázquez (c. XIII), algunos testigos los suponen, como cosa criminosa, amigos del P. López; y en el de Navarro, que es todo él un embrollo, se afirma y se niega que indujo a los amotinados a pedir por ministro al Marqués de la Ensenada en lugar de el de Esquilache y se le atribuye vagamente y sin pruebas, alguna otra participación en el tumulto (c. XIV). Si algo más se trae contra él, aun vale menos. Y con razón, a nuestro entender, el autor le cree echado de Madrid en octubre de 1766, no por motinero, sino por sagaz en descubrir lo que contra la Compañía se tenía ya resuelto y se iba preparando (pp. 51, 139), como opinaba también el P. Luengo (p. 276).

Por lo que hace a otros jesuitas, determinados o no, el director de correos, fiel servidor del Ministro Roda en interceptar toda la correspondencia jesuítica, escribiéndole también sobre el motín, después de advertir que se miente mucho, le dice haber oído que los confesores del Colegio Imperial persuadían a sus penitentes de que en aquello no había habido pecado; y haber leído unas coplas anónimas en que salía Pombal y que, por tanto, habían de ser de autor jesuita (p. 107). Pero ni el Corregidor de Madrid, ni el Conde de Aranda, nombrado entonces Presidente del Consejo de Castilla, puestos de propósito a hacer investigaciones sobre el tumulto, señalan en su copiosa correspondencia rastro alguno de participación de jesuitas en él (pp. 95, 99 y 111). Autores no tuvo otros que el populacho, según se escribió de oficio a los embajadores en las cortes extranjeras (p. 90) y prueban otros autorizados testimonios (pp. 96, 97, 103). Solamente el Consejo o tribunal extraordinario formado con enemigos de la Compañía, expresamente calificados de tales (p. 113), para con todo secreto entender en el asunto, en consulta que elevó al Rey el 11 de septiembre, da llanamente a los jesuitas por « únicos agentes de los bullicios pasados » y apunta ya la idea de su expulsión (pp. 150-151), que propuso formalmente el 29 de enero siguiente, fundada en acusaciones, que quedaron secretas, y el 27 de febrero (no el 21, errata de imprenta) la decretó el Rey (p. 160).

Es muy significativo el hecho de haber sido alejados de la Corte, con ocasión del motín, como si estorbaran para planes premeditados o entonces formados, tres personajes amigos de los Jesuitas: el Marqués de Esquilache, Ministro de Hacienda, que gozaba de la estimación del Rey; el Obispo de Cartagena, Gobernador del Consejo, sustituido en el cargo por el Conde de Aranda; y el Marqués de la Ensenada, amigo particularmente del P. López (cap. V). Es también muy importante el de haberse atribuido a los jesuitas, como descubierto en la pesquisa secreta, el proyecto, absurdo e increíble por su misma atrocidad, de asesinar al Rey y a toda la Real familia el día de Jueves Santo (pp. 166-167). El estudio de estos y semejantes datos, aquí diligentemente reunidos, sugiere la idea de que el partido antijesuítico, si no promovió el motín, a lo menos lo aprovechó para perder a los jesuitas españoles, atribuyéndoselo arteramente, como Pombal aprovechó el regicidio frustrado para perder a los portugueses, cumpliéndose lo que el P. López escribió después haber pensado y dicho desde el primer momento (p. 316), y predijo también claramente el P. Mata (p. 146), perseguido por otros motivos (p. 44). Puede decirse que este pensamiento domina toda la obra, aunque expresado a veces tímidamente con un *parece* (pp. 96, 98), a veces sin restricción (p. 351). *Años antes al crítico* (1767), cuando nadie tenía previsto el motín, tenía prevista el Conde de Aranda la expulsión de la Compañía de España y aun su general supresión, como con franqueza aragonesa y estilo volteriano se lo escribió al P. López, favorecido suyo dieciséis años (p. 317), después de realizado uno y otro proyecto, y aun se lo había dado a entender antes (pp. 282).

Relacionados con ese punto capital, se exponen detenidamente varios otros y se añaden noticias diversas en gran número. Su misma multiplicidad y el no ser tan visible la relación de algunos con los inmediatos, perjudica un poco a la claridad de la narración. De aquellos varios puntos tenemos por particularmente bien tratado el del proceder del Nuncio, Mons. Pallavicini, no muy conforme con las ideas que de Roma se le inculcaban (Véanse, por ejemplo, pp. 329, 330).

La documentación es copiosa, de primera mano, y abunda lo inédito, aunque buena parte de ello de valor secundario, salvo en lo que atañe a la persona del P. López, que aquí es dado a conocer como hombre de grandes cualidades, de vario y excelente ingenio para las letras y para el trato del mundo, y por esto muy relacionado con altos personajes. Ciertas expresiones podrán parecer un tanto duras o demasiado gráficas. No diremos que sean inmerecidas, pero tal vez sí menos propias, tanto del tribunal de la historia como de el de la justicia. Cierto que es difícil, como el autor previene (p. 7) no sentir y lanzar algún fuego de indignación, aun en el simple relato de iniquidades como la de que aquí se trata.

Muchos historiadores han escrito sobre el motín de Esquilache, su origen y consecuencias. Ninguno, que sepamos, con la amplitud de información utilizada en esta monografía. Los archivos podrán guardar todavía acerca de él algunos secretos, que sacados a luz, la completen o en pormenores la modifiquen; sustancialmente la historia del motín en sus relaciones con el P. López y con la Compañía, creemos que nunca será diversa de ésta.

Roma.

LESMES FRÍAS S. I.

Epistolae Ioannis Phil. Roothaan, S. I. Praep. Gen. XXI. Vol. I. LUDOVICUS DE JONGE et PETRUS PIRRI, Sacerdotes S. I., ediderunt. Romae (ap. Postulat. Gen. S. I.) [1935], In-4º gr., pp. XII-368.

Ioannes Phil. Roothaan, S. I. Praep. Gen. XII: Testimonia Aequalium. LUDOVICUS DE JONGE et PETRUS PIRRI, Sacerdotes S. I., collegerunt. Romae (ap. Postulat. Gen. S. I.) 1835. In-4º gr., pp. IV-372.

Opera spiritualia Ioannis Phil. Roothaan, S. I. Praep. Gen. XXI. Vol. I et II. LUDOVICUS DE JONGE et PETRUS PIRRI, Sacerdotes S. I., ediderunt. Romae (ap. Postulat. Gen. S. I.) 1936, In-4º gr., pp. V-564 et 526.

Con felice intuito, la Postulazione Generale della Compagnia di Gesù, pensando che tutto il prezioso materiale documentario, edito in vista della causa di beatificazione del P. Roothaan che si sta trattando, potrebbe essere molto utile anche agli studiosi in genere della storia del secolo XIX, lo ha messo a disposizione di tutti.

Dei due editori, il P. Pirri il biografo più completo e più documentato del P. Roothaan, ha molto influito sulla scelta dei documenti da pubblicare e ha aiutato coi suoi consigli il P. de Jonge, già Vicepostulatore della causa in Olanda, a cui incombeva la cura diretta dell'edizione. Il bel latino delle prefazioni e delle versioni di lettere olandesi (come sono per es. quasi tutte

le prime 72 lettere del I volume, pp. 1-201), i sommari, le postille marginali, le note, sono in gran parte opera sua; per nulla dire delle ricerche prelieve, dei confronti coi vari manoscritti, e in fine della cura, diciamo così, tipografica dei quattro volumi.

L'idea direttiva e i criteri seguiti in questa pubblicazione vengono esposti nella prefazione generale preposta al I volume delle lettere, di cui riferiamo il tratto che dà la partizione dell'opera.

«... Triplicem documentorum seriem ex ordine publicabimus. Quarum una literas ab ipso P. Roothaan datas continebit; altera scripta eius spiritualia; tertia aequalium, parentum, familiarium de vita et virtutibus eius testimonia exhibebit...».

Richiamato in Olanda per altro importante ufficio il principale editore P. de Jonge, questi ha dovuto lasciare ad altre mani la cura di completare la prima serie con due altri volumi di Lettere, scelte tra le circa 20.000 scritte dal P. Roothaan come Generale, e conservate in appositi registri. Le undici bellissime circolari o encicliche dirette a tutta la Compagnia, perchè veri trattati di perfezione religiosa o di zelo delle anime, molto giustamente furono inserite, sotto il titolo di « Adhortationes spirituales » nel volume I delle *Opera Spiritualia* (pp. 325-432).

Al principio di questo stesso I volume (pp. III-V) delle *Opera spiritualia* si dà un utilissimo prospetto di tutti gli scritti del Servo di Dio giunti fino a noi (oltre le *Epistolae*), e si espone quale criterio abbia guidato gli editori nello scegliere quelli da pubblicarsi. La maggior parte degli scritti spirituali era già nota, specie quelli che accanto al testo latino volgato degli *Exercitia Spiritualia* di S. Ignazio contiene la versione letterale latina fattane dal pio Generale sull'autografo spagnuolo e le utilissime note che vi aggiunse. Ma vi sono pure vari scritti finora inediti e ad ogni modo sono stati qui opportunamente riuniti insieme i vari opuscoli spirituali, di parecchi dei quali sono ormai esaurite le edizioni separate. Da ogni pagina poi di questi due volumi spira la pietà e santità di quell'anima grande che sempre e unicamente tendeva a Dio e alla sua maggior gloria, sia che trattasse da solo a solo col suo Signore (come nel *Diarium* negli *Octidua*, nelle *Reliquiae cogitationum*), sia che parlasse ai suoi fratelli e figli spirituali (come nelle *Adhortationes*, *Puncta meditationum*, *Instructiones*, etc.), sia che suggerisse il metodo di predicare e di dare missioni al popolo (*Synopses Contionum*, *Meditationes et Instructiones pro SS. Missionibus*), o desse sapienti *Consilia spiritualia* e *Documenta aurea*.

Lo storico sarebbe più grato agli editori se avessero arricchito questi due volumi con maggior copia di note, specialmente negli scritti intimi (*Diarium*, *Octidua* etc.) e le istruzioni tenute dal P. Roothaan a Vals, Lovanio e altrove (Vol. I pp. 335, 452), nelle quali egli fa allusioni a persone e fatti che sarebbe interessante studiare più accuratamente. Anche le prefazioncelle premesse a ciascuna sezione sono un po' troppe digiune. Così pure si desidererebbero indici più particolareggiati. Alla mancanza, in questi due volumi, degli indici promessi nella prefazione generale (*Epist.* vol. I, p. V), uno onomastico o due analitici per ciascun volume, sappiamo che si ha l'intenzione di rimediare con qualche copioso indice complessivo alla fine di tutta la pubblicazione.

Sotto l'aspetto più strettamente storico, sono forse di maggior importanza i primi due tomi, cioè il I volume delle *Epistolae* et il volume *Testimonia Aequalium*, tanto più che contengono documenti, molti dei quali erano bensì già stati utilizzati dai biografi, ma per la massima parte erano finora inediti, alcuni anzi sconosciuti. A quanto ci consta, delle 137 lettere di questa prima serie, le prime 72 rappresentano la raccolta completa, quanto cioè ne è giunto fino a noi, della corrispondenza (diciamo così) giovanile del P. Roothaan, sino alla sua nomina a Rettore dei Collegi di Torino (1883). Non così invece per il sessennio del suo rettorato (1823-1829) e per il breve ma attivo periodo che va dalla sua nomina a Vice-provinciale d'Italia (29 gennaio 1829) fino alla sua elezione a Generale della Compagnia (9 luglio 1829); gli editori per questi due ultimi tratti si limitarono a pubblicare le lettere che ritennero più importanti o più caratteristiche. A dir vero, per gli ultimi cinque mesi, a prima vista sembrerebbe poco probabile che di tutta la sua corrispondenza non siano rimaste lettere più importanti delle cinque qui riportate (CXXXIII-CXXXVII). Ma se si pensa che trattavasi per lo più di lettere di ordinaria amministrazione e che le case a cui erano indirizzate furono in seguito più volte disperse dalla raffica delle varie rivoluzioni del secolo XIX, si può ben ammettere che la maggior parte di tale corrispondenza sia andata perduta.

Che se lo storico di professione si fermerà più di proposito sulle due ultime sezioni che riportano le lettere scritte dal Servo di Dio dalla Svizzera e da Torino (1820-1829), il biografo e lo psicologo troverà molto interessanti le prime due, che più ci rivelano la bell'anima del giovane Roothaan e le sue ascensioni nella pietà e nello studio; è poi singolarmente bello l'intravedere, attraverso le 23 lunghe lettere scritte a Giovanni Gilles, la pura e santa amicizia che legava quei due giovani esemplari e che il P. Roothaan sperava si sarebbe rinsaldata in una comune vocazione.

Esempio raro di amicizia costante anche dopo svanito questo pio desiderio e dopo la vera o apparente freddezza dell'amico, di cui il P. Roothaan conservò sempre un grato ricordo, non affievolitosi neppur dopo la prematura morte del Gilles (1815), Alla distanza di 17 anni da tale perdita (ci si permetta di richiamare qui un documento di cui gli editori non fanno menzione essendo fuori dei limiti del presente volume), quando il P. Roothaan, già Generale, stava per erigere in provincia religiosa le case del Belgio e dell'Olanda (3 dicembre 1832) volle darne egli stesso la notizia alla signora Gilles richiamandosi delicatamente all'affetto che il defunto amico aveva per lui e per la Compagnia: «... Je conserve toujours, Madame, le doux souvenir de votre si digne Fils, l'excellent abbé Jean François Gilles, dont j'ai eu l'honneur d'être le compagnon et l'ami dans ma jeunesse pendant plusieurs années. J'ai la confiance qu'il se réjouit bien en Paradis de ce qui fait l'objet de cette lettre... » (Arch. Rom. S. I., *Epist. ad extern.*, I., p. 222).

Quanto all'edizione, essa è, come abbiamo accennato, nitida, accurata in tutti i particolari, dai titoli e sommari, alle note, sobrie ma sufficienti, e agli indici, questa volta copiosi e utilissimi, tra cui un accuratissimo indice ascetico. Vi manca però l'indice più consueto secondo l'ordine delle pagine e delle lettere coi loro destinatari; nè si può dire che vi supplisca abbastanza l'indice cronologico e quello dei nomi.

In questo poi sotto il nome del P. Manera (p. 359) manca l'indicazione dell'ultima lettera del volume, la CXXXVII a lui diretta (pp. 346-347). Nello stesso indice, alla stessa pag. 359, sotto il nome *Lanteri* si uniscono come fossero uno solo

due nomi: il Servo di Dio Brunone Lanteri Fondatore degli Oblati di Maria Vergine, a cui si riferiscono tutte le citazioni ivi indicate meno l'ultima, la quale invece riguarda il P. Antonio Lanteri S. I. (1780-1836), che nel 1826 era appunto Rettore del Collegio di Nizza.

Per venire finalmente al volume *Testimonia Aequalium*, che doveva essere l'ultimo della pubblicazione, invece per le ragioni che si accennano nella prefazione (p. III) è stato il secondo, valgono anche per esso le meritate lodi per l'accuratezza, nitidezza ecc. dell'edizione: le note sono piuttosto scarse, ma non si possono dire insufficienti. Anche qui manca un indice generale del volume che riporti in ordine di pagine i titoli delle varie sezioni e le loro suddivisioni. A ciò solo in parte supplisce il diligente « Index testium ».

Molto a ragione tra i « Testimonia Aequalium » si dà il primo e più ampio posto al P. Manfredini, del cui manoscritto non staremo qui a dire l'importanza e l'utilità nè come e perchè sia rimasto inedito: i principali biografi del P. Roothaan, nominatamente il P. Pirri, ne hanno spesso parlato, e anche qui molto opportunamente nella prefazione speciale (pp. 3-9) si narra la storia di quel lavoro fondamentale, la cui veracità e importanza le ricerche posteriori non hanno fatto che confermare.

« Aequalium testimonia non omnia proferimus » si dice nella prefazione (pag. III), e vi si spiega il perchè delle omissioni e la necessità di restringersi ad una scelta. Non è quindi il caso di fare degli appunti su questo o quel tratto del Manfredini che venne omesso, su questa o quella testimonianza che non fu accolta nel volume: i 53 « Testimonia » sono certamente i più importanti. Gli ultimi due sono piuttosto l'eco di « aequales » del Servo di Dio, e formano un passaggio dal coro dei veri « aequales » al coro dei posteri, di cui l'Appendice (pp. 359-362) ci dà un brevissimo saggio.

Non osiamo dire che in tanta copia di date e di nomi non siano sfuggite inesattezze: se dobbiamo però arguire da quelle che ci sono capitate sott'occhio, non sono molte nè di molta importanza: ne segnaliamo due, che ci sembrano da rilevare. A pag. 303, la data della lettera del P. Brunone Lanteri, 17 maggio 1829, parlandovisi già dell'elezione del P. Roothaan a Generale (9 luglio 1829), deve leggersi 17 luglio. Non pare poi probabile che il Lanteri scrivesse quella lettera da Roma, avendo egli passati quegli ultimi tre anni della sua vita malaticcio in Pinerolo, dove morì nell'agosto del 1830. — A pag. 348, riferendo la testimonianza del P. Giuseppe Lombardini lo si dice « Taurinensis » e si danno come termini della sua vita le date 1816-1896. Il detto Padre però non era nè della città di Torino, nè della provincia religiosa che da Torino prende il nome: egli era di Parma e apparteneva alla provincia detta Veneta, nato nel 1827 e morto a Spalato nel 1906.

Roma

I. AZZOLINI S. I.

L. F. M. DE JONGE S. I. *De dienaar Gods Jan Philip Roothaan 1785-1853*. Wassenaar (H. J. Dieben), 1934, 8°, 274 p.

Jean Roothaan est un des rares Hollandais du siècle passé qu'il faut ranger parmi les hommes dont le nom a acquis une signification internationale, non seulement pour l'histoire ecclésiastique, mais aussi pour l'histoire profane. Jusqu'à présent deux biographies étendues lui ont été consacrées en Hollande: *Levenschets van P. Joannes Philippus Roothaan*, par J. Alber-

dingk Thym S. I. Amsterdam, 1885, 8°, 300, p. et *Joannes Philippus Roothaan, XXI Generaal der Societeit van Jezus, en de voornaamste lotgevallen zijner Orde*, par le P. P. Albers S. I., Nijmegen, 1912, 2 vol. gr. 8°, 405 et 465 p. Présentant un caractère plus scientifique, ces ouvrages s'adressaient par conséquent à un cercle relativement restreint de lecteurs. Le P. de Jonge a voulu étendre largement ce cercle, car le P. Roothaan est encore bien peu connu dans sa propre patrie. Aussi a-t-il composé un livre qui, en une forme plus populaire, nous fait connaître le P. Roothaan comme un homme d'une vertu héroïque, de grands talents, et d'une signification exceptionnelle pour l'histoire de la Compagnie de Jésus après sa restauration. Vice-postulateur de la cause de béatification et chargé de réunir les écrits du P. Roothaan, l'auteur s'est trouvé à même d'étudier les sources mêmes, surtout les lettres conservées en Hollande par la famille Roothaan et aux archives de la Province. Cela lui a permis de mettre en lumière de nombreux détails de la vie du P. Roothaan dans sa ville natale d'Amsterdam, comme enfant, étudiant d'université, puis comme novice de la Compagnie. Ces lettres ne sont pas non plus sans intérêt pour la connaissance du lent éveil de la vie catholique en Hollande, où elle avait été si longtemps comprimée par l'absolutisme protestant. Le P. de Jonge a joint à son livre une curieuse carte des nombreux voyages entrepris par le P. Roothaan: en 1804 d'Amsterdam à Dünaburg; 1809, 1812, 1816, 1820, en Pologne et en Russie; 1821, 1822 et 1823 en Suisse, Hollande, Belgique et France; 1829 en Italie; en 1848-1850, à l'époque de son exil de Rome, en France, Belgique, Hollande, Angleterre et Irlande.

Nijmegen

FR. VAN HOECK S. I.

G. de VAUX, S. I. et H. RIONDEL, S. I. *Le Père Jean Roothaan XXI^e Général de la Compagnie de Jésus (1785-1853)*. Paris (P. Lethielleux), [1936], 8°, XI-208 pp.

Percorrendo la copiosa « bibliographie » premessa a questo volume, vediamo che la Francia mancava ancora di una biografia di questo grande Generale della Compagnia di Gesù e gran Servo di Dio: se non erriamo, non esisteva in francese che la breve *Esquisse historique* del P. Terwercoren (1854) e la versione della « Esortazione domestica » del P. Minini (1853). Molto opportunamente quindi i due Autori (quale sia la rispettiva parte di lavoro da attribuirsi a ciascuno, non ci è dato rilevare) offrono agli lettori di lingua francese questa biografia, semplice ma che si legge con vivo interesse, esatta ma senza pretese di investigazioni nuove nè di apparato scientifico, completa benchè relativamente breve.

Gli stessi Autori confessano con franca lealtà che « cette biographie doit beaucoup aux vies du Père Roothaan, écrites par les Pères Neu et Pirri » (préface, p. XI): diremmo quasi che è un sapiente rifacimento francese del libro tedesco del P. Neu, senza pedante dipendenza da esso, e avendo sempre sott'occhio la più recente e più documentata biografia italiana del P. Pirri, per completare i dati del primo. E così, pur seguendo i due prede-

cessori scelti come guide, non se ne fanno semplici pedissequi: alcuni punti, specialmente quelli che più toccano la Francia, sono meglio sviluppati che nel P. Neu, per es. alle pagg. 107, 133-140; talvolta, per es. alle pagg. 31-34 circa il pretesto della cacciata dei Gesuiti dalla Russia (1814-1821), cioè l'affare della « conversione » del giovane Galitzin, e a pag. 193 circa la questione dei classici pagani nelle scuole, la vincono nei particolari anche sull'ampio racconto del P. Pirri. Generalmente però, com'era loro intento, si contentano delle linee maestre e sorvolano o solo accennano a fatti troppo minuti: per es., riferita la profezia che il P. Hochbichler nel 1809 fece allo scolastico Roothaan del suo futuro generalato (pag. 23), si accenna con poche parole alla serietà dell'informazione che ne abbiamo dal P. Manfredini, ma senza svilupparne le prove come fa il P. Pirri (pp. 78-82). Una lacuna che fa qualche meraviglia è che si faccia appena menzione (se non erriamo) una sola volta e per transenna (pag. 5) dell'amico d'infanzia e di studi e in parte anche di vocazione, Giovanni Enrico Gilles, con cui il P. Roothaan scambiò un carteggio importante per la storia della prima parte della sua vita, citato anche qui ma solo nella bibliografia (pag. VII): nuova prova che i nostri Autori hanno seguito più da presso il P. Neu (dove manca ogni menzione delle lettere al Gilles) che non il P. Pirri, il quale ne ha invece largamente profittato (pp. 25-58).

Ci permettiamo poi notare alcune piccole sviste che potranno essere corrette in una nuova edizione che auguriamo prossima. A pag. 58 si attribuisce al P. Zauli d'aver pronunciato « l'allocution d'usage » il giorno dell'elezione del P. Roothaan nella Congregazione Generale del luglio 1820: il P. Zauli era già morto nel gennaio di quello stesso anno (pochi giorni prima del P. Generale Fortis) e gli era stato surrogato come Assistente d'Italia il P. Francesco Finetti, di cui vale, in un senso più vero che non del P. Zauli, l'elogio « orateur de renom »; e fu appunto l'oratore di quella elezione. Per la verità si deve dire che (mentre il P. Neu indica il nome del P. Finetti), lo stesso P. Pirri è caduto in questa inesattezza e da lui devono averla presa i nostri Autori. Così pure, a pag. 59, ripetendo senza discuterla l'indicazione data dai PP. Neu e Pirri, si dice che, appena avvenuta l'elezione, « le Père Cinotti, préposé de la Maison Professe, courrait au Vatican informer Pie VIII »: gli atti autentici della Congregazione che abbiamo avuto occasione di consultare nell'Archivio Romano S. I. dicono invece apertamente che « iuxta consuetudinem » tale messaggio fu affidato al P. Rettore del Collegio Romano, che allora era il celebre P. Luigi Taparelli d'Azeglio.

Ma queste possono sembrare minuzie. Di qualche maggior rilievo, pur senza esagerarne l'importanza, è a pag. 86 l'attribuire al P. Roothaan una frase che non è sua (come del resto fa anche il P. Pirri a pag. 201). Parlando della *Ratio Studiorum* che il P. Roothaan ha adattato ai tempi recenti, si dice che egli ha tolto l'obbligo di usare come unico testo nelle scuole di teologia la Somma di S. Tommaso, pur insistendo sul seguirne la dottrina e l'argomentazione; e si conchiude: « Si le texte de Saint Thomas a été ôté, disait le Père Roothaan, on n'a pas supprimé sa doctrine qui est la doctrine propre de la Compagnie ». Ora, propriamente parlando, il P. Roothaan, nella sua nuova *Ratio Studiorum* su questo punto non ha fatto se non determinare meglio l'ordine da seguire nell'esposizione dei trattati,

senza verun'altra innovazione; benchè sia vero che con ciò si rendeva necessario un testo scolastico a fianco della Somma. La frase citata è un apprezzamento personale non del tutto esatto del P. Manfredini, il quale nel capo 3° della parte II della sua vita inedita del P. Roothaan, che abbiamo potuto consultare, dopo aver narrato l'opera svolta da lui circa la nuova *Ratio Studiorum*, così continua: « Ciò posto, credo mio dovere il far conoscere a chi mi legge ove caddero le mutazioni nel nostro *Ratio Studiorum*, raffrontando l'antico col nuovo per fare sempre più palese l'aggiustatezza della mente del mio P. Roothaan ». E appunto alla fine di tale suo raffronto il P. Manfredini conchiude: « ...Egli è cosa tutta propria di noi il trattare le questioni secondo il sentire non solo, ma cogli stessi argomenti dell'Aquinate; perocchè se si è tolto il testo di S. Tommaso, non si è tolta la sua dottrina, che è la dottrina propria della Compagnia » (Arch. Post. gen. S. I., copia dattilografata dal ms. inedito, pp. 369-371).

Roma

I. AZZOLINI S. I.

ADRIEN BOUDOU S. I. *Le Père Jacques Berthieu 1838-1896*. Paris (Gabriel Beauchesne et ses fils), 1935, 8°, 454 p., ill.

Très bon livre, écrit d'une plume alerte, qui dédaigne la littérature mais tient à l'élégance. Le héros que l'auteur ressuscite est bien attachant dans sa simplicité: une âme toute droite et limpide, une vie qui ne fut qu'un humble et fidèle dévouement à Dieu et que Dieu a couronnée du martyre.

Les années de séminaire, celles des premiers ministères paroissiaux et de la formation religieuse sont parcourues sans traîner. Le paysage y est d'ailleurs un peu terne, faute d'événements et faute de charme littéraire dans les lettres, hérissées d'un pieux latin et toujours sermonneuses, du jeune abbé Berthieu. C'est donc avec plaisir que, sur son trajet, le lecteur rencontre l'original abbé Pourcher et il n'en veut pas à l'auteur de donner quelques pages à cette visite, ni d'y avoir invité M. G. Lenôtre.

La politique persécutrice de 1880, puis les révoltes malgaches et la conquête définitive de Madagascar mettent du mouvement et de l'intérêt dans la vie du missionnaire et l'auteur en profite sans en abuser. Le lecteur lui serait même reconnaissant si, dans ses « digressions » indispensables, il trouvait racontée, en un résumé clair, toute l'histoire de la pénétration française et de la conquête, mais l'auteur ne lui devait pas cela. Il a pris de l'histoire tout ce qu'il fallait pour faire une scène à sa tragédie.

Le dénoûment est de toute beauté et ce n'est pas seulement votre admiration, c'est tout votre cœur que se gagne le modeste missionnaire, au calme courage, qui n'hésite pas un instant devant son devoir, mais avoue ingénument les frissons de peur, qui lui tremblent dans la chair et qui, dépouillé et maltraité, reste inlassablement bon et n'a, pour ses bourreaux même, que des paroles douces et presque caressantes. Le R. P. Boudou ne cherche sans doute pas seulement à nous émouvoir: la cause de béatification du P. Berthieu est introduite et le but de notre auteur doit être de prouver que l'assassinat du prêtre fut un martyre dans toute la force du terme; et ce but est atteint.

Rome

J. SIMON S. I.

ALFRED O' RAHILLY. *Le Père William Doyle S. I. (3 Mars 1873-16 Août 1917)*. Nouvelle édition revue par le P. Alfred Lemaire S. I. — Paris (P. Le-thielleux), 1935, 8^o, VIII, 447 págs.

La Vida del P. Doyle, publicada en inglés por el profesor O' Rahilly en 1920, apareció por primera vez en lengua francesa el año 1927, sin nombre de traductor, en un tomo en 4^o menor de 412 páginas. La traducción, hecha sobre la cuarta edición inglesa, no presentaba supresiones ni modificaciones, al menos importantes.

Hoy reaparece el libro, revisado, según reza el título, por el P. Alfredo Lemaire, como tercer volumen de la colección titulada « Apôtres d'aujourd'hui ».

La nueva edición, se advierte en las primeras líneas de la Nota Preliminar, aunque semejante en conjunto a la primera, contiene, no obstante, « profundas modificaciones ». Semejante en todo a la primera es, en efecto, en la división y el orden de materias, que se corresponden capítulo por capítulo y, en los primeros y los últimos, párrafo por párrafo.

Las modificaciones introducidas se reducen casi totalmente a la supresión de largas disertaciones místicas, « oportunas, tal vez, para el público inglés, pero pesadas para lectores franceses », y también para lectores españoles, a quienes, por lo mismo, se procuró ahorrar esa molestia, suprimiendo en la traducción castellana, publicada en 1929, la parte más abstrusa de tales elucubraciones.

Pero, además de esas disertaciones, el revisor de la nueva edición francesa ha suprimido muchas notas personales del P. Doyle, v. gr., todas las *Notas del Mes de Ejercicios de Tercera Probación*. — Muy castigado ha sido también el capítulo « Dirección espiritual ».

Con estas supresiones el libro queda reducido a menos de la mitad respecto del francés publicado en 1927.

Con muy buen acuerdo, los capítulos dedicados a la guerra, han quedado casi intactos: el alma del heroico hijo de San Ignacio se revela en ellos en toda su grandeza sublime.

Para el público a que parece destinarse la colección « Apóstoles de hoy », la reducción hecha por el P. Lemaire es, tal vez, lo único práctico. Para muchas almas que buscan en el P. Doyle, si no un modelo, al menos un inspirador, la poda resulta en ocasiones demasiado a cercén. Han desaparecido deliberaciones interesantes, pensamientos alentadores, decisiones aleccionadoras.

Pero lo repetimos: para el gran público apenas es necesario más de lo contenido en la nueva edición. Y ojalá que en todas las lenguas se diera a conocer la figura excelsa del P. Doyle en compendios parecidos.

W. KANE S. I. *An Essay toward a History of Education, considered chiefly in its development in the western world.* Chicago (The Loyola University Press), 1935, 8°, XVI-637 p. Price: doll. 2.40.

Father Kane's aim in this book of more than 600 pages is to present not education in general in all climes and countries but the goals, methods and setting of education in our Western world. Since all our Western civilization rests on the noble foundations of Greco-Roman antiquity and such elements of its spiritual and intellectual framework as the early apologists and fathers thought worthy of preservation, he naturally begins with a study of education in the ancient Mediterranean *orbis terrarum* from which all our culture issues. There is however a short chapter on the Hebrew influence and some few words about primitive education before the study of Greek education.

Father Kane appraises the school education of the Greeks, the educational significance of the sophists and philosophers and the permanent values attained. Over enthusiastic Hellenists will not like his verdict on Greek education, but who will say that it is untrue? Here it is: « The plain fact is that Greek education did produce a vigorous and sprightly people, lithe of body and nimble of wit; but a people, at the same time, savagely cruel, hard, untruthful, unchaste; without any loyalty beyond a curious, though not very stable, civic pride; incapable of unified action except in an emergency. » And again he says truly of the same Greek education: « It is the greatest monument the world has known to the insufficiency of human nature when left to its own unaided resources ». Just too is his summary of Roman education and beautifully phrased: « The amazing thing is not that Rome died but that she was so long in dying. The cycle of growth and decay is seen in everything human, and is painfully obvious in every national history. Greek civilization withered away like a cut rose; the Roman died like an old oak ». The Roman was superior because, as Father Kane brings out so forcefully, it stressed virtue rather than mere nimbleness of wit.

In speaking of Christian education Father Kane develops very simply and yet sufficiently the implications of « Docete omnes gentes ». We are shown how Christ revolutionized education primarily by setting forth a new ideal and new educational forces. The clarification of the Christian ideal, set forth at length by Father Kane may seem more in place in an ascetical book than in an educational history; but that only « seems » to be. The fact is that a book destined to circulate among the otherwise cultured whites of America cannot be too painfully like a primer in doing exactly what this book does, present a simple, clear picture of what the Church is and what its teachings are. In a country where fifty millions do not receive even the muddled teaching of latter day sectarianism, even a clear statement of a single article of the Creed is something that has all the air of novelty. It cannot fail to illuminate as well as to surprise.

The education that is associated with the Carolingian revival, the structure and genesis of Scholasticism and the influence of such wide movements as the Crusades all receive sympathetic treatment. It may be that the influence of the Crusades is somewhat over-emphasized. After all that period, which Haskins calls the real Renaissance of Europe, had advanced far before the Crusades were launched.

The bulk of the book deals with education since the Renaissance. This is but natural since we have more detailed factual knowledge, and since at least from the time of the French revolution most governments in the West have made it their business to usurp the function of the family and the Church and force a purely secular ideology, superficially neutral, basically atheistic, on the child. The fact that there has been vastly more education in the sense of more of it necessitates a fuller and more detailed treatment. Father Kane deflates the claims of the Reformation as an intellectual beacon by showing how it ruined schools, stole endowments, narrowed the curriculum of the universities and prescribed its own peculiar, provincial, and today moribund doctrines as a test of the eternal verities.

We might expect a fuller treatment of Jesuit education owing to the undoubted widespread influence it had even after it had disappeared as a corporate thing in Europe. It continued to form the base of the secondary school education. As Belloc well states it, « If today a man may hear Mass in Warsaw or hope that the classics shall survive our modern decay, he owes it to the Society of Jesus ». But perhaps we ourselves overestimate the Ignatian influence. It is true that there was not anything very original in the Jesuits' educational system as far as content was concerned. They kept the medieval values and added whatever good humanism seemed to promise. But the stress of the Constitutions on the training of teachers was original and might perhaps have been discussed more adequately.

Democracy in education and the analysis of very various modern systems occupies much space towards the end of the book. These subjects are handled with great penetration and without any regard for ultra-modern fetishes. In summary we may say that the book is the best short history of education in English, just in the proportions of space allotted to the various systems, and written in a clear style, full of originality and free to a large extent from the jargon which writers on education have affected for so long a period. The bibliographies are full and quite exhaustive; however the fundamental work of Father Herman, *La pédagogie des Jésuites* (Louvain, 1914), is not mentioned.

West Baden College U. S. A.

ALFRED M. BRICKEL S. I.

EUGEN HABERKEN und JOSEPH FRIEDRICH WALLACH. *Hilfswörterbuch für Historiker. Mittelalter und Neuzeit*. Berlin-Grünwald (Verlag für Staatswissenschaften und Geschichte), 1935, 8°, XIV-605 p. — Brosch. RMk. 26.

C'est une réflexion judicieuse qui a donné naissance à ce répertoire : la

nomenclature des dictionnaires historiques se compose principalement, sinon exclusivement, des noms de personnes et de lieux ; quant aux dictionnaires d'institutions, ils se limitent d'ordinaire à un domaine fort réduit et ne sont généralement accessibles qu'aux budgets de bibliothèques importantes. On appréciera dès lors le but essentiellement pratique que se sont proposé les deux auteurs : présenter un lexique *manuel* de termes techniques, principalement de caractère juridique, se limitant, pour rester maniable, aux institutions qui ont une importance marquée dans l'histoire générale de la civilisation. La période considérée va des invasions germaniques à l'empire de Napoléon. Les bornes géographiques sont celles de l'Europe centrale ; pour les autres régions, péninsule ibérique, Amérique et Asie, ne sont relevés à titre exceptionnel que les termes les plus importants. Quant à la rédaction des notices, elle est celle d'un lexique, se limitant à donner le sens précis des termes, sans explications, commentaires historiques ou références. Ouvrage tout différent, on le voit, du répertoire justement réputé de Mr Marcel Marion, *Dictionnaire des Institutions de la France aux XVII^e et XVIII^e siècles*. Mais ce qu'il sacrifie en profondeur et précision, le *Hilfswörterbuch* veut le regagner en étendue ; il catalogue 17.000 mots, dont un quart est objet d'articles, auxquels les autres mots renvoient.

Les auteurs le reconnaissent dans leur préface : un projet de ce genre va nécessairement au devant des critiques : tout spécialiste pourra trouver sa partie non suffisamment traitée et le lecteur un peu exercé de textes historiques y cherchera peut-être plus souvent le sens de termes moins usuels, ceux qu'exclut le dictionnaire. Le volume rendra cependant service, non seulement aux étudiants, mais encore aux spécialistes qui s'aventurent hors de leur domaine propre ; comment ne pas songer aux historiens qui ont négligé l'initiation juridique indispensable au bon maniement des sources ? Nous croyons cependant que tous ces lecteurs souhaiteraient parfois une réponse plus rigoureuse et plus nette à leurs questions ; vouloir ensermer dans une définition générale la nature d'institutions qui ont bien varié au cours de dix siècles ressemble parfois à une gageure et, sans multiplier indéfiniment les distinctions chronologiques et géographiques, l'expérience permettra d'augmenter, par une plus grande précision, la valeur d'usage de ce premier et très méritoire essai.

Quoique elles n'occupent dans le *Hilfswörterbuch* qu'un rang secondaire, les institutions ecclésiastiques, religieuses et monastiques, y sont traitées d'une manière sérieuse. Les jésuites ont eu l'honneur de quelques mentions particulières, pas toujours entièrement exactes. Tel l'article *Profess, b. professus* : les profès des quatre vœux ne sont pas, sauf cas positivement exceptionnels, recrutés parmi les coadjuteurs spirituels, mais parmi les scolastiques ; qu'ils forment dans l'ordre le degré supérieur (die höchste Stufe), soit, mais « die eigentlich aktieve Mitglieder » ? La définition des profès des trois vœux, « membres de l'ordre qui n'ont pas reçu leur for-

mation dans celui-ci, mais y ont été reçus à cause de leur qualités ou de leurs mérites particuliers » ne répond pas à la réalité. Les profès des trois vœux, qui ont tant intrigué les auteurs non jésuites, n'ont d'ailleurs constitué à travers l'histoire de la Compagnie qu'un groupe très réduit et presque exceptionnel, si l'on excepte une brève période sous le pontificat de S. Pie V (1567-1573).

Nous voyons des articles *Lyzeum* et *Gymnasium*, mais au mot *Collegium* n'est pas repris le sens d'institution d'enseignement des humanités, comme les grands et célèbres collèges de la Compagnie en Allemagne, ou d'études supérieures comme le *Collegium Romanum* ou le *Germanicum* qui en était un internat spécialisé. Au mot *Constitutio* serait à ajouter le sens de règles ou statuts d'ordre ou de congrégation religieuse. Le titre *Procurator*, en plus des sens indiqués, en comporte plusieurs autres dans la langue ecclésiastique, comme celui de procureur d'un ordre à Rome ou de procureur d'une mission chargé des affaires de celles-ci sur le sol de la métropole.

Rome

EDM. LAMALLE S. I.

V. - BIBLIOGRAPHIA DE HISTORIA S. I. PRO ANNO 1935

auctore EDMUNDO LAMALLE S. I. - Romae.

*In hac annua bibliographia colligenda, efficaci adiutorio nobis fuerunt RR. PP. Stan. Bednarski pro parte polonica, L. Frías pro articulis hispanicis, L. Pouliot pro parte canadensi, Fr. van Hoeck pro parte neerlandica et Fr. Vanino pro publicationibus croaticis. Quae illis aliisque collaboratoribus debemus, suo loco indicabimus. Stellula * notantur opera quae redactioni periodici missa sunt.*

I. Bibliographica.

1. - * ROMMERSKIRCHEN, Giovanni, O. M. I. *Bibliografia missionaria*. Estratto da « Guida delle missioni cattoliche » redatta sotto gli auspici della S. Congregazione de Propaganda Fide e pubblicata a cura dell' Unione Missionaria del Clero in Italia. - Isola del Liri (Soc. Tip. A. Macioce e Pisani), 1935, 8°, p. 141* à 223*.

Précédée d'une préface par le P. J. Dindinger O. M. I., cette bibliographie courante va du 1 janvier 1933 au 30 juin 1934. Après la littérature de la missiologie générale et pratique, celle de l'histoire des missions est recensée p. 182*-223*. Tous les titres non italiens sont traduits ensuite en cette langue. Le succès de cette bibliographie a décidé son auteur à la continuer d'une manière périodique.

2. - *Compañía de Jesús. Libros presentados a la exposición del libro católico argentino*. Buenos Aires (Imprenta Amorrortu), 1935, in-12, 40 p.

Double catalogue sommaire, en ordre des auteurs (p. 5-24) et des matières (p. 25-40); voir spécialement, dans ce dernier, p. 37-40, la liste des ouvrages sur l'histoire de la Compagnie.

3. - LAMALLE, Edmundus, S. I. *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1933*. AHSI 4 (1935) 174-195 et 370-396.

342 numéros; les nn. 323-342 (p. 390-393) sont le supplément pour les années précédentes.

4. - LA TORRE, Martín de -, y LONGÁS, Pedro. *Catálogo de Códices latinos*. Tomo I. *Bíblicos*. Madrid (Patronato de la Biblioteca nacional), 1935, 8°, XVI-413 p., ill. et planches.

Ce premier et très beau volume du catalogue des manuscrits latins de la bibliothèque nationale de Madrid ne contient encore que les manuscrits bibliques. Dans la série des commentaires des divers livres de l'Écriture, nous relevons la description de traités de divers exégètes S. I. : nn. 129-130, Cypr. Suárez (p. 312-313); n. 133, Fr. de Ribera (p. 315); n. 134, 2, Hier. de Prado (p. 315-316); n. 138, 3-4, Cypr. Suárez (p. 320-21); n. 139, 2, H. de Prado (p. 321-322); n. 141, Hier. Román de la Higuera (p. 323); n. 147, Jac. Martínez (p. 327-328); n. 158, Ben. Pereira (p. 335).

5. - * NACHOD, Oskar. *Bibliographie von Japan 1930-1932. Mit Ergänzungen für die Jahre 1906-1929*. Bd. IV des Gesamtwerkes: Nummer 13596-18398. Aus dem Nachlass ergänzt u. herausgegeben von Dr. Hans Praesent. - Leipzig (Karl W. Hiersemann) 1935, 8°, XVI-351 S. Preis: RM. 38.

Pour la bibliographie missionnaire, voir p. 104-115, mais aussi passim. Voir la recension du P. Schurhammer, AHSI 5 (1936) 115-117.

6. - PORTILLO, Enrique del-, S. I. *El Instituto de la Compañía de Jesús y sus primeras ediciones*. AHSI 4 (1935) 44-67.
7. - RODRÍGUEZ MOÑO, A. R. *Catálogo de los manuscritos de América existentes en la « Colección de Jesuitas » de la Academia de la Historia*. Badajoz (Imp. La Minerva Extremeña), 1935, 8°, 90 p., 10 ptas.
8. - *STEGMÜLLER, Friedrich. *Spanische und portugiesische Theologie in englischen Bibliotheken*. Spanische Forschungen der Görresgesellschaft. Gesamtelte Aufsätze, 5 (1935) 372-389.

L'auteur recense un fort groupe de manuscrits philosophiques et théologiques (surtout des commentaires d'Aristote et de la *Somme théologique*), de l'âge d'or de la Scolastique dans la péninsule ibérique, conservés maintenant à Londres (British Museum et Lambeth Palace), Oxford (Bodléenne et divers collèges) et Cambridge (Université et collèges). A côté de six dominicains, 24 des 36 auteurs cités sont jésuites, la majorité portugais. P. 380-387, relevé systématique d'après des catalogues de bibliothèques, avec description bibliographique et *incipit*. Article fournissant d'importants compléments à la *Bibliothèque* de Sommervogel.

II. De Historia Societatis in universum.

9. - * AIGRAIN, René. *Les universités catholiques*. Paris (Éditions Auguste Picard), 1935, 8°, 79 p.
CR. AHSI 5 (1936) 122-125 (W. Kratz S. I.); Gregorianum 17 (1936) 636 (G. G. Walsh S. I.); Rev. d'hist. eccl. 32 (1936) 410-411 (J. de Ghellinck S. I.).
10. - BERNVILLE, Cayetano. *Los jesuitas*. Traducido del francés por José G. de Ariamendi. - Madrid (Espasa-Calpe), 8°, 277 p.
11. - COEMANS, Auguste, S. I. *Duo emendanda in collectione « Epistularum Praepositorum Generalium »*. AHSI 4 (1935) 124-126.
12. - CRIADO, Raphael, S. I. *Ein neuer Kommentar zu den Konstitutionen der Gesellschaft Jesu*. Zeitschr. f. Ascese u. Mystik 10 (1935) 73-76.
Il s'agit du commentaire, achevé depuis 1932, du P. J. M. Aicardo; cf. AHSI 2 (1933) 96-99.
13. - GYENIS, András, S. I. *A Jezsuita rend Generdlisai. Életrajzi és rendtörténeti vázlatok*. Budapest (Jézus Társasága kiadása), 1935, 8°, 96 p. (= Kiadványok Jézus Társasága Magyarországi történetéhez. Tanulmányok, 2. - Publications ad historiam Societatis Iesu in Hungaria illustrandam, Lucubrations. 2.).

Cette brochure donne une série de notices biographiques sur les PP. Généraux de la Compagnie, depuis S. Ignace jusqu'au T. R. P. Ledóchowski. Les Vicaires généraux en Russie blanche ne sont pas traités séparément, mais dans un article commun (p. 53-57). P. 83-86, bibliographie sommaire de l'histoire de la Compagnie. P. 86-87, une note en allemand expose le but et le caractère de l'opuscule, comme l'auteur l'a exprimé dans son sous-titre: « Biographische und ordensgeschichtliche Skizzen ».

14. - * IRISAY, Stephen d'-. *Histoire des universités françaises et étrangères, des origines à nos jours*. T. II. *Du XVI^e siècle à 1860*. Paris (Éditions Auguste Picard), 1935, 8°, VI-651 p. ill.

CR. AHSI 5 (1936) 122-125 (W. Kratz S. I.); Rev. d'hist. eccl. 32 (1936) 406-410 (J. de Ghellinck S. I.).

15. - LIPPERT, Pedro, S. I. *Los Jesuitas. Su psicología*. Traducción directa del alemán por A. Yanguas S. I. - Bilbao (El Mensajero del Corazón de Jesús), 1935, 8°, 168 p.

Les publications suivantes, nn. 15-18, ont rapport à la controverse sur l'histoire de la suppression de la Compagnie, dans le t. XVI. de l'*Histoire des Papes* du baron von Pastor, et continuent la série indiquée dans notre bulletin précédent, AHSI 5 (1936) 157-158, nn. 12-16.

16. - * KRATZ, Guglielmo, e LETURIA, Pietro, S. I. *Intorno al « Clemente XIV » del Barone von Pastor*. I. *Sull'opera del Pastor*. II. *Sulla paternità del volume*. Roma (Desclée e C.), 1935, 97 p., 2 fac-similés.

CR. Ciencia tomista 54 (1936) 133 (A. C.); Historia 2 (1935-36) 169-170 (G. M. M.); Rev. d'hist. eccl. 31 (1935) 896 (A. D. M.).

17. - MEDA, Filippo. *Papa Ganganelli*. Vita e pensiero 26 (1935) 158-169.

18. - RICHARD, P. *Le martyre de la papauté (1769-1799)*. Rev. d'hist. eccl. 31 (1935) 53-76 et 330-335.

Seule la première partie de cet article (*Clément XIV et Pie VI, 1769-1775*), nous intéresse ici. Dans ces considérations sur le dernier volume de Pastor, on rencontre de bien étonnantes confusions. Nous lisons par exemple que, vers 1773-1775 (p. 55) les Bourbons eux-mêmes n'exécutaient qu'à force de violence, dans leurs états, la dispersion des jésuites... qu'ils avaient dissous et expulsés en 1767. Le reste est à l'avenant et, en particulier, ce qui concerne les jésuites de Russie nous semble écrit avec un « à peu près » regrettable.

19. - ROSA, E., S. I. *Intorno al pontificato di Clemente XIV*. Civ. catt. (1935), I, 17-35.

20. - Id. *Una « milizia in piena disfatta »* Ibid. (1935) I, 250-270.

A propos d'une expression du P. L. Cicchitto O. Min. Conv., dans l'article cité AHSI 5 (1936) 157, n. 13.

III. De Historia Societatis in variis regionibus.

a) Anglia, Scotia, Hibernia.

21. - CUENCA, F. *Actuación de los Jesuitas en Oxford*. Razón y fe 108 (1935) 389-405.

Depuis le bienheureux Edmond Campion jusqu'à nos jours. [L. Frías S. I.].

22. - E. C. *El 25^o aniversario del movimiento de Ejercicios en Inglaterra*. Manresa 11 (1935) 359-371, ill.

23. - * O' CONNELL, John R. *Lyra Martyrum. The Poetry of the English Martyrs 1503-1681. An Anthology*. London (Burns Oates and Washbourne), [1935] 8°, 122 p.

Comme l'écrivait le Cardinal Bourne dans la préface de ce recueil, nous connaissons en détail la vie de plusieurs martyrs anglais grâce à leurs lettres et autres écrits; pour un petit nombre, nous pouvons avoir une perception plus immédiate et profonde de leur âme, car Dieu leur fit le don d'exprimer par la poésie leurs

sentiments les plus intimes. C'est bien ce qui ressort de cette anthologie. Après une introduction historique (p. 7-17), vient un choix de pièces des BB. Thomas More et Philippe Howard, earl d'Arundel (p. 19-49 et 50-52), puis des BB. Henry Walpole et Robert Southwell, tous deux jésuites (53-66 et 67-113), enfin des vénérables John Thulis et Nicolas Postgate (112-122). Du B. Walpole, il faut signaler la complainte sur le martyre du B. Edmond Campion (53-57) et la touchante adaptation du *Coelestis Urbs* « Hierusalem, thy joys divine », qu'il aurait composée en prison. Avec Thomas More, le B. Southwell occupe la place d'honneur dans ce livre ; il est vrai que l'auteur lui conserve l'attribution du long poème sur les fins dernières (*A four-fold meditation*, 92-113), non sans signaler l'attribution par le P. Thurstons au B. Ph. Howard. La proximité constante de la mort, l'encouragement dans la tribulation présente, la pensée des joies du ciel, tout cela rendu immédiatement concret par la persécution même, donne à cette lyrique une note grave et douce, mais d'une singulière profondeur, à travers l'« euphuisme » de la forme.

CR. Anal. holland. 54 (1936) 253-254 (P. Grosjean S. I.).

b) *Argentina.*

Voir au n. 2 (bibliographie) et, pour la période ancienne, les nn. 100-104 (missions).

c) *Austria.*

24. - * BARYSZ, Kornelius, S. I. *Die akademische Kongregation in Wien in der Zeit von 1679 bis 1783*. Präsides Korrespondenz 28 (1934) 194-197, 278-281.

d) *Belgium.*

Voir aussi au n. 93 (Missions).

25. - VERHAEGEN, Paul. *Notre vieux collège Saint-Michel*. Bruxelles (L'Édition Universelle S. A.) 1935, 8°, 18 p. (Extrait de la Revue générale du 15 mars 1935).

Souvenirs historiques publiés en vue de la célébration (15 mai 1935), du centenaire du collège. Ouvert le 29 septembre 1835, le « vieux collège » de Bruxelles a pris depuis 1921 le nom de Saint-Jean-Berchmans, laissant celui de Saint-Michel au « nouveau » collège, fondé en 1905.

e) *Canada.*

Avec la collaboration du P. Léon Pouliot S. I.

Pour la partie ancienne, voir au chapitre des missions, nn. 107-110 (missions de la Nouvelle-France).

26. - * LARAMÉE, Jean, S. I. *Le Vieux Collège de Québec. En marge d'un troisième centenaire (1635-1935)*. Montréal (Oeuvre des Tracts), 1935, in-16, 16 p.

On sait que le collège de Québec, fondé en 1635 par les jésuites, fut le premier collège d'enseignement secondaire dans l'Amérique du Nord non espagnole. Après la conquête du Canada par les Anglais en 1760, le collège de Québec dut fermer ses portes. Les prêtres séculiers recueillirent l'héritage des jésuites dans l'oeuvre de l'éducation. En 1930, le regretté Cardinal Rouleau invitait les jésuites à reprendre à Québec leur rôle d'éducateurs. L'auteur de cette brochure, un des premiers régents du collège de Québec ressuscité, était tout indiqué pour rappeler, à l'occasion du troisième centenaire de la fondation du collège de Québec, les grands mérites de cette maison d'éducation. Il le fait d'une façon brève, mais fort intéressante. [L. Pouliot S. I.].

27. - POULIOT, Léon, S. I. *Mgr Bourget et le retour des jésuites au Canada*. Semaine religieuse de Montréal, 8 janvier 1936, 20-24.

Une lettre inédite de Mgr Bourget au T. R. P. Roothaan, en date du 24 août 1840. Faveurs obtenues à Montréal par l'intercession du bienheureux Alphonse Rodriguez. Désir de voir la Compagnie de Jésus revenir prendre sa place au Canada.

28. - Id. *Un désir de vie religieuse chez Mgr Ignace Bourget*. Ibid. 30 octobre 1935, 725-730.

Le second évêque de Montréal eut, dès le début de son épiscopat, le désir de se démettre de son évêché pour entrer dans la Compagnie. Une lettre au P. Roothaan (S. I. 1842) est fort explicite. La Propagande y mit opposition; l'auteur publie le document trouvé à Rome aux archives de cette Congrégation.

29. - [ROY, P. G.] *Mgr Bourget, jésuite de désir*. Bulletin des recherches historiques 41 (Lévis 1935) 746.

L'auteur résume la trouvaille du P. Pouliot signalée au n° précédent.

f) Colombia.

30. - * MONTTOYA, Arturo, S. I. *Los Jesuitas en Colombia. Boceto histórico*. Bogotá (Imp. del C. de Jesús) 1935, in-12, 24 p. (=Fas, Serie A-8 Enciclopedia Popular Católica N. 29).

Deux parties:

1. *Idea general de la Compañía de Jesús*. (p. 2-6).
2. *La Compañía de Jesús en Colombia* (p. 6-24); a) Primer periodo 1589-1767 (p. 7-12); b) Segundo periodo 1812-1850 (p. 12-15); c) Tercer periodo 1858-1861 (p. 15-16); d) Cuarto periodo 1885-1935 (p. 16-24).

g) Gallia.

31. - CROZET, R. *Le Lycée de Poitiers: la chapelle et les bâtiments anciens*. La Grand'Goule (Poitiers 1935) 59-70.

Nous citons d'après la Rev. d'hist. de l'Église de France 22 (1936) 266: « étude archéologique de l'ancien collège des jésuites, fondé en 1604 ».

32. - * LEUBE, H. *Der Jesuitenorden und die Anfänge nationaler Kultur in Frankreich*. Tübingen (Mohr), 1935, 8°, 35 p.

CR. Deutsche Literaturzeitung (1935) 2255-2256 (G. Hess); Romanische Forschungen 50 (Erlangen 1936) 254-256 (K. Jäckel); Theol. Literaturblatt 57 (Leipzig 1936) 182 (Theobald); Theol. Literaturzeitung 61 (Leipzig 1936) 257 (W. Kalckhoff); Theolog. Revue 35 (1936) 151-152 (E. Böminghaus S. I.); Zeitschr. f. Kirchengesch. 55 (1936) 414-415.

L'AHSI en rendra compte prochainement.

33. - THELLIEZ, C. *Les bâtiments du Grand Séminaire de Cambrai*. Semaine religieuse du diocèse de Cambrai (1935) 306-308. 314-316, 327.

« Histoire des achats de terrains sur lesquels les jésuites construisirent l'édifice [le collège de Cambrai] devenu le grand Séminaire » Rev. d'hist. de l'Église de France 22 (1936) 99-100.

h) Germania.

34. - BONE, Helmut. *Die Kirchenbauten der Jesuiten in Schlesien*. Halle (Buchdruck. d. Waisenhauses), 1935, 4°, 58 p. 20 pl. (= Dresden, Diss. 1934).

CR. Archiv. f. schles. Kirchengesch. 1 (1936) 271; Zeitschr. des Vereins f. Geschichte Schlesiens 70 (1936) 512 (P. Bretschneider).

35. - * GREVEN, Joseph (†). *Die Kölner Kartause und die Anfänge der katholischen Reform in Deutschland*. Aus dem Nachlasse des Verfassers mit seinem Lebensbilde herausgegeben von Wilhelm Neuss. — Münster i W. (Aschendorff), 1935, 8°, XV-120 p., portrait (= *Katholisches Leben und Kämpfen im Zeitalter der Glaubensspaltung*. Vereinschriften der Gesellschaft zur Herausgabe des Corpus Catholicorum, 6.)

CR. Cathol. histor. review 22 (1936) 196-197 (J. M. Lenhardt O. M. Cap.); Nouv. rev. theol. 63 (1936) 489-490 (M. Dykmans S. I.); Ons geestelijk erf 10 (1936) 240-241 (J. Van Mierlo S. I.); Theologie und Glaube 28 (1936) 489-490 (A. Herte).

L'AHSI en rendra compte prochainement.

36. - * HOFFMANN, Hermann. *Die Jesuitenmission in Breslau 1581-1595*. Zeitschr. d. Vereins f. Gesch. Schlesiens 69 (1935) 146-183.

Dans un article antérieur, Mr Hoffmann avait exposé dans leur ensemble les efforts prolongés des princes-évêques de Breslau pour obtenir la fondation d'un collège : *Zur Vorgeschichte der Jesuitenniederlassungen in Schlesien*, Schlesische Gesellsch. f. vaterl. Kultur, Jahresbericht 1934, 212-246, cf. AHSI 5 (1936) 162, n. 42. Le manque d'hommes ne permit d'accorder à l'évêque Martin Gerstman qu'une mission temporaire. L'histoire détaillée de celle-ci fait voir, d'une part les fruits du travail apostolique des deux missionnaires, les PP. Krabler et Corvinus, d'autre part les négociations continuées avec ténacité pour faire continuer cette mission et la remplacer par un collège. L'auteur utilise les correspondances inédites (des archives de la Compagnie de Jésus) et reproduit le texte de douze lettres.

37. - * KRETSCHMER, Eugen. *Die Glogauer Jesuitenkirche*. Glogau (Kommissionsverlag: Glogauer Druckerei) 1935, 8°, 62 p. 8 ill.

CR. AHSI 6 (1937) 119 (W. Kratz S. I.); Zeitschr. d. Vereins f. Geschichte Schlesiens 70 (1936) 517-518 (E. Walter).

38. - * MAYER, Hermann. *Nachtrag zu dem Aufsatz: « Die Jesuiten und die Freiburger Münsterkanzlei »*. Freiburger Diözesan-Archiv 36 (1935) 207-210.

Complément à l'article du même auteur, analysé AHSI 3 (1934) 180, n. 40.

39. - * MÜLLER, Johannes. *Die Anfänge des Heiligenstädter Jesuitenkollegs*. Unser Eichsfeld 30 (Duderstadt 1935) 59-70, 2 fig.

Les jésuites vinrent à Heiligenstadt en 1591. Après quelques détails sur la topographie du collège et des alentours (Jesuitenviertel) en 1597 et 1646 (avec croquis et fac-similé), le corps de l'article est occupé par le texte d'une longue lettre du P. recteur Joh. Mestorf à l'électeur de Mayence (18 février 1601); on y saisit sur le vif la nature des rapports entre les Pères et la municipalité et aussi les détails de la vie religieuse de la ville à l'époque de la contre-réforme.

40. - * PFEILSCHIFTER, Georg. *Friedrich Nicolais Briefwechsel mit St. Blasien. Ein Beitrag zu seiner Beurteilung des Katholizismus auf Grund seiner süddeutschen Reise von 1781*. München (Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften), 1935, 8°, 97 p. (= Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften. Philosophisch-historische Abteilung, Jahrgang 1935. Heft 2.)

Nous avons d'abord l'édition de la correspondance (1782-1787) entre Nicolai et l'archiviste de l'abbaye de Saint-Blaise Maurice Ribbele O. S. B., trois lettres du premier et 17 du second (p. 13-55). L'auteur examine ensuite la position de Nicolai à l'égard de la religion et spécialement de l'Église catholique (p. 59-97). Plus encore que les moines, les jésuites, qui venaient d'être supprimés, furent un objet d'aversión et de sarcasmes pour cet adepte de l'« Aufklärung » (p. 83-85). Ses contemporains riaient déjà de sa manie de sentir des jésuites partout et Goethe a ridiculisé dans le *Faust* cette « Jesuitenriecherei ». [W. Kratz S. I.]

41. - * REDIGER F. *Zur dramatischen Literatur der Paderborner Jesuiten*. Emsdetten (Lechte), 1935, 8°, 44 p. (= Münster Phil. Diss.).

Les travaux récents sur le drame scolaire des jésuites, y compris l'exposé plus synthétique du P. J. Müller S. I., *Jesuitendrama* (Augsburg 1930, 2 vol.), se sont surtout attachés aux manifestations de cet art dans l'Allemagne du Sud. Le but de l'auteur est d'apporter un complément pour l'Allemagne du Nord. La première partie de cette dissertation donne successivement: 1) le relevé, en ordre de matières, des pièces jouées à Paderborn; 2) comparaison entre un *Tobias* anonyme de Paderborn (1597), celui de Cornelius Schonaeus (dans son *Terentius christianus*) qui a servi de modèle, et un drame jésuite sur le même sujet dans l'Allemagne du Sud (à Freising, 1597); 3) examen d'un *Job*, joué à Paderborn à la belle époque (1655). La seconde partie (p. 34-60) tire les conclusions de ces éléments et souligne le caractère propre des oeuvres écrites dans le Nord, dû entre autres causes à la différence des conditions faites à l'apostolat des Pères.

42. - SCHNELL, Hugo Karl Maria. *Der Bürgersaal in München, Kirche der Marienischen deutschen Kongregation der Herren und Bürger zu Unserer Lieben Frauen Verkündigung. Neuhauserstrasse 47. Patronat: Die Allerheiligste Dreifaltigkeit*. München (Dreifaltigkeitsverlag), 1935, 8°, 16 p.

43. - SCHULZE, Rud. *Der Aufenthalt der Königin Christine von Schweden in Münster (31. Juli - 1. Aug. 1654) auf ihrer Reise nach Rom*. Westfalen 20 (1935) 160-172.

Avec une relation latine, écrite le 6 août 1654, par un jésuite de Münster.

i) *Graecia*.

44. - * HOFMANN, G., S. I. *Il Vicariato apostolico di Constantinopoli. 1453-1830*. Documenti, con introduzione, 7 illustrazioni ed indici dei luoghi e delle persone. — Roma (Pont. Institutum Orientalium Studiorum), 1935, gr. 8°, 336, p., ill. (= *Orientalia Christiana Analecta*, 103).

L'introduction est formée par le texte d'une conférence donnée à l'Institut Oriental le 22 février 1934. Dans les documents publiés ensuite, principalement des relations de visiteurs ou de vicaires apostoliques, d'importants passages se rapportent aux missionnaires jésuites: p. 40-41: relation du P. Gobin sur les écoles S. I. (1610); dans la relation du visiteur ap. Pierre Demarchis, O. P.: p. 1-46, l'église et le couvent de S. Benoît (S. I.) (1622); p. 69-71 visite apostolique de S. Benoît par Mgr Giacinto Subiani (1648); p. 84-85: visite du P. P. David di S. Carlo, O. Carm. (1700); p. 93: visite du Vic. apost. Gallani (1715); p. 100: relation du Vic. Apost. Mauri (1721); p. 110-115: relation du Vic. apost. Fr. Ger. Bona (1748); p. 131-135, relation du P. Bouchi sur les ministères S. I. (1758); p. 156-162 « religiosi » dans la relation de Biagio Pauli (1760); p. 178-182, id. (S. I.) (1765); 233-235, relation du Vic. apost. Fronton (1803: S. Benoît).

CR. Rev. d'hist. eccl. 32 (1936) 525-526 (Ch. Martin S. I.).

45. - LAURENT, V., A. A. *La mission des jésuites à Naxos, de 1627 à 1643. Relation inédite*. Échos d'Orient 33 (1934) 218-226, 354-375; 34 (1935) 97-105, 179-204, 350-367, 472-481.

Le P. Laurent fonde sur des arguments solides son attribution au P. Matthieu Hardy S. I. de cette longue et intéressante relation anonyme, écrite sans doute pour intéresser à la mission des amis de France. A noter dans l'avant-propos le paragraphe esquissant le caractère particulier de la mission française dans l'Archipel, semant des foyers de culture à la frontière des deux mondes latin et grec, au bénéfice de l'un et de l'autre; on aimerait voir reprendre d'après les sources le développement de ces idées. L'édition est faite d'après un manuscrit des archives de Saint-Benoît de Galata.

CR. Rev. d'hist. eccl. 30 (1934) 963 (G. D.).

j) *Helvetia.*

46. * HUWILER, Sebastian. *Das Professorenverzeichnis des Jesuiten-Kollegiums in Luzern (1573-1773)*. Geschichtsfreund 90 (Stans 1935) 131-264. — Tiré-à-part, même titre: Stans (Paul v. Matt u. Cie.) 1935 8°, 134 p., ill.
CR. AHSI 6 (1937) 119-121 (J. Wicki S. I.); Zeitschr. f. schweizerische Kirchengesch. 30 (1936) 337-339 (M. Büsser).

47. - * SCHNYDER, Wilhelm. *Geschichte der Grossen Lateinischen Kongregation in Luzern*. Auf Grund der 1885 herausgegeben Schrift von Bernhard Fleischlin neu bearbeitet. — Luzern (Räber u. Cie), 1935, 8°, 155 p., ill. Preis: Schw. Fr. 3.
CR. AHSI 6 (1937) 119-120 (J. Wicki S. I.).

k) *Hispania.*

Voir aussi les n. 4, 7, 8 (bibliographie), et dans la seconde partie de ce bulletin, § V, activités particulières.

48. - * CAMACHO BAÑOS, Angel. *Discursos leídos ante la Academia Sevillana de Buenas Letras por el Sr... y por el Excmo y Rvmo Sr. Dr. D. Balbino Santos y Olivera, obispo de Málaga, en la recepción pública del primero*. Sevilla, 1935, III-57-VI p., ill.

P. 1-57: *El Templo de San Luis de Sevilla*. Monographie systématique, richement illustrée. P. 47-57: notes bibliographiques.

49. - * CASCÓN, Miguel, S. I. *Fuentes jesuíticas en el teatro de Lope de Vega*. Boletín de la biblioteca de Menéndez Pelayo 17 (Santander 1935) 388-400.

Oeuvres de jésuites, auxquelles Lope de Vega emprunte des sujets pour ses oeuvres dramatiques: *Flos sanctorum* de Ribadeneira, *Historia de España* de Mariana, *Comentarios de las alteraciones de Flandes* de Martín del Río [L. Frías S. I.].

50. - HORNEDO, Rafael M. de. *A propósito de una fecha: 1572. Lope en los estudios de la Compañía de Jesús en Madrid*. Razón y fe 108 (1935) 52-78.

Il semble indiscutable que Lope de Vega étudia chez les jésuites, mais il n'est pas aisé de situer ces études parmi les rares faits datés que l'on croit connaître de la vie du poète. L'auteur s'appuie ici sur une circonstance importante et non encore signalée: des documents (qui ont échappé au P. Astráin) prouvent que les jésuites, installés à Madrid dès 1560, n'y ont ouvert leurs classes qu'en 1572. Plaçant en 1572-1574 les deux années que Lope passa en ce collège, l'auteur groupe ensuite les indices sur la nature de ces études, leurs éléments positifs et leurs déficiences.

51. - ID. *Homenaje de Lope de Vega en sus obras sueltas a la Compañía de Jesús*. Boletín de la biblioteca de Menéndez Pelayo 17 (1935) 298-321.

Éloges donnés à la Compagnie, ses saints et ses savants, recueillis dans les *Obras sueltas*, titre donné aux oeuvres non dramatiques dans la collection (l'édition de Cerdá y Rico) dont se sert l'auteur de cet article [L. Frías S. I.].

52. - MUNAR, G., M. SS. CC. *Los Órdenes religiosos a Mallorca. I. La Companyia de Jesús*. Lluch 15 (1935) 15-24 et 38-40, 4 grav.

Notes historiques sur le collège de Montesión à Majorque. La fundació (1561); el ministeri de l'ensenyança; les Congregacions marianes; altres ministeris apostòlics; expandiment i exclaustració de la Companyia a Mallorca (1767, 1835); il·lustrats jesuïtes mallorquins; nota sobre les fonts d'aquest capítol. — L'auteur a consulté et cite des sources d'archives.

l) *Hungaria.*

Voir aussi au chapitre des missions de Chine, n. 158.

53. - *SCHWARZ VON MEGYES, Robert, *Die Geschichte des Kollegs der Gesellschaft Jesu in der Königlichen Freistadt Sopron (Ödenburg) 1636-1773*. Veszprém, Ungarn (Diözesandruckerei), 1935, 8°, VIII-119 p., ill. Preis: 2 pengő.
CR. AHSI 4 (1935) 348 (J. Kleijntjens S. I.); Magyar kultura 22 (1935) 281 (A. Gyenis S. I.).

54. - TEMESVÁRY, János. *Adalékok az Erdélyi jezsuita rendházak eltörlésének történetéhez*. Budapest (Jezus-Társasága kiadása). 1935, 8°, 36 p. (= Kiadványok Jezus-Társasága Magyarországi történetéhez. Források 2. - Publicationes ad historiam Soc. Iesu in Hungaria illustrandam. Fontes 2).

« Contribution à l'histoire de la suppression des maisons de l'ordre des jésuites en Transylvanie ». Après une brève préface du P. André Gyenis S. I. (p. 4), publication intégrale de trente lettres d'ex-jésuites de Transylvanie qui déclarent, conformément à une circulaire impériale, à quel évêché ils désirent être appliqués (p. 5-27). Suivent quelques documents administratifs et une lettre du régent du colège noble de Kolosvar, sur le même sujet (p. 28-34). Tous les documents sont en latin.

m) *Italia.*

55. - *LEANZA, A., S. I. *Nel cinquantesimo del Collegio di Messina dei PP. della Compagnia di Gesù (1884-1934)*. Messina (Officine Grafiche Principato), 1935, 8° 125, p.

CR. AHSI 5 (1936) 129-130 (I. Azzolini S. I.).

56. - MARCH, Giuseppe M., S. I. *Vicende d'un Guido Reni del Gesù di Roma. Da Clemente XIV a Carlo III*. AHSI 4 (1935) 127-136.

CR. Arch. della R. deput. romana di storia patria 58 [N. S. 1] (1935) 338 (E. C.).

57. - *TACCHI VENTURI, Pietro, S. I. *Le convenzioni tra Giov. Battista Gaulli e il Generale dei Gesuiti Gian Paolo Oliva per le pitture della cupola e della volta del tempio Farnesiano*. Roma 13 (1935) 147-156, 2 phot. hors texte.

Paru également et sous le même titre, mais sans illustrations, dans: Atti del III Congresso nazionale di studi romani, vol. II, Bologna (L. Capelli) 1935, p. 260-269.

Le grand mécène que fut le P. Oliva (général de 1661 à 1681) continua au Gesù l'oeuvre des PP. Aquaviva et Vitelleschi en confiant à son jeune compatriote, le génois Giambattista Gaulli (dit « il Baciccia ») la peinture de la coupole et de la voûte de la nef. Le P. T. V. publie le texte de la convention, fixant les honoraires et les délais prévus. L'artiste acheva la coupole pour le premier centenaire de l'ouverture de l'église (1574) et la voûte en décembre 1579, deux ans avant le terme fixé, et fut généreusement récompensé par les PP. Oliva et de Noyelles. L'auteur publie également une requête du P. Oliva au duc Ranucio Farnese (19 sept. 1679) qui accepta de payer les frais de la décoration de la voûte du chœur et de la confier également à Gaulli.

n) *Iugoslavia.*

Avec la collaboration du P. Miroslav Vanino S. I.

58. - BÜSENDORFER, Josip. *Isusovci, osnivači župa i škola u Osijeku*. Prilozi za književnost, jezik, istoriju i folklor 15 (1935) 106-112.

« Les jésuites fondateurs de paroisses et d'écoles à Osijek. » Bref exposé de ce que firent les Pères, dans cette ville de la Croatie orientale, pour l'érection d'une paroisse et de ses filiales, la fondation d'écoles élémentaires et d'humanités. L'auteur termine par la liste des Pères « qui in missione Essekienzi desudarunt » 1690-1773. [M. V.]

59. - * Id. *Urbarni Osječkih Isusovaca 1746-1747*. Vrela i prinosi (Fontes et studia pro historia S. I. in finibus Croatorum) 5 (Sarajevo 1935) 62-78.
« Urbarium residentiae S. I. Essekinensis 1746-1747 ». Le rôle des redevances dues à la résidence d'Osijek, avec publication (p. 68-76) d'un document latin contemporain.
60. - * FANCEV, Franjo. *Prvi poznati diletanti Isusovačkoga školskog teatra u Varaždinu i Zagrebu*. Vrela i prinosi 5 (1935) 127-139.
« Nomina actorum theatri scholarium Varaždini et Zagrebiae quae prima innovuerunt ». Avec le texte des programmes ou « perioche » de deux pièces : *Instabilis fortunae ludus sive Alvarus Luna* (Varaždin 1710) et *Balthasar* (Zagreb 1752).
61. - * GALINEC, Franjo. *Marko Marulić kao teološki ugled i književni izvor u nauci Isusovaca XVI. i XVII. stoljeća*. Vrela i prinosi 5 (1935) 97-92, un fac-simile.
« De usu operum Marci Marulić in Soc. Iesu saec. XVI et XVII ». P. 87-92, texte (latin) de la dédicace aux PP. de la Compagnie de l'édition d'Anvers de 1584 de son *De bene beateque vivendi institutione*.
62. - * MATIC, Tomo. *Isusovačke škole u Požegi (1698-1773)*. Vrela i prinosi 5 (1935) 1-61 ill.
« De scholis Societatis Iesu Požegani (1698-1773) ». Monographie systématique. P. 38-42, liste des pièces de théâtres jouées au collège, 1729-1772; p. 54-58 liste des supérieurs et recteurs, préfets et professeurs; p. 59-61, statistique des élèves du collège de Požega.
63. - PAVLOVIĆ, Dragoljub. *O školskim prilikama u Dubrovniku XVII veka*. Prilozi 15 (1935) 78-85.
« Les écoles de Raguse au XVII^e siècle ». L'auteur traite presque exclusivement des écoles que la Compagnie eut à Raguse aux diverses époques, jusqu'à ce que l'école d'humanités fut définitivement remise à la Compagnie, grâce à la fondation d'un collège au moyen du patrimoine du P. Marin Gundulić. L'auteur ajoute : 1) le décret du conseil de la ville sur la cession de cette école aux Pères (1655); 2) la liste des professeurs, 1601-1773. [M. V.]
64. - * PREDRAGOVIĆ, Josip, S. I. *Hrvatski novaci u Trenčinu (1656-1773)*. Vrela i prinosi 5 (1935) 140-161.
« Novitii Croati in Domo probationis Trenchinensi 1656-1773 ».
65. - * TURKOVIĆ, Milan. *Prošlost opatije B. Dj. Marije Vallis Honestae de Gotho seu Kuttyeva 1232-1773*. Susak (Primorski Stamparski Zavod), 1935, 8°, 87 p., ill.
Mr le Professeur Turković avait raconté dans un autre article, * *Opatija B. Dj. Marije de Gotho*, Bogoslovska smotra 23 (1935) 47-62, l'histoire de l'abbaye cistercienne de Sainte-Marie de Gotho (ou de Kutjevo), de sa fondation en 1232 à sa disparition en 1526 ou 1537. Cette seconde étude en reprend l'histoire, d'abord brièvement sous les cisterciens avant l'occupation turque (p. 3-13), puis sous les tures, 1536-1686 (p. 14-28), après la libération, donnée par l'empereur au chanoine Jean Joseph Babić, 1689-1698 (p. 29-40), enfin en possession de la Compagnie de Jésus (1698-1773), à laquelle Babić la remit pour assurer l'entretien du collège S. I. de Požega (p. 41-82). Voir p. 47-51 le texte des documents impériaux (1700) relatifs à cette donation. L'auteur suit l'histoire de la propriété aux mains des Pères, illustrant son exposé de larges extraits de documents. P. 81-82, liste des supérieurs (1698-1731) puis recteurs (1732-1773) de Požega.

o) *Lusitania.*

66. - MAURICIO, Domingos. *Os Jesuitas e a filosofia portuguesa dos séc. XVI a XVIII*. I. *As origens*, Pedro da Fonseca. II. *Os Conimbricenses*, Suarez. Molina. III. *Os Manualistas*, Baltasar do Amaral, Baltasar Telles. Bro-téria 21 (Lisboa 1935) 257-266 et 310-329; 22 (1936) 395-410.

67. - Id. *Os Jesuitas e o ensino das Matemáticas em Portugal*. Ibid. 20 (1935) 189-205.

Fou Francisco Gomes Teixeira, dans son *Historia das matemáticas em Portugal* découvre dans l'Inquisition et les jésuites, naturellement, la cause de la décadence des mathématiques au Portugal au 17^e siècle; seule la réforme de Pombal fera connaître les progrès faits à l'étranger. - L'auteur n'a pas de peine à montrer la valeur des professeurs S. I. qu'on fit venir au Portugal, même de l'étranger (Borri, Stafford, Thomas...) et surtout l'enthousiasme avec lequel les jésuites firent immédiatement connaître à leurs compatriotes les grandes découvertes scientifiques du 18^e siècle.

68. - * RODRIGUES, Francisco. *A Companhia de Jesus em Portugal e nas Missões*. Secunda Edição. Porto (Edições do Apostolado da Imprensa), 1935, 8°, 72 p.

69. - SILVA, R. da-. *O Marquês de Pombal Irreligioso ou Católico?* Brotéria 20 (1935) 5-11.

A propos de l'apologie publiée par un descendant de Pombal, João de Saldanha Oliveira e Sousa, *O Marquês de Pombal. Sua vida e morte cristãs (documentos inéditos)*, Lisbonne, 1935. Pour rendre bien difficile la foi aux manifestes et aux protestations de Pombal lui-même (qui sont la base de cette nouvelle apologie), il reste le fait de sa politique brutale à l'égard du S. Siège et la haine implacable dont il poursuivait la Compagnie de Jésus, au Portugal, aux missions et partout ailleurs.

p) *Luxemburgum.*

70. - STEFFEN, Albert. *Baugeschichte der Luxemburger Jesuitenkirche*. Luxemburg (Hofbuchdruckerei Joseph Beffort), 1935, 8°, 128 p.

Histoire détaillée de la construction, d'après les documents d'archives, comptes et autres, très largement reproduits. - Acquisition du terrain (p. 11-17); devis pour la construction (18-26); architectes, constructeurs et artistes (27-46); ressources financières pour la bâtisse (46-63); dépenses pour le matériel et le travail (65-79); dates de la construction jusqu'à 1631 (80-116); embellissements et acquisitions de mobilier au 18^e siècle (117-128).

CR. Bull. trimestr. de l'Institut archéol. luxemb. 11 (Arlon 1935) 78-79.

q) *Neerlandia.*

71. - LINDEMAN, C. J. O. E. S. A. *De doop- en trouwboeken van de voorm. Jesuitenstatie te Utrecht*. Archief voor de geschiedenis van het aartsbisdom Utrecht 59 (1935) 377-379.

Le livre des baptêmes et des mariages de l'ancienne « station » des jésuites à Utrecht.

72. - POST, R. *Verslagen over de jaren 1677, 1678, 1679 en 1681, door den Procurator der Jesuiten in Rome ingeleverd. — Verslagen over de jaren 1681, 1682, 1683, 1684, door den Superior der Jesuiten, Henricus van der Beets, den 15 oct. 1685 ingezonden*. Archief v. d. geschiedenis v. h. aartsbisdom Utrecht 59 (1935) 79-106.

Continuation de la publication indiquée dans l'AHSI 5 (1936) 168, n. 79.

73. - STERCK, J. F. M. *Pastoor Augustijn Bloemaert en de Jezuïeten*. Haarlemsche bijdragen 22 (1935) 301-306.

Cf. AHSI 5 (1936) 168, n. 81.

74. - VAN HOECK, F., S. I. *Culemburgensia. Rond een Request*. Archief voor de geschiedenis van het aartsbisdom Utrecht 59 (1935) 201-225.

Les jésuites de Culemborg eurent beaucoup de difficultés à souffrir de la part des jansénistes. P. 204-225, texte d'un mémoire apologétique que le P. Borsen écrivit en 1722 contre leurs attaques.

r) Nicaragua.

75. - ESCOBAR, Esteban. *Biografía del general Don Pedro Joaquín Chamorro*. Managua, Nicaragua (Tipografía « La Prensa »), 1935, 8°, II-398 p.

Le général Chamorro, joua un rôle important dans l'histoire de la république de Nicaragua, dont il fut président de 1875 à 1879. La « cuestión Jesuitas » soulevée avant sa présidence (cf p. 49-51) et pendant celle-ci (p. 84-92), mais traitée alors par lui dans un sens de justice et de paix, fut soulevée de nouveau sous son successeur et aboutit alors à l'expulsion des Pères du Nicaragua, après des incidents violents. Voir p. 270-317, l'attitude courageuse de l'ex-président Chamorro dans cette affaire et le texte de sa correspondance avec le président Zavala en faveur des persécutés.

s) Polonia.

Avec la collaboration du P. Stanislas Bednarski.

76. - * Académie polonaise des sciences et des lettres. Académie des sciences hongroise. *Étienne Batory, roi de Pologne, prince de Transylvanie*. Cracovie (Imprimerie de l'Université des Jagellons), 1935, gr. 8°, VII-591 p., ill.

Voir spécialement:

Vencel Biró, *La politique religieuse et scolaire de Báthory en Transylvanie* (p. 47-70); Edouard Kuntze. *Les rapports de la Pologne avec le Saint-Siège à l'époque d'Étienne Batory* (p. 133-211 surtout p. 168 ss, pour l'action de Possevino); Thaddée Glemma, *Le catholicisme en Pologne à l'époque d'Étienne Batory* (p. 335-374). L'AHSI en rendra compte prochainement.

77. - BARYCZ, Henryk. *Historja Uniwersytetu Jagiellońskiego w epoce humanizmu*. Kraków (Polska Akademia Umiejętności), 1935, 8°, 762 p.

« Histoire de l'Université des Jagellons à l'époque de l'humanisme ». Au milieu du XVI^e siècle, l'activité scientifique de l'Université des Jagellons commençait à décliner. Entre autres moyens de réforme, Possevino et d'autres, aussi des étrangers à la Compagnie, proposaient une certaine union avec le collège S. I., union vivement repoussée par l'Université. L'auteur fait l'histoire de ces négociations au livre II, art. 6 et au livre III, art. 2 et 3. Il fait également mention des études faites à l'Université par des hommes qui entrèrent ensuite dans la Compagnie et l'illustrèrent, comme les PP. Skarga, Wujek, Herbst [St. B.].

78. - BEDNARSKI, Stanisław, S. I. *Dzieje kulturalne jezuickiego kolegium we Lwowie w. XVIII. Przegląd powszechny* 207 (Warszawa 1935) 130-143.

Histoire de l'activité culturelle du collège de la Compagnie à Lwów au XVIII^e siècle, considérée surtout comme introduction à la biographie du célèbre poète I. Krasicki, élève de ce collège [St. B.].

79. - * Id. *Jezuici polscy wobec projektu ordynacji studjów*. *Przegląd powszechny* 205 (1935) 69-84.

Un résumé de ce travail, communication faite à l'Académie polonaise des sciences et des lettres (séance du 29 nov. 1934), se trouve dans le Bulletin interna-

tional de l'Académie polonaise des sciences et des lettres, classe de philologie, classe d'histoire et de philosophie (1934) 152-155.

80. - * Id. *Polonica w Archiwach jezuickich*. Warszawa (Wydawnictwa Kasy im. Mianowskiego) 1935 (= Nadbidka z « Nauka Polska », 3 [1935] 141-167).

Bref conspectus sur les sources manuscrites relatives à l'histoire de la Compagnie en Pologne et qui se trouvent dans les diverses archives de la Compagnie, et aussi dans des fonds d'archives d'États.

81. - *Dzieje literatury pięknej w Polsce*. Kraków, 1935, 2 vol. 8°, 376 et 696 p. (= *Encyklopedia Polska*, ed. Polska Akademia Umiejętności, t. XXI, 2de édit.).

Dans cette histoire de la littérature polonaise, qui forme le t. XXI de l'Encyclopédie polonaise publiée par l'Académie polonaise des sciences, nous relevons les articles suivants:

T. SINKO, *Poezja nowołacińska w Polsce* (t. I, p. 73-145), la poésie néolatine en Pologne, spécialement les articles III, *Barok jezuicki* (Sarbielewski, etc.), IV *Czasy saskie*, et V *Czasy stanisławowskie*.

A. BRÜCKNER, *Poezja polska w. XVIII* (230-294), la poésie polonaise du 17^e siècle; Id. *Poezja czasów saskich* (p. 295-306), la poésie au temps des rois saxons; I. CHRZANOWSKI, *Poezja polska za czasów Stanisława Augusta* (p. 295-306), la poésie au temps de Stanislas-Auguste. - passim.

M. SZYJKOWSKI, *Dramat w Polsce* (t. II, p. 279-496), le drame en Pologne, spécialement I, art. 2, pour le 17^e siècle (dramas de colléges) et II, art. 1 pour le 18^e siècle (le P. Bohomolec, père de la comédie polonaise). [St. B.].

82. - MORAWSKI, K., S. I. 350 lat pracy duchowej sodalicyi w świecie, a w szczególności w Polsce. Przegląd powszechny 205 (1935) 331-340.

Trois siècles et demi des Congrégations mariales, spécialement en Pologne.

83. - *Pamiętnik VI powszechnego Zjazdu historyków Polskich w Wilnie*. Lwów, 1935-1936, 2 vol. 8°, 575 et 484 p.

Livre mémorial du VI Congrès des historiens polonais, tenu à Wilna les 17-20 septembre 1935; t. I: conférences, t. II: comptes-rendus.

Dans la 4^e section (histoire de la civilisation) plusieurs sujets furent traités qui intéressent l'histoire de l'activité de la Compagnie en Lithuanie:

St. BEDNARSKI S. I. *Dwieście lat wileńskiej Akademii Jezuickiej, 1570-1773*. Deux siècles de l'histoire de l'Académie de Vilna; résumé synthétique.

St. KOT, *Rozwój życia umysłowego na Litwie w stuleciu reformacji i humanizmu 1530-1630*. L'activité intellectuelle en Lithuanie au temps de l'humanisme et de la réforme.

L. TOMKIEWICZ, *Dzieje Unii kościelnej w W. Księstwie Litewskim*. Histoire de l'union des églises dans le grand-duché de Lithuanie 1599-1795.

O. HALECKI, *Dzieje Unii kościelnej w W. Księstwie Litewskim do r. 1596*. Les commencements de l'union des églises en Lithuanie jusqu'en 1596. [St. B.].

84. - WASCHINSKI, *Ignatius von Loyola und Stanisław Konarski, zwei Lehrer und Erzieher der polnischen Nation*. Deutsche wissenschaftliche Zeitschrift für Polen H. 29. 1935 (= Sonderheft zur 50jahrfeier der Historischen Gesellschaft für Posen).

Cité d'après: Slavische Rundschau 8 (Prag 1935) 63.

t) Russia.

85. - DERUGA, Aleksy. *Katolicyzm w Moskwie, 1684-1704*. Przegląd powszechny 208 (Warszawa 1935) 171-184, 361-374.

Le catholicisme à Moscou. L'auteur parle des Pères de la province de Bohême, missionnaires à Moscou au temps de Pierre le Grand et dont les lettres furent publiées en 1904 par la Commission archéographique de Saint-Petersbourg.

u) *Status Foederati Americae.*

Pour la partie ancienne, voir au chapitre des missions, nn. 121-126.

86. - * RYAN, Leo Raymond. *Old St. Peter's. The Mother Church of catholic New York (1785-1935)*. New York (The United States catholic historical Society), 1935, 8°, XIII-282 p. (= Historical Records and studies, Monograph Series, XV).
Chap. VI. Pastorates of Reverends Anthony Kohlmann S. I., V. G., and Benedict Fenwick S. I. (1815-1817). p. 94-131.
CR. Mid-America 18 (1936) 143-144 (P. Kiniery).

v) *Tchecoslovaquia.*

87. - CYZEVSKÝ, D. *Aus den neuen Veröffentlichungen über die czechische Barockdichtung*. Zeitschr. f. slavische Philologie 11 (1934) 426-432, 12 (1935).
L'auteur passe en revue les études de Mr V. Bitnar et du Prof. J. Vašica (rééditions de poèmes du P. Bridel; *O české barokní poezi...*) dont nous avons parlé jadis.

88. - * *Pamiatke Trnavskej University, 1635-1777*. Trnava (Spolok Sv. Vojtecha), 1935, 4°, 306 p. + index, illustrations dans le texte et 7 planches hors texte.
CR. AHSI 6 (1937) 121-123 (Th. Spáčil S. I.).

89. - * *Trnavsky sborník. K 300. výročí založení University v Trnavě*. Vydala Učená Společnost Šafarikova v Bratislavě. — Bratislava (Tiskárna ve státní tiskárně v Praze), 1935, 8° 113 p., ill.
CR. AHSI 6 (1937) 123-124 (Th. Spáčil S. I.); Český čas. histor. 42 (1936) 421-422.

90. - * VAŠICA, Josef. *Legenda Svatoivanská*. Praha, 1935, 8°, 21 p. (Extrait de « Řád » 2, 1935).

« La légende de S. Ivan ». Avant d'étudier critiquement ce que fut dans la réalité la vie de S. Ivan (§ 3, *Sv. Ivan ve skutečnosti*, p. 13-21), Mr le Prof. Vašica en examine l'image 1) chez le poète Frédéric Bridel S. I. dont la *Vita S. Ivani, primi in regno Bohemiae eremitae* (Prague 1656, en tchèque 1657) excita la verve de Papebroch (« est panegyris, prosa et versu contexta, nec quidquam minus quam historia »), mais offre un exemple intéressant de littérature baroque (p. 3-15); 2) chez les anciens historiographes tchèques, à commencer par les jésuites Nicolas Salius et Bohuslav Balbin.

IV. Missiones.

* a) *Opera generalia.*

Voir aussi au n° 1 (*Bibliografia missionaria*)

91. - * BROU, Alexandre, S. I. *Cent ans de missions (1815-1934). Les Jésuites Missionnaires au XIX^e et au XX^e siècle*. Paris (Editions Spes), 1935, 8°, 312 p.

CR. AHSI 5 (1936) 132-133 (Th. Monnens S. I.); Brotéria 22 (1936) 190 (C. L.); Civ. catt. (1936) II, 330-331; Études 223 (1935) 126-128; Rev. apolog. 61 (1935) 604 (A. Leman); Rev. des sciences relig. 16 (1936) 553-554 (L. Marchal); Rev. d'hist. de l'Égl. de France 22 (1936) 229 (R. Ricard); Rev. d'hist. des miss. 12 (1935) 303-308 (G. Goyau).

92. - BROWN, Stephen J., S. I. *Jesuits in the pagan World*. Studies 24 (1935) 619-630.

A propos de A. BROU S. I. *Cent ans de missions* (n. 90).

93. - DUMOULIN, L., S. I. et GOEMÉ, V., S. I. *Onder Jezus' Kruisbanier. De Jezuteten-Orde en hare Belgische Missiën*. 2e Druk. Brussel (Hulp voor de Belgische Missionarissen van de Sociëteit van Jesus), 1935, 8°, 143 p. ill.

94. - KRZYSZKOWSKI, Józef, S. I. *Pierwszy polski druk misyjny*. Misje katolickie 54 (1985) 47-51, 79-81, 110-113.

Le premier livre polonais sur les missions. Il s'agit de la traduction polonaise, publiée à Cracovie en 1603, de la *Relatione brevis*... du P. Diego de Torres Bollo.

95. - * MONTALBÁN, Franciscus X., S. I. *Manuale historiae missionum*. Shanghai (in typographia T'ou-sè-wè), 1935, 8°, XXV-419 p., cartes géographiques.

CR. AHSI 5 (1936) 130-132 (J. Zameza S. I.); Civ. catt. (1936) II, 329-330; Kathol. Mission. 64 (1936) 143 (A. Váth S. I.); Pensiero missionario 8 (1936) 53-60 (U. Bertini); Razón y fe 111 (1936) 135-136 (C. Bayle); Rev. d'hist. des missions 13 (1936) 465-466 (A. Brou); Rev. d'hist. eccl. 32 (1936) 483 (A. Janssens); Rev. Javeriana 5 (1936) 78 (D. Restrepo); Zeitschr. f. Missionswiss. 26 (1936) 136-137 (Schmidlin).

96. - OLICHON, Mgr. *Les missions. Histoire de l'expansion du catholicisme dans le monde*. Paris (Bloud et Gay), 1935, 4°, 500 p., 450 illustrations, Prix : 120 fr. français.

b) In Africa.

97. - DURÃO, Paulo. *A intolerância dos Jesuítas na Etiópia*. Brotéria 21 (1935) 223-235.

Les événements d'Éthiopie ont ramené l'attention sur l'ancienne mission des jésuites. Plusieurs auteurs ayant attribué la ruine de cette grande oeuvre à l'intolérance des missionnaires, le P. Durão leur oppose quelques exemples (pris dans Beccari, *Rerum aethiopicarum scriptores occidentales inediti*), montrant la condescendance des Pères pour les usages locaux. P. 232, une citation intéressante montre que les missionnaires formèrent quelques prêtres indigènes.

98. - THURSTON, Herbert, S. I. *Abyssinia and its Jesuit Missionaries*. Studies 24 (1935) 353-365.

c) In America.

Antillae insulae.

99. - * LAVIGNE SAINTE-SUZANNE, Maurice de-. *La Martinique au premier siècle de la colonisation. (1635-1742)*. Fort de France, Martinique (chez l'auteur); Nantes (Imprimerie M. Chantreau), 1935, 8°, 212 p., ill. et une carte.

Dans la série d'ouvrages publiés à l'occasion du troisième centenaire de la colonisation (15 sept. 1635), Mr de Lavigne Sainte-Suzanne veut accorder la place qui convient à l'élément religieux et missionnaire dans l'histoire des Antilles. Voir notamment le chap. IX. *Des religieux dans la colonisation de la Martinique* (p. 124-150). L'auteur ne développe guère ce qui concerne les jésuites.

CR. Rev. d'hist. des missions 13 (1936) 461-462 (G. Goyau).

Argentina.

100. - ESPINOSA, J. Manuel. *Spain and greed for Gold*. Historical bulletin 14 (Saint-Louis 1935) 9-10.

Article inspiré par le travail du P. G. Furlong S. I. *Los Jesuítas y la cultura rioplatense*. Buenos Aires, 1932.

101. - * BAUCKE, Florian, S. I. *Iconografía colonial rioplatense. 1749-1767. Costumbres y trajes de españoles, criollos e indios*. Introducción por Guillermo Furlong S. I. - Buenos Aires (Viau y Zona), 1935, gr. 8° carré de 21 p., 43 pl. et index.

CR. AHSI 6 (1937) 131-132 (L. Frías S. I.).

102. - CABRERA DOMÍNGUEZ, Arturo, *Sobre el Colegio de Monserrat (Córdoba). Vínculos internacionales del establecimiento. Chile, Bolivia, Beca del Paraguay*. Estudios 52 (Buenos Aires 1935) 462-464.

Simple affirmation que des élèves des nations indiquées fréquentèrent l'internat de l'ancien collège, dirigé par la Compagnie, et qu'il y avait une bourse, fondée par le Dr. Matias de Silva, du Paraguay. [L. Frías S. I.]

103. - Id. *Sobre el Colegio de Monserrat de Córdoba* ibid. 52 (1935) 372-375.

Indications très brèves sur la fondation du collège en 1687 et sa typographie, la première de l'Argentine [L. Frías S. I.]

104. - * FALKNER, Thomas, S. I. *A description of Patagonia and adjoining parts of South America*. With an Introduction and notes by Arthur E. S. Neumann. - Chicago (Armann and Armann), 1935, 4^e, VIII-168 p. et 2 cartes géogr. hors texte. Prix: 6 dollars.

Les p. 1-144 sont la reproduction en fac-similé de l'édition de Londres de 1774. CR. AHSI 6 (1937) 128-129 (L. Frías S. I.); Cathol. histor. review 22 (1936) 235-236 (M. Watters).

Brasilía.

Voir aussi parmi les biographies, aux noms de Anchieta, Rodrigues, Vieira.

105. - * LEITE, Serafim. *A penetração geográfica da terra pelos Portugueses. A primeira viagem de S. Paulo ao Pará, através do Brasil (1613)* Brotéria 20 (Lisboa 1935) 332-341.

Texte d'une relation inédite du P. Antonio de Araujo S. I., transmettant les informations reçues de Pero Rodrigues, un des trente portugais qui participèrent au voyage en question (on connaissait déjà la part prise par Rodrigues à un voyage dans le « sertão » en 1616-1618, non encore ce voyage de 1613-1614). Le but du P. Araujo dans cet écrit est de proposer la fondation d'une mission au Para, pour mettre en relation les jésuites de São Paulo avec ceux du Maranhão. Ce mémoire semble de 1623.

106. - Id. *Terras que deu Estácio de Sá ao colégio do Rio de Janeiro. A famosa Sesmaria dos Jesuitas. Documento inédito quinhentista*. Brotéria 20 (1935) 90-110.

D'abord une réponse aux objections contre les propriétés terriennes des jésuites. Sans elles, leur grande action bienfaisante et civilisatrice au Brésil eut été impossible. C'est Nóbrega même qui, pour assurer l'avenir du collège qu'il projetait, sollicita du gouverneur Estácio de Sá la fameuse « sesmaria » (lot de terrain encore inculte attribué par la couronne) de Rio de Janeiro. L'auteur résume les données des actes juridiques qui garantirent et déterminèrent les droits des Pères sur cette terre. Le document publié (p. 98-108) est la copie notariale authentiquée (15 mars 1575) de toute la série des pièces, de la donation initiale (1 juillet 1565) à la délimitation exacte (25 janvier 1574). P. 109-110, deux fac-similés.

Canada (ancienne mission de la Nouvelle-France).

Avec la collaboration du P. L. Pouliot.

107. - * CHILD, Philip. *The noble army of Martyrs in Huronia*. The University of Toronto Quarterly 6 (1935-1936) 37-55.

L'auteur exalte l'héroïsme des missionnaires du Canada, qu'il met en relief dans les trois actes de cette grande tragédie: l'entrée des Pères dans la mission désolée, leur lutte contre le « matérialisme surnaturel » des Indiens, l'irruption de la force brutale, celle des Iroquois, « ces Turcs de l'Ouest », ruinant la mission et semant le martyre.

108. - FRENETTE, F.-X.-E. *Les Pères Cocquart et de la Brosse et le Frère Malherbe*. Bulletin des recherches historiques 41 (Lévis 1935) 416-432.

L'auteur s'attache à établir, d'après les documents d'archives et les souvenirs de ceux qui assistèrent à la découverte de tombes anciennes, où moururent et furent ensevelis trois missionnaires du Saguenay, le P. Coquart (à Chicoutimi, ex-humé et transporté à Tadoussac), le P. la Brosse (Tadoussac), le Fr. Malherbe (Chicoutimi ou Lac S. Jean?).

109. - *Les seigneuries des RR. PP. Jésuites*. Bulletin des recherches historiques 41 (1935) 509-511.

Liste et description des fiefs et seigneuries passés dans les propriétés des missionnaires du Canada.

110. - ROY, Maurice. *Pour l'histoire du thomisme au Canada*. Canada français 32 (Québec 1935-36) 161-171.

Texte d'une conférence aux Journées thomistes d'Ottawa, 6 juin 1935. L'auteur se limite à l'enseignement de la philosophie et de la théologie au collège de Québec sous l'ancien régime. La philosophie y commença en 1650. L'auteur, qui a eu en main les manuels des élèves et les cahiers des professeurs, déclare que, sans être thomiste à tout crin, l'enseignement était généralement conforme à la tradition de l'École. « Nous devons donc rendre hommage aux jésuites d'avoir fait connaître saint Thomas aux premiers étudiants de la Nouvelle-France ». Vers la fin du régime français, les assauts que l'on faisait subir en Europe au thomisme déjà bien mitigé des écoles, eurent leur retentissement au Canada. Dans le cours du P. La-brosse (1757), par exemple, au culte de Suarez s'ajoutent de manifestes sympathies cartésiennes. La décadence s'accroît sous les successeurs immédiats des jésuites, jusqu'à la restauration thomiste de Léon XIII. [L. P.]

Mexicum.

111. - BOLTON, Herbert E. *The Black Robes of New Spain*. Cath. histor. rev. 21 (1935) 257-282.

Conférence à la 15^e réunion de l'American catholic historical Association, Washington, 29 décembre 1934.

112. - LLORENTE, Segundo, S. I. *El Dr. Bolton y los misioneros Jesuitas de Nueva España*. El Siglo de las Misiones 22 (1935) 209-214.

113. - MÜLLER, Josef. *Palafox und die Jesuiten*. Historische Vierteljahrschr. 30 (1935) 164-167.

Critique de l'exposé de cette question dans l'histoire des Papes de Pastor, continuant celle que nous avons indiquée AHSI 5 (1936) 173, n. 109.

114. - * SAUER, Carl. *Aboriginal population of Northwestern Mexico*. Berkeley (University of California Press), 1935, 8°, 33 p., une carte géographique hors texte. (= *Ibero-Americana*: 10).

Essai de géographie historique, qui tente d'évaluer la densité de l'ancienne population indigène du Nord-Ouest du Mexique; les lettres des missionnaires jésuites et les relations annuelles des supérieurs constituent ici la source la plus précieuse, et l'auteur en souligne la valeur d'observation. « It would be possible... to compile an excellent and detailed physical and cultural geography of the Spanish Northwest directly and entirely from the Jesuit sources » (p. 2). Le présent travail est un bel exemple de mise en oeuvre critique de ces sources, pour le cas particulier de la statistique des tribus des deux Pimeria, Sonora, Tarahumara, Tepehuan, Cahita, etc. - L'auteur lit régulièrement añua pour annua.

Paraquaria.

Voir aussi aux biographies, au nom de González (B. Roch).

115. - HADANK, Karl. *Der Jesuitenstaat Paraguay nach der Ansicht eines deutschen Professors der Geographie*. *Flammenzeichen* 9 (1935) 268-270.
Cité d'après Ibero-amerikanisches Archiv 9 (1935), Bibliographie, Heft 3, p. 20.
116. - QUELLE, Otto. *Das Problem des Jesuitenstaats Paraguay*. *Lasso* 3 (Buenos Aires 1935) 204-213.
117. - VAN BALEN, C. *Het Jesuitenrijk in Paraguay*. *Tijdschrift van het K. Nederlandsch aardrijkskundig Genootschap* 52 (Amsterdam 1935) 730-738.
118. - VÄTH, A., S. I. *Missionsstaaten in America*. *Kathol. Missionen* 63 (1935) 141-142.

Ces quatre articles sont un écho de l'étude publiée par Mr O. Quelle, *Das Problem des Jesuitenstaates Paraguay*, Ibero-amerikanisches Archiv 8 (1934) 260-282, sur laquelle nous avons formulé notre avis dans le précédent bulletin AHSI 5 (1936) 174, n. 113^e.

Peruvia.

119. - ANGULO, Domingo. *La Metropolitana de la Ciudad de los Reyes. 1535-1825*. Lima (Libreria e impenta Gil), 1935, 4^e, 88 p., ill.

Dans cette histoire de la cathédrale de Lima, voir p. 70 ss. l'histoire de la reconstruction (après le tremblement de terre de 1746), par le P. Johann Röhr (ou Rehr, l'auteur écrit Rher), missionnaire originaire de Prague, mathématicien et architecte de valeur. Röhr fit admettre un système de construction (voûtes légères sur nervures, remplacement des pilastres de maçonnerie par des colonnes formées de plusieurs fûts en bois solidement attachés) destiné à prévenir l'effet désastreux des tremblements de terre.

120. - * VARGAS UGARTE, Rubén, S. I. *Manuscritos peruanos en las bibliotecas del extranjero*. Tomo I. Lima (Talleres tipográficos de la Empresa periodística S. A.), 1935, 8^e, (VIII)-359-VIII p. (= Biblioteca peruana).

L'AHSI donnera prochainement une recension sur cet ouvrage, qui signale et décrit de nombreux manuscrits provenant des anciens missionnaires S. I. au Pérou, avec citation d'extraits.

Status Foederati.

121. - * DELANGLEZ, Jean, S. I. *The French Jesuits in Lower Louisiana (1700-1763)*. Washington (The Catholic University of America), 1935, 8^e, XXVI-547 p. (= Catholic University of America, *Studies in American Church history*, XXI).

CR. AHSI 5 (1936) 138-140 (G. J. Garraghan S. I.); *Capadian histor. rev.* 17 (1936) 201-203 (H. M. Thomas); *Catholic histor. review* 22 (1936) 209-210 (J. R. Frese S. I.); *Civiltà cattolica* (1935) III, 617-620 (P. Ferraris); *Journal of modern history* 8 (Chicago 1936) 128 (E. Wilson Lyon); *Kathol. Missionen* 64 (1936) 346 (G. Lehmann S. I.); *Mid-America* 17 (1935) 293-294 (R. N. Hamilton); *Mississippi Valley histor. rev.* 22 (1935-36) 438-439 (V. Alton Moody); *Rev. d'hist. eccl.* 32 (1936 (201-203) E. A. Ryan).

122. - DONNELLY, William P. *Nineteenth Century Jesuit Reductions in the United States*. *Mid-America* 17 (1935) 69-83.

123. - * LANNING, John Tate. *The Spanish missions of Georgia*, with illustrations by Willis Physioc. - Chapel Hill (University of North Carolina Press), 1935, 8°, XIII-321 p., ill., 3 doll.

CR. AHSI 5 (1936) 319-321 (F. Zubillaga S. I.); American histor. rev. 41 (1936) 382-383 (L. E. Fischer); Catholic histor. rev. 22 (1936) 205-208 (M. J. Curley, C. SS. R.); Mid-America 18 (1936) 144 (J. V. Jacobsen S. I.); Mississippi Valley histor. rev. 23 (1936) 80-81 (P. S. Flippin).

124. - NOTT, Sherrard. *Jesuit Martyrs in Virginia*. America 54 (1935) 131-132.

125. - O' CONNOR, Thomas F., *The Onondaga Mission*. Mid-America 17 (1935) 10-29.

126. - VARGAS UGARTE, Rubén, S. I. *The first Jesuit mission in Florida*. Historical records and studies 25 (1935) 59-148.

Après une brève introduction (p. 59-68), vient la traduction anglaise (par le P. A. J. Owen S. I.) de vingt documents trouvés à Rome par le P. Vargas (le fonds d'archives n'est pas indiqué; il s'agit pour la plupart du *Fondo gesuitico*, au Gesù de Rome). Documents d'importance fondamentale pour l'histoire des missions S. I. en Floride, indispensable pour celle de Tecueta (Doc. VIII, X), très intéressants pour celle de Calus (X), Sta Elena (XI-XVII), San Agustín (XI), pour les premiers ministères des jésuites à la Havane (XIII-XVIII). Importante aussi, quoique source seulement indirecte, la relation du martyre du P. Segura et de ses compagnons (XX). Les documents XVI et XIX font entrevoir la crise de cette éphémère mission [F. Zubillaga S. I.].

CR. Mississippi Valley histor. rev. 23 (1936) 136 (J. C. Meyer).

127. - YEALY, Francis J., S. I. *Sainte Genevieve, the story of Missouri's oldest settlement*. Sainte Genevieve (The Bicentennial Committee), 1935, 8°, 150 p.

CR. Cathol. hist. rev. 22 (1936) 86-88 (J. Delanglez S. I.); Historical Bulletin 14 (1936) 67 (P. R. Conroy); Mid-America 18 (1936) 70-71 (G. J. Garraghan); Mississippi Valley histor. rev. 23 (1936) 134-135 (M. Savelle).

Venezuela.

128. - NAVARRO, N. E. *I Gesuiti nel Venezuela (Postille ad un celebre rapporto)*. Pensiero missionario 7 (1935) 60-81.

Les jésuites se virent attribuer la mission du haut Orénoque dans la convention (*concordia*) de 1734 entre jésuites, capucins et franciscains de l'Observance. Eugenio de Alvarado, membre de la fameuse expédition de délimitation des frontières, fait un grand éloge des missionnaires S. I. dans son rapport public, mais dans son rapport secret pour Aranda (1767), il s'adapte politiquement aux vues de son maître, critique la manière d'agir des Pères et propose les moyens à suivre pour supprimer leurs missions. Mgr Neumann ajoute quelques détails sur l'oeuvre apostolique de ces missions, qu'il durèrent trop peu pour laisser une trace fort marquée, sur la fondation d'un collège à Caracas (1762?) et sur l'oeuvre historique et géographique des anciens missionnaires José Gumilla et Filippi Gili.

d) In Asia.

Japonia.

129. - BAYLE, C. *Un siglo de cristianidad en el Japón*. Barcelona (edit. Labor), 1935, 198 p., ill (= *Pro Ecclesia et Patria*, n. 3).

CR. Anal. sacra tarrac. 11 (1935) 86.

130. - * CARON, François and SCHOUTEN, Joost, *A true description of the mighty kingdoms of Japan and Siam*. Reprinted from the English edition of 1663 with Introduction, Notes and Appendixes by C. R. BOXER. — London (The Argonaut Press) 1955, 8°, CXXX-199 p. Prix: 2 Guineas.

Voir la recension du P. Schurhammer, dans AHSI 5 (1936) 136-137.

131. - * CHARLES, Pierre, S. I. *Le premier jésuite japonais*. Collection Xaveriana 12 (Louvain 1935) 173-204. (= *Xaveriana* n. 138).

Conférence donnée à l'Université grégorienne le 31 mars 1935. Qui fut le premier jésuite japonais, Bernard, reçu à Coimbre vers 1553, ou Lourenço, baptisé aussi par Xavier, mais dont la date d'entrée est incertaine? L'auteur esquisse à grands traits la vie peu banale de ce dernier, chanteur ambulant converti et devenu apôtre, et dont la légende a déformé le caractère en croyant l'embellir.

132. - * CRISENOY, Pierre de-. *Les crucifiés du Japon*. Paris (Bloud et Gay) 1935, in-16, 189 p. (= collection *La grande aventure*).

Après une esquisse de la situation du Japon, et en particulier de la mission, à l'avènement d'Hideyoshi (Taico-sama), c'est l'histoire des causes de la persécution déchainée par lui et de la longue voie douloureuse qui mena aux gibets de Nagasaki les vingt-six martyrs de 1597, trois jésuites, six franciscains et dix-sept laïcs japonais. En épilogue, histoire de la redécouverte en 1865 de la survivance du catholicisme au Japon. Ce sont les vieux auteurs, Frois et Charlevoix surtout, qui ont fourni le fond de cette histoire, remise en scène d'après le programme de la collection de vulgarisation où elle paraît. On sait gré à l'auteur de sa discrétion à recourir à la littérature, car ces pages n'ont pas besoin d'être romancées.

133. - * FROIS, Luis, S. I. *Relación del martirio de los 26 cristianos crucificados en Nangasaki el 5 febrero de 1597*. P. Romualdo Galdos S. I. éditeur — Roma (Tipografia de la Pontificia Universidad Gregoriana), [1935], 8°, XVIII-138 p., fac-similé.

CR. AHSI 5 (1936) 135-136 (L. Frias S. I.); Anal. Boll. 54 (1936) 456-457 (M. Van Cutsem S. I.); Commen. pro religiosis 17 (1936) 41-42 (A. Peinador C. M. F.); Kathol. Missionen 64 (1936) 201 (J. M. Wiget S. I.); Rev. intern. de los estud. vascos 26 (1935) 597 (J. de Urquijo). Voir aussi: E. LASA, C. MUGICA, M. URTEAGA, *San Martín de la Ascensión... ¿de Ibarranguela?* Rev. intern. de los estud. vascos 27 (1936) 132-153, et aussi, dans le présent fascicule de l'AHSI, p. 107-113 l'article du P. SCHILLING O. F. M.

134. - KRZYSZKOWSKI, Józef, S. I. « *Opisanie chwalebnego męczeństwa dziewięciu Chrześcijan Japońskich* ». Misje katolickie 54 (1935) 266-268 et 298-300.

Traduction, publiée à Cracovie en 1612, de la *Relatione della gloriosa morte di nove christiani giapponesi*.

India.

Voir aussi, parmi les biographies, aux noms de Beschi, Britto, Grosjean, Hoffmann, Nobili.

135. - CASTETS, J., S. I. *L'ézour védam de Voltaire et les pseudo-védams de Pondichéry. Voltaire et la mystification de l'ézour védam. Découverte des pseudo-védams de Pondichéry*. Pondichéry (Imprimerie moderne), 1935, 8°, 48 p. (= Société de l'Histoire de l'Inde française).

Lorsqu'arrivèrent en France en 1760 deux traductions françaises d'un texte sanscrit inédit, présenté comme l'ézour védam (imprimé à Yverdon, 1778), Voltaire s'en fit l'admirateur enthousiaste. Quand l'authenticité du texte fut controuvée, on

y vit volontiers l'oeuvre d'un missionnaire et, conformément aux suggestions du continuateur de Mosheim, *Institutiones historiae ecclesiasticae* (Göttingen, 1769), du P. de Nobili, légende qui traîne encore dans des histoires des Missions. (Le P. Bach propose plus tard le nom du P. Calmette, sans plus de vraisemblance pour cette oeuvre essentiellement païenne. Après la Révolution, l'indianiste Ellis trouva à Pondichéry, non un vedam, mais toute une collection, dont il donna une description (reproduite en substance et complétée ici par le P. C.). Une lettre du P. Calmette, 1732, permet à l'auteur d'éclaircir cette affaire: ce groupe de faux védams (ceux d'Ellis à Pondichéry, comme le texte de l'ézour vedam envoyé en France) sont l'oeuvre de Brahmes exploitant la curiosité de missionnaires. Quand Calmette put se procurer les vrais védams, on ne voulut pas le croire, tant on avait l'habitude d'être trompé.

136. - GAUDART, Edmond. *Les conflits religieux de Chandernagor*. Pondichéry (Imprimerie moderne), 1935, 8°, 29 p. (Société de l'histoire de l'Inde française).

Le conflit entre jésuites et capucins à propos de la cure de Chandernagor prit des proportions considérables, par suite de l'intervention des directeurs du comptoir, du gouverneur et du conseil supérieur de Pondichéry. Le directeur de Chandernagor, Dirois y voyait une excellente occasion de se défaire des missionnaires jésuites. Dès sa nomination de directeur des établissements français du Bengale (1732), Dupleix exerça une action pacificatrice et un concordat entre l'évêque de San Thomé, la Compagnie des Indes et les supérieurs des jésuites mit fin au conflit (17 oct. 1735) en tranchant en faveur des jésuites. En appendice, texte d'une lettre inédite du P. Garret, 23 avril 1777, au sujet de l'attitude des PP. Capucins italiens de la mission du Thibet, qui avaient tenté de transformer leur procure à Chandernagor en église publique.

137. - * HERAS, H., S. I. *The Jesuits in Afghanistan*. New review 1 (Calcutta 1935) 62-74 et 139-153.

Quelques jésuites pénétrèrent dans l'Afghanistan au temps où il appartenait encore à l'empire mogor. Le premier article étudie, surtout du point de vue géographique, la description donnée, dans son *Mongolicae legationis commentarius*, par le P. Antonio Monserrate, qui suivit en 1581 l'expédition d'Akbar à Kabul. Le second article fait connaître les voyages, et éventuellement les relations, des jésuites Jérôme Xavier, Bento de Goes, Joseph de Castro, Henri Roth, Gregorio Royz (qui tenta d'ouvrir une mission chez les Kafir, où Bento de Goes croyait avoir entrevu une population chrétienne), Antonio Magalhaes (1700). Un jésuite, non identifié, aurait encore visité les soldats chrétiens de Kabul après l'émancipation de l'Afghanistan par Durrani (1747).

138. - PROSERPIO, Leo. *The first printing-presses in India*. New review 2 (1935) 321-330.

L'auteur détermine la date des premières impressions faites par les jésuites aux Indes: Goa 1557, Cochín 1577, Punikael 1578, Vypicotta 1602, Ambalakad 1679.

139. - REICHARD, Charles, S. I. *Arrivée du premier jésuite missionnaire à Ceylan*. Chine Ceylan Madagascar (1935) 163-166.

Le P. Manuel de Moraes, en 1552.

140. - SALDANHA, Claude, S. I. *Goa et le Christianisme*. Collection Xaveriana 12 (Louvain 1935) 93-123. (= Xaveriana n. 136).

141. - SCHURHAMMER, Georg, S. I. *Die Bekehrung der Paraver (1535-1537)*. AHSI 4 (1935) 201-233.

CR. Pensiero missionario 7 (1935) 293-296 (G. Stanghetti).

Persia (Iran).

142. - BRZEZIŃSKI, St. *Misjonarze i dyplomaci polscy w Persji w. XVII i XVIII*. Potulice, 1935, 8°, 77 p. (= odbitka rocznika *Annales missiologicae*).

« Missionnaires et diplomates polonais en Perse aux XVII^e et XVIII^e siècles ». (extrait de la revue *Annales missiologicae*). - L'auteur parle tout spécialement de l'activité du P. Thaddée Krusiński S. I., 1675-1756 [St. Bednarski S. I.].

CR. Przegl. pows. 207 (1935) 334-337 (Wl. Tomkiewicz S. I.).

In Sinis.

Voir aussi aux biographies, aux noms de Licent, Attiret, Bąkowski, Gruber, Laimbeckhoven, Ricci, Schall, Slaviček, Valignani.

143. - ALLAN, C. W. *The Jesuits at the court of Peking*. Shanghai (Kelley and Walsh), 1935, 8°, 300 p., 5 ill.

CR. New review 3 (1936) 407-408 (C. De Moor).

144. — BALAGNY, colonel. *Étude historique et critique d'un vase de Chine exposé à Nantes en 1924 et en 1933*. Bulletin de la société archéologique et historique de Nantes et de la Loire inférieure 64 (1934 [1935]) 28-75, une planche.

Dans ce vase hexagonal au cachet de Kien-long (de la collection du comte de Guigné), représentant sur deux pans le Christ et la Vierge Marie, sur deux autres Bouddha et Kouan Yn, l'auteur veut découvrir l'influence des missionnaires jésuites et à cette occasion résume à grands traits l'histoire de la mission et de la question des rites, mais d'après l'ouvrage bien peu sûr de Mr Soulié de Morant.

145. - * BERNARD, Henri, S. I. *L'art chrétien en Chine au temps du P. Matthieu Ricci*. Revue d'histoire des missions 12 (1935) 199-299.

CR. Pensiero missionario 7 (1935) 401-403 (R. E.).

146. - ID. *Ricciana II. La musique européenne en Chine*. Bulletin catholique de Pékin 22 (1935) 40-43, 78-94.

D'abord une brève critique des pages bien superficielles de Mr V. Pinot sur la matière (dans *La Chine et la formation de l'esprit philosophique en France*). Comment Ricci et ses compagnons se sont servis de la musique; traités musicaux de la bibliothèque des anciens jésuites de Pékin. Ce que voulait Kang-hi: réformer la musique chinoise par le contact de l'europpéenne; les pères: introduire en Chine la musique d'Europe. Caprices de K'ien-long.

147. - ID. *Ricciana IV. Les fondateurs de la mission de Chine et le clergé chinois*. Bulletin catholique de Pékin 22 (1935) 365-373, 434-440.

Points communs et divergences de détails entre les PP. Ricci et Valignani. Les tentatives faites; motifs du retard dans l'exécution.

148. - ID. *Ricciana V. Comment s'est posé le problème du vocabulaire chrétien en Chine?* Bulletin catholique de Pékin 22 (1935) 469-481.

L'auteur souhaite la publication, pour les missions de Chine, d'un travail comparable à celui du P. Schurhammer pour le Japon, *Das kirchliche Sprachproblem in der Japanischen Jesuitenmission des 16. und 17. Jahrhunderts*.

149. - BROU, A. *Histoire des missions de Chine. Quelques publications récentes*. Rev. d'hist. des missions 12 (1935) 41-57.

Le P. Brou recense dans ce bulletin une série de publications intéressant les missions S. I., p. ex. celles des PP. D'Elia, *Les missions catholiques en Chine*,

Bernard, *Aux portes de la Chine* et *Le Fr. Bento de Goes chez les musulmans de la haute Asie*; Pfister, *Notices biographiques et bibliographiques des anciens missionnaires en Chine*, t. II, de Mgr Gubbels, *Trois siècles d'apostolat... au Hukwang*, Mr Chabrié, *Michel Boym*, tous recensés dans nos précédents bulletins bibliographiques.

150. - D'ELIA, Pasquale M., S. I. *Alle origini del Clero indigeno nel Giappone e in Cina*. Gregorianum 16 (1935) 121-130.

151. - ID. *I primordi delle missioni cattoliche in Cina, secondo una lettera inedita del P. M. Ricci*. Civ. catt. (1935) IV, 25-37.

152. - DUVIGNEAU, A. B., C. M. *Cartographie chinoise. A propos de Matthieu Ricci*. Bulletin catholique de Pékin 22 (1935) 258-263. 304-310, 373-380, 430-434, 482-488.

Article qui pose des questions aux historiens du P. Ricci; on a présenté celui-ci comme « le Ptolémée de la Chine » (P. Bernard). Mais la Chine avait, en matière de cartographie, bien devancé l'Europe (sauf pour les projections). Ricci put bien révéler à l'Europe une Chine plus vraie, en se servant des sources chinoises, il ne le fit pas aux chinois. Il faudrait déterminer exactement ce que Ricci a connu de la cartographie chinoise et comment il l'a apprécié, ce qu'il a apporté d'Europe et comment il l'a révélé à la Chine.

153. - GASSART, P. D. de, S. I. *Esquisse historique sur les Congrégations de la Sainte Vierge dans l'ancienne mission de Chine (1609-1664)*. Collectanea Commissionis Synodalis 8 (1935) 34-41.

Ricci avait été membre de la *Prima Primaria*. D'après l'auteur, la première congrégation fut fondée à Pékin par Ricci en 1609, une autre à Nankin la même année par le P. de Rocha, la première congrégation de femmes chinoises à Nankin en 1611 par le P. Vagnoni. L'âge d'or des congrégations en Chine se place sous l'apostolat du P. Étienne Lefèvre.

CR. Pensiero missionario 7 (1935) 215-216 (V. B.).

154. - * GIBERT, Lucien, M. E. *Dictionnaire historique et géographique de la Mandchourie*. Hongkong (Imprimerie de Nazareth), 1935, 8°, XX-1040 p. cartes et ill.

CR. Misje katolickie 54 (1935) 247-248 (J. K.). L'AHSI en rendra compte prochainement.

155. - HUBRECHT, Alph., C. M. *Les origines du clergé indigène en Chine*. Collectanea Commissionis Synodalis 8 (1935) 8-21.

L'auteur souligne bien l'insistance des anciens missionnaires, jésuites et autres, sur la nécessité de former un clergé indigène, surtout pour parer au danger d'une persécution. Résumé des efforts des missionnaires S. I. pour réaliser effectivement une liturgie en langue chinoise (relevons p. 14 ce détail intéressant: le privilège de Paul V, du 26 mars 1615, est encore mentionné dans le *Compendium privilegiorum quae religiosi S. I... quae in utriusque Indiae regionibus commorantur... conceduntur*, Rome 1730, p. 60). Le premier prêtre et évêque chinois, le dominicain Grégoire Louo ou López et les quelques prêtres jésuites ordonnés par lui. L'auteur continue par l'histoire des séminaires fondés par les prêtres des Missions étrangères de Paris.

156. - KRZ. *Z dziejów misyjnych wyspy Hainan*. Misje katolickie 54 (1936) 215-291.

Bref conspectus sur l'histoire de la mission de l'île de Hainan, à commencer par l'ancienne mission S. I. [St. Bednarski S. I.]

157. - I. K. *Leżniccy lekarze w Chinach*. Misie katolickie 54 (1935) 284-286.

Résumé de la brochure du P. L. Van Hée. *Les anciens jésuites et la médecine en Chine*. Louvain, Xaveriana n. 135. Cf. n. 16.

158. - *Magyar Jeszuiták Kinában. A Tamingi Magyar misszió első tíz éve*. Budapest (A Katolikus Missziók Kiadása), 1935, 8, 301 p. ill. et cartes.

Cette publication de propagande comprend deux parties. La première, par les PP. J. Szajó, M. Szarvas et G. Lischerong S. I., sur la mission des jésuites hongrois de Taming, dont l'histoire est racontée en remontant au delà de l'arrivée des missionnaires hongrois (1922). La seconde, par la Soeur Gisella Bérzi, des Célestines missionnaires de Kalocza, expose la part des religieuses hongroises dans la vie de la même mission (p. 219-297).

159. - MONTALBÁN, J., S. I. *La liturgia china*. Razón y fe 109 (1935) 59-74.

L'auteur résume ce qui a été publié jusqu'à présent sur le sujet.

160. - R. WICZ, J. *Sodalitje marjańskie w Chinach w XVII w.* Misje katolickie 54 (1936) 130-132.

Les Congrégations mariales en Chine au XVII^e siècle.

161. - VAN HÉE, Louis, S. I. *Lettre de Verbiest sur l'ordination des Chinois*. Bulletin Union Miss. du Clergé (Bruxelles 1935) 106-108.

162. - Id. *Les anciens jésuites et la médecine en Chine*. Collection Xaveriana 12 (Louvain 1935) 67-92. (= Xaveriana n. 135).

L'auteur a recueilli dans les *Lettres édifiantes* les mentions et exemples relatifs à son sujet. P. 90-91, note du P. Charles S. I. sur la médecine dans l'ancienne mission du Japon, d'après le travail bien connu du P. Th. Schilling O. F. M.

163. - Id. *Grands chrétiens de Chine*. Collection Xaveriana 12 (Louvain 1935) 241-271. (= Xaveriana n. 140).

La grande dame chrétienne Candide Hiu (1607-1680) et le docteur Léon Li-Tehe-Tsao (1560-1630), deux des plus beaux fruits de l'ancienne mission de Chine.

164. - Id. *Le Bouddha et les premiers missionnaires en Chine*. Asia Major 10 (Leipzig 1935) 365-367.

Condamnations formulées sans aucune réticence contre le Bouddha dans les catéchismes des PP. Vagnoni, de Gouvea et Lubelli, tous trois jésuites, B. Ibáñez O. F. M. et Jean de Saint-Tomas O. P.

165. - VÄTH, Alfons, S. I. *Die Marianischen Kongregationen in der älteren Mission Chinas*. Kathol. Missionen 63 (1935) 117-120.

166. - VERHAEREN, H., C. M. *Aristote en Chine*. Bulletin catholique de Pékin 22 (1935) 417-429.

A la différence de ce qu'avait fait le P. Buglio pour la *Somme théologique*, les missionnaires ne traduisirent pas le texte même d'Aristote, mais son commentaire par les professeurs de Coimbre (les fameux *Conimbricenses*). Identification de diverses parties de ces traductions ou adaptations, par les PP. Sambiassi, Furtado, Vagnoni, avec l'aide de lettrés chinois; travail colossal, exécuté de 1624 à 1640 environ.

Tunkinum.

167. - * RODRIGUES, Francisco, S. I. *Nas missões do Extremo-Oriente. Quatro missionários do Padroado português (século XVII)*. Brotéria 20 (1935) 301-316.

Un décret de la Propagande (29 janvier 1680) interdit tout ministère à quatre missionnaires de la Cochinchine et du Tonkin, J. Candoni, D. Fuciti, M. Ferreira

et B. da Costa, leur ordonnant de se rendre à Rome. Seuls Ferreira et Candoni purent finalement arriver à Lisbonne (1685 et 1687), où ils furent retenus par le roi. Rome céda aux instances de Lisbonne et finit par permettre aux missionnaires de retourner à leurs chrétientés, non sans louer l'obéissance qu'ils avaient montrée. Le P. Rodrigues montre d'après les sources le peu de consistance de l'accusation qui avait été portée contre eux : texte de leurs déclarations de soumission aux Vicaires apostoliques (fin 1677 et début 1678), alors que le bref *Cum haec sancta* (10 oct. 1678, non expédié) et le décret de 1680 les supposaient en rébellion.

e) *In Australia et Oceania.*

168. - VRIENS, G., S. I. *Veertig Jaren Java-Missie 1894-1934*. St. Claverbond 46 (1934) 139-149.

169. - * WESSELS, C., S. I. *De Katholieke Missie in de Molukken Noord-Celebes en de Sangihe-Eilanden gedurende de spaansche bestuursperiode 1606-1677*. Tilburg (Drukkerij Henri Bergmans en Cie), 1935, 8°, 141 p. (= Historisch Tijdschrift, serie studies - N. 3).

CR. AHSI 4 (1935) 351-352 (L. De Jonge S. I.); Kathol. Missionen 64 (1936) 347.

(Continuabitur in proximo fasciculo).

APPROBANTIBUS SUPERIORIBUS ECCLESIASTICIS

P. GIUSEPPE CASTELLANI S. I. - Responsabile

Soc. TIP. A. MACIOCE & PISANI — ISOLA DEL LIRI (Frosinone)

QUAE DATA SUNT IN ULTIMIS FASCICULIS

T. III, 1934.

Fasc. 1. — *Commentarii*: L. HICKS S. I. The English College, Rome, and vocations to the Society of Jesus, March, 1579-July, 1595. — G. CASTELLANI S. I. I primi tentativi per l'introduzione dei Gesuiti a Milano (1545-1549). — P. LETURIA S. I. La hora matutina de meditacion en la Compañia naciente. — *Textus*: P. LETURIA S. I. De oratione matutina in Societate Iesu documenta selecta. — P. STITZ. Kalifornische Briefe des P. Eusebio Francisco Kino (= Chini) nach der oberdeutschen Provinz, 1683-85. — *Commentarii breviores*: A. COEMANS S. I. Quelques précisions sur la deuxième Congrégation des Procureurs. — S. TROMP S. I. Auctarii auctaria: addenda quaedam ad auctarium Bellarminianum Patris X. M. Le Bachelet. — CH. SCHOETERS S. I. Un témoignage supposé du P. Gottifredi sur S. Jean Berchmans. — G. SCHURHAMMER S. I. Das « Livro da seita dos indios orientais » des P. J. Fenicio S. I. (1609). — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1932* (E. LAMALLE S. I.). — *Selectiores nuntii de historiographia S. I.*

Fasc. 2. — *Commentarii*: P. d'ELIA S. I. Quadro storico sinologico del primo libro di dottrina cristiana in cinese. — J. METZLER S. I. Der Norwegische Konvertit Johann Daniel Ramus S. I. — *Textus*: P. TACCHI VENTURI S. I. Nuove lettere inedite del P. Eusebio Chino d. C. d. G. — D. FERNÁNDEZ ZAPICO S. I. Una carta del P. Jerónimo Nadal a S. Francisco de Borja extraviada. — J. GOETSTOUWERS S. I. Lettre du P. Jean-Paul Oliva sur la mort de saint Jean Berchmans. — F. VAN HOECK S. I. Lettres des Supérieurs de la Compagnie de Jésus en Russie-Blanche aux Jésuites de Hollande (1797-1806). — *Commentarii breviores*: G. MARCH S. I. Intorno alla statua di Sant'Ignazio di Loiola nel Gesù di Roma (Nuovi Documenti). — A. COEMANS S. I. Aux origines de la retraite annuelle. — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1932* (E. LAMALLE S. I.).

T. IV, 1935.

Fasc. 1. — *Commentarii*: W. KRATZ S. I. Der Prozess Malagrida nach den Originalakten der Inquisition in Torre do Tombo in Lissabon. — E. DEL PORTILLO S. I. El Instituto de la Compañia de Jesús y sus primeras ediciones. — *Textus*: P. DAHMEN S. I. Le « Votum » de Pierre Lombard archevêque d'Armagh et la controverse autour de Robert de Nobili. — *Commentarii breviores*: P. DUDON S. I. Certaines pages des Exercices dépendent-elles de saint Vincent Ferrier? — A. CODINA S. I. La estancia de S. Ignacio en el convento de S. Esteban de Salamanca. — A. COEMANS S. I. Duo emendanda in collectione « Epistularum Praepositorum Generalium ». — G. M. MARCH S. I. Vicende d'un Guido Reni del Gesù di Roma. Da Clemente XIV a Carlo III. — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1933* (E. LAMALLE S. I.). — *Selectiores nuntii de historiographia S. I.*

Fasc. 2. — *Commentarii*: G. SCHURHAMMER S. I. Die Bekehrung der Paraver. (1535-37). — S. TROMP S. I. Auctarii Auctaria II. Addenda quaedam, ad auctarium Bellarminianum Patris X. M. Le Bachelet. — J. MIL-

LER S. I. Die Marianischen Kongregationen vor der Bulle « Omnipotentis Dei ». Ein Beitrag zu ihrer Charakteristik. — *Textus*: G. J. GARAGHAN S. I. Some newly discovered Marquette and La Salle letters. — J. C. SOLA S. I. El P. Juan Bautista Eliano. Un documento autobiografico inédito. — *Commentarii breviores*: D. FERNÁNDEZ ZAPICO S. I. Recibimiento hecho a S. Ignacio de Loyola en Azpeitia en 1535. — A. KLEISER S. I. P. Dietrich Geeraerts S. I. von Amsterdam (1531-1558) und seine Schriften. — C. WESSELS S. I. The grave of Brother Bento de Goes S. I. — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1933* (E. LAMALLE S. I.).

T. V, 1936.

Fasc. 1. — *Commentarii*: P. LETURIA S. I. La conversión de S. Ignacio: Nuevos datos y ensayo de síntesis. — W. C. REPETTI S. I. Saint Francis Xavier in Moluco. — G. CASTELLANI S. I. « La contagione di Parma dell'anno MDCXXX » del gesuita Orazio Smeraldi. — *Textus*: L. FRÍAS S. I. Tres cartas de Felipe II recomendando la Compañía a los Reyes cristianísimos (1565-1567). — P. TACCHI-VENTURI S. I. Per la Biografia del P. Gianmaria Salvaterra, tre nuove lettere. — *Commentarii breviores*: — D. FERNÁNDEZ ZAPICO S. I. « Monumenta Paedagogica Societatis Iesu ». Dos aclaraciones. — G. HOFMANN S. I. Mitteilung über ein ehemaliges Jesuitenarchiv in Stambul. — P. M. DUNNE S. I. « Apologetico defensorio y puntual manifiesto ». An unpublished apologetic of Missionaries in Sinaloa. — L. FRÍAS S. I. La profesión del Duque de Gandía. Ampliación y rectificaciones de los historiadores según las fuentes. — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1934* (E. LAMALLE S. I.).

Fasc. 2. — *Commentarii*: H. HOFFMANN. P. Vitus Scheffer und seine Academia Amoris. — L. FRÍAS S. I. La Compañía de Jesus suprimida en España hace un siglo. — *Textus*: G. SCHURHAMMER S. I. Leben und Briefe Antonio Criminali's des Erstlingsmartyrers der Gesellschaft Jesu. — D. FERNÁNDEZ ZAPICO S. I. La Province d'Aquitaine de la Compagnie de Jésus d'après son plus ancien catalogue (1566). — *Commentarii breviores*: A. COEMANS S. I. Collatéral et Surintendant. — H. BERNARD S. I. Deux trouvailles bibliographiques en Extrême Orient. — H. SCHAUF. Die unbekannten dogmatischen Traktate des P. Joh. Scotti S. I. — *Selectorum operum iudicia*. — *Bibliographia de historia S. I. pro anno 1934* (E. LAMALLE S. I.). — *Selectiores nuntii de historiographia S. I.*

MONUMENTA HISTORICA SOCIETATIS IESU

- Vol. 63. *Monumenta Ignatiana*, ser. tertia. SANCTI IGNATII DE LOYOLA CONSTITUTIONES SOCIETATIS IESU. Tomus I. Monumenta Constitutionum praevia, 1934, CCLXXII-460 p. lire ital. 55.
 Vol. 64. — CONSTITUTIONES SOCIETATIS IESU. Tomus II. Textus hispanus. 1936, CCLXXII-826 p. lire ital. 90.
 Vol. 65. — CONSTITUTIONES S. I. Tomus III. Textus latinus. Proxime prodibit.
-

Soc. Tip. A. MACIOCE & PISANI - Isola del Liri - Prov. Frosinone - (Italia)

